

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Nº 10 - Brasília, 2020

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL



Número 10
Brasília – 2020



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**

EXPEDIENTE

Diretor da Revista: Pe. José Carlos Brandi Aleixo

Revisor: Tarcízio Dinoá Medeiros

Capa: Oswaldo Sergio (Dinho)

DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Presidente: Ronaldo Poletti

1º Vice-Presidente: William Almeida de Carvalho

2ª Vice-Presidente: Mercedes Gassen Kothe

Secretário-Geral: Tarcízio Dinoá Medeiros

1º Secretário: Osmar Alves de Melo

2º Secretário: Napoleão Valadares

1º Tesoureiro: Eugênio Giovenardi

2º Tesoureiro: Alberto Martins da Silva

1ª Diretora de Biblioteca: Cleusa Neves da Silva Lopes

2º Diretor de Biblioteca: José Theodoro Mascarenhas Menck

Diretor de Publicações: Pe. José Carlos Brandi Aleixo

Orador Oficial: Fagundes de Oliveira

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Lélio Viana Lôbo

Lincoln Magalhães da Rocha

Victor Alegria

Suplentes:

Amador de Arimathéa

João Carlos Taveira

Maria de Souza Duarte

CONSELHO CONSULTIVO

Adirson Vasconcelos, Innocência Viégas, José Carlos Gentili, Napoleão Valadares, Paulo Castelo Branco, e Ronaldo Costa Couto.

COMISSÃO DE ÉTICA E DE ADMISSÃO

Anderson Batista de Melo, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Hugo Studart, Innocência Viégas, José Carlos Gentili, José Theodoro Mascarenhas Menck e Napoleão Valadares.

COMISSÃO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Albene Miriam Menezes Klemi, Aldo Paviani, Anderson Batista de Melo, Carlos Valoussiére de Castro Brandão, Cristina Maria Costa Leite, Mercedes Gassen Kothe e Sebastião Fontenele França.

COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

José Theodoro Mascarenhas Menck, Lincoln Magalhães da Rocha, Paulo Castelo Branco e Wílon Wander Lopes.

DEPARTAMENTO DE OBRAS

Carlos Euler Currilin Perpétuo.

EQUIPE EDUCACIONAL

Denise Coelho Silva Rabello, Ivana Caldeira de Oliveira, Luiz Gustavo Leonel dos Reis, Otávio Alves de Oliveira e Telma de Fátima Ferrão de Lima.

SUMÁRIO

- 7 APRESENTAÇÃO
Ronaldo Poletti
- 9 PRIMEIRA SEÇÃO – ASSUNTOS GERAIS
- 11 DA HISTÓRIA DOS IDEAIS DE EDUARDO MORA-ANDA
Anderson Braga Horta
- 29 INTRODUÇÃO À EGIPTOLOGIA
Carlos Valoussière de Castro Brandão
- 45 NAPOLEÃO BONAPARTE, ATOR TEATRAL
Danilo Gomes
- 55 BRASÍLIA 60 ANOS
Eugênio Giovenardi
- 71 CAUSOS
Innocêncio Viégas
- 81 ANDERSON BRAGA HORTA E A TRADUÇÃO LITERÁRIA
João Carlos Taveira
- 95 ELOS INTERNACIONAIS DE BRASÍLIA
José Carlos Brandi Aleixo
- 103 HISTÓRIA E ESTÉTICA DE UM BEATO URBANO:
O PROFETA GENTILEZA
Luiz Serra
- 109 A ORIGEM DO JOGO DO BICHO
Marcelo Grangeiro Quirino
- 119 CONTOS
Napoleão Valadares
- 127 O QUARTETO ILUMINADO DA MISSÃO GOIANA
Nina Tubino
- 137 OTAVIANO AUGUSTO.
O *IMPERIUM POPULI*. O IMPÉRIO DO BRASIL
Ronaldo Poletti

- 155 O “TERRITÓRIO SAGRADO KALUNGA”
UM QUILOMBO NA CHAPADA DOS VEADEIROS
Sebastião Fontenele França
- 175 CHEFE BAZIL ÁGUIA BRANCA
IROQUÊS/SIOUX ANGLO-AMAZÔNICO-RORAIMENSE
Tarcízio Dinoá Medeiros
- 183 SEGUNDA SEÇÃO – DISCURSOS DE POSSE
- 185 ROBERTO SIMONSEN: UM EMPREENDEDOR
Bernardo Felipe Estellita Lins
- 193 OLIVEIRA VIANA E A DEFESA DAS ELITES:
TECNOCRACIA E ARISTOCRACIA
Bruno da Silva Antunes de Cerqueira
- 205 PROPOSTAS PARA O NOVEL SÉCULO
José Theodoro Mascarenhas Menck
- 223 BRASÍLIA: ACOLHIMENTO E PRESERVAÇÃO
Luiz Henrique Cascelli de Azevedo
- 231 TERCEIRA SEÇÃO – RESENHAS
- 233 A ENCICLOPÉDIA DOS 60 ANOS DE BRASÍLIA
Adirson Vasconcelos
- 237 A VELHICE DO TEMPO. O TEMPO DA VELHICE
Agnês de Lima Leite
- 243 SÉRIE: DUZENTOS ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
Bernardo Fslipe Estelloita Lins
- 247 O SERTÃO ANÁRQUICO DE LAMPIÃO
Hugo Studart
- 253 MACUNAÍMA, ROPICAPNEFMA
Hugo Studart
- 259 A GUERRILHA DO ARAGUAIA
POR UM EXPERIENTE JORNALISTA
Paulo Roberto de Almeida
- 263 FILOSOFIA E DIREITO – DIREITO E FILOSOFIA
Tarcízio Dinoá Medeiros

APRESENTAÇÃO

Mais uma vez, como em anos anteriores, o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal publica sua Revista, agora Número 10, com participação voluntária e assuntos de livre escolha de cada colaborador.

Há, porém, algumas inovações na organização da Revista, agora dividida em três seções: a primeira abrange os artigos de cunho histórico, geográfico, literário, filosófico ou de qualquer outro gênero não enquadrável em nenhuma das outras duas seções; a segunda seção agrupa os discursos de posse; e, finalmente, a terceira, composta por resenhas e análises de acadêmicos sobre livros publicados por acadêmicos.

Em cada seção, as matérias são organizadas seguindo a ordem alfabética dos nomes dos seus autores.

A participação dos acadêmicos nesta publicação, como nos anos anteriores, foi voluntária, e os assuntos desenvolvidos foram de livre escolha de cada colaborador.

Ressalte-se que também foi permitido a um mesmo autor publicar mais de um artigo, desde que um não seja continuação do outro. E também se permitiu a inclusão de matéria preparada por servidor do Instituto, como forma de justo reconhecimento por seu trabalho executado e como merecido incentivo cultural.

Como nos anos anteriores, continuou permitida, quando necessária, a inclusão de ilustrações, desde que referentes à matéria publicada ou ao seu autor.

Lembro que muitos acadêmicos enviam exemplares da Revista para amigos que residem fora de Brasília e, portanto, não conhecem

as instalações desta primeira Casa de Cultura do Distrito Federal. Por isto, foram incluídas, nas páginas em branco, fotos deste Instituto, tanto da parte externa como de partes internas, bem como reprodução de fotos do nosso Patrono Juscelino Kubitschek de Oliveira, constantes de painéis afixados em nossa sede. É homenagem, sempre renovada por merecimento, àquele grande Presidente da República, fundador de Brasília.

Como aproveitamento de páginas de número par em branco, também foram incluídas fotografias dos presidentes deste Instituto, com indicação do período da gestão de cada um, visando a que os acadêmicos empossados nos últimos anos os conheçam.

Registro aqui haver continuado sendo um sucesso o convênio entre este Instituto e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, visando ao incentivo do conhecimento da História e da Geografia do Distrito Federal, por parte de alunos da rede pública.

No ano letivo de 2019, frequentaram aulas neste Instituto 5.766 alunos de 403 escolas públicas, com 422 acompanhantes, entre professores, coordenadores e monitores.

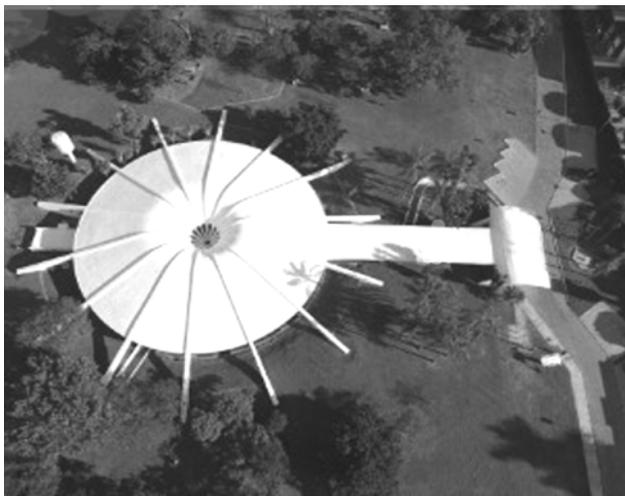
Ainda durante o ano passado, reuniu-se, mensalmente, na biblioteca, o Clube de Leitura Júlia Kubitschek, composto por cerca de vinte senhoras que comentam, uma a cada vez, seu último livro lido.

Repito o que já disse no ano passado: os números acima justificam e gratificam nossa atividade.

Ronaldo Poletti
Presidente

PRIMEIRA SEÇÃO – ASSUNTOS GERAIS

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Vista aérea



Vista lateral

DA HISTÓRIA DOS IDEAIS DE EDUARDO MORA-ANDA

Anderson Braga Horta¹

Poeta, ensaísta e historiador, Eduardo Mora-Anda publicou em Quito, em 2001, *Los Valores y los Siglos: una revisión de la historia de la humanidad*, reeditado com o título *Historia de los Ideales: valores e ideales a lo largo de la historia*. Traduzi-o em 2006, residindo o autor em Brasília, como embaixador de seu país. Por ocasião do lançamento, pela Thesaurus, na Embaixada de Portugal, em 14 de dezembro daquele ano, frisei que essa *História dos Ideais* exhibe a humanidade em sua miséria, sim, mas destacadamente em sua grandeza, pois, sendo obra de análise e crítica, é sobretudo um cântico de esperança.

Percorre-a, como registrei e repito com ênfase, um pensamento simples e firme, generoso e correto sobre a evolução do homem, emoldurando uma postura em favor da Natureza e da Vida, contra o egoísmo irresponsável, pregando uma educação integral e solidária, que mereça o nome de amor.

Transcrevem-se aqui, por oportunos, dois de seus trechos finais.

ESTILOS DE VIDA

Os incessantes apelos do sistema consumista podem fazer-nos crer, nestes inícios do século XXI, que não existe outro modo de vida além deste estressado e contaminado existir em cidades onde se sente a aglomeração urbana, o desesperante tráfego de veículos e a constante pressão das multidões. Mas os maiores e mais profundos poetas e filósofos

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 46, patroneada por Medeiros e Albuquerque. Membro, também, da Academia Brasiliense de Letras; da Associação Nacional de Escritores; do Clube de Poesia e Crítica; e do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal.

de todas as épocas têm-nos mostrado, com grande espírito de liberdade, as virtudes e encantos de outros estilos de vida mais simples, mais pessoais, mais soltos e mais humanos.

Foi Horácio quem, diante da vida estúpida e corrompida que se levava em Roma, iniciou a poesia de elogio à vida simples e campestre:

“Ditoso o que de pleitos afastado
livre de toda usura
lavra o campo paterno (...).
Não precisa temer o mar bravio
nem, tal como os guerreiros,
despertar do clarim ameaçador
ao súbito chamado,
nem visitar os pórticos solenes
dos grandes, nem o foro... (...)
Já às vezes num vale recolhido
vê errar distante o fato,
já tosquia as ovelhas, já recolhe
o mel em limpas fontes...”

O grato exemplo de Horácio foi seguido na Espanha do Século de Ouro pelo altíssimo gênio de Fray Luis de León, que levou à excelência esse gênero poético e indubitavelmente superou o mestre:

“Que descansada vida
a do que foge ao mundanal ruído

e vai pela escondida
senda que têm seguido
os poucos sábios que no mundo hão sido! (...)

Não lhe importa se a fama
canta com voz seu nome pregoeira,
nem lhe importa se aclama
a língua lisonjeira
o que condena a mente verdadeira. (...)
Ó serra, ó fonte, ó rio,
um dia puro, alegre, livre quero;
não o cenho franzido,
futilmente severo,
do que o ouro ou o sangue tem por bem mais vero. (...)
Viver quero comigo,
gozar a dita que do céu me veio,
dos outros ao abrigo... (...)
E enquanto miseravel-
mente se estão os outros abrasando
com sede insaciável
do perigoso mando,

deitado à sombra fique-me eu cantando...”

Um ideal e uma forma de vida que foi cantada também, e abundantemente, na antiga China, sobretudo pelos poetas e filósofos taoístas. Há um poema de Tung Chungfeng que nos recorda justamente as odes de Horácio e de Fray Luis de León:

“Amo esta choça de bambu que, na ribeira,

onde os rochedos estão sempre vigilantes,

é meu retiro recolhido, delicioso,

doce, agradável

e das coisas do mundo

longe, apartado.

Não, nem salões nem edifícios os mais finos

são comparáveis a esta choça retirada

e seu viçoso prado... (...)

Queres saber qual o segredo desta dita?

Os peixes vejo a alimentarem-se nas águas

e, quanto a mim, de lua e flores me alimento,

de amáveis charlas,

do perfume do incenso,

de sãs leituras.

Para mim poucas coisas necessito.

São tão magníficos os montes e o meu rio! (...)

Feliz e doce lar do mundo separado,
livre de coisas triviais que o intoxicuem.
Sentes em ti o contentamento
do que nada vão persegue,
do que nada ambiciona
nem vive em sombras. (...)
Bastam os livros mais as flores do teu prado
pra tua dita,
pra que gozes de paz
e de alegria.” (...)

Indubitavelmente o simples jardineiro que rega seu jardim e os velhos amigos que conversam num alegre café são mais felizes e plácidos que o importante “executivo” que come apressado, telefone na mão, e não conhece as delícias do lar, da amizade serena e da calma.

Refletir sobre uma vida alternativa pode ampliar-nos a mente. Derrotado o Marxismo, os economistas, os “expertos”, os neoliberais querem convencer-nos de que a história já terminou, com a “feliz” implantação de um modelo e um estilo de vida, que são a concentração do poder econômico em poucas mãos, a idolatria do dinheiro e a degeneração de um sistema. Voltar às páginas de Horácio, de Fray Luis, de Tung Chungfeng e, por certo, de Henry David Thoreau nos permite vislumbrar outros possíveis modos de vida e recordar alguns valores humanos mais importantes que o “mercado”, e é então que admiramos esse norte-americano que resolve ir viver em Vilcabamba ou esse sueco e essa dinamarquesa que se estabelecem perto da antiga Guatemala. Fuga? Fuga, sim, talvez fuga e ao mesmo tempo sensatez. Sensatez para deixar uma civilização viciada. Já o grande Sêneca ensinava:

“Não faz rei a riqueza
nem os trajes purpúreos,
o teto auriluzente,
nem o frontal diadema.
Rei é quem tem a alma
em paz, é quem no peito
não abriga insensatos
anelos nem paixões...”

HISTÓRIA DOS IDEAIS

A progressiva unificação do mundo modificou profundamente a vida humana. O estranho, o diverso, o inusual invadem a vida cotidiana. A televisão, o avião e o telefone derrotaram as distâncias. O turismo ensina-nos outras paisagens, critérios diferentes e distintos costumes. A chegada da tecnologia e da velocidade trouxe uma avalanche de incitações e informações, a tal ponto que nesta nova sociedade o ser humano fica superestimulado. Ao mesmo tempo, as guerras, a crueldade, os genocídios, a tortura, a corrupção e as rotinas incessantes, sem horizontes, têm produzido a desesperança e o vazio. Há uma grande desorientação, há muitas pessoas solitárias.

As velhas pautas têm sido questionadas, muitos ensaiam rebeldias ou respostas irracionais e destrutivas, outros escondem-se nas seitas ou nas drogas e não poucos desabafam o que não sabem o que é, com violência brutal e com o ódio ao desconhecido.

Fim do Marxismo e da Guerra Fria, ressurgimento do racismo e reivindicações das etnias oprimidas, proliferação de seitas e desencanto das seitas, ecologismo ativo e tragédias ecológicas, feminismo avançado e reações fundamentalistas, liberação sexual e propagação da Aids,

insistência nos direitos humanos e domínio da corrupção e manipulação dos meios, negociações de paz e maior refinamento das armas. Estamos numa época de aceleradas mudanças e rápidas transições, em que as ideologias e as regras tradicionais se veem bombardeadas de todos os lados, e perguntamo-nos o que é correto e adequado e como pode tomar rumo a sociedade.

Num momento assim, nada mais útil que nos voltarmos para as eternas realidades da personalidade humana. O ser humano guia-se e move-se por desejos, ilusões e ideais. O ser humano sem aspirações estagna-se. Os ideais e os valores são as pautas que guiam as pessoas. E, ao passo que os valores nós os recebemos e escolhemos, os ideais são elementos que brotam não de dogmas, de moralismos, de regras impostas, mas das eternas necessidades do homem, de sua essência do que requer para respirar o espírito humano, de seus anseios imortais. Os ideais são metas. São, como diria Leonardo da Vinci, as estrelas a que nos vinculamos. O ideal, diz a Real Academia Espanhola, é um “protótipo ou modelo”. É a alta luz da esperança, que é a virtude necessária para que cheguem todas as outras virtudes.

Em Confúcio, no século VI a.C., e no Confucionismo encontramos os ideais de harmonia universal, responsabilidade social, respeito e correção. O ideal de uma ordem ética encontra-se nos Dez Mandamentos dados a Moisés, na *Ética* de Aristóteles e nas obras de Cícero, nos preceitos islâmicos e na ética confuciana. O ideal de harmonia universal voltamos a encontrá-lo, de outra maneira, nas utopias de Campanella, Tomás Morus e outros, nos socialistas mal chamados utópicos, na Comunidade Findhorn. Mas o Confucionismo queria “voltar” a uma ordem mítica anterior, é conservador e sua ideia mesma da conduta “apropriada” denota certa rigidez, certo legalismo, em parte semelhante ao dos fariseus e essênios, ao dos judeus ortodoxos, ao dos puritanos, ao dos católicos integristas e ao dos fundamentalistas islâmicos. O Socialismo e o

movimento New Age, ao contrário, têm procurado criar uma ordem nova e melhor, mais humana e mais criativa...

No Taoísmo encontramos o ideal do retiro sábio e feliz junto à Natureza, e o ideal de singeleza ou simplicidade, presente também no cristianismo franciscano, valdense, menonita, *amish* e quacre. O retiro sábio junto à natureza foi praticado por filósofos como Lao-tse, Montaigne e Henry David Thoreau. Foi cantado por Horácio, Fray Luis de León e Li Tai Po. O Taoísmo também apresenta o ideal da felicidade alcançada mediante uma atitude flexível.

O ideal de serenidade e tranquilidade encontra-se no Hinduísmo, no Budismo, no Taoísmo, bem como no monasticismo e na mística cristãos. São Bento de Núrsia, o fundador da Ordem Beneditina, adotou como lema a frase dos *Salmos*: “Busca tua paz e segue-a.” A serenidade é indispensável para a vida do espírito e a aquisição de orientação e sabedoria. Nossa civilização descuidou desse ideal. O Capitalismo é uma civilização estressada. O Capitalismo é uma civilização sem serenidade.

Com o Budismo, no século VI a.C., surge o ideal de moderação. A moderação é também o ideal ético de Aristóteles. Os excessos, diz o filósofo grego, são enfermidade ou tirania. “Os extremos são vícios.” As virtudes são equidistantes dos extremos. A sabedoria é equilíbrio. Por isso Buda, o Iluminado, ensina o Caminho do Meio, a via da moderação. O ideal de equilíbrio, desde Hipócrates, está no melhor da Medicina, e na Ecologia. Os peles-vermelhas acreditavam que o ser humano, para estar bem, necessita viver em harmonia e equilíbrio com as demais criaturas da natureza. Na China e na Coreia a medicina buscou o equilíbrio entre o feminino e o masculino, entre o passivo, úmido e receptivo e o ativo, seco e agressivo, entre o *yin* e o *yang*. Não existe saúde nem bem-estar sem equilíbrio, sem moderação. Alexandre Soljenitzin crê que só a moderação pode permitir que o ser humano sobreviva aos grandes problemas do século XXI.

O Budismo tem o ideal de compaixão por todos os seres. Na Cristandade a compaixão costumava dirigir-se unicamente aos seres humanos, mas com São Francisco a compaixão, assim como no Budismo, inclui os animais e todos os seres da Criação. São Francisco pregará aos pássaros e ao lobo de Gubbio, Santo Antônio de Pádua, seu discípulo, aos peixes, e o russo ortodoxo São Serafim de Sarov, a um urso. Não obstante, o Cristianismo é distinto do Budismo na medida em que não apenas fala de compaixão, senão também de perdão, de amor ao próximo e amor até a entrega da vida e o sacrifício heroico. “Não há amor maior que o de dar a vida pelo amigo”, diz Jesus Cristo. O Budismo é sereno. O Cristianismo é apaixonado. Um apaixonamento que produzirá muitos heróis e uma grande literatura: Santo Agostinho, Kempis, Eckhart, Tauler, São João da Cruz, Santa Teresa, Erasmo, Tomás Morus, Lutero, Beecher Stowe, Dostoiévski, Tolstói, Claudel, Chesterton, Mauriac, etc., etc.

O grande ideal da paz universal aparece no profeta Isaías, nos cristãos (sobretudo em São Francisco, nos quacres e nos menonitas), em Immanuel Kant e em Tolstói, e por certo em Gandhi e no Bahaísmo, que proclama a união de toda a Humanidade. Gandhi afirma que a não-violência é o único método de luta digno de considerar-se moral e humano. O ideal da Paz foi incluído na Carta das Nações Unidas.

Os cristãos, é certo, nem sempre temos estado à altura dos ideais de amor e paz, que tem sido mais bem aplicado por pequenos grupos e por indivíduos, porque o amor e a paz exterior supõem em primeiro lugar estar em paz consigo mesmo, quer dizer, aceitar-se e ter vida interna própria, profunda e honrada. O Cristianismo não é algo que se possa impor por decreto, oficializando certas hierarquias, determinada autoridade, uma religião. A oficialização do Cristianismo no século IV d.C. desfigurou a Igreja. O essencial do Cristianismo é a conversão, é a mudança interior, que leva à prática do amor e à conseqüente realização.

O ideal de justiça aparece já em antigos textos egípcios como as “Alegações do Camponês Falador”. Nessas “Alegações”, de mais de três

mil anos de idade, diz-se que o Estado deve ser como pai para os órfãos, como esposo para as viúvas e apoio aos velhos e pobres. O ideal de justiça projeta-se na antiga noção zoroastriana de “juízo final”, que passará ao Judaísmo (sobretudo aos profetas Jeremias, Ezequiel, Daniel e Malaquias, aos essênios e ao povo de Qumran) e também ao Cristianismo, com o próprio Jesus, tão apaixonado pelos desprezados e pelos pobres. Esse ideal se manifestará em João, o terrível poeta do *Apocalipse*. Sim, inclino-me a crer que a visão apocalíptica não é apenas escatológica, mas uma projeção do anseio ou procura de justiça em um mundo doente de injustiças, é um clamor do espírito humano. Mas cada qual vive seu juízo, o balanço de uma vida é no final de seus dias, cada sociedade colhe o que semeou e cada civilização tem seu tempo e seu fim.

Os ideais da Europa Medieval, mistura de Cristianismo e valores romanos e germânicos, são muito atrativos e marcaram muitas gerações: o santo pobre, caritativo e milagroso, o cavaleiro gentil, valente e romântico, a dama doce, pura, inocente, intangível, o servidor de lealdade a toda prova. Certamente na vida real do Medievo as pessoas não eram tão boas nem tão nobres, e muitos eram cruéis, ignorantes e depredadores, mas toda a sociedade aspirava a grandes ideais, altíssimos se comparados ao mundo chato e *standard* de muita gente do século XX. É de ressaltar que os ideais pessoais da Idade Média tendiam a fazer de cada qual um indivíduo único, irrepetível, famoso até, por sua diferenciação do resto. Isso pouco tem que ver com o mundo capitalista e consumista em que o ideal é ganhar dinheiro e todos fazem o mesmo com sua vida (o mundo mesquinho, que Sinclair Lewis denuncia em *Babbit*).

O ideal de justiça da Idade Média alenta os “cavaleiros andantes” e as ordens religiosas militares. Esse é também o ideal de Cervantes, quero dizer, de Dom Quixote. O Cavaleiro da Triste Figura sai pelo mundo a combater para reparar injúrias e desfazer agravos. Na Espanha do 98 brilhou o genial Quixote Dom Miguel de Unamuno e em nossa América houve também grandes quixotes, espíritos de liberdade e consciência clara

como Juan Montalvo, Domingo Faustino Sarmiento e José Enrique Rodó. É significativo que precisamente Montalvo escreveu, imitando “um estilo inimitável”, os *Capítulos que Cervantes Esqueceu*.

Por outro lado, o mesmo ideal de justiça concretizou-se na noção de separação de poderes (teorizada pelo Barão de Montesquieu) e na independência dos juizes, primeiramente aplicada na Inglaterra.

A Revolução Francesa colocou entre seus postulados “a igualdade”, manifestação de certo tipo de justiça, a justiça social, que os socialistas transformaram no imperativo por excelência. Saint Simon, Robert Owen, Charles Fourier e, noutro estilo, Karl Marx e também alguns anarquistas como Proudhon, quiseram que reinasse a justiça igualitária. Esse ideal motivou a Comuna de Paris e uma série de revoluções, incluídas a russa de 1917 e a chinesa de 1949. O ideal ou princípio de igualdade não se refere a uma igualdade absoluta e total, senão à igualdade de direitos e obrigações fundamentais e à igualdade de oportunidades, a própria justiça exige que se reconheçam as diferenças de esforço, capacidade e cultura. O contrário, quer dizer, adotar um ideal único e excludente, leva ao desequilíbrio e à tirania. O desequilíbrio do Marxismo deveu-se justamente ao excessivo finca-pé na justiça econômica, sem consideração da contribuição e dos méritos individuais, das liberdades pessoais e de consciência. Lênin e Stálin desviaram e deformaram o movimento revolucionário russo e estabeleceram um regime de terror e idolatria, em lugar da democracia igualitária que em realidade pedia o povo russo. Iníquo exemplo que logo foi seguido por Mao, Hô Chi Minh, Castro e outros “revolucionários”.

[...]

O Marxismo pedia a justiça, mas sem se preocupar com a liberdade. O Neoliberalismo exige liberdade econômica, mas esquece a equidade social. Ambos representam visões parciais e desequilibradas.

O ideal de justiça está ligado à alta noção dos direitos humanos. Essa noção provém principalmente da concepção da pessoa humana que encontramos nos profetas judeus, em Jesus Cristo e nas ideias sobre

liberdade e cidadania em curso já na antiga Atenas e, posteriormente, na chamada Carta Magna. As noções sobre os Direitos do Homem e do Cidadão foram fixadas com a Ilustração e as Revoluções Francesa e Norte-Americana. Todo ser humano tem direito à vida, a ser respeitado, a seu bem-estar integral, à liberdade de pensamento e religião, a ser ele mesmo, a viver em paz e mover-se livremente, a trabalhar em algo com sentido e a buscar a felicidade. Não se pode esquecer aqui o nome ilustre de Thomas Jefferson, que escreveu o melhor e mais preciso resumo desses direitos.

Os direitos humanos são consubstanciais com a pessoa humana. Esses direitos são anteriores aos foros dos Estados, nações, igrejas, religiões, organizações e exércitos. Por isso, em caso nenhum se pode alegar que as questões sobre direitos humanos são intromissões na política interna de um país. A Conferência de Puebla dos bispos católicos latino-americanos fez bem ao assinalar que a violação dos direitos humanos é uma aplicação da idolatria do poder.

O ideal otimista de progresso está no Judaísmo (sobretudo em Isaías), em Leibnitz, nos Enciclopedistas franceses e nos revolucionários norte-americanos, em Lamarck e Darwin (a evolução), em Emerson e Walt Whitman, em Teilhard de Chardin e Bergson (evolução e espírito). Esse ideal vai contra o vazio da rotina, contra a repetição de ciclos, contra o fatalismo, contra a estagnação e a rigidez. A noção da história cíclica leva ao fatalismo, à submissão e à estagnação. A ideia da história como progresso, pelo contrário, conduz ao melhoramento da vida, à realização do ser humano, leva ao crescimento, à plenitude e ao encontro com Deus.

O grande ideal da liberdade está em Moisés e no livro do *Êxodo*, e nos filósofos gregos como Diógenes e Aristóteles. Em Erasmo de Rotterdam e em Jacobus Arminius. Lutero, ao tratar do livre exame, em realidade reivindicava a liberdade de consciência, o direito da consciência individual para considerar os assuntos por sua própria conta. Montaigne vive sua liberdade individual ao criar seus *Ensaio*s. Mais tarde, o ideal de liberdade se expressa na Ilustração, com Rousseau e Voltaire, com

Lafayette e Jefferson, com os promotores das Revoluções Francesa e Norte-Americana, com Francisco de Miranda, Eugenio Espejo, Hidalgo, Morazán, Bolívar e San Martín. O ser humano é a criatura que pensa e escolhe. A liberdade é parte de sua essência. Qualidade humana e liberdade andam juntas.

O ideal de tolerância anuncia-se na Espanha de Afonso X, o Sábio (1221-1284), o “Rei das Três Religiões”. Durante seu reinado conviviam e prosperavam juntos católicos, muçulmanos e judeus. Esse ideal também aparece no notável imperador mongol da Índia Akbar (1542-1605), o mais importante do período muçulmano. Akbar refez o império, protegeu a cultura, fomentou a tolerância e tentou criar uma religião que unificasse o Islã, o Hinduísmo e o Zoroastrismo. Mais tarde, no Renascimento, a tolerância é pregada primeiro pelo ilustre Erasmo de Rotterdam e depois pelo filósofo francês Michel de Montaigne. Em meio às chamadas guerras de religião, as mais absurdas de todas, Michel de Montaigne mantinha abertas as portas de sua casa a todos os partidos. Mencionemos também Henrique IV de França, que, com o Editto de Nantes, instala a tolerância religiosa. Lamentavelmente, esse editto foi derogado mais tarde, e com isso os huguenotes foram obrigados a emigrar. No século XVIII, Voltaire volta a advogar a tolerância, e o mesmo faz Benjamin Franklin. Na Índia, no século XIX, Ramakrishna prega o ideal ecumênico e, no século XX, Gandhi e Rabindranath Tagore advogam também a tolerância.

O ideal de calor humano e afeto está presente nas ideias de família e casal e corresponde à necessidade de carinho e segurança que sentimos todos os homens e mulheres. Sem amor e sem certo grau de segurança, a criança, o ser humano adoce e não se desenvolve. A poesia provençal e o romance romântico exaltaram o amor do casal. Dignas de lembrança são as obras de Lamartine, Manzoni e Jorge Isaacs. Edmundo de Amicis, com o livro *Coração*, expôs o ideal do amor aos pais e aos filhos. Charles Dickens, com seus insuperáveis romances sobre a triste vida das crianças órfãs ou abandonadas, e também Tolstoi, Dostoiévski e Gorki, esses

grandes russos, com sua ternura e dor, por contrapeso, pelo efeito do claro-escuro, suscitaram a sensibilidade para reconhecer o ideal familiar, presente, como paradigma, em José, Maria e Jesus, a humilde família de Nazaré. Lastimavelmente, na moderna sociedade tecnológica e consumista perdeu-se de vista esse grande ideal, as demoradas conversas ao pé do fogo desapareceram, as pessoas vegetam aceleradas, em incessantes rotinas e lidas, sem manifestar carinho umas a outras, os familiares não se falam ou pouco falam entre si, a família desconcertou-se e os resultados são mais do que lamentáveis: solidão, vazio, droga e violência.

O ideal estético é inerente ao espírito sadio. Brillhou na harmonia arquitetônica e estética do Egito Antigo e da Grécia, nas grandes catedrais e claustros medievais e na arte do Renascimento. Um renascentista não era um especialista: queria ser um ser humano inteiro, desenvolvido em todos os aspectos de sua personalidade. Cultivava por igual a Poesia e as Matemáticas, a Pintura e a Música, a Teologia e o conhecimento dos clássicos. Era um ser humano completo e de fato produziu uma série de criações excepcionais. Nunca houve intelectuais tão ditosos (Erasmus, Tomás Morus, Pico della Mirandola, Montaigne) como no Renascimento. Logo tal se mostrou também na Música, com Vivaldi, e mais tarde essa luz chegou até Bach, Haendel e Mozart. Os antigos gregos concebiam integralmente o ser humano. Por isso as Olimpíadas combinavam os encontros ginásticos com o teatro e a declamação de poemas. A harmonia estética alcançada na Grécia é visível em seus templos, tão equilibrados, tão nobres, tão adaptados à paisagem. Diante deles, que podemos dizer dos desumanos arranha-céus, de velhice tão horrorosa, onde as pessoas não vivem, antes vegetam amontoadas? Verdade, Bem e Beleza devem andar de mãos dadas.

O ideal de uma comunidade harmoniosa de nações, conforme o Direito das Gentes, aparece com Erasmo de Rotterdam, com o padre Francisco de Vitória, com Komensky, com *A Paz Perpétua*, de Immanuel Kant, e nos sonhos do Presidente Woodrow Wilson. Todas as nações do

orbe, diz o padre Vitória, formam uma comunidade, são uma família de nações e devem ser uma harmonia dentro da pluralidade. Acima dos interesses nacionais está o bem comum da humanidade. Essa doutrina rechaça a razão de Estado do maquiavelismo e rechaça também a idolatria nacionalista, pois, como dizia Terêncio, nada que seja humano nos pode ser indiferente. Nacionalismo e racismo absolutizam o relativo, em prejuízo da humanidade.

O ideal de sensatez, de usar o senso comum, próprio de gente equilibrada, se acha sobretudo na civilização chinesa (é o “razoável”), em Erasmo, em Jaime Balmes (em seu livro *O Critério*, injustamente desprezado), em William James e seu pragmatismo, em Bertrand Russell e Lin Yutang (*A Importância de Viver*). Acha-se também em Francisco de Vitória quando assevera que o inumano e irracional carece de força de lei. O ideal de sensatez, o senso comum, ressalta nas considerações e raciocínios de Sancho Pança, no romance imortal. Ao longo da história, o senso comum tem sido privilégio dos humoristas. Recordemos Boccaccio, Erasmo com seu *Elogio da Loucura*, Tomás de Iriarte e suas fábulas, Jonathan Swift e suas *Viagens de Gulliver*, Mark Twain e G. K. Chesterton, e, noutro plano, Charles Chaplin e Cantinflas. Onde os outros se excedem em rigidez e idolatria, o humorista nos devolve a realidade e diz: vejamos a enormidade deste, o nanico desse outro, o ridículo daqueles. Talvez o senso de humor possa servir para curar a humanidade da febre totalitária que acometeu o mundo no século XX. Acaso não são cômicos e ridículos os desfiles e visagens dos milhares de robôs e fanáticos uniformizados? Henri Bergson escreveu um breve e sábio tratado sobre *O Riso* em que se descobre justamente que a rigidez e a burrice são elementos que produzem riso.

O grande ideal da Verdade tem sido o objetivo de todos os grandes sábios, cientistas, místicos, filósofos, pensadores e reformadores, desde Akhenaton, Zaratustra, Confúcio e os pré-socráticos. Alguns deles abriram amplo canal à verdade ao enunciar claridades e denunciar

preconceitos e mentiras. Os grandes apóstolos da verdade são os transformadores da história.

O ideal dos construtores das pirâmides egípcias era indubitavelmente a eternidade, e o ideal dos construtores das catedrais góticas, o ideal de Bach e de São João da Cruz é elevar-se a Deus. João Sebastião Bach dedicou todas as suas obras “somente à glória de Deus”. “Honrar a Deus é instruir o homem.” As construções clássicas e românicas eram sólidas e equilibradas, mas talvez demasiado terrenas. As colunas das catedrais góticas, contudo, se faziam cada vez mais altas, mais aéreas, mais nobres e leves e iam-se adelgaçando até transformarem-se em agulhas que pareciam penetrar no próprio Céu. Do mesmo modo as fugas de João Sebastião Bach se separavam, divergiam, sucediam-se e brincavam elevando-se, estendendo-se, subindo sempre, anelando sempre, amando sempre, até o inefável e inapreensível Deus. Colunas e fugas, arquitetura e música, eram desdobramentos para chegar à eternidade, e assim também era a poesia de São João da Cruz.

O grande símbolo de todos os ideais é sem dúvida Dom Quixote, o cavaleiro que luta pela Verdade, a Beleza e a Justiça, cujas ações devem passar pelo crivo prático do senso comum, representado por Sancho Pança, pois os ideais, quando se convertem em ideias fixas, levam a extremos desmesurados (Dom Quixote e Sancho necessitam-se mutuamente: ideal e senso comum têm de completar-se).

Há, porém, exageros teóricos que distorcem os verdadeiros ideais. O ideal de Bem pode deformar-se e converter-se em perfeccionismo neurótico. O ideal de pátria pode desfigurar-se e se tornar em Nacionalismo. O ideal de pureza pode transformar-se em maniqueísmo ou integrista. O afã de verdade pode fazer-se criticismo cético e amargo. O anseio de ordem pode trocar-se em obsessão e fanatismo.

O ideal não é o absurdo ou impossível. O ideal é uma clara bandeira. Na Grécia Antiga os epicuristas queriam forjar-se uma vida sem sofrimento. Isso é impossível. [...]

O ideal não supõe desumanizar-nos, mas aceitar-nos como somos e, a parti daí, melhorar-nos. O ideal deve estar no horizonte e deve ser uma bandeira definida e não uma bruma distante, mas não pode ser um ídolo, pois o Deus verdadeiro é inefável e insubstituível.

O oposto do ideal é a ambição. O ideal corresponde ao anseio de realização do espírito humano. O ideal resulta do ser mesmo do homem. A ambição, ao contrário, é fruto do ego, da cobiça e da inveja, do eu inventado e inflado por fantasias e complexos. O idealista crê no ser humano: é Dom Quixote exaltando Dulcineia, é Jesus Cristo chamando os homens ao amor e a uma vida plena. O ambicioso, em vez disso, rebaixa o ser humano à condição de mercadoria descartável. A vida então não tem sentido e é encarada como coisa sem valor. O operador de mísseis aperta o botão e destrói com um simples ato uma cidade inteira. É um pequeno ato para um mal imenso. Dezenas de milhares de vidas em Hiroxima e Nagasáqui não significavam mais que números. Seis milhões de judeus e um milhão de ciganos, poloneses e sacerdotes e pastores em Auschwitz e Dachau não eram senão estatística. O que vale para a ambição é o ídolo: raça, poder ou dinheiro.

A ambição corresponde ao eu mesquinho, exacerbado ou alienado pelo engano do mundo. O demônio, ao tentar Jesus, oferece-lhe os reinos do mundo, do mundo que, segundo o Hinduísmo, é “maia”, é ilusório. Dizem que na conquista da América alguns indígenas, maravilhados pelo desesperado desejo de ouro dos espanhóis, fundiram pedaços desse metal e os deram a beber aos europeus que haviam aprisionado. “Dinheiro, dinheiro, fazer dinheiro” é o lema que deformou a América do Norte. Acumular é uma coisa. Desfrutar a vida é outra.

O espírito eterno levanta a bandeira dos ideais. Dom Quixote e Sancho, o sonho e o senso comum, saem pelo mundo para restaurar os valores, corrigir injustiças e velar pela ordem verdadeira. São Pedro Claver e o Padre Damião, John Wesley e William Booth, Madre Teresa de Calcutá e Albert Schweitzer deixam sua comodidade para cuidar dos mais

miseráveis e dos enfermos. Tata Vasco e o padre Las Casas preocupavam-se com a sorte dos índios, Wilberforce combatia a escravidão e Gandhi defendia os “intocáveis”. E cientistas como Pasteur, Koch, Finlay, Fleming e Salk, com suas pesquisas e descobrimentos, davam horizonte de cura aos enfermos.

Já o ego mesquinho, falso e inflado está em Caim e sua prole intelectual, em Nero e Calígula, em Átila, Hitler e Stálin, em todos os conquistadores que usurparam as terras e pátrias alheias, nos traficantes de escravos e nos proxenetas, nos seqüestradores, mafiosos e narcotraficantes. É o velho combate entre a luz e as trevas, de que falavam o Masdeísmo, o Gnosticismo e os Essênios.

Fausto se vende a Mefistófeles por sua ambição. Dom Quixote, como Jesus Cristo, dignifica os seres humanos: na pobre meretriz, em Aldonsa Lorenzo, em Maria Madalena não veem carne disponível para sexo fácil, mas a mulher chamada à plenitude, que pode florescer com o amor. Os ideais levantam, desenvolvem, recuperam vidas para a vida plena. Os vícios e os males são círculos viciosos. A idólatra ambição leva ao nada, ao vazio. O Rei Midas converterá tudo em ouro, mas, na hora da fome, não poderá comer nada. O inferno é monótono. O ideal é ameno e criativo.

A inspiração do ideal nos dá os músicos e os médicos, os místicos e os bons escritores, os grandes reformadores. Ideal ou ambição: na vida, trata-se de luzes ou sombras.

INTRODUÇÃO À EGIPTOLOGIA

Carlos Valoussière de Castro Brandão²

O Egito faraônico é um dos períodos mais fascinantes da História das civilizações. Tem limites específicos, mas nem sempre claros no tempo. Sua cronologia divide-se em momentos bem definidos e aceitos pela egiptologia. A civilização do Nilo suscita o entusiasmo de diversos estudiosos que, não raro, levam suas interpretações às teorias mais fantasiosas. O intuito, portanto, deste artigo é de, justamente, fazer uma apresentação geral e eliminar as dúvidas mais comuns e os mitos sem fundamento algum, mas que têm tenacidade dentro do imaginário de muitos.

O Pré-dinástico e a Geografia

O Egito é um dom do Nilo, escreveu o historiador Heródoto, porque se trata de uma longa banda de terra de mil quilômetros de extensão com margens que podem chegar a quarenta quilômetros. O rio corre do Sul ao Norte, e é por isso que, ao contrário de nossa civilização, os egípcios procuravam o Sul para se orientarem. Antes de se jogar no mar mediterrâneo, ele irriga a parte mais fértil do Egito até hoje, o Delta do Nilo.

A sequência cronológica dessa civilização é cíclica. A datação é feita sempre em relação ao período de governo do rei. Assim, fala-se de algum evento no ano 1 do rei, ou de outro evento no ano 8 do rei. Mas quando o rei morre e seu sucessor ascende ao trono, o calendário zera. Havia ausência de um ponto histórico de referência como temos hoje com o nascimento de Jesus Cristo; a datação é feita antes ou depois de Cristo.

² Acadêmico, ocupante da Cadeira 83, patroneada por Machado de Assis.

Essa falta de ponto de partida dava ao povo egípcio a falsa sensação de que sua civilização existia desde sempre e, muito provavelmente, duraria para sempre, pois pouco parecia mudar ao longo das gerações. Havia uma perpetuação cultural que cimentava essa opinião.

Assim, para o egiptólogo de hoje, um dos grandes desafios é o de, justamente, poder datar com precisão o começo e o fim de cada reinado, apesar de os eventos durante cada um deles ficarem mais fáceis de ser localizados. Por isso, há uma margem de mais ou menos 20 anos de precisão, o que leva diversos autores a estabelecerem datações diferentes para um mesmo evento, sem que haja erro da parte de um ou do outro.

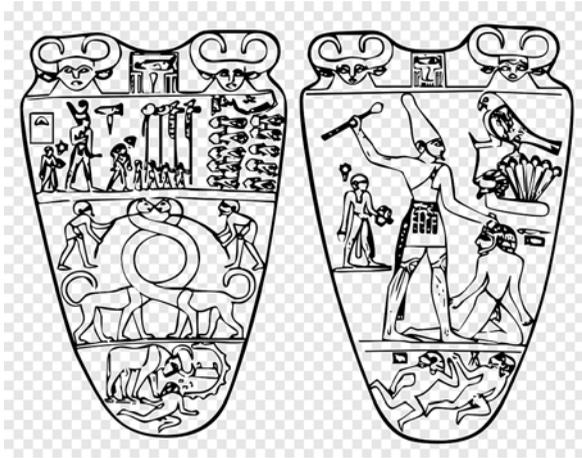
Por ser uma cultura tributária do Nilo, as três estações correspondem a momentos precisos do rio que influenciam diretamente a agricultura. Vale lembrar que o Egito se encontra no hemisfério norte e que, portanto, em relação ao Brasil, as estações são invertidas.

Todo ano, o Nilo transbordava e carregava os nutrientes, a enriquecer a terra. Essa inundação não ocorre mais desde que se fez a barragem de Assuã, que regula o fluxo do rio. Essa estação chama-se *Akhet*, inundação. Ela é seguida por *Peret*, germinação, e por fim, vem *Chemû*, a colheita. Cada estação tem quatro meses.

O país, ao longo do período faraônico, estava sempre dividido entre Norte e Sul, o que se simboliza pelas coroas reais de cores e formas diferentes. Essa unificação foi realizada pelo rei Aha, também conhecido como Narmer, fundador da primeira dinastia, em 3150 a. C.

Trata-se de uma vitória militar do Sul sobre o Norte mas, culturalmente, observa-se o inverso. O reinado de Narmer, apesar

de pacífico internamente, inaugurou uma longa série de guerras que seus sucessores travariam para expandir as fronteiras.



A paleta de Narmer é o documento de fundação do Egito antigo, pois nela pode-se ver de um lado o rei com a coroa *Deshret*, de cor vermelha do Baixo Egito, Norte do país, à esquerda na imagem; e com a coroa *Hedjet*, de cor branca do Alto Egito, Sul do país, à direita da imagem.



A união das duas coroas do Alto e do Baixo Egito chama-se Pschent. Somente no Novo Império haverá uma coroa diferente,

dita azul ou de guerra, *Kepresh*. Nela, como nas outras coroas, está presente o *Ureu*, a cobra, que simboliza o olho divino.



Outro elemento da simbologia da realeza é o trono que era, nos primórdios, um cubo simples, com, às vezes, um encosto reto. Nele, encontram-se elementos da natureza e de animais. Assim, é possível ver um rabo de touro no próprio trono, cuja função é conferir ao rei a força taurina.



As Concepções Religiosas

As cosmologias explicam a criação do mundo; a mais antiga, a heliopolitana, descreve o mundo como sendo inicialmente um elemento caótico líquido. Do caos nasce o sol (helio, em grego), que sai da água. Surge o demiurgo que, ao masturbar-se, dá vida ao deus *Shou*, o seco, e a deusa *Tefnout*, a úmida.

Da união do seco e do úmido, nasce *Nout*, o céu, e *Geb*, a terra, que tiveram, por sua vez, quatro crianças: *Isis* e *Osiris*, o casal fértil e modelo da família real; e *Seth* e *Nephtys*, o casal infértil.

A partir dessa primeira explicação surgiram os demais deuses, que atuam nesta vida ou no além. A morte não é vista como negativa, e sim como a continuação da vida em outro plano, portanto deuses que acompanham exclusivamente os mortos não são inferiores e nem têm carga negativa.

Do *tumulus* ao Mastabá

No período pré-dinástico, o *tumulus* representava a terra que cobria a fossa onde estava enterrado o defunto, que levava consigo objetos para sua vida no além. O montículo era feito de areia e cercado por pedras ou pranchas. Ao longo das duas primeiras dinastias, as mudanças levariam à criação de uma superestrutura chamada de mastabá.

Nele, o defunto iria sobreviver e para tal ele precisava ser alimentado como se estivesse vivo, por meio de oferendas e também pela lembrança de seu nome. Por isso, o nome tem fundamental importância nas estátuas, pois elas são um *alter ego* da pessoa lembrada, portanto, ela vive.

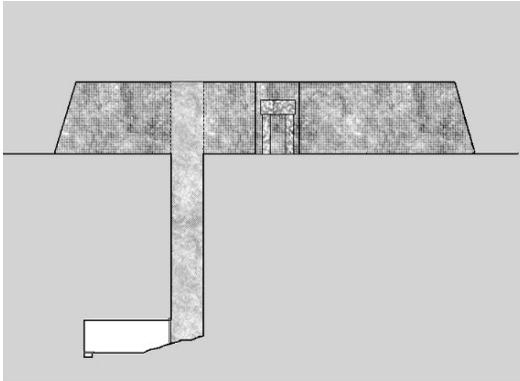
Os sacerdotes e os familiares do defunto realizavam os cultos funerários e podiam até conversar com ele na capela. Havia uma ligação permanente entre os dois mundos

Do ponto de vista arquitetônico, o mastabá é uma construção de pedra, palavra que significa banco na língua árabe contemporânea. Na parte da superfície há a capela, lugar onde se opera o encontro entre o reino dos mortos e o dos vivos, por meio da representação da pessoa em estátua. Pode ter de três até seis metros de altura; de dez a trinta metros de comprimento e de cinco a quinze metros de largura.

Há alguns mastabás que chegam a ter quase cem metros de comprimento e mais de setenta metros de largura, mas são excepcionais.

Debaixo deles, cavado na rocha, há um poço, cuja profundidade pode chegar em média a vinte metros. No fundo desse poço, nas profundezas da terra, era cavada uma câmara funerária onde se depositava o sarcófago, lugar final de vida para o defunto, que viveria eternamente, com seus objetos pessoais.

Para evitar roubos das câmaras funerárias, o poço era obstruído por pedras, dificultando, desse jeito, o acesso aos bens e garantindo a tranquilidade do defunto.

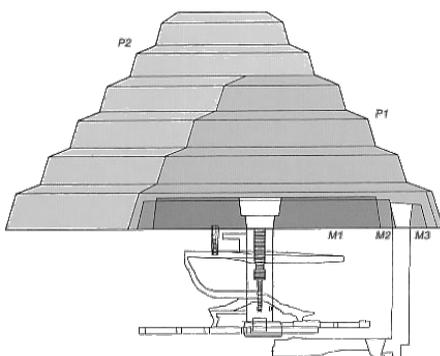


Desenho de um mastabá com sua capela, seu poço e sua câmara funerária

Do Mastabá à Pirâmide

Ao longo das I e II dinastias, o poder real consolidou-se e a vontade de os reis terem um mastabá maior cresceu. O rei Djoser, que inaugurou a III, juntamente com seu arquiteto Imhotep fez evoluir o túmulo monárquico. Ele construiu, inicialmente, uma sepultura clássica, de concepção tradicional, com capela, poço e câmara funerária. Uma modificação notória foi feita na parte externa:

uma extensão da estrutura, seguida depois por uma superposição de mastabás cada vez menores. Nasceu, assim, a pirâmide de degraus.



No desenho, M1 é o mastabá inicial, M2 e M3 são ampliações do mastabá. P1 é o primeiro conjunto de quatro degraus que cobre o mastabá. P2 é o segundo conjunto que cobre com mais dois degraus a primeira pirâmide. Podem-se observar poços e diversas câmaras funerárias que se cavaram.

Aos poucos, as pirâmides foram cobertas com revestimentos o que lhes confere o aspecto que se tornou tradicional no imaginário moderno, com um ângulo de 51°. Elas sempre vão reproduzir a concepção inicial do mastabá, com o princípio de um poço que leva à câmara funerária cavada abaixo do nível base do monumento funerário.

O mesmo aconteceu com os hipogeus, bastante utilizados durante o Novo Império, que eram estruturas funerárias cavadas na rocha da montanha. Trata-se de uma série de salas ricamente decoradas que levam, como dentro de um mastabá, a um poço, no fundo do qual se encontra a câmara funerária. É o caso do túmulo de Séthi I ou de Tutankhamon, cujos hipogeus se encontram no Vale dos Reis, dentro de montanha que tem um aspecto piramidal.

Em volta das pirâmides, organizava-se um verdadeiro centro de culto aos mortos. Havia nessas necrópoles milhares de pessoas que

trabalhavam de dia como sacerdotes, artesãos ou vendedores. Os vivos iam cultuar seus mortos para garantir-lhes a permanência na vida eterna, ao mencionar os nomes dos defuntos e alimentá-los simbolicamente.

Os monumentos funerários encontram-se do lado oeste do Nilo, pois, o sol se põe no ocidente e dá a impressão de estar iluminando embaixo da terra, onde estão os mortos. No fim do dia, os vivos regressam para a margem leste, reino deles, pois é do oriente que nasce o sol, portanto, a vida.

É importante destacar que as pirâmides eram construídas por mão-de-obra dentro do esquema da corveia, não eram escravos. Ou seja, assim que a construção se encerrava, os camponeses voltavam à vida agrícola. O trabalho compulsório não era feito durante a época da colheita, nunca em detrimento da alimentação. A pirâmide nada mais era do que uma tumba para o rei, portanto os operários não eram enterrados nela.

A preservação do corpo realizava-se por meio da mumificação, processo oriundo da dessecação dos corpos, técnica aperfeiçoada ao longo dos séculos e que passou a incluir um processo de cerca de setenta dias para atingir o nível de conservação que se pode observar nas múmias da XX dinastia, por exemplo.

Por essa razão, a grande maioria das múmias encontradas em bom estado são, geralmente, do Novo Império.

Os Principais Períodos

O Antigo Império

Trata-se de um período de consolidação dos tempos pré-dinásticos e das duas primeiras dinastias, que não constituem o Antigo Império. A III e a VI dinastias delimitam essa época que vai de 2700 a 2200 a. C.

Esse foi um dos maiores momentos de estabilidade que o Egito antigo vivenciou, sem ameaça externa e com grande prosperidade interna. A centralização política favoreceu o estabelecimento dos funcionários provinciais e da corte que ganharam em influência, o que diminuiu o poder monárquico ao longo dos sucessivos reinados.

Os cânones artísticos, arquitetônicos e culturais, bem como os religiosos, foram fixados nesse período, pouco mudaram permanecendo como modelos praticamente imutáveis por milênios.

Essa perenidade reforçava a ilusão que o povo do Nilo tinha quanto à eternidade de sua cultura.

As pirâmides são a expressão do poder do rei e dos poderosos, que também podiam construir esse tipo de monumento funerário, mas em escala bem menor. Nunca mais, curiosamente, as dimensões de Quéops, que construiu a maior pirâmide, e de seus sucessores, foram igualadas. Além disso, elas refletiam o alto nível de eficácia do funcionamento da administração pública, capaz de mobilizar recursos materiais e humanos em escala sem precedentes.

O feudalismo que se instalou aos poucos nas províncias tornou-se uma ameaça ao poder do rei e acabou por desagregar a administração central. Esse ganho de poder político é evidenciado pela criação do cargo de vizir, equivalente a um primeiro-ministro, que tem cada vez mais poder e ofusca as atribuições do monarca, até o ponto de ser o verdadeiro chefe da máquina administrativa.

O Primeiro Período Intermediário

Chama-se assim o século e meio que encerrou o Antigo Império e introduziu o Médio Império entre 2200 e 2030 a. C. Ele compreende da VII até a XI dinastias.

A desagregação do poder central, no final do Antigo Império, levou a um progressivo fortalecimento do poder dos nomarcas, governadores de *nomos*, as províncias egípcias. Um paralelo

interessante pode ser traçado com o período regencial no Brasil em que as províncias ganharam autonomia em detrimento da capital.

As altas funções da administração egípcia que, no final do Antigo Império, tornaram-se hereditárias fragmentaram o país em zonas de influência regionais. A rivalidade entre os nomarcas gerou conflitos entre os nomos e o fim da coesão política do Egito

No entanto, trata-se, paradoxalmente, de um período de crescimento econômico. As trocas comerciais intensificaram-se e a prosperidade foi confirmada na riqueza das cidades e no refinamento dos túmulos dos chefes provinciais

O Médio Império

O Médio Império vai de 2030 até 1786 a. C. e tem somente duas dinastias: a XI, que encerra o Primeiro Período Intermediário, e a XII dinastia. Alguns egiptólogos inserem o início da XIII dinastia nessa época, apesar de ela abrir o Segundo Período Intermediário.

A prosperidade do Primeiro Período Intermediário amplificou-se com o incremento do comércio internacional, pois se estabeleceram sólidas relações com a região Siro-Palestina. Houve envio regular de expedições que marcaram a presença egípcia comercial nesta região. A presença monárquica traduz-se por uma série de fortalezas construídas tanto no Sul, como no Delta do Nilo e no corredor siro-palestino.

Militarmente, o país estava mais ofensivo, apesar da pacificação gradual interna, pois o feudalismo ainda era forte, concorrendo ainda com o poder central. Houve expedições contra os líbios no Oeste e a pacificação do Sinai, o que trouxe maior segurança e diminuiu eventuais assaltos por parte dos asiáticos. A Núbia permaneceu independente, mas as caravanas comerciais puderam voltar a transitar sem medo, de Norte a Sul.

Culturalmente, as grandes obras da literatura egípcia foram escritas neste período e tornaram-se os cânones da ideologia real até o Novo Império. O classicismo é a marca dessa época com a redação de hinos à realeza, textos diplomáticos, autobiografias, textos administrativos e literatura especializada como tratados de medicina, de matemática ou de magia.

Pode-se afirmar que o Médio Império foi o apogeu da língua e da literatura. Publicaram-se histórias de moral, sátiras, comentários políticos, mas sobretudo, foi a proliferação do romance e dos contos mitológicos que mais marcou a produção literária.

O refinamento intelectual levou a uma mudança na arquitetura que marcou o estilo clássico egípcio. Juntou-se, desse jeito, a tradição do Antigo Império com a sobriedade que tornou a construção mais humana. O melhor exemplo é a Capela Branca, de Sesostris I, obra arquitetônica que se pode visitar hoje.



Os problemas comerciais precipitaram o fim da prosperidade e da estabilidade política, dando mais uma vez influência às elites em detrimento do poder central. Este teve cada vez mais dificuldade em cobrar impostos, enfraquecendo-se, até ser subjugado por famílias provinciais poderosas e por invasores estrangeiros.

O Segundo Período Intermediário

O Segundo Período Intermediário vai de 1786 até 1540 a. C. e se vê um recuo progressivo do poder central.

A grande marca dessa época foi a invasão dos Hyksos, povo asiático que introduziu um animal até então desconhecido no Egito, o cavalo, e seu uso militar.

Por isso, a presença de cavalos em desenhos egípcios ajuda na datação da obra.

Apesar da invasão, os egípcios aceitaram a presença estrangeira, que ocupou a metade Norte do país. A metade Sul permaneceu sob domínio egípcio. A despeito dos transtornos políticos, não se trata de um período de decadência, já que o comércio fez prosperar esse novo reino híbrido asiático-egípcio.

Culturalmente, a prática de copiar as obras clássicas continuou, ou seja, não houve caos generalizado, como o título do período pode deixar entender.

O Novo Império

Considerado por muitos como o apogeu da civilização, vai de 1540 até 1000 a. C. É o período mais famoso dessa civilização por diversas razões.

O país teve sua extensão territorial máxima graças à institucionalização do exército dando proeminência política aos generais; e por ter personalidades que marcaram a história. Além disso, dentro das fronteiras, a estabilidade favorecida pela reorganização da administração gerou grande prosperidade.

As XVIII, XIX e XX dinastias construíram com um refinamento até então inigualado, fixando a capital no Norte do país, onde ficou até hoje, evidenciando a proximidade cultural, militar e comercial com o mar Mediterrâneo e a Síria-Palestina.

A primeira figura emblemática desse período foi Hatchepsout, rainha ao mesmo tempo que seu meio-irmão Tutmosis III era rei.

Foi a partir daí que nasceu a palavra faraó, contração de uma série de títulos que os escribas não queriam escrever duas vezes seguidas, por causa dos dois reis que reinavam ao mesmo tempo.

Outro nome destacado, talvez um dos mais famosos e menos entendidos, foi Amenotep IV, que passou para posteridade como Akhenaton.

Ao contrário do que muitos afirmam, ele nunca instaurou o monoteísmo, mas simplesmente retirou muito do poder do mais influente culto egípcio, o de Amon-Rê, ao diminuir as dotações econômicas e afastar das decisões nacionais o sumo sacerdote daquele culto.

Assim, o faraó era “Aquele que agrada Aton”, e deixou livre, como sempre foi, o politeísmo praticado pelo povo.

Com sua morte, o culto de Aton perdeu sua influência para o culto de Amon, o que se evidencia na troca do nome do herdeiro e jovem rei Tutankhaton em Tutankhamon.

Ramsés II foi o último grande faraó. Teve um longo reinado, expandiu as fronteiras, derrotou inimigos Hititas na batalha de Kadesh e foi um dos maiores construtores, com obras monumentais como Abu Simbel ou o Ramesseum.

Ele é confundido como o faraó que sofreu as pragas bíblicas, mas não há fundamento acadêmico sólido para respaldar essa afirmação com certeza.

O êxodo teria talvez acontecido no reinado de Merempta, seu sucessor.

A partir da morte de Ramsés II, o poder faraônico entrou em lenta decadência.

O Terceiro Período Intermediário e a Baixa Época

Com o fim dos Ramessidas, seguiu-se uma sucessão de golpes e de sacerdotes que se proclamaram reis.

Durante os cerca de três séculos deste Terceiro Período Intermediário, o país dividiu-se, dinastias se sucederam e, muitas vezes, controlaram apenas algumas partes do reino.

Este Período vai de 1000 antes de Cristo até 664 antes de Cristo, e compreende da XXI até a XXV dinastia.

A Baixa Época compõe-se da XXVI até a XXXI dinastia e vai de 664 antes de Cristo até a conquista do Egito por Alexandre da Macedônia, em 332 antes de Cristo.

Nesses dois períodos, o Egito foi invadido por reinos vizinhos e acabou tornando-se mera província para impérios conquistadores, como o líbio, o etíope, o persa, o macedônio e o romano.

O ponto final da civilização faraônica deu-se com a cristianização dos coptas, que encerrou as crenças politeístas, as práticas funerárias e outros aspectos sobreviventes de uma outra época relegada a um passado distante.

Uma curiosidade interessante é que a língua sacerdotal copta ainda em uso hoje é a língua, com adaptações, que se falava na Baixa Época.

Os hieróglifos só foram redescobertos pelo egiptólogo francês Jean-François Champollion, no início do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

COLLÈGE DE FRANCE, Rapport d'activité 2018-2019, Paris, 2019.

CONNOR, S. Quatre colosses uu Moyen Empire ramessisés. BIFAO, Le Caire: BIFAO Institut Français d'Archéologie Orientale, 2015.

DARESSY Atlas archéologique, Paris: Soleb, 2019.

DESROCHES NOBLECOURT, C. La reine mystérieuse Hatchepsout. Paris: Pigmalion, 2002.

GRIMAL, N. Histoire de l'Égypte ancienne. Paris: Fayard, 1988.

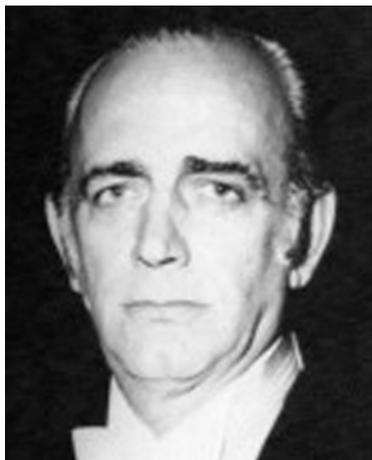
GRIMAL, N. (sous La direction), Une chapelle de Sésostri 1er à Karnak, collection "Études d'égyptologie, Paris: Soleb, 2020.

LALOUETTE, C. Le monde des Ramessides. Paris: Perrin, 2002.

PFIRSCH, L.; MATGUERON, J-C. Le Proche Orient et l'Égypte. Paris: HU, 2012.

PFIRSCH, L.; BONHÊME, M-A. Le monde des égyptens. Paris: Hors Collection Histoire, 2008.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Galeria dos Presidentes (I)



Saulo Diniz (1964/67)



Ernesto Silva (1968/73)



Guido Mondin (1973/87)



Lourenço Tamanini (1987/90)

NAPOLEÃO BONAPARTE, ATOR TEATRAL

Danilo Gomes¹

Há 250 anos, em 15 de agosto de 1769, nascia Napoleão Bonaparte, na cidade de Ajaccio, capital da Ilha da Córsega, então sob jurisdição francesa.

Jean Tulard é considerado o maior especialista mundial em Napoleão Bonaparte, o célebre político e militar francês de origem italiana. O suplemento Cultura, de "O Estado de S. Paulo", transcreveu, em seu número de 27-2-1988 (já lá se vão 31 anos), uma entrevista que Jean Tulard concedeu a Pierre Billard, do "Le Point". Nessa entrevista, o grande biógrafo – que coordenou a elaboração do "Dicionário Napoleão", da Editora Fayard e que reúne em 1.769 páginas nada menos que 3.228 verbetes redigidos com a colaboração de 205 especialistas – afirma que Napoleão Bonaparte desperta "alergias insuperáveis e entusiasmos ardentes" e que "foi rejeitado ao mesmo tempo pela extrema direita e pela extrema esquerda" – e isto desde 1814.

Há – segundo Tulard – mais de 60.000 livros sobre o modesto corso que chegou a Imperador dos Franceses e um dos homens mais poderosos do mundo.

"Alergias insuperáveis e entusiasmos ardentes", diz o famoso *expert*, encarregado do curso "Revolução e Império" na Sorbonne, Diretor de Estudos na École Pratique des Hautes Études e Presidente do Instituto Napoleão.

De fato. Ainda agora leio o pequeno volume "A bem da verdade sobre Napoleão Bonaparte", de L. B. Horta Barbosa, publicado no Rio, em 1923. Nele, o autor execra a figura do Imperador, compilando páginas

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 74.

de vários autores que o retratam e o reduzem a um verme, flagelo do gênero humano, como o chefe huno Átila, por exemplo. É um livro cruel, excessivamente severo para com o gênio político e militar que foi Napoleão, apesar de todos os seus erros, fracassos e desmandos. Trata-se de uma verdadeira catilinária, um libelo feroz e impiedoso, faccioso, parcial, que só destaca o lado malvado e os equívocos do *petit caporal*.

Prefiro o ensaio de Emerson sobre Napoleão, enfeixado no clássico livro “Homens representativos” (Tecnoprint, Rio, 1967, tradução, prefácio e notas de Alfredo Gomes). O estudo do pensador Ralph Waldo Emerson é equilibrado, sensato, justo e brilhante, mostrando as duas faces da moeda.

Napoleão é um mundo. Fiquemos aqui apenas com sua vertente teatral. Era um homem que sabia representar e impressionar, pelo que se depreende da leitura de suas biografias. Afirma Emerson haver sido ele “potente ator sempre pronto, que agarrou a ocasião pelos cabelos.” Em outro passo, o erudito autor lembra o seguinte: “Divertia-se a fascinar Josefina e as suas damas de honra, numa sala fracamente iluminada, pelos terrores de uma ficção, na qual a sua voz e o seu poder dramático exerciam largo papel.”

No seu melancólico “Memorial de Santa Helena” – segundo ainda Emerson – ele imprimia à sua autobiografia “um brilho teatral”, pois, “como todos os franceses, tem a paixão dos efeitos do teatro.” O tradutor, Alfredo Gomes, por sua vez, numa nota de pé de página, declara: “Napoleão preocupou-se demasiado pela encenação, pelo artifício e pela retumbância. É o que se deduz da leitura de suas Memórias e de seu Manuscrito. Existe apenas o pessoal, quando na verdade a colaboração de seus auxiliares lhe proporcionou a atmosfera de glória.”

O próprio Imperador-ator assim se expressou:

“Uma grande reputação é feita de muito ruído; quanto mais barulho se faz, mais longe se ouve. Leis, instituições, pronunciamentos, nações, tudo cai, porém, o ruído continua e ressoa nos séculos seguintes.”

O grande personagem era, evidentemente, um ególatra e, com o adjutório de muita gente, criou a própria legenda, desenhou a Era Napoleônica, que refulge até hoje.

O ruído, a fama, a glória: ele mesmo muito ajudou a tecer sua própria coroa de imortalidade. Exercia fascínio sobre as pessoas e sobre as tropas sideradas pelo seu garbo marcial. Jean Tulard, na mencionada entrevista, afirma que Napoleão cuidou, ele próprio, de manter a sua lenda, nos jornais dedicados a relatar suas ruidosas campanhas. Era, podemos dizer hoje, um campeão da mídia, era um craque da política-espetáculo, como Carlos Magno, Luís XIV, Luís XV, Elizabeth I da Inglaterra. Cultivou, como outros governantes enfatuados, a estética do poder, exibida com pompa & circunstância nas poses, nos tronos, nos quadros, nos monumentos, no gestual grandioso, no culto à personalidade. Quem o via, podia logo sentir o peso majestático de sua bem elaborada presença imperial. Só no exílio na remota e lúgubre Ilha de Santa Helena, perdida no meio do Oceano Atlântico, entre o Brasil e a África, e sob o tacão do seu carrasco, o cruel Governador britânico **Sir** Hudson Lowe, ele tomou plena consciência de sua derrota e de sua desgraça. Ainda assim, não perdeu de todo a majestade e, dias antes da morte, ocorrida em 5 de maio de 1821, redigiu seu longo e minucioso testamento. Ali lemos: “Desejo que minhas cinzas repousem às margens do Sena, junto a esse povo francês a quem tanto amei.” E também: “Morro prematuramente, assassinado pela oligarquia inglesa; o povo inglês não tardará a me vingar.” O povo inglês, evidentemente, não o vingou, mas na França sua legenda se perpetuou. No testamento, ele acusava o General Wellington de “me enviar para morrer no rochedo de Santa Helena.”

Interessante registrar que, no seu testamento, acrescido de quatro codicilos, o Imperador menciona, uma única vez, o nome do Brasil. Deixa seus bens para o filho legítimo, parentes, militares, amigos. Tudo “assinado e lacrado com as minhas armas.” Num certo momento, ele escreve: “Ao general Hogendorf, holandês, meu ajudante-de-campo refugiado no Brasil, cem mil francos.”

Seu testamento está no final do livro “Napoleão – Uma biografia literária”, de Alexandre Dumas, traduzido no Brasil por André Telles (que redigiu a Apresentação e elucidativas notas). Essa edição é da Zahar, Rio, 2004, 240 págs.

A propósito do general Hogendorf, encontrei sobre ele interessantes apontamentos no livro (pequeno, 87 págs., mas importante e delicioso) “Cosme Velho”, do escritor Cícero Sandroni, da Academia Brasileira de Letras. Esse volume pertence à série Cantos do Rio, da coleção Perfis do Rio, da editora Relume Dumará, Rio, 1999. Eis o trecho, às págs. 23 e 24:

“Entre figuras históricas que moravam no Cosme Velho encontramos Dirk ou Thierry von Hogendorp, nascido na Holanda em 1771, mais tarde general de Napoleão. Hogendorp estudou na escola de cadetes de Frederico, o Grande, da Prússia e filosofia com Kant, em Koenigsberg. Sua rápida carreira daria um romance, mas em 1807 é nomeado por Luís Bonaparte embaixador na França em Viena; mantém contatos com Napoleão, torna-se general do exército francês e, em 1811, ajudante-de-campo do Imperador. Participa da invasão da Rússia e organiza em Vilna a retirada das tropas. Quando Napoleão volta da ilha de Elba, está ao seu lado em Waterloo. Depois da derrota, gostaria de acompanhar o Imperador para o exílio, mas como não conseguiu permissão, viaja para o Brasil, instala-se no Rio de Janeiro num dos morros do Cosme Velho, onde chegou a cultivar 30 mil pés de café. D. Pedro I o admirava e pensava em nomeá-lo seu ministro da Guerra. Mas antes disso, Hogendorp morreu sem saber que pouco antes, em Santa Helena, Napoleão o havia contemplado

com 100 mil francos no seu testamento. D. Pedro I ordenou que fosse enterrado com grandes honras no cemitério dos ingleses, na Gamboa.”

Napoleão, já no Consulado – antes do Império – criou seu próprio *look*: a mão enfiada no colete; o chapéu característico e exótico mesmo para o seu tempo; os arroubos teatrais como o de arrancar do próprio peito a Cruz da Legião de Honra (criada por ele!) para colocá-la no peito do agraciado; o andar inquieto, pra lá e pra cá, com as mãos pra trás, entrelaçadas.

Ele era uma *persona*, ele era o espetáculo, depois da carnificina que foi a Revolução Francesa (ele acabou com o Terror, em 1794). Como não o admirar? Ele instituiu o Código Napoleônico (Código Civil Francês 1804), arrumando a caótica casa. Já durante o Consulado, após o golpe do 18 de Brumário, ele criou o Banco da França, regulou a emissão de moeda, adotou tarifas protecionistas e incentivou a industrialização e o crescimento do mercado interno, ampliou os empregos e a infraestrutura francesa, com a realização de obras públicas; e reformou o sistema educacional público.

Napoleão teve vitórias (Austerlitz, Iena, Marengo, etc.). Sofreu derrotas, como a catastrófica retirada da Rússia, em 1812, e, pior ainda, a tragédia que foi Waterloo, em 1815.

Assegura Tulard: “Napoleão tinha um senso inato da propaganda.” Alguns de seus heróis eram Alexandre, o Grande, da Macedônia e Caio Júlio César. Sua ida ao Egito retumbou no mundo e suas palavras à tropa ressoam até hoje: “Soldados, do alto destas Pirâmides, quarenta séculos vos contemplam.”

Foi delirantemente ovacionado.

Encontrei há dias, numa banca de jornais e revistas, uma publicação bem ilustrada, chamada “Grandes Nomes da História” (ano 1, nº 2, 2019), enfocando nosso personagem. A certa altura, os historiadores

Paulo Debom e Rafael Cal mostram a escalada do general para o trono e escrevem:

E fez questão de deixar claro que não aceitará nenhuma autoridade acima da dele. Alterou o ritual da coroação, ao retirar a coroa das mãos do papa e pô-la ele mesmo em sua própria cabeça. A atitude do imperador pode parecer, a princípio, uma afronta contra a Igreja, todavia, não o foi. Tratou-se de uma grande encenação. Ao se coroar, ele afirmava que não recebeu o poder por meio hereditário, como os antigos reis da França. Logo, sua posição foi uma conquista pessoal por seu esforço e mérito. A atitude não abalou a relação com o catolicismo, pois a aliança de Bonaparte com o papa já estava estabelecida.

Napoleão tinha clara consciência do “poder iconográfico da imagem real” e fez questão de compor “o mais elaborado e ritualístico cenário para a monarquia”, expressões que retiro, adequando-as à *persona* Napoleão Bonaparte, da excelente obra “Elizabeth I – Uma biografia”, da inglesa Lisa Hilton (Rio, Zahar, 2016, trad. de Paulo Geiger, pág. 182).

Na Ilha de Santa Helena, perdida no Atlântico, aprisionado pelos ingleses do Duque de Wellington, após a fragorosa derrota de 1815, ele soube, no “Memorial” que ditava aos assessores engalonados, tecer a coroa do martírio.

Voltemos a Tulard. Assim ele conclui sua análise dessa faceta do ilustre general e governante: “Penso o que teria feito se tivesse tido à disposição, como De Gaulle, uma televisão...”

Eu acrescento que não era à toa que Napoleão admirava o famoso ator François-Joseph Talma, a quem convidava para jantar em palácio. E que se fez retratar, a ele e seus familiares, por alguns dos melhores pintores, em especial Jacques-Louis David, um antigo partidário do sanguinário Robespierre.

Na grandiosamente teatral cerimônia da coroação, em 1804, ele, ignorando a presença do Papa Pio VII, colocou a coroa em sua própria cabeça e em seguida coroou Josefina Imperatriz da França. O pintor David estava lá e elaborou requintadamente a famosa tela grandiosa: Napoleão I coroando a bela Imperatriz, ajoelhada diante dele. Pura cena teatral.

Voltemos um instante, como num ato, ao ator Talma, amigo do Imperador e seu mestre nas artes cênicas. A cena é referida no magnífico livro “Napoleão – uma vida”, de Vincent Cronin (Barueri, SP, Editora Manole, 2013, 486 págs., trad. de Anna Lim e Lana Lim):

“Uma noite, Napoleão foi à Comédie Française, onde o famoso ator representava *Hector*. Disse Napoleão a Talma:

“– Então, Talma, Chateaubriand diz que você me deu aulas de como fazer o papel de Imperador; tomo esta insinuação como um elogio, pois mostra que ao menos devo ter desempenhado bem meu papel.” (Pág. 401)

Na tela de Ingres, de 1806, “Napoleão I no Trono Imperial”, ele é representado como um deus, um misto vistoso de Júpiter, César e Carlos Magno.

No excelente livro “Josefina – Desejo, Ambição, Napoleão”, de Kate Williams (S.P., LeYa, 2014, trad. de Luís Santos, 495 págs.), encontramos estas passagens:

“A ambição de Napoleão não conhecia limites.” (Pág. 307) “Assim que foi empossado como imperador, a sede de poder absoluto de Napoleão crescia diariamente.” (Pág. 308) “A ambição nunca está satisfeita, mesmo no auge da grandeza”, declarou Napoleão.” (Pág. 281).

Para a sagaz Madame de Stael, o Imperador deve ter sido um ator assustador. Está na pág. 253 da mencionada obra de Kate Williams: “O terror que ele inspira é inconcebível”, afirmou Madame de Stael. “Fica-se com a impressão de um vento imperial fustigando-nos os ouvidos quando

estamos perto desse homem.” De fato, ele costumava ser grosseiro e até brutal com homens e mulheres, até com seus generais, e em público. Tinha temperamento irascível.

Poeta, prosador, historiador, crítico de arte, Prefeito de Ouro Preto por três vezes, ex-Presidente do Instituto Brasileiro de Museus–IBRAM e membro da Academia Mineira de Letras, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, em recente conversa comigo, mencionou um fato bastante interessante. Declarou o ex-Secretário de Cultura do Estado de Minas Gerais e antigo morador de Paris:

“A voz do Imperador dos Franceses ecoou no Caeté do Mato Dentro das Minas Gerais do Ouro, atravessando os sertões do trópico. Em 1817, ao encontrar-se com Irmão Lourenço, apoiado no cajado, junto à balaustrada do adro da ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens, nos altos cumes do Caraça, o naturalista francês Auguste Saint-Hilaire ouviu dele uma intrigante pergunta: *O que foi feito de Napoleão?* Saint-Hilaire contou ao fundador do Eremitério do Caraça que Napoleão vivia na ilha de Santa Helena. E impressionou-se com o fato de que, naquelas “duras penhas” – como diria Cláudio Manuel da Costa – repercutisse a legenda do Imperador.”

E o erudito Angelo Oswaldo concluiu: “Está no livro de Saint-Hilaire sobre a viagem à Província de Minas, em tradução do nosso mestre Vivaldi Moreira. *Vive la France!*”

O Imperador morreu amargurado no exílio da remota Ilha de Santa Helena, em 1821. Estava às vésperas de completar 52 anos. Suspeita-se que foi envenenado. Em 1840 seus restos mortais foram levados para Paris. Um impressionante e espetaculoso cortejo fúnebre percorreu Paris até o túmulo definitivo. Um suntuoso aparato teatral. Ator até depois de morto.

Três Ilhas pontuam a agitada vida do famoso *petit caporal*: Córsega, onde nasceu; Elba, onde esteve exilado depois da abdicação e de onde fugiu, retomando o poder para o incrível Governo dos 100 Dias; e Santa Helena, onde melancolicamente morreu.

Muitos o odeiam. Muitos o amam e até veneram, siderados pela sua aura de glória e martírio. O aristocrata François-René Chateaubriand (1768-1848) cobria-o de críticas e ironias, e ele o sabia. Chateaubriand e Napoleão entendiam-se bem, mas o escritor rompeu a amizade quando ele, então Primeiro Cônsul e, portanto, primeiro magistrado da República, mandou fuzilar o Duque d' Enghien, nos calabouços de Vincennes, em 21-3-1804. O arguto e refinado Talleyrand disse sobre o assassinato (e foi) do jovem aristocrata: “É mais que um crime, é um erro.” Já Stendhal (1783-1842) tinha o general como ídolo; ele era o seu mito. O autor de “O Vermelho e o Negro” e “A Cartuxa de Parma” escreveu: “Quanto mais a verdade vai sendo conhecida, mais Bonaparte se torna maior.” Ninguém fica indiferente ao filho de Laetitia Ramolino, ao chefe da turbulenta *famiglia Buonaparte*. Ele é tão famoso que seu túmulo, nos Inválidos, atração turística mundial, não contém nem seu nome no mármore solene. Não é preciso. O mundo inteiro sabe que é ele quem está ali, pelos séculos dos séculos. Lá está apenas esta inscrição: “L' Empereur”. Bastava. Foi a última peça que pregou em seus inimigos. Convenhamos que é um *grand finale*, majestoso, digno de Racine ou Shakespeare...

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Museu Memorial de Brasília



Museu Memorial de Brasília

BRASÍLIA 60 ANOS

Eugênio Giovanardi²

Ecossociólogo e escritor

Comecei a amar Brasília antes de vê-la andar. Amei-a, quando a conheci, estendida sobre o tapete verde do Planalto Central cortado por riscos de terra vermelha. Nas solidões das noites longas do ermo goiano, repousava Brasília à espera de seu futuro. Amei-a na superfície do Cerrado, sem conhecer o que se escondia debaixo dele.

O historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, aos 61 anos, em lombo de cavalo, no ano 1877, realizou expedição aos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. No livreto de 32 páginas, intitulado *A questão da capital: marítima ou no interior*, deixou explicitada a melhor localização geográfica da futura sede do governo do país.

*“Qual o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial? Cremos haver deixado demonstrada a conveniência da exclusão de todos os portos de mar. E agora acrescentaremos: a capital do Império deve estar em alguma paragem bastante no interior, que reúna mais circunstâncias favoráveis. (...) É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná – dois dos grandes rios que abraçam o Império; isto é, o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco que, depois de atravessar pelo meio, desemboca a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. **É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu***

² Ecossociólogo e escritor. Acadêmico ocupante da Cadeira 94, patroneada por Gilberto Freire.

verdadeiro coração, é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo. (...) Refiro-me à bela região situada no triangulo formado pelas três lagoas Formosa, Feia e Mestre d'Armas, com chapadões elevados a mais de mil metros, como nessa paragem requer para melhoria do clima, a menor latitude, favorecidas com algumas serras mais altas da banda do norte, que não só protegem de alguns ventos menos frescos desse lado, como lhes fornecerão, mediante a conveniente despesa, os necessários mananciais.

As informações ecoambientais, descritas no livreto acima citado, deram ao arquiteto e urbanista Lucio Costa os subsídios para traçar o perfil e os contornos de uma cidade-jardim, como se denominava na Europa, oficialmente traduzida por Cidade-parque.

CIDADE-PARQUE

Parque da cidade ou cidade-parque? Este último termo é um aposto que identifica a cidade de Brasília, capital da República Federativa do Brasil. Brasília cidade-parque é Patrimônio Cultural da Humanidade (1987), em seu nascimento, considerado um projeto original de arte urbanística moderna.

Há parques famosos, uns mais conhecidos do que outros. Distinguem-se por si mesmos e têm vida e luz própria. Jardim de Luxemburgo, Paris, criado pela rainha Maria de Medici. O Hyde Park (Londres) e o National Park (NY) estão entre os mais conhecidos.

Brasília seria diferente e única. Seria um parque urbano. O morador de Brasília viveria num parque. A Brasília-parque, porém, limitou-se ao Plano Piloto com apenas um décimo da população atual do Distrito Federal. Para compensar este cochilo dos administradores, construiu-se um parque suplementar: o Parque da Cidade. Pela nossa inconstância crônica, pelo jeitinho esperto, fácil e preguiçoso, a cidade-parque não passou dos limites do Plano

Piloto. As superquadras arborizadas e sombreadas, ideia genial do arquiteto Lucio Costa, expressão concreta da pólis e do encontro diário dos cidadãos, não chegaram igualmente aos futuros espaços ocupados por humildes e sacrificados operários da construção da cidade que seria declarado, em 7 de dezembro de 1987, Patrimônio Cultural da Humanidade. Nas cidades-satélites, a convivência solidária, construída no dia a dia, sobrepõe a pólis local ao rigor do desenho urbano do Plano Piloto.

O sonho de Lucio Costa, ao projetar a cidade-parque, sugerindo árvores majestosas, consorciadas a outras menores, começou com o equívoco consciente de arrasar as espécies nativas, reduzir e até extinguir parte da biodiversidade vegetal e animal adaptada, nesta região, há milênios.

A escala bucólica ganhou duas faces: a periférica nativa, sujeita a fogo e a lixo, e a arborizada, em torno da escala residencial. Ao incluir no projeto urbanístico as escalas gregária e monumental, a cidade-parque ganhou a primeira poda conceitual. Os edifícios monumentais da Esplanada, longa, horizontal e gigantesca não deveriam ter sua majestade molestada pela trivial galhada de árvores plebeias.

Com a consistente e persistente imagem urbana de que Brasília, essencialmente, é o Plano Piloto, os bairros ou cidades-satélites não foram abrangidos pelo conceito de cidade-parque.

Presumo que a esmagadora maioria dos que vieram morar em Brasília o fez por mil razões compreensíveis, menos por querer habitar conscientemente numa cidade-parque. Não é de estranhar que os habitantes de Brasília, seus administradores, todas as energias econômicas e políticas disponíveis tentem adaptar a cidade ao funcionamento orgânico e aos interesses variados do cidadão, e não conciliar o cidadão ao conceito de cidade-parque. Um conflito quase insuperável. Assim, a grande maioria dos habitantes de

Brasília trocou apenas de cidade. Trata-se a cidade-parque com métodos e comportamentos velhos e roceiros. Transferem-se para Brasília os vícios e as virtudes da cidade de origem dos imigrantes.

O conceito internacionalmente reconhecido de cidade-parque monumental deveria ter gerado, desde seu início, um órgão administrativo com autoridade e poder autônomos, como o Ateliê de Planification Urbaine de Paris (APUP). Esse órgão técnico garantiria a consistência e a permanência do equilíbrio entre urbanização e parque, e o intercâmbio saudável entre a vida humana e a vida vegetal. Assim, como Paris é Paris em cada rua e em cada quarteirão (*Arrondissement*), com sua história e cultura, Brasília seria Brasília em todos os bairros ou cidades-satélites como são denominados na linguagem corrente.

O conceito essencial urbanístico, em Brasília, propõe identificar o cidadão brasileiro e sua organização com a urbe física, monumental e com a pólis humana, combinando arte e convívio social, solidário, cooperativo. A nova forma de convivência política e a beleza artística e monumental dos edifícios se concretizariam dentro de um parque tão essencial quanto a cidade.

Que é feito das lagoas mencionadas pelo historiador Francisco Adolfo, que compõem o amplo ecossistema a envolver o Distrito Federal e que ampliaria a beleza profunda dos espaços adjacentes?

Lagoa Feia: "Como resultado da degradação de grande número de nascentes e veredas contribuintes do Córrego Josefa Gomes, na Zona Urbana de Formosa, verificou-se a redução paulatina do aporte de água à Lagoa Feia" (*WEISS, Joseph S. Elaboração de Projeto de Recuperação e Preservação de Nascentes e Veredas. Relatório 5 - Relatório Final. Prefeitura de Formosa/Secretaria de Meio Ambiente: Formosa, set 2012.*)

Lagoa Formosa: Segundo afirmação do funcionário *Coronel Casado*, do IBAMA, “Lagoa Formosa, um dos pontos turísticos de Planaltina de Goiás, está secando. Em 5 (cinco) anos, a lagoa pode estar completamente seca, isso porque o nível da água teve uma queda gigantesca antes do previsto. Planaltina de Goiás tem mais de 130 mil habitantes, o que trás mais preocupação em relação à água para abastecer tantas residências.”

Mestre d’Armas: “Atualmente a vegetação diminui em virtude da construção de casas ao longo de suas margens e sua qualidade está comprometida pelo despejo irregular de lixo e esgoto nas margens. Os moradores têm consciência da importância da conservação do lago. São necessárias medidas que visem à conservação do ribeirão Mestre d’Armas, em virtude da importância da água para a manutenção da vida e do valor histórico que o ribeirão representa para Planaltina.” (Acácia Souza de Oliveira, *Ribeirão Mestre D’Armas: Percepções de Moradores de Planaltina, UnB, DF*)

Parque Burle Marx Os projetistas do bairro Noroeste, no Plano Piloto, arquitetos, engenheiros e órgãos de administração pública, relacionados com o ecossistema, desconhecaram ou desconsideraram a existência do parque denominado Burle Marx, 280 hectares, ao lado do então dito “primeiro bairro ecológico do Brasil”. O bairro Noroeste foi entregue aos empresários da indústria da construção para levantar 220 projeções residenciais, 62 blocos de destinação mista, comércio local e residencial, e 133 lotes para uso múltiplo. Seria o último setor habitacional a ser construído nas áreas que compõem o Plano Piloto de Brasília.

Em 2019, porém, foi autorizado o desmatamento de 14 hectares, última área de Cerrado no centro da capital, conhecida como quadra 500, para prolongamento do Setor Sudoeste, privilegiando 3.000 novos habitantes. “Vamos sofrer condições

ambientais adversas, com mais calor, secura e poluição do ar pela falta da vegetação”, diz Fernando Lopes, presidente da Associação do Parque das Sucupiras.

O *Lago Paranoá*, sugerido pela Missão Cruls (1893), tornou-se estéril do ponto de vista ambiental, além de sujo. Ao redor de 700 milhões de litros de água usada são despejados, por dia, no Lago ou seus afluentes.

Para harmonizar a cidade no âmbito do ecossistema, de forma circular e integrada, arquitetos paisagistas, geógrafos, biólogos, antropólogos e sociólogos, se consultados, teriam oferecido soluções ecológicas apropriadas para manter, ao longo dos 80 quilômetros do lago, uma faixa de vinte metros de mata ciliar nativa. Trilhas de passeios e salas arborizadas para descanso e lazer, sob o olhar da natureza, dariam aos cidadãos da cidade-parque a tranquilidade necessária para desfrutar dos impressionantes silêncios do Planalto Central.

“O Plano-piloto refuga a imagem tradicional no Brasil da barreira edificada ao longo da água; a orla do Lago (Paranoá) se pretendeu de livre acesso a todos, apenas privatizada no caso dos clubes. É onde prevalece a escala bucólica.” (Lucio Costa, *Brasília Revisitada, Orla do lago*, 1987.)

Um exemplo moderno de compreensão da arquitetura paisagística integrada é o recente tratamento dado ao Lago Meixi (Meixi Lake Park), na cidade de Lang Fang, Changshá, China. A ampliação da área da cidade acompanha, em forma circular, o ecossistema hídrico coroadado por vegetação nativa. O conjunto preserva o curso natural da água e dá à paisagem a serenidade desejada pela natureza e pelos habitantes da cidade.

A prática urbanística de Brasília, fomentada por gestores, construtores, cidadãos de todas as categorias sociais, se desviou do

ecossistema que a circunda e impôs ao Lago Paranoá a presença humana com requintes de insensibilidade ambiental. Aos sessenta anos, os cidadãos brasileiros terão motivos para pensar de forma integrada um longo, inadiável e necessário processo de regeneração do ecossistema local. O desenho da regeneração do ecossistema deve ser acompanhado pela regeneração cultural e urbana da cidade. No atual cenário administrativo do crescimento urbano, não se vislumbra uma projeção de longo prazo que favoreça a conciliação ambiental do ecossistema com a genial ideia de cidade-parque.

A insensibilidade, o profissionalismo e certo grau de ignorância ecológica dos projetistas, urbanistas e administradores públicos, mancomunados com negócios imobiliários, segregaram o significado holístico do ecossistema. Este comportamento pragmático da arte urbanística, moderna e livre, e da urbanização industrial deu o toque da separação geográfica dos grupos sociais, condenados à uma permanente mobilidade centrípeta e centrífuga para cumprirem suas atividades diárias de sobrevivência.

Brasília tornou-se um corpo de membros justapostos, frequentemente estranhos uns aos outros, sem terem consciência de suas funções cidadãs.

PLANALTO CENTRAL

Brasília, nova capital do Brasil, é levantada no Planalto Central, no bioma Cerrado.

A ocupação dos espaços, ao longo do tempo, está fortemente relacionada ao crescimento da população humana e sua capacidade de adaptação aos diferentes climas, conformações geográficas e geológicas. As formas de ocupação, os critérios e as finalidades podem variar em intensidade e extensão. Os efeitos primários e imediatos, embora semelhantes em qualquer tipo de ocupação, segundo as regiões, dependem da maior ou menor intensidade da

ocupação. A ocupação intensiva e extensiva, horizontal ou vertical, reflete sinais de destruição, de desfiguração, de mudança da fisionomia e da geografia de um espaço. As mudanças se agravam com a expulsão ou eliminação de formas de vida anteriormente existentes nesses locais ocupados. A inteligência na ocupação do espaço está em preservar as referências originais, os toques simbólicos da natureza.

A ocupação do espaço pode ser planejada, programada, traçada em linhas arquitetônicas com força de lei, de ordenamento, de coobrigação na observância das normas que facilitam a convivência social. A cidade torna-se, por definição, um corpo social cujos membros estão integrados e organizados com funções próprias. O cidadão é responsável pela manutenção da funcionalidade dos equipamentos da cidade e pelo clima social que lhe dá o prazer de ocupar o espaço público, a *res pública*. Nesse ordenamento, a preservação e a utilização da paisagem local demonstrariam o grau de compreensão dos elementos vivos da natureza e não apenas o artificialismo da mera ocupação do espaço, mesmo com gigantescas obras de engenharia e arte.

A área delimitada para a construção de Brasília, em 1957, de 5.822 km² (582.220 ha), abrigava 12.700 habitantes, e correspondia, em média, a 45 hectares por cada morador. A vegetação do Cerrado, as nascentes e os cursos de água, as aves e os animais ocupavam essa imensidão do Planalto Central há milênios, obedecendo aos ciclos de reprodução e assegurando a interdependência natural.

A construção da cidade de Brasília, isto é, a substituição de árvores por edifícios, dos cursos d'água por vias asfaltadas, dos milhares de seres vivos que compunham a biodiversidade da região por mais de três milhões de humanos, em 60 anos, transformou o espaço geográfico. A monocultura humana reduziu seu próprio

espaço de convivência. O espaço físico por habitante foi reduzido de 45.000 m², em 1957, para 2.252 m², em 2013 e 1.880m², em 2020.

Brasília, apesar do moderno traçado arquitetônico, que estabelece espaços com funções pré-determinadas, transformou-se num conglomerado urbano a enfrentar insanáveis dificuldades de uma metrópole em ebulição. As sucessivas agregações ao projeto original não obedeceram, pela impetuosidade das migrações, às características projetadas.

Grande parte de Brasília imita grosseiramente a conformação de uma cidade-metrópole. Os novos habitantes ocupam o espaço urbano sem perceber as responsabilidades de cidadãos pertencentes a um corpo social cercado de vidas, de emoções, de expectativas estimuladoras. Tornam-se clientes urbanos, meros espectadores na sala de espetáculos cotidianos enervantes e cansativos.

O médico pediatra Ernesto Silva, pioneiro na transferência da capital federal para o Planalto Central, temia que a bomba demográfica anunciada pudesse desfigurar o projeto de Brasília. A bomba já havia explodido, quando o singular pediatra e pedagogo se despediu da convivência brasiliense.

A grandeza e a beleza da obra urbana, a estética arquitetônica, a generosidade de seus monumentos, a amplidão do céu, que a recobre, expressam o estilo moderno de adaptação da espécie humana ao novo ambiente escolhido. Contribui para o desfrute em alto grau da felicidade de viver. Mas esta imposição do estilo de vida e de transformação do ambiente não foi sem contrapartidas.

O que perderam a espécie humana e todos os demais seres vivos que habitavam esse espaço há escassos 60 anos? Os 3.000 exemplares de aves e insetos classificados, em 1957, pelos exploradores da área, que se denominaria Distrito Federal, a que número foram reduzidos?

No aspecto ecológico, o projeto Brasília cidade-parque ficou incompleto. A biodiversidade diminuiu. Espécies foram definitivamente eliminadas ou confinadas em áreas inseguras de refúgio. Por isso, nem todas sobreviveram. A defaunação começou com a ocupação desordenada do Planalto Central. A região ficou mais pobre em vidas pela redução das espécies que praticavam a interdependência e o intercâmbio necessários à multiplicação da vida. Milhares de árvores que vicejavam sobre milhões de metros quadrados de superfície cessaram de evaporar água e de produzir oxigênio limpo necessário à respiração. Foram substituídas por mais de um milhão e setecentos mil motores que emitem gases poluentes a se aninharem nos pulmões de mais quatro milhões de pessoas dentro e fora dos limites do Distrito Federal. Há que se dar especial atenção aos anseios da população para oferecer transporte limpo, menos ruidoso e, ao mesmo tempo, saudável.

Estudiosos de diversos ramos da ciência, biólogos, geógrafos, arquitetos, antropólogos, sociólogos têm se debruçado sobre os efeitos da construção de Brasília e do povoamento do Distrito Federal. Relatam-se com preocupação as mudanças de clima resultantes das transformações impostas ao bioma Cerrado.

Cifras conservadoras da ocupação do espaço do DF estimam que, em cinquenta anos, mais da metade da área verde foi destruída com assentamentos isolados ou em condomínios e com benfeitorias requeridas para atender às necessidades espontâneas e estimuladas da população. (Pesquisa, Perda da vegetação nativa do Cerrado, Marília Marques, 2017)

O diálogo vital, por vezes dramático, entre os seres vivos e a natureza reflete os efeitos das contínuas mudanças e variações climáticas sobre sua capacidade de adaptação e sobrevivência.

O esgotamento do solo, isto é, a eliminação dos elementos de fertilidade pela forma de ocupação ou de práticas de produção de

alimentos, induz à incorporação de agentes químicos que esterilizam o ambiente. Novas formas de vida, bactérias e vírus mais agressivos se reproduzem nesse ambiente modificado, fogem aos controles profiláticos pela quebra do sistema natural de predação.

A mão do homem impõe métodos de combate a algumas dessas novas formas de vida, tratando-as como pragas que ameaçam a produção de alimentos e a sobrevivência da população. Cria-se, assim, um ciclo de produção e combate a organismos vivos em consequência do desequilíbrio provocado. Trava-se uma guerra permanente contra um inimigo fabricado.

As mudanças constantes no mundo natural, segundo as estações do ano, o comportamento das chuvas e dos ventos, a ação vibrante do Sol e a sombra escura da noite recebem uma dose perigosa de ação humana. A mistura de todos os elementos, que atuam sobre os seres vivos, afeta sua saudável sobrevivência e compromete sua reprodução. Com sagaz ironia, diz-se que há mais pessoas frequentando farmácias do que procurando restaurantes.

Em que foram transformados os 45 hectares *per capita* que respeitavam os equilibrados limites de reprodução da biodiversidade original e davam à pequena população o conforto da natureza não contaminada? Ao “*homo cerratensis*” foi imposta, pelas políticas econômicas autoritárias e despóticas, a severa e irresistível adaptação aos preceitos tecnológicos do crescimento cego em nome do discutível conforto igualitário.

*Da tua pureza lânguida,
No ar dos três estados essenciais,
Vem, chuva, ungir teu filho
Da perdida inocência de água, de tempo,
De terra, de vento, de Cerrado.*

(Paulo Bertran, *Ofertório das chuvas*, SERTÃO DO CAMPO ABERTO, Ed. VERANO. 2007)

O novo habitante foi desorientado a renunciar ao fluxo das águas cristalinas em favor do sonho de um lago poluído e do aterramento de centenas de nascentes. Foi induzido a desprezar milhares ou milhões de árvores, arbustos e flores do cerrado e sua imensa população de aves, insetos e animais em troca de alguns parques malconservados e inacessíveis aos milhões de novos habitantes de Brasília. Não houve preocupação de um plano regional de ocupação dos espaços que considerasse todos os ingredientes da morfologia e da geografia hídrica e florestal do Distrito Federal

O Distrito Federal registra 70 parques urbanos e 21 unidades de conservação ambiental, mas poucos possuem equipamentos adequados de lazer para a comunidade. Nem todas essas áreas têm registros fundiários e, por isso, são invadidas por mercadores de terra.

Os povoadores de Brasília foram forçados a trocar as agradáveis caminhadas sob a sombra de angicos e jatobás, aroeiras e jacarandás por engarrafamentos no trânsito desumano, iludidos pelo conforto de habitar uma caixa de lata, durante algumas horas do dia, ouvindo o som de gritos musicados.

Implantou-se e consolidou-se a desigualdade geográfica e ambiental, desigualdade na interdependência dos seres vivos, com atitudes e comportamentos irracionais da espécie humana. Faltaram espaço e alimento para milhares de espécies. O espaço foi modificado e o alimento natural das espécies originais substituído por cultivos protegidos por inseticidas e venenos que dizimam vidas e afetam a saúde humana.

Diante dessa realidade, cria-se a lei das compensações. Fomentadores da monocultura da produção agrícola e estimuladores da monocultura da construção civil se comprometem “*pro forma*”, em contrato, a compensar, isto é, a neutralizar a destruição ambiental, o desaparecimento de aves e insetos com ações posteriores de reflorestamento nem sempre cumpridas. O controle sobre a efetiva compensação, além de difícil, nem sempre é feito por deficiência institucional, o que significa que não é levado a sério por agricultores e empresários da construção civil.

A devastação de mais da metade da área do DF significa a perda da capacidade de produção de oxigênio e de limpeza do ar e das águas. O DF empobreceu ambientalmente nos últimos 60 anos e continua sua sina de empobrecimento ao enfraquecer esse poder da natureza. A prática generalizada na ocupação dos espaços do cerrado, visivelmente observada, constitui-se de limpeza prévia da área, ou seja, desmatamento, terraplanagem, queima sistemática de amplas áreas, introdução de bovinos, construção de casa, currais ou pocilgas. Estudos e informações sobre o bioma não alcançam seus resultados, mesmo com a aprovação da Lei do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE). Imprecisos indícios de previsão e prevenção contra os efeitos do período seco e das chuvas torrenciais dos meses úmidos. Escasso cuidado com as nascentes. Desrespeito pela vegetação protetora do solo ou pelas aves, insetos e animais que compõem a biodiversidade da qual a espécie humana faz parte.

O novo habitante começa por empobrecer o espaço em que pretende viver e ser feliz. Impõe, por ignorância, sua vontade de viver sem ouvir a natureza e os seres vivos com quem poderia conviver. O custo ambiental dessa devastação, para a vida no cerrado e o habitante humano, é incalculavelmente superior aos supostos benefícios imediatos. “O estudo da natureza é o alfabeto da agricultura e nenhuma palavra dessa grande vocação pode ser escrita

sem ele” (Anna Botsford Comstock, *The Teaching of Nature Study*, 1911).

Subtraídas as funções naturais dos 350.000 hectares desmatados, no DF, empobreceu-se o ambiente da capital federal em mais de 10 milhões de toneladas de oxigênio limpo diário. Uma perda irreparável.

Perda semelhante se constata na diminuição dos volumes de infiltração de água no solo, em consequência do desmatamento e da urbanização intensa desrespeitando a capacidade de suporte dos espaços físicos. Com menos vegetação, os períodos chuvosos, com precipitações irregulares, intensas e abundantes, causam erosão do solo e assoreiam os rios. Retirou-se do ambiente a capacidade de captar e reter as águas da chuva para a recarga dos aquíferos. O Cerrado está secando pelo afundamento das águas. Não se desenvolveram aparatos inteligentes de captação da água pluvial disseminando técnicas de retenção no meio rural e nos edifícios urbanos.

O ritmo de ocupação dos espaços no DF indica que é quase impossível executar os compromissos de compensação para neutralizar os desastres praticados no ambiente. Não há mais espaço para o plantio de árvores a não ser que se mude radicalmente a prática de devastação da natureza para assentar a população urbana crescente. Não basta plantar árvores. É imprescindível desenhar um programa de regeneração integrada de longo prazo: humana, urbana e ecossistêmica.

O SONHO PROFÉTICO DE DOM BOSCO

Em 21 de abril de 1960, foi inaugurada a nova capital do Brasil, no Planalto Central. Desde o início de sua localização no mapa brasileiro, a construção de Brasília esteve associada ao sonho de um sacerdote italiano, Dom Bosco.

Somos alimentados por sonhos. Sem eles, a vida seria monótona e intransitável. Diante de suas descobertas, Pierre Curie (1880), sugeriu aos pesquisadores: *Il faut faire de la vie un rêve, et faire d'un rêve une réalité*”.

Brasília continua sendo um sonho? Uma ilha de fantasia? O sonho acabou na projeção do Plano Piloto? Há condições e vontades para transformar o sonho em realidade? O arquiteto genial Lucio Marsal Ferreira de Lima Costa, ao revisitar o sonho, em 1987, parece ter-se assustado com a realidade que Oscar Niemeyer anteviu em 1974:

Se dela (Brasília) cuidarem bem como prometem, se a contiverem demograficamente e a disciplinarem; se a vida se tornar mais justa e digna de ser vivida, nesse caso o mundo estará melhor e Brasília será a cidade mais bela e feliz que desejamos. (História de Brasília – um sonho, uma esperança, uma realidade. Ernesto Silva)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERTRAN Paulo. *História do Homem e da Terra do Planalto Central*, 1994. *Sertão do Campo Aberto* (poesias), 2007.
2. FLÓSCULO BARRETO, Frederico. *Próspero e Lúcio*, 2009.
3. PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignês; FLÓSCULO, Frederico (Org.) *Brasília, Dimensões da Violência Urbana*. UnB, 2005.
4. HOLANDA, Frederico. *10 Mandamentos da Arquitetura*. 2013
5. PAVIANI, Aldo. GOUVÊA, (Org.) *Brasília: controvérsias ambientais*.
6. SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. EDUSP, 2008

7. SILVA, Ernesto, *HISTÓRIA DE BRASÍLIA –Um sonho, uma esperança, uma realidade.*, FIBRA, 2006
8. PAVIANI, Aldo et alii. *BRASÍLIA, 50 ANOS – da capital a metrópole*, 2010.
9. GIOVENARDI, Eugênio. *Ecossociologia*. KIRON, 2016.
10. WAHL, Daniel. *Design de culturas regenerativas*. Bambual, União Planetária, 2019.

CAUSOS

Innocência Viégas³

I

O BRINQUEDO DO PAPAÍ NOEL

Pobre de quem, quando criança, não viveu momentos de ilusão em busca de um presente doado por Papai Noel. O Natal estava chegando e todos nós esperávamos o “bom velhinho” trazer-nos brinquedos. Imaginávamos mil coisas. Como será ele? É muito gordo? Como vai entrar pelas chaminés? E nas casas que não possuem chaminés? Ele tem ajudantes? Como sabe os nossos nomes e endereços? Vovó Memena respondia a todas as nossas perguntas dando-nos esperanças e fazendo ver que Papai Noel era um mistério e ninguém sabia a hora da chegada dele, pois, se soubéssemos, perderia a graça.

Nos meus sete ou oito anos, eu compartilhava daquela espera e fazia também mil planos. Sairia mostrando aos meus colegas o brinquedo recebido do Papai Noel. As meninas esperavam as bonecas mais lindas. Os meninos queriam bolas, carrinhos, piões, bolas de gude e jogos de tabuleiros. Éramos todos felizes e alegres com os brinquedos natalinos.

Na véspera colocávamos sapatos na janela, meias nos galhos das pequenas árvores e combinávamos ficar acordados para vermos a hora da chegada dele. O sono nos privava de vermos o Papai Noel chegando às escondidas. No dia do Natal, bem cedinho, descobríamos nossos presentes e logo saíamos para a rua e já estávamos juntos mostrando e brincando alegremente, e nem víamos o dia passar.

³ Acadêmico ocupante da Cadeira 97, patroneada por Antônio Gonçalves Dias. É membro, também, da Academia de Letras de Brasília.

Relembro hoje os meus dias de menino na figura dos meus netos e de todas as crianças destes tempos. São diferentes os brinquedos de hoje, na maioria eletrônicos. Bonecas que falam e cantam. Piões iluminados. Carrinhos com controle remoto, e o celular, considerado a “babá eletrônica”. Quer acabar com o choro de alguma criança, dê-lhe o telefone celular e encontre a “Pepa”, que o chororô passa na hora.

Fico procurando entre esses brinquedos, um, apenas um, que lembre a minha infância e logo acho: a bola! No meio daquela parafernália eletrônica, ela reina colorida, feita, não de borracha, mas de materiais diferentes, mas é ela, meus meninos! Ela reinará sempre! Podem brincar com tudo, com brinquedos individuais, mas no final largam tudo e vão jogar futebol. Aliás, o futebol também mudou. O que era exclusivo de meninos, agora está mais elegante, é de meninas também, e como elas jogam!

Já sei o que vou pedir ao Papai Noel este ano. Vou fazer uma das minhas cartas e pedir a ele uma grande bola. Ao receber a minha missiva ele virá em sonho conversar comigo e logo perguntará:

– Velho Duca, para que você quer uma bola, com essa idade toda? E eu lhe responderei:

– A bola, Santa Claus, guarda consigo os segredos de todas as infâncias, as lembranças de todas as nossas alegrias e as saudades dos bons tempos. E lhe perguntarei:

– E você, Velhão, o que vai pedir neste Natal?

Depois de matutar e passar a mão pela barba, certamente me dirá:

– Vou pedir ao Gepeto uma linda bola e sair jogando com todas as crianças, por todos os campos do mundo e, no intervalo, poderei dizer a eles:

– Ho... Ho... Ho... Feliz Natal!!! Feliz Natal!!!

II

MATEI O BICHO!

"Se correr o bicho pega! Se ficar o bicho come!" O que fazer? – Matar o bicho!

A coisa aqui está pra lá de Bagdá. São cinco filhos, todos a buzinar em nossos ouvidos, prevenindo-nos para não sairmos de casa.

A Bel cumpre religiosamente todos os preceitos; eu, que fui um menino sem muita folga, filho único, escolhi a liberdade. Sem ter o que fazer, além dos afazeres da cozinha, fui arrumar a biblioteca. Logo veio a proibição: livro velho tem ácaro, poeira e faz mal a idoso, pode provocar alergia e a queda de imunidade, é uma porta aberta, entendeu? Porta? Lembrei-me da porta da rua. Guardei a escada, dei tchauzinho para os livros e fui procurar algo para sair de casa. Logo achei: pagar o boleto da conta do cartão, na loteria.

– Não vai ficar zanzando por aí, o menino te leva, disse a Bel, referindo-se ao Guga, nosso filho mais novo. Guga me levou à loteria, paguei a conta, fiz uma "fezinha" e já voltamos. Lembrei que estava cabeludo. Pedi, então, ao menino que me deixasse no barbeiro – é perto de casa, quando terminar volto andando.

Ele não questionou, boa praça que é, deu folga para o velhão aqui. Ele saiu e eu, em vez de ir para a barbearia, fui primeiro à padaria. Lá encontrei a "velharada" tomando café e falando em coronavírus. Arrepiei-me todo, pedi um pingado grande e um pão com manteiga na chapa. Deitei e rolei na gostosura e tomei parte no papo dos coroas. Despedi-me dos amigos e fui, agora, para a barbearia.

O coitado do barbeiro estava solitário. Nenhuma vivalma havia aparecido. Ao ver um candidato abriu o sorriso e já foi colocando a máscara e calçou as luvas. Ofereceu-me a velha cadeira "Ferrante" dos velhos tempos das saudosas barbearias. Disse-lhe como queria o corte e, em lugar do sabão, na hora do arremate com a navalha,

preferi álcool. Ele concordou. A televisão, no alto da parede dizia que 348 idosos, na Itália, haviam partido desta para melhor e estavam cremando os corpos para matar a peste.

O Guga chegou a casa, a Bel não me viu.

– Cadê o pai?

– Ficou na barbearia, falou o Guga. Incisiva, ligou logo. Atendi e já previ o desfecho.

– Já terminou?

– Não! Respondi.

– Vai demorar?

– Só um pouquinho!

– Vou mandar o Guga te buscar!

Pronto! Cortaram o barato do velhão. Fui resgatado.

Matutando, logo achei a solução para a situação. Resolvi ficar confinado dentro da adega. Se álcool é bom para evitar o vírus, é lá que o danado não entra.

Peguei um dos livros do irmão Fagundes de Oliveira, um livro pequenino "danado de bão", com o título "Relicário". Passei à leitura. Vou recordar os velhos tempos e, na virada de cada cinco páginas, um gole da "marvada" para matar o bicho. Tô numa boa!

Vocês ainda estão pensando nessa coisa ruim? "Sigam o líder!" Vamos matar o bicho. Não esqueçam de derramar um pouquinho pro Santo.

Bicho morto, passeio garantido! A onda vai passar! Bebam com moderação! Matei o bicho!

III

PEDAÇOS DE MIM DENTRO DE VELHOS LIVROS

Nestes dias de confinamento domiciliar, com medo da peste que assola o mundo, o Coronavírus, dedico-me aos leves afazeres da casa. Ajudo a Bel nas pequenas coisas da cozinha, varro as folhas do

pomar, jogue o lixo na lixeira, lá fora, faça um pouco de exercício físico – umas 20 flexões de braços – tome um bom banho e vou para o café em conjunto com a família. Em seguida lavo a louça e vou para os meus livros.

No momento estou tentando relacionar todos eles e separá-los em ordem alfabética, para saber o que tenho realmente nas estantes da biblioteca. Mas o que está me surpreendendo, é encontrar dentro de alguns deles, recortes de jornais da época, cartas de amigos, cartões postais de vários países e de velhos amigos, dos filhos, quando em viagem pelo mundo e cartões profissionais de muitos já falecidos. Aí, paro o serviço e vou reler aquelas preciosidades. A mais antiga, por enquanto, é uma carta de 30 de março de 1968 – exatamente há 52 anos, hoje, 31 de março de 2020, quando desenho esta crônica – comunicando-me que fui aprovado para entrar para a Maçonaria, o que aconteceu em 12 de abril do ano seguinte, 1969; uma antiga saudação à Bandeira brasileira, escrita por mim, à mão, em 1979, ainda em Foz do Iguaçu – PR; um cartão postal de uma praça da Holanda, em 1988, enviado por meu compadre Marco Aurélio, capitão do Exército, que naquela época servia como auxiliar do Adido Militar, em Londres, e deu uma escapada para conhecer a Holanda, no período da Páscoa; uma fotografia do saudoso bonde São Pantaleão – em São Luís, MA – mandada pelo meu amigo e velho companheiro de caserna, o poeta Antônio Torres Fróes, e junto, um dos seus livros “Poesias Bocagianas”, de 2015, uma delícia; um cartão de convite para minha posse na Academia Paranaense de Letras Maçônicas, para o dia 30 de março de 1998; um artigo do Correio Braziliense de janeiro de 2004 sobre o professor dos clássicos e de estudiosos políticos, Norberto Bobbio, que ao visitar Brasília disse: “Não esqueci os belos dias que passei em Brasília. E as lembranças de uma das mais interessantes viagens da minha vida”; uma fotografia de uma reunião de almoço da

Academia de Letras de Brasília, no Hotel Nacional, ocasião em que eu usava a palavra; um artigo, também do Correio Braziliense de julho de 2017, sobre Liev Tolstói e a Guerra do Cáucaso; outro de março de 2018, “Paixão por livros” falando do livro “O Livreiro”, de Pedro Herz, dono da Livraria Cultura, de quem Saramago disse: “A Livraria Cultura é uma obra de arte”. Continuando a minha garimpagem, encontrei um folheto da Fazenda Babilônia, que fica a 24 km de Pirenópolis, Goiás, onde eu e a Bel fomos com os filhos Maranhão e Iram. Saboreamos o café sertanejo, um verdadeiro banquete às 10h da matina, inesquecível!

Encontrei um cartão da Loteria Esportiva, do tempo que o cartão era perfurado. Esquecido no livro, nunca foi conferido. Devo ter deixado de receber uma fortuna, por puro descuido. Também estava ali, uma encadernação com 100 crônicas do irmão Valfredo, seus Tijolinhos culturais.

E as dedicatórias! Vários livros recebidos de velhos amigos, com lindas dedicatórias e assinaturas ilegíveis. Fico tentando decifrá-las, e às vezes me perco e não chego à conclusão de quem é a rubrica.

Mais um artigo do Correio Braziliense, de fevereiro de 2008, do ex-Ministro do Trabalho, Dr. Almir Pazzianotto Pinto, lembrando o aniversário do IV centenário do Padre Vieira, que nasceu em Lisboa em 06 de fevereiro de 1608, vindo para o Brasil com os pais, em 1615, indo residir em Salvador e, aos 15 anos, contrariando os seus pais, ingressa como noviço no Colégio dos Jesuítas. Depois de recordar Vieira, voltei em pensamento aos saraus literários do meu tempo de ginásio, na antiga Academia de Comércio do Maranhão, uma escola que formava Contadores, na Rua Afonso Pena, na minha saudosa São Luís. O mesmo artigo Pazzianotto lembra Vieira em 1640, na Igreja de Nossa Senhora D'Ajuda, em Salvador, quando prega o sermão "Pelo bom sucesso das armas de Portugal" contra os holandeses, ocasião em que invoca

o Salmo 44, Versículos 22 a 26. Deus atendeu os brados do Padre Vieira e os holandeses não aguentaram os ataques dos portugueses e baianos, e bateram em retirada. Por que não invocarmos agora esse Salmo e versículos contra o coronavírus?

Coroando essa incursão parcial pelo passado recente, achei uma folha de papel com um trabalho escolar do meu neto João Gabriel – na época com nove anos – que fez a pedido da sua professora de português, uma descrição sobre a vida de uma ave e ele escolheu o Falcão-peregrino. Pesquisou na internet, achou a foto colorida do falcão e ilustrou seu trabalho. Ganhou a nota máxima da professora e depois deixou a linda crônica pelos cantos da nossa biblioteca e eu a guardei como um troféu. Vou mandar emoldurá-la e fazer-lhe uma surpresa, dia desses.

A madrugada é chuvosa e estou longe em meus pensamentos imaginando o que encontrarei ao folhear aquela montanha de velhos livros, à procura do ouro celestial dos grandes pensadores.

Espanto-me! Foi o meu velho galo, o Cigano, que bateu violentamente as suas grandes asas e soltou o canto rouquenho querendo me dizer que o dia estava amanhecendo. O carrilhão do relógio da biblioteca – o velho Eska – solta no ar as suas cinco sonoras e compassadas badaladas, confirmando que o galo está certo. São, verdadeiramente, cinco horas da manhã, é a hora boa para ler, no cantar dos galos.

Logo voltarei ao garimpo, a procurar dentro dos belos livros, as pepitas douradas... pedaços de mim, dentro de velhos livros.

Amanheceu!

IV

O HOMEM, O CAMINHO, A MONTANHA E A PAZ

Existe homem que passa a sua vida trilhando por caminhos já percorridos e se contenta com isso.

Existe homem que acha o caminho pronto e se perde durante a caminhada, fica a vagar desorientado na esperança de que alguém o encontre e lhe mostre o rumo certo.

Ainda existe homem que segue o rastro de quem abriu o caminho e em dado momento, resolve fazer o seu próprio caminho em busca de novos conhecimentos, grandes conquistas e encontra a paz.

Mas o pior dos caminhantes é aquele que acha o caminho pronto, viaja livremente por ele, e faz o seu roteiro praguejando contra quem lhe abriu a estrada do sucesso. Esse homem nunca fará o seu próprio caminho. Ele caminha, progride, mas depois que oferece a estrada para outro andarilho, para de percorrer a sua trilha e passa a viver de recordações dos seus feitos, e com isso, se acomoda mesmo sem ser feliz.



Heráclito de Éfeso – filósofo grego – ensina-nos que “O caráter de um homem é o seu destino, no longo caminho de sua vida”.

Caros amigos, o certo é que o homem cuide do caminho por onde passar, que plante árvores para o futuro e para o lenho. Que plante roseiras e conserve o chão por onde transitar, para que outro caminhante cante loas ao Deus dos andarilhos.

Nessa longa caminhada, ele “não será maior quando o elogiam, nem menor quando o criticam”.

Meu nobre estradeiro, continue sua peregrinação sempre lembrando que “você nunca conquista uma Montanha. Fica no seu topo por alguns minutos, depois o vento apaga as suas pegadas”. O próprio Cristo, em Mateus capítulo 14, versículo 25, fez o seu caminho andando sobre as águas agitadas do mar, exigindo de Pedro, fé, para vencer os obstáculos em sua travessia.

O caminho está aberto para todos, mas enquanto os homens se batem e se agriem em busca de posição social para a satisfação do próprio ego, o Velho do caminho da Montanha continua limpando as suas veredas; cuidando do seu jardim; das plantas para os seus chás; oferecendo água para os passarinhos soltos em seu pomar; observando o ciclo de vida dos insetos liderados por joaninhas e pirilampos; escuta o coaxar dos sapos – o martelo e o tio brum – que alegram a sua vida cantando em dueto durante o cair da chuva fina. O Velho gosta das flores; do colorido de suas pétalas; do perfume que exalam; e até dos espinhos que o alertam para ter mais cuidado. Ele segue nessa trilha íngreme plantando amigos por todos os lugares sem preocupação com o tempo que se esgota.

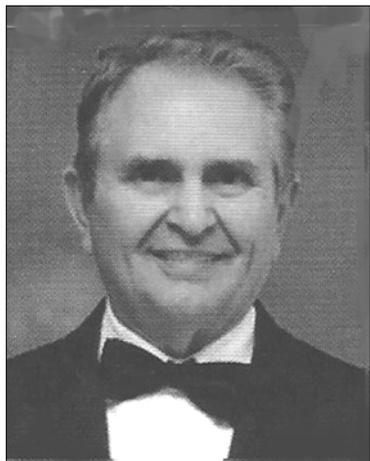
Por isso, e só por isso, o seu caminho é florido, e sua vida uma eterna primavera.

Este é o recado aos andarilhos de hoje que buscam, a todo custo, o alto da Montanha.

Assim, nos disse Gandhi: “Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho”.

Boa caminhada, meus caros irmãos e amigos, em busca da paz, que verdadeiramente é o bom caminho.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal
Galeria dos Presidentes (II)



Adirson Vasconcelos (1990/96)



Afonso Heliodoro (1996/2016)



Vera Ramos (2016/18)



Ronaldo Poletti (2018/21)

ANDERSON BRAGA HORTA E A TRADUÇÃO LITERÁRIA

João Carlos Taveira⁴

Traduzir é uma arte? Um passatempo? Ou mesmo uma profissão como outra qualquer, a que se pode dedicar integralmente para ganhar o pão de cada dia? Em geral, nos países desenvolvidos a tradução tem desfrutado dessa última hipótese, pois os profissionais da categoria ganham bem e gozam de prestígio social e respeito intelectual como quaisquer outros que transitam pelas veredas literárias, dentro e fora do mundo acadêmico. Por outro lado, em países como o nosso, tal atividade tem sido um tanto diletante, porque mal aceita e mal remunerada. E todos aqueles que a ela se dedicam o fazem por puro prazer ou mesmo por um capricho muito pessoal, pois outras profissões lhes garantem o sustento e a sobrevivência.

Entende-se que a tradução seja uma forma de reescrita, de reinvenção; porque traduzir é reescrever numa língua diferente. O objetivo precípuo é a produção de um texto que venha substituir o original, para aqueles que desconhecem o idioma em que aquele texto foi escrito. O tradutor é, assim, um tipo muito original de criador, pois cada língua tem sua especificidade semântica e gramatical, e isso leva a uma necessidade superracional de compreensão textual e cognitiva dos significados e significantes.

⁴ Acadêmico, ocupa a Cadeira 70, patroneada por Tomás Antônio Gonzaga. Poeta e crítico literário, com vários livros publicados, pertence à Academia Brasileira de Letras, à Academia de Letras do Brasil e à Associação Nacional de Escritores (ANE). Mais outras informações biobibliográficas podem ser encontradas na Wikipédia.

Literariamente falando, nenhuma língua permite literalidade com outra, a tradução ao pé da letra... devido a expressões idiomáticas e outros pormenores idiossincráticos.

Por aqui, tivemos e temos muitos tradutores de alto nível. Podem ser citados tranquilamente Machado de Assis, Olavo Bilac, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Abgar Renault, Mario Quintana, Herbert Caro (não era brasileiro, mas traduziu Thomas Mann, Hermann Broch e Elias Canetti para o português), Paulo Rónai, Aurélio Buarque de Holanda, Antônio Houaiss, Aíla de Oliveira Gomes, Haroldo de Campos, Augusto de Campos, Ivan Junqueira, Ivo Barroso, Fernando Py, Paulo Henriques Britto, Denise Bottmann, Jorio Dauster, Caetano Galindo, José Lira, Leonardo Fróes, Paulo Bezerra, Rubens Figueiredo, Regis Bonvicino, Boris Schnaiderman, William Agel de Mello, Paulo César Sousa, entre outros, responsáveis por traduções imprescindíveis de livros de autores das línguas alemã, espanhola, francesa, inglesa, italiana, russa.

Desses destacados artistas das palavras conhecemos hoje poemas, contos, romances, peças de teatro, relatos de viagens e ensaios fundamentais da literatura universal. Exemplos são muitos.

Citemos alguns: Schiller, Goethe, Süskind, Hölderlin, Heine, Mann, Hesse, Zweig, Kafka, Rilke, Kundera, Capek, Hrabal (Alemanha e parte da Boêmia), Cervantes, Góngora, Quevedo, Lorca, Paz, Borges, Márquez, Vargas Llosa (Espanha e países de mesma língua), Balzac, Stendhal, Baudelaire, Rimbaud, Valéry, Victor Hugo, Flaubert, Zola, Proust, Mallarmé (França), Shakespeare, Milton, Austen, Kipling, Thomas, Orwell, Elliot, Poe, Faulkner, Passos, Steinbeck, Whitman, Miller, Bishop, Dickinson (Inglaterra e Estados Unidos), Maquiavel, Dante, Boccaccio, Moravia, Ferrante, Calvino, Eco, Pavese (Itália), Púckkin, Dostoiévski, Tólstoi, Tchekhov, Gogol, Górkki, Nabokov, Evtushenko (Rússia).

II

Na capital federal, três escritores têm se destacado no ofício da tradução, principalmente de poesia: o falecido Fernando Mendes Vianna (1933-2006), José Jeronymo Rivera e Anderson Braga Horta que, a seis mãos, verteram para a nossa língua Victor Hugo (*O Sátiro e Outros Poemas* e *Dois Séculos de Poesia*, a propósito do bicentenário do escritor francês) e os mais representativos poetas espanhóis de um período expressivamente histórico (*Poetas do Século de Ouro Espanhol / Poetas del Siglo de Oro Español*, edição bilingue, da Coleção Orellana n.º 12, do ano de 2000, da Embaixada de Espanha no Brasil, numa publicação cujo estudo introdutório é assinado por Manuel Morillo Caballero).

O primeiro livro (*O Sátiro e Outros Poemas*) sobre o autor de *Os Miseráveis* saiu pelas Edições Galo Branco, do Rio de Janeiro, em 2002, e traz “Estudo Introdutório” do poeta Fernando Mendes Vianna. Já o segundo volume (*Dois Séculos de Poesia*), publicado pela Thesaurus Editora de Brasília, no mesmo ano de 2002, tem prefácio (“Quem foi Victor Hugo”) também de Mendes Vianna, “Cronologia” de José Jeronymo Rivera e “Epígrafes de Victor Hugo nos principais poetas românticos brasileiros”, capítulo que traz assinatura do poeta Anderson Braga Horta.

Anderson Braga Horta, a seguir, junta-se ao professor e escritor Rumen Stoyanov na tradução para o português do livro *Contos de Tenetz*, do escritor búlgaro Yordan Raditchkov (1929-2004), conterrâneo do segundo. Trata-se de um livro delicado e extremamente difícil de classificação de gênero, devido a uma característica personalíssima: as dezenove peças que o compõem transitam entre o regional, o infantil e o maravilhoso fantástico, no dizer do próprio Braga Horta, que mais uma vez demonstra sensibilidade poética ao traduzir, a quatro mãos com Rumen Stoyanov, diretamente do búlgaro um livro de ficção de um dos

autores mais renomados daquele país. O escritor Yordan Raditchkov deixou uma obra estimada em mais de 60 volumes, entre os quais romances, contos, novelas, peças teatrais, roteiros cinematográficos e diversos relatos de viagens, e que já está traduzida em mais de 30 idiomas. E isso não é pouco.

Com base na sua experiência nesse ramo, Anderson Braga Horta também assina um livro em que apresenta sua própria teoria sobre o assunto. *Traduzir Poesia*, publicado pela Thesaurus Editora em 2004, com recursos oriundos do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, sai a lume e traz no seu bojo todo um espectro de motivações sobre a importância da tradução, com seus dilemas e armadilhas, para deleite de leitores e conhecimento de literaturas de quaisquer nacionalidades. Uma grande obra, em que são apresentadas também traduções de quase duas dezenas de poetas, entre os quais Gustavo Adolfo Bécquer, Rubén Darío, Pedro Salinas, Vicente Huidobro, Francesco Petrarca, Paul Verlaine, Charles Baudelaire, Arthur Rimbaud, Rainer Maria Rilke, William Shakespeare.

III

Acrescente-se a toda essa trajetória, aliás, muito bem realizada, um longo e pertinente painel de momentos nem sempre isolados do autor de *O Cordeiro e a Nuvem*, com versões do português para o espanhol e traduções do espanhol para o português, digamos, de pessoas e poemas em trânsito, porque geralmente servidores diplomáticos creditados em Brasília em algum período de nossa época. Fato esse que demonstra e define muito bem o prestígio do poeta Anderson Braga Horta junto ao público leitor de diversos países europeus e do nosso continente sul-americano, principalmente. Sirvam de exemplos nomes como Trina Quiñones, Sofía Vivo, José Augusto Seabra (1937-2004), Rodolfo Alonso, José Antonio Pérez-Montoro, Eduardo Mora-Anda, Claudio Sesín, dos quais apresentamos a lista de títulos de livros em ordem de publicação.

Fugitiva. Trina Quiñones. Thesaurus, Brasília, 1993. (Tradução para o português.)

Caminhos de Integração / Caminos de Integración / Paths of Integration. Sofia Vivo. Thesaurus, Brasília, 1993. “Matemos a Rosa”, “O Tempo do Homem”, “Escorpião”, “Voos” e “Flecha” (traduzidos para o inglês por Asta-Rose Alcaide e para o espanhol por ABH, estes com revisão de Trina Quiñones). Coube a Anderson Braga Horta a tradução do espanhol para o português dos poemas de Mabel Cháneton, Manila Cháneton, Sofia Vivo (metade) e Trina Quiñones (menos um).

Vértigo del Verbo. Sofia Vivo. Brasília, 1995. – Traduções: “Larva”, “À Coreógrafa Denise Zenícola”, “Existência”, “Alegre”, “Morte”, “Quem Sou?”, “Labirinto”, “Vertigem”, “Tecedura”, “Saudade” e “Tenho Árvores”.

Colóquio dos Centauros (trad. de Rubén Darío). Separata do Anuario Brasileño de Estudios Hispánicos, n.º VIII, 1997.

Sac-Nic-Te y sus Memorias de Olvido. Sofia Vivo. André Quicé, Brasília, 2001. (Tradução para o português.)

Uma Noite de Poesia Ibero-Americana. Asociación de Agregados Culturales Iberoamericanos. Folheto de declamação de Fernando Mendes Vianna. Brasília, 18-7-2001. – Tradução para o português de “Un jour rappelle-toi”, de Emmelie Prophète (Haiti), e, para o espanhol, de “Ismália”, de Alphonsus de Guimaraens.

Poetas Portugueses y Brasileños de los Simbolistas a los Modernistas. Org. de José Augusto Seabra. Instituto Camões / Embaixada de Portugal em Buenos Aires / Thesaurus Editora de Brasília, Buenos Aires, 2002. Capa de Victor Tagore. 472 pp. – Traduções para o espanhol, com Rodolfo Alonso, José Jeronymo

Rivera, José Antonio Pérez, Kori Bolivia, Manuel Graña Etcheverry, Rumen Stoyanov e Ángel Crespo. Notas sobre os poetas brasileiros por José Santiago Naud.

Antologia Pessoal. Rodolfo Alonso. Tradução com José Augusto Seabra e José Jeronymo Rivera. Thesaurus, Brasília, 2003.

Poemas Menores. José Antonio Pérez-Montoro. Livro na Rua, Série Escritores Brasileiros – Contemporâneos, n.º 9. Thesaurus, Brasília, 2005. 16 pp.

História dos Ideais. Eduardo Mora-Anda (*Historia de los Ideales: Valores e Ideales a lo Largo de la Historia*). Thesaurus, Brasília, 2006.

Antologia Poética Ibero-Americana. Com Fernando Mendes Vianna e José Jeronymo Rivera. Org. Pavel Égüez. Asociación de Agregados Culturales Iberoamericanos, Cuiabá, 2006.

Sac-Nic-Te y sus Horas Paganas. Sofía Vivo. De I a XXIX, o restante a cargo de Antonio Miranda. Metáfora, Buenos Aires, 2007.

El Libro de los Poemas Casuales / O Livro dos Poemas Casuais. Claudio Sesín. Editorial Dunker, Buenos Aires, 2008. – Trad. dos livros “La Noche sin Después y el Otro Día” e “Poemas Casuales”.

Salmos del Mar / Salmos do Mar. Eduardo Mora-Anda. Brasília, 2008. [Parte das traduções é de Antonio Miranda.]

Para uma pequena mostra do trabalho de Anderson Braga Horta, como exímio tradutor de poesia, escolhemos um poema de Charles Baudelaire por considerá-lo uma obra-prima da poesia francesa e quiçá da poesia universal:

L'ALBATROS

Souvent, pour s'amuser, les hommes d'équipage
Prennent des albatros, vastes oiseaux des mers,
Qui suivent, indolents compagnons de voyage,

Le navire glissant sur les gouffres amers.

A peine les ont-ils déposé sur les planches,
Que ces rois de l'azur, maladroits et honteux,
Laissent piteusement leurs grandes ailes blanches
Comme des avirons traîner à côté d'eux.

Ce voyageur ailé, comme il est gauche et veule!
Lui, naguère si beau, qu'il est comique et laid!
L'un agace son bec avec un brûle-gueule,
L'autre mime, en boitant, l'infirme qui volait!

Le Poète est semblable au prince des nuées
Qui hante la tempête et se rit de l'archer;
Exilé sur le sol au milieu des huées,
Ses ailes de géant l'empêchent de marcher.

O ALBATROZ

Às vezes, em folgança, os homens da equipagem
Capturam o albatroz, a grande ave do mar,
Que segue, companheiro indolente de viagem,
O navio no salso abismo a deslizar.

Mal o privam assim das altitudes francas,
Envergonhado e tonto, esse rei da amplidão
Deixa miseramente as grandes asas brancas,
Como remos, pender e arrastar-se no chão.

Que belo e majestoso era o viajante alado!
Como é frágil no chão, como é grotesco e vil!
Um mete-lhe no bico um cachimbo; outro, arqueado,
Arremeda, coxeando, o exilado do anil.

O Poeta é semelhante ao sublime albatroz
Que ri do arqueiro e arrosta a tempestade no ar;
Exilado no solo em meio à turba atroz,
As asas de gigante impedem-no de andar.

PEQUENA NOTA SOBRE UM LIVRO ADMIRÁVEL

O livro mais delicioso e sério que li ultimamente, com atraso de quinze anos, intitula-se *Paris... nos tempos de Debussy* e é de autoria do pianista e acadêmico Oriano de Almeida (1921-2004), já falecido. Publicado em 1997, com apoio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e do Banco Real, o livro é uma biografia do autor de *Prélude à l'après-midi d'un faune*, *La mer* e *Pelleas et Melisande*, mas também um retrato vivo da Cidade Luz, pintado na segunda metade do século XIX. Mas, nesse curto lapso de tempo, somos levados a empreender uma viagem vertiginosa pela vida parisiense, com suas ousadas, borbulhantes e surpreendentes cenas de humanidade explícita. Poucas cidades do mundo disseminaram conhecimento científico, literário, musical e pictórico como a capital da França naquele período.

Oriano de Almeida, com riqueza de detalhes, compõe um painel histórico abrangente, que inclui a ciência, a música, as artes plásticas, a literatura e, principalmente, a política, na transição da monarquia para os ventos inconstantes da república – num ambiente transbordante do espírito de liberdade que pairava sobre o mundo moderno. A narrativa tem início em 1862 quando nasceu Achille-Claude Debussy, em 22 de agosto, na tranquila Saint-Germain-en-Laye, cidadezinha situada a poucos quilômetros de Paris.

Paralelas ao nascimento e evolução do pequeno Claude, até sua transferência definitiva para a capital, vão surgindo informações cristalinas nascidas da pesquisa minuciosa e do trabalho diligente de composição do autor norte-rio-grandense nascido em Belém do Pará. Depois, Oriano de Almeida se deteve na fase impressionista, para justificar suas descrições. Mas, por força do tema e das circunstâncias históricas, transcendeu os limites da escola que sucedeu ao naturalismo e ao simbolismo francês e pintou um

quadro de época deliciosamente encantador. Nem a pobreza e parvoíce da família Debussy nem o barro que moldou a personalidade do pequeno Claude conseguiram ensombrear as páginas de seu estudo. Há uma brisa suave e um colorido ameno pairando sobre os personagens que povoaram Paris naqueles tempos, tanto os de têmpera maleável, como Charles Gounod, Camile Saint-Saëns, Gustave Flaubert, quanto os irascíveis Victor Hugo, Paul Valéry, Anatole France.

Além das privações que marcaram a vida do jovem Claude Debussy, no mundo da música, Oriano de Almeida descreve tipos os mais caras de pau no campo da literatura. São seres que fingem que escrevem, mas nada criam, embora conheçam a gramática e as normas cultas da língua. Fingem que leem, e até compram livros, mas só conhecem lombadas... Dizem que apreciam música, mas nunca vão a concertos. Acreditam piamente que, pelo nome da família e herança de sangue, podem pleitear vagas e cadeiras nas academias de letras e entidades congêneres, apresentando textos chinfrins, que mais lembram atas e requerimentos, numa linguagem cartorial e técnica. Por fim, vivem entre escritores, para se sentirem escritores, e até publicam, “mas suas obras (poucos ultrapassam o primeiro livro) não hão de resistir até o fim da primavera”, comenta Madame Feurville com sarcasmo e má vontade.

Ao fundir as artes e a política num mesmo cadinho, o autor nos oferece momentos de delicada beleza plástica. Um exemplo delicioso fica por conta das viagens de Dom Pedro II àquele país, que o acolhe com entusiasmo, respeito e fidalguia. Na primeira delas, Victor Hugo, mesmo sabendo do interesse do imperador em conhecê-lo, nega-se veementemente a qualquer possibilidade de encontro. Na segunda, no entanto, o representante máximo do Brasil dá uma aula de nobreza, humildade e desprendimento: sai do hotel em que estava hospedado e, sozinho, vai até a casa do autor de

Os miseráveis, batendo-lhe à porta às nove horas da manhã, naquele longínquo mês de maio de 1877. Ao vê-lo, o escritor, entre desconsertado e surpreso, o recebe já sem nenhuma hostilidade e a conversa se estende até próximo do meio-dia. Na terceira, como todos devem saber, o pai da Princesa Isabel ausentou-se do Brasil por motivo de saúde, o que deu à filha oportunidade de abolir a escravidão, para desespero e desgosto dos poderosos de plantão. Na quarta e última, por força de um golpe sujo e desrespeitoso com a sua pessoa e com a nação, está ali para morrer. Mas essa é outra história.

Há no livro, também, mil e uma tiradas repletas de humor e fanfarrice, como as do milionário Eduardo Prado, por exemplo. Mas o foco central é a vida do jovem Achille-Claude Debussy, o pianista e compositor que, com talento extraordinário, conseguiu superar as dificuldades de uma vida medíocre e se impor como um dos grandes representantes da música francesa de todos os tempos. Hoje é considerado o criador da música impressionista. E esse retrato, por outro lado, vai se construindo de pequenas filigranas políticas e alguns malabarismos diplomáticos, em que entra em cena a chegada de Eça de Queiroz a Paris, para assumir, como cônsul, a representação de Portugal na França. O fato, por si só, é impagável, ainda mais porque protagonizado pela mulher do antecessor: a Viscondessa De Faria. Mas há muitos outros momentos desse naipe espalhados pelas páginas do livro, compondo o arcabouço da narrativa almeidiana.

Ao concluir a leitura, a sensação que fica é uma só: o Brasil é um grande arquipélago composto de pequenos arquipélagos, como dizia o professor Ático Vilas-Boas da Mota do alto de seus conhecimentos e experiência. Os estados da federação, mesmo com a assistência do governo central, acabam ficando muito a dever, pois os representantes políticos veem a arte e a cultura, para dizer o

mínimo, como antípodas aos seus interesses pessoais, geralmente mercantilistas e corporativos.

Livros como esse deviam ser editados e reeditados por uma grande editora e distribuídos nacionalmente, para que os jovens do país inteiro tivessem acesso a uns instantes mágicos da história universal. O pianista que o escreveu – Oriano de Almeida – partiu vendo sua obra apreciada apenas por leitores do seu pequeno arquipélago: Rio Grande do Norte. Se tanto.

UMA ARTE QUASE MILENAR

Os haicais de Jonas Pessoa do Nascimento são quase sempre filhos dos haicais de Guilherme de Almeida (1890-1969), mais pela métrica que pelas rimas. O mestre paulista advogava uma arte com o rigor dos parnasianos, em que o poema de origem japonesa se constituísse de uma estrofe de três versos, sendo o primeiro e o terceiro com cinco sílabas e o mesmo som; e o segundo, em sete sílabas, com a sonoridade da segunda sílaba reverberando na última. Jonas às vezes contraria essa premissa, embora procure obedecer à metrificação proposta pelo mestre de *Messidor* e *Acalanto de Bartira* na maioria das peças. No fundo, está de acordo com a forma criada pelos japoneses.

*Grávida do nada
A pátria dá à luz filhos
Despidos de esperas.*

O livro intitulado *Palavras Trocadas* reúne 600 haicais, diagramados três em cada página, e perfaz uma enorme quantidade de temas os mais variados, numa demonstração de fôlego e disposição do autor, que condensa, de maneira segura, humor e ironia em seu inusitado jogo de palavras. Por outro lado, sua veia lírica percorre um vasto universo cultural, sem pieguice ou qualquer demonstração de autoindulgência.

*Em frente ao juiz,
Preso jaz de mãos atadas,
Ao ouvir sentença.*

O haicai surgiu no século XIII. Os primeiros exemplos parecem ter sido escritos por um sacerdote budista e por um sacerdote xintoísta de alta hierarquia. Sendo poema de forma fixa, o haicai, na sua origem, não tem título, não tem rima e, via de regra, versa sobre a natureza ou, mais precisamente, sobre uma das estações do ano. Mas, com o tempo e dependendo do lugar onde é cultivado, o haicai não exige tal rigor.

Segundo o crítico Oswaldino Marques, “o haicai é a forma mais sucinta da poemática japonesa. O nome deriva de uma palavra congênera constituída de dois núcleos semânticos equivalentes a ‘inicial’, ‘primeiro’ e ‘hemistíquio’.” E mais adiante, afirma o autor de *A Seta e o Alvo*: “Em que pese a sua brevidade, o haicai é um poema completo em si mesmo. Em seu exíguo espaço, pode projetar uma paisagem ou a subjetividade. Nas mãos de um mestre, não é raro lograr marcas ainda mais altas.”

E Romeu Jobim, no seu livro *Em Tom Menor*, completa: “Improcede a assertiva de que o verdadeiro haicai deva ter rimas internas ou de qualquer outra sorte. Quem isso fez, por sinal com felicidade e beleza, foi Guilherme de Almeida. A criatividade do grande poeta, entretanto, não há de importar em que se modifique a estrutura do conciso poema.”

Voltemos ao livro *Palavras Trocadas*. O autor, que agora atinge o quarto volume publicado, me parece disposto a prosseguir em sua trajetória, malgrado as pedras do caminho escolhido. Jonas Pessoa do Nascimento sabe que o poeatar moderno exige discernimento; não basta querer, é preciso conhecer para atingir o objetivo num mundo em que milhões de pessoas lutam desesperadamente em

busca de fama e de um lugar ao sol. Nas redes sociais é fácil perceber que todos querem ser artistas, mas poucos conseguirão permanência só pelo despojamento das confissões. A arte é um pouco mais que isso; exige entrega e doação e compromisso. Talvez seja mesmo uma espécie de sacerdócio.

Que este *Palavras Trocadas* alcance o devido lugar de destaque e seja porta-voz de quem sabe das dificuldades do seu ofício. O mundo em que vivemos, com todos os aparatos tecnológicos e digitais, tem oscilado, como um pêndulo, entre a real carência de leitores e a virtual abundância de propostas.



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**

ELOS INTERNACIONAIS DE BRASÍLIA

José Carlos Brandi Aleixo⁵

Em famoso sonho de 30 de agosto de 1883, São João Bosco (nascido em Becch, povoado próximo a Turim) anteviu, entre os paralelos 15 e 20, o surgimento de terra prometida⁶. Na opinião de estudiosos de sua vida, o santo salesiano profetizou o nascimento da cidade de Brasília. A Santa Sé declarou-o Patrono de Brasília, ao lado de Nossa Senhora Aparecida. Em 31 de dezembro de 1956, concluiu-se a construção da Capela primorosa a ele dedicada em Brasília.

Em estudo sobre o caráter internacional de Brasília, cabe recordar que, antes de seu aparecimento, houve história milenar de construção de cidades (algumas delas capitais). São elucidativas as páginas do capítulo intitulado “Antecedentes Históricos. De 5.000 antes de Cristo a 21 de abril de 1960/2010”, do livro do renomado escritor Adirson Vasconcelos⁷. Merece, outrossim, particular relevo o Embaixador José Osvaldo Meira Penna (1917-2017), autor da obra *Quando Mudam as Capitais*⁸.

É significativo o número de pessoas, nascidas no Brasil ou no exterior, que advogaram a mudança da capital do Rio de Janeiro

⁵ Acadêmico, ocupante da Cadeira 72, patroneada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. É membro da Academia Brasileira de Letras e de muitas entidades no Brasil e em outros países. É Professor Emérito da Universidade de Brasília–UnB.

⁶ TAMANINI, *Brasília: Memória da Construção* vol. I, p. 112-116. Muitos salesianos brasileiros e estrangeiros que estão na história de Brasília são elos importantes entre Brasil e outros países.

⁷ VASCONCELOS, *Efemérides: As Grandes Datas de Brasília.*, p. 23-40.

⁸ PENNA, *Quando Mudam as Capitais*.

para o interior do país. A respeito, escreveram diversos autores. Importante exemplo é o de L Fernando Tamanini⁹.

Na América do Sul, são exemplos de urbes destinadas a serem capitais:

1. La Plata, na Argentina, inaugurada em 19 de novembro de 1882¹⁰.

2. Belo Horizonte, nova capital de Minas Gerais, inaugurada em 12 de dezembro de 1897¹¹.

3. Goiânia, capital de Goiás, fundada, inicialmente, em 24 de outubro de 1933¹².

A geografia de Brasília, situada no interior do Brasil, mostra a existência de vínculos importantes com outros países.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a nova Constituição, aprovada em 24 de fevereiro de 1891, fixou o lugar da sede da futura capital (artigos 2º e 3º).

Em 1892, Comissão de 22 cientistas, presidida pelo astrônomo nascido na Bélgica, Luiz Cruls¹³, definiu a zona de 14.400 km² estabelecida pela Magna Carta, e que é conhecida como “Quadrilátero Cruls”. Nele, há nascentes fluviais que se dirigem ao norte e ao sul.

⁹ TAMANINI, L. Fernando. Op. cit. 360 p.

¹⁰ Destacou-se o Governador Dardo Rocha. Sua construção foi amplamente documentada em fotografias por Tomás Bredley.

¹¹ Afonso Augusto Moreira Pena, Presidente de Minas, nomeou, em 1894, Aarão Reis como Chefe da Comissão Construtora.

¹² Foi planejada pelo urbanista Atílio Correia Lima.

¹³ Entre os estudiosos da Missão Cruls empenhados no resguardo e na divulgação de seus trabalhos e ideais, destaca-se Pedro Jorge de Castro, cineasta e professor da Universidade de Brasília. É o organizador da obra: CASTRO, Pedro Jorge de. (Org.). *Ciências na Missão Cruls*. 5 vols. Brasília: Animatógrafo, 2010.

Uma delas é afluente da Bacia Prata. Esse elo contribui para maior integração do Brasil com outras nações da América do Sul.

CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal contam com Comissões incumbidas de temas e decisões internacionais.

No Congresso, há grupos de amizade com diversas nações. A nomeação de Embaixadores do Brasil exige prévio assentimento do Senado. É relevante que, juntos, o Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, e o do Paraguai, Alfredo Stroessner, lançaram “pedra fundamental” do Congresso Nacional¹⁴ bem antes do início da nova sede da República, em 21 de abril de 1960.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores encontra-se nas cercanias dos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Destaca-se pelo seu belo modelo de construção, diferente dos demais Ministérios.

Em 20 de abril de 1966, ocorreu Festa da Cumeieira no Palácio do Itamaraty, com a presença do Presidente Castelo Branco e de mais de 50 embaixadores.

Em 20 de abril de 1970, houve grata inauguração do Palácio do Itamaraty. O Presidente Emílio Garrastazu Médici, em seu discurso, reafirmou “a decisão de transformar Brasília, de agora em diante, em centro de todas as decisões brasileiras no campo internacional”¹⁵. A partir de 1976, sob a diligente e competente direção do Ministro Sérgio Bath, o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática (CPCD) passou a realizar-se em Brasília, com a presença regular de alunos estrangeiros.

¹⁴ TAMANINI, L. Fernando. Op. cit. p. 214.

¹⁵ VASCONCELOS, Adirson. Op. cit. p. 169.

CORREIO BRAZILIENSE

Em 21 de abril de 1960, lançou-se, na nova capital, o periódico diário “Correio Braziliense” por iniciativa de Francisco de Assis Chateaubriand (1892-1968). Quis ele homenagear o brasileiro Hipólito José da Costa, o qual, em 1808, fundou, em Londres, jornal com o mesmo nome. É mais um elo internacional de Brasília.¹⁶

TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA

Em 3 de julho de 1978, oito países assinaram, em Brasília, o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA): Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. Seu objetivo é promover o integral desenvolvimento da região e o bem-estar de suas populações. Em dezembro de 2002, firmou-se (em Brasília, no Palácio do Planalto) o Acordo de Sede entre o Governo brasileiro e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Estabeleceu-se que Brasília seria a sede da Secretaria Permanente da Organização.

ACORDO DE PAZ ENTRE EQUADOR E PERU

Em 26 de outubro de 1998, em Brasília, os Presidentes Alberto Fujimori (Peru) e Jamil Mahuad (Equador) assinaram Tratado de Paz¹⁷. Compareceram à solenidade os Presidentes Carlos Saúl

¹⁶ Na capa do jornal, a palavra “*Braziliense*” está com “z” conforme grafia de 1808. Além disso, é importante notar os seguintes termos: “Londres, 1808, Hipólito José da Costa, Brasília, 1960, Assis Chateaubriand”.

¹⁷ Em 1942, no Rio de Janeiro, representantes do Equador e do Peru assinaram Protocolo de Paz com o apoio de quatro países “garantes”. Eram eles: Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Apesar dele, ocorreram conflitos armados entre os dois países. Em janeiro de 1981, eclodiu a guerra dos cinco dias entre ambos.

Menem (Argentina), Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Eduardo Frei (Chile), além de expressivo número de diplomatas e de outras autoridades.

CÚPULA SUL-AMERICANA

Em 31 de agosto e em 1º de setembro de 2000, ocorreu, em Brasília, a Primeira Reunião de doze Presidentes de Estados da América do Sul. Tornou-se conhecida como “Cúpula Sul-Americana”. Nessa oportunidade, criou-se a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

VISITAS DE AUTORIDADES ESTRANGEIRAS A BRASÍLIA ANTES DE SUA INAUGURAÇÃO

A construção da cidade de Brasília repercutiu universalmente. Oito Presidentes visitaram-na antes de sua inauguração em 21 de abril de 1960. Foram eles: Alfredo Stroessner (Paraguai, 1957-1958), Francisco Higinio Craveiro Lopes (Portugal, 1957), Ramón Villeda Morales (Honduras, 1958), Alberto Lleras Camargo (recém-eleito Presidente da Colômbia, 1958), Giovanni Gronchi (Itália, 1958), Sukarno (Indonésia, 1959), Adolfo Lopez Matheus (México, 1960), e Dwight Eisenhower (Estados Unidos, 1960).

Também visitaram Brasília, no mesmo período, as seguintes personalidades: Fidel Castro (Governante de Cuba), Manuel Rocha (Embaixador de Portugal), José Antonio Moura (uruguaio, Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos), John Foster Dulles (Secretário de Estado dos Estados Unidos), Amintore Fanfani (Ministro de Relações Exteriores da Itália), Felícia Gauthier (Prefeita de Porto Rico), Kishi Nobosuke (Primeiro-Ministro do Japão), André Malraux (Ministro de Assuntos Culturais da França), Margot Fonteyn (Bailarina inglesa), Roberto Arias (Embaixador do Panamá no Reino Unido da Grã-Bretanha e

Irlanda do Norte), Aldous Huxley (autor inglês do livro *Admirável Mundo Novo*), Frank Capra (cineasta), David Niven (escritor e ator cinematográfico britânico), José Maria Ferreira de Castro (jornalista e novelista português) e Jorge Mathieu (pintor francês)¹⁸.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traço singular da história de Brasília é a presença, nela, do Sinal da Cruz. O Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque foi nomeado (em outubro de 1954, pelo Presidente João Café Filho) Diretor da Comissão de Localização da Nova Capital. Após visitar o Planalto Central, solicitou ao Governador de Goiás, José Ludovico de Almeida (como uma de três providências urgentes), o levantamento de Cruz no ponto mais elevado da região. O campo de pouso, construído por Bernardo Sayão, recebeu o nome de “Vera Cruz”. Na primeira visita ao local, em dois de outubro de 1956, o Presidente Juscelino Kubitschek e comitiva visitaram a Cruz. Em 1956, o urbanista Lucio Costa escreveu sobre seu premiado projeto: “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da Cruz”.

Ressaltou Guilherme de Almeida, considerado o Príncipe dos Poetas Brasileiros: “Agora e aqui é a Encruzilhada Tempo-Espaço, Caminho que vem do passado e vai ao futuro, caminho do Norte e

¹⁸ A história de Brasília despertou acentuado interesse em diversos países. O autor (em 1972, em viagem de estudos) visitou Belize, cuja capital, durante longo período, foi cidade marítima com esse nome. Em 1970, a capital passou à cidade situada no interior com o nome de Belmopan. Em conversa com variadas pessoas, o autor percebeu bom conhecimento da história de Brasília e o desejo de saber mais a respeito.

do Sul, do Leste e do Oeste. Caminho de ao longo do mundo; agora aqui, todos se cruzam pelo sinal da Santa Cruz”¹⁹.

Em 21 de abril de 1960, dia da inauguração de Brasília, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa e Legado Pontifício, celebrou a Santa Missa. No altar, estava a mesma Cruz de ferro da nau capitânia de Pedro Álvares Cabral, a qual chegou ao Brasil em 22 de abril de 1500.

A serviço dos ideais da Cruz, chegaram a Brasília numerosos sacerdotes, missionários e pregadores, oriundos de diferentes estados do Brasil e do exterior. A presença deles multiplica os vínculos internacionais da nova capital.

Na promoção de elos internacionais positivos, é benéfico recordar as palavras do Imperador e Filósofo romano Marco Aurélio (121-180): “A minha cidade e minha pátria, como Marco Aurélio, é Roma. Como homem, é o mundo. Logo, as coisas úteis a essas duas cidades são para mim os únicos bens”²⁰.

¹⁹ TAMANINI, Op. cit., vol. II, p. 327-330.

²⁰ AURÉLIO, Marco. *Pensamentos*. Lisboa: p. 75. O tema está também em: ANTONINO, Marco Aurélio. *Pensieri*., p. 91.

BIBLIOGRAFIA

ANTONINO, Marco Aurélio. *Pensieri*. Milano: A Mondadori, 1941

AURÉLIO, Marco. *Pensamentos*. Lisboa: Verbo, 1971.

CASTRO, Pedro Jorge de. (Org.). *Ciências na Missão Cruls*. 5 vols. Brasília: Animatógrafo, 2010,

PENNA, José Osvaldo de Meira. *Quando Mudam as Capitais*. Brasília: Senado Federal, 2002.

TAMANINI, L. Fernando. *Brasília: Memória da Construção*. 3ª Ed. Brasília: Edição do Autor, 2009, vol. I.

VASCONCELOS, Adirson. *Efemérides: As Grandes Datas de Brasília*. Brasília: Thesaurus, 2009

HISTÓRIA E ESTÉTICA DE UM BEATO URBANO: O PROFETA GENTILEZA

Luiz Serra¹

Centro do Rio de Janeiro, manhã ensolarada, dezembro de 1969, o ônibus para defronte ao Campo de Santana, antigo Ministério da Guerra, indo para a Praça Mauá, centro da cidade.

Eu, adolescente estava nele seguindo, para assistir a aulas em um curso de Inglês; desde o bairro em que eu residia, sentava-me no segundo banco da direita.

O motorista falou com alguém de fora, assim que a porta de correr se abriu: – Entra, profeta!

Assim, vi adentrar no coletivo, pausadamente, uma figura inusitada para mim, que parecia familiar aos demais passageiros. Um senhor de olhos claros, sorridente, de longos cabelos e barba branca, vestia bata alvíssima, imaginei-o um desses beatos, tal qual o Santo Conselheiro de Canudos, só que em vez de cajado segurava uma plaqueta com dizeres em caixilhos pintados, letras encostadas que não consegui decifrar – parecia escrita do antigo Egito.

O profeta fez gesto de cumprimento aos que estavam atrás, no veículo, e assentou-se no primeiro banco. Indagou se a família estava bem, ao motorista, que respondeu sobre a piora do estado de saúde de uma filha.

O profeta, de pronto, disse com voz suave e rija, que entendi bem: “– Nada haverá de ficar pior do que está; faça o que é de melhor, dê atenção a ela, que ficará bem!”

¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 78, patroneada por Juarez Távora.

Seguiu-se mais um pequeno diálogo, não perceptível por causa do barulho do ônibus.

Passaram-se cerca de dez minutos, chegamos à lateral da Candelária, o profeta levantou-se e avisou que iria descer. O motorista cuidadosamente, encostou o ônibus na parada, e agradeceu ao bondoso beato pelos conselhos.

O envelhecido peregrino, antes de descer, virou-se para nós passageiros, e citou o bordão que o celebrizou como homem simples:

– Não esqueçam de praticar: Gentileza gera gentileza!”

Desse modo, conheci o profeta Gentileza de tantos seguidores e admiradores, entre eles, a cantora Marisa Monte, que compôs a música *Gentileza, a vida é um circo* – a letra traz o simbolismo que alia o místico, a realidade da censura e o desvairamento:

Apagaram tudo	Nós que passamos apressados
Pintaram tudo de cinza	Pelas ruas da cidade
A palavra no muro	Merecemos ler as letras
Ficou coberta de tinta	E as palavras de Gentileza
Apagaram tudo	Por isso eu pergunto
Pintaram tudo de cinza	A você no mundo
Só ficou no muro	Se é mais inteligente
Tristeza e tinta fresca	O livro ou a sabedoria

O mundo é uma escola
A vida é o circo
Amor: palavra que liberta
Já dizia o Profeta..

Após o beato sair do ônibus e ir-se pela calçada da Rua Visconde de Inhaúma, guardei o comentário imprevisto que disse o motorista ainda sobre o profeta: “Ele ficou assim depois do incêndio do circo!”

Um senhor, sentado ao lado, dizia em voz alta mais detalhes da vida do beato urbano Gentileza. Novas idas ao curso e mais vezes via o profeta pelas calçadas alevantando a plaqueta, enquanto uns riam outros assustavam-se, tal qual um “doidarrão pio”, da expressão primeira de Euclides.

Anos seguintes, pelos jornais, interessei-me pela história, passei a conhecer o imprevisto da história de José Datrino – este o nome do Profeta –, o qual, desde menino, repetia “trazer consigo premonições sobre sua missão na terra”.

O tal circo, era o Gran Circus Norte-Americano, que fazia enorme sucesso nos subúrbios. Numa tarde de dezembro de 1961, sob a lona estavam centenas de crianças em alegria contagiante com as diabruras dos palhaços.

No lado de fora, o inesperado: um rapaz, que fora despedido do circo, despejou uma lata de gasolina num canto da lona grossa de algodão que era engomada com parafina, combinação altamente combustiva. Em menos de cinco minutos tudo aquilo virou um cenário de horror.

Mais de 500 pessoas morreram, cerca de 70% eram crianças. Em meio ao inferno, um dos elefantes rompeu parte da rígida lona esfogueado, abrindo caminho para muita gente se salvar! Passado algum tempo, folheei um livro no qual era abordado o episódio proficuamente retratado pelo jornalista Mauro Ventura, intitulado O espetáculo mais triste da terra.

Daquele dia em diante, José Datrino passou a visitar sobreviventes e parentes das vítimas, para consolá-las, aconselhá-las. Dizia do sentido das palavras Gratidão pela vida, e Gentileza, apesar do infortúnio, possivelmente causado pela razão da discórdia humana como o desastre teve princípio.

Iniciou sua jornada de penitência como peregrino, tornou-se

rotina do Profeta Gentileza, mas não ia longe, se ateu pelas avenidas do centro do Rio de Janeiro. No livro constava que no fim dos anos 70, Gentileza esteve perambulando na cidade de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, onde vivia parte de sua família, e certo dia chegou a ser destrutado por jovens estudantes.

Logo retornou ao Rio de Janeiro, onde passou a pintar com sua caligrafia singularíssima e marcante estética a sua obra nas pilastras do extenso viaduto do Gasômetro, em dizeres que ensinavam: “Só com Gentileza superamos a violência que deriva do capeta-capital”; noutro dístico lia-se “Não usem problemas, não usem pobreza, usem amor e gentileza”.

No fim dos anos 80, um casal potiguar ofereceu-se para levar o Profeta de carro para conhecer o Nordeste, onde chegou a ser visto com seu hábito peregrino, sua plaquinha e suas vestes, em Mossoró, Fortaleza, Natal, João Pessoa e Recife.

O profeta morreu em 1996, em Mirandópolis, São Paulo, aos 79 anos. Seus desenhos nas paredes de suporte do viaduto foram vandalizados, o município pintou de cinza, e posteriormente revitalizados.

Artistas, estudantes, jornalistas fizeram protestos e arte cada qual a seu modo. Em breve tempo, Gentileza passou a ser reconhecido.

O profeta virou personagem na novela Caminho das Índias, representado pelo ator Paulo José. Gentileza virou tema de enredo da Escola de Samba Acadêmicos do Grande Rio, em seu mais festejado desfile, autoria do carnavalesco Joãozinho Trinta.

O Profeta Gentileza, um pregador urbano brasileiro, que um dia conheci no trajeto do ônibus Mauá 241, tornou-se mais um dos nossos mitos contemporâneos.

A vida do Profeta Gentileza adentrou as salas escolares no Rio de Janeiro, anos noventa, inúmeros trabalhos poéticos e descritivos ocuparam os painéis de atividades, deixo aqui pequena coletânea com interessantes poemas desses pequenos estudantes:

Andava plantando uma semente
A semente de uma boa corrente
Uma corrente de amor
Para apagar a dor.

O poeta Gentileza
Não tinha destino nem riqueza
Vagava pelo Brasil vivendo de doações
Que recebia de quem encantava os corações.

Alguns chamavam-no de louco
Outros de doente.
Mas aqueles que dele gostavam
O chamavam de poeta contente.

Apesar de quando pequeno
Tivesse perdido os pais
Não se deixou levar pela tristeza
E se tornou o poeta Gentileza.

João Pedro Saiago / Rodrigo Assunção

Quanto ao circo incendiado, aí é outra história, que desenrolarei em tentativa de associação histórico-urbana, no meu próximo modesto livro sobre messianismo, beatos e Canudos.

PROFETA GENTILEZA E SUAS MENSAGENS



GENTILEZA
+ GERA 2
GENTILEZA



ESTE É O PROFETA
GENTILEZA QUE GERA
GENTILEZA E MORRER BEL
E GENTILEZA E NUNCA
RUA DE DEUS NOSSO PAI
CRIADOR DE TUDO DE GRAC
O DESTRUIDOR DO CAETITE
DEUS VIVENDO TODOS OS DIAS



NÃO USEM
PROBLEMAS
NÃO USEM
POBREZA
USEM AMOR
GENTILEZA

A ORIGEM DO JOGO DO BICHO

Marcelo Grangeiro Quirino²

Um assunto que me chamou atenção foi o jogo do bicho! Eu fiquei a questionar: É uma criação brasileira? Quem foi ou quais foram os autores desse jogo tão criativo? Quando surgiu no Brasil? A prática sempre foi uma contravenção? Então, resolvi debruçar-me sobre o assunto e encontrei as respostas para as minhas perguntas. Então vamos lá.

A família Drummond fez história com dois personagens: o mais conhecido, o nosso querido poeta e escritor mineiro, Carlos Drummond de Andrade, mas existe outro Drummond que também fez história. João Batista Viana Drummond Filho, criador do “Jogo do Bicho”, mineiro de Itabira do Mato Dentro, nasceu em 1º de maio de 1825, na íngreme Rua de Santana, filho do coronel João Baptista Drummond e de Maria do Carmo Viana, e faleceu em 7 de agosto de 1897, aos 72 anos, na Rua São Francisco Xavier, em um velho solar onde existiria o atual Colégio Rabelo, no Rio de Janeiro.



Ainda muito jovem, com apenas 20 anos idade, deixou sua cidade natal e mudou-se para o Rio de Janeiro, então Capital do Império. Na Corte, com seu espírito de empreendedor e criativo foi capaz de criar, planejar e executar seus projetos. Drummond estabeleceu-se no comércio de importação, mas seu primeiro grande

² Acadêmico, ocupante da Cadeira 103, patroneada por Benjamim Constant.

sucesso no mundo das finanças deveu-se a especulações bem sucedidas na bolsa de valores.

Em 1855, como empresário bem-sucedido, casou-se com a filha de um banqueiro, Florinda Gomes Pereira, nascida em 1840, no Rio Grande do Sul e falecida em 14 de maio de 1882, na cidade do Rio de Janeiro.

Desse casamento teve seis filhos: João Batista Vianna Drummond, Alberto Vianna Drummond, Maria Elisa Vianna Drummond, Maria Elisa Vianna Drummond, Alice Vianna Drummond e Alzira Florinda Vianna Drummond.

Durante o reinado de D. Pedro II, ele ocupou vários cargos de diretor de várias instituições públicas:

- Em 1858, da Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil;
- Em 1859, da Companhia Ferro-Carril da Tijuca, “bonde puxado por burro”, ligando o Largo do Rocio (Praça Tiradentes) e o Alto da Boa Vista (alto da Tijuca), e colocou o Brasil como o segundo país a implantar este sistema de transporte, depois dos Estados Unidos (1832) e bem antes da Inglaterra (1870) e da França (1873).

Devido à sua atuação nos serviços públicos, estabeleceu amizade com o Barão de Mauá, de quem se tornou sócio em alguns empreendimentos. Em 1872, Drummond compra uma vasta área na zona norte do Rio, atualmente o bairro da Vila Isabel.

Essa área pertencia à Companhia de Jesus desde 1565, ano da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Nesse local havia uma plantação de cana-de-açúcar – a Fazenda dos Macacos – e a arrendaram a imigrantes portugueses.

Depois da proibição da ordem em 1759, a Coroa Portuguesa confiscou os bens dos jesuítas e entre outras coisas a Fazenda dos

Macacos, que ficou abandonada até a proclamação de Independência do Brasil, em 1822, passando a pertencer ao Império Brasileiro, à Duquesa de Bragança.

Drummond adquiriu as terras por 120 contos de réis e iniciou o empreendimento que o tornaria indissolavelmente ligado à história da cidade.

Drummond era uma pessoa de ideias avançadas para época, além de ser gestor público, um grande empresário. Ao se dedicar ao ramo imobiliário, ele fez da Fazenda dos Macacos um bairro com toda a infraestrutura que se dispunha de serviço público da época: bairro com avenidas, ruas, praças e levou para lá até o bonde.

Ao contrário do modelo urbanístico então dominante na cidade, cujas ruas estreitas atestavam a herança portuguesa, a Vila Isabel foi concebida a partir do modelo parisiense que Drummond conheceu numa recente viagem à França – ficou encantado com as avenidas largas e a estrutura de lazer e de serviços então inexistente na capital do Império.

Então resolveu criar o bairro nos modelos parisienses, entregou o projeto de loteamento e urbanização para o ilustre arquiteto e engenheiro, doutor Francisco Joaquim Bitencourt da Silva, discípulo do arquiteto francês Grandjean de Montigny. Bitencourt foi o fundador do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro.

Ferrenho abolicionista, Drummond alforriou todos os seus escravos, muito antes da Abolição, e deu às ruas e avenidas da Vila Isabel os nomes dos principais líderes abolicionistas da segunda metade do século XIX. O nome do bairro é uma homenagem à Princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea.

Segundo Maurício Santos³, a avenida Boulevard 28 de Setembro (uma homenagem à data em que a Lei do Ventre Livre foi sancionada) foi aberta em 1871, sendo, durante muito tempo, a mais larga e moderna avenida do Rio de Janeiro, posição que só veio a perder quando da abertura da Av. Central, na primeira década do século XX. O bairro Vila Isabel foi inaugurado oficialmente em 3 de janeiro de 1872.

Batizou a praça central de “7 de Março”, em homenagem ao dia da constituição do Gabinete do Primeiro Ministro Visconde de Rio Branco, que promoveu a famosa Lei de 1871, Lei do Ventre Livre (a qual determinava a libertação dos nascidos de mães escravas).

Em 1875, o bairro ganhou bondes movidos por animais. Esses veículos ligavam a Vila ao centro da cidade. A responsável pelo sistema de transporte era a Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, empreendimento criado pelo barão de Drummond.

Foi em 24 agosto de 1884, que Drummond dirigiu-se à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e solicitou permissão para construir na capital do Império um jardim zoológico a ser localizado no nascente bairro de Vila Isabel. Quando enviou sua petição à Câmara Municipal, Drummond já era um conhecido e respeitado empresário da corte tendo vários investimentos. A abertura do zoológico poderia render bons frutos. Seja pela valorização do bairro, seja pelos lucros que poderiam advir para a Companhia Ferro Carril Vila Isabel, responsável pelo transporte do público até o zoológico.

³ Domingos Maurício Gomes dos Santos, assinando frequentemente como Domingos Maurício, nascido em 1896, em Perafita, Espanha, e falecido em 1978, em Lisboa, foi um sacerdote católico da Companhia de Jesus, que se destacou como escritor, ensaísta e historiador.

Na petição encaminhada à Câmara Municipal na tentativa de convencer os Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores Presidente e Vereadores da Câmara Municipal da Corte, escreveu Drummond:

Que desejando dotar esta capital com um Jardim Zoológico, há muito reclamado como necessidade à capital do Império não só como motivo de embelezamento, mas principalmente pelos elementos de estudo que tal estabelecimento proporcionará (...), vem respeitosamente solicitá-la, do modo seguinte:

O abaixo assinado compromete-se, (...), a fundar no bairro de Vila Isabel um Jardim Zoológico, (...), mediante as seguintes condições:

1ª Isenção de todos os direitos municipais com referência ao mesmo estabelecimento.

2ª Que a Ilma. Câmara atendendo às consideráveis despesas que exigem a fundação e o custeio de um Jardim Zoológico, não conceda licença para estabelecimento congênere dentro da área do Município – durante 30 anos – a contar da data da inauguração.

O Barão pedia privilégio de 30 anos para o seu parque e isenção de impostos por um prazo não determinado. Contudo, isto não parece ter sido uma dificuldade no momento de conseguir a licença para a construção e posterior funcionamento do zoológico. Além disso, o monarca D. Pedro II (de quem era amigo), dava-lhe um auxílio imperial de dez contos de réis, por ano.

Em 5 de setembro de 1884, foi firmado o instrumento jurídico que concedia ao comendador ou à empresa por ele estabelecida o direito de abrir um jardim zoológico na capital do Império, gozando de um privilégio de 25 anos e não de 30 anos.

Em 1888, houve duas realizações importantes na vida de Drummond: a primeira, em 16 de janeiro, ele inaugurou o primeiro Jardim Zoológico do país, o Zoológico de Vila Isabel; a segunda, em 19 de agosto, por determinação de Dom Pedro II, ele foi condecorado com a Ordem da Rosa e se tornou Barão Drummond.

Sua esposa, Florinda, como falecera em 1882 não recebeu o título de Baronesa de Drummond.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca, tornou-se o primeiro presidente republicano. No mesmo ano, D. Pedro II e sua família embarcaram para a Europa e a sede da administração do país transferiu-se do Paço Imperial, na atual Praça XV, para o Palácio do Catete.

Com a chegada da república as regalias de Drummond se acabaram. O Rio de Janeiro tornou-se o Distrito Federal. Então, logo em seguida, a subvenção do zoológico foi cortada. Com a falta desse dinheiro, o Barão, começou a encontrar dificuldades para manter o zoológico. Poucos anos depois, em 1892, foi que ele teve a sua mais grave crise financeira

Daí, um mexicano, Manuel Ismael Zevada, que introduzira no Rio de Janeiro (rua do Ouvidor), sem muito sucesso, o "jogo das flores", deu-lhe a ideia do jogo do bicho. Então o Barão adaptou o jogo das flores para o jogo do bicho. O mexicano Zevada tornou-se gerente do zoológico.

Num domingo de inverno, 3 de julho 1892, foram inaugurados vários divertimentos, inclusive "O Jogo do Bicho", na empresa do Jardim Zoológico. O Barão de Drummond esbanjando a cordialidade de nobre, associando-a aos interesses de empresário, o recebeu seus ilustres convidados, que eram membros destacados da sociedade e representantes da imprensa.

No agradável passeio, tendo em vista o clima ameno e a satisfação de todos, o barão e seu gerente Manuel Zevada apresentaram-lhes as dependências do Jardim, além de jaulas, gaiolas e viveiros. Como qualquer empreendimento deste porte, a empresa de Drummond contava com um hotel "nas melhores condições, um

magnífico restaurante e tinha em construção um grande salão especial para concertos”.

Os visitantes ainda poderiam passar o seu tempo divertindo-se em animados bailes públicos ou em variados espetáculos. Também seria possível apostar em alguns jogos liberados para aquelas dependências, com o intuito de ajudar a manter o parque em funcionamento e contribuir para a modernização da cidade. Havia bilhar, carteados, jogo da pelota, frontão e outros. No entanto, este domingo era especial, pois um novo divertimento estava para ser inaugurado: o “Jogo do Bicho”.

O jogo se processava da seguinte maneira: Ao comprar o ingresso de entrada para o jardim zoológico, o visitante passaria a receber um tíquete. No bilhete estaria impressa a figura de um animal. Pendurada num poste havia uma caixa de madeira, a cerca de três metros de altura, próxima ao portão de entrada do parque. Dentro da caixa ficava escondida a gravura de um bicho, escolhida pelo barão. Neste domingo, às 5 horas da tarde a caixa foi aberta pela primeira vez e todo o público presente poderia, afinal, descobrir o animal encaixotado e saber se teria direito ao prometido prêmio de 20 mil réis, 20 vezes o valor gasto com a entrada para o zoológico. Na hora marcada, o barão dirigiu-se até o poste e, revelou o bicho! A avestruz fez a alegria de 23 sortudos visitantes.

Toda manhã, logo cedo, o Barão escolhia um bicho entre os 25 que faziam parte do jogo, e no final da tarde, na porta principal do Jardim Zoológico, revelava o bicho do dia.

O jogo de bicho logo virou uma febre, bilhetes começaram a ser vendidos não apenas no zoológico, mas em lojas pela cidade. A repressão não demorou: as autoridades criminalizaram a atividade ainda no final dos anos 1890, pelo bem da "segurança pública". Mas não teve força política suficiente para proibir o jogo.

Num primeiro momento, o jogo do bicho era uma loteria inocente, que distribuía prêmios apenas aos frequentadores do jardim zoológico. Menos de um mês depois, já era a coqueluche da cidade, cada um podia comprar quantos bilhetes quisesse. Daquele ano em diante, o jogo do bicho deixou de ser um simples sorteio e se transformou em um jogo de azar e os resultados do sorteio mereciam destaque na imprensa no *Diário do Comércio*, *A Gazeta da Tarde*, *Jornal do Brasil* e outros e, despertavam a curiosidade de autoridades.

Para combater as apostas, que se tornaram uma mania em toda a cidade, em abril de 1895, o Prefeito Werneck de Almeida publicou o Decreto 133, que proibia o sorteio dos bichos nas dependências do jardim zoológico. Mas deu zebra: em vez de enfraquecer a jogatina, a proibição fortaleceu os bicheiros. Se antes eles compravam os ingressos no zoológico e os revendiam pela cidade, a partir daquele momento eles se juntaram para realizar o sorteio por conta própria.

Mesmo nos dias de hoje, o jogo do bicho é proibido, mas continua com três sorteios diários, representando uma pequena fatia da grana suja que alimenta o submundo e é sustentáculo financeiro de várias escolas de samba.

Além disso, embora o jogo fosse ilegal, a lei nunca foi aplicada com muito rigor. Até hoje o jogo é considerado apenas uma contravenção, um delito menor (prevê quatro meses a um ano de prisão). Assim, a punição não é forte o suficiente para amedrontar os bicheiros, os lucros compensavam o risco de ser detido. Com a proliferação das loterias oficiais, dos jogos eletrônicos e dos bingos, o bicho entrou em decadência e perdeu muito público.

Na era Drummond, houve vários acontecimentos importantes; alguns já foram mencionados no texto e outros o são a seguir:

- Em 1872, ocorreu o primeiro recenseamento feito no Brasil. O resultado: o Brasil tinha uma população de dez milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias. O índice de analfabetismo era de 66,4%.
- Durante aquele mesmo ano de 1872, foram lançados os primeiros cartões-postais ilustrados.
- Em 1877, foi instalada a primeira linha de telefone do Rio de Janeiro e de toda a América do Sul – inventado um ano antes, em 1876, por Alexander Graham Bell.
- Em 13 de maio de 1888, Teodoro da Silva, barão do Alto Muriaé, assinou a lei Áurea com a Princesa Isabel. Teodoro teve o nome indicado para a segunda rua mais importante do bairro Vila Isabel.
- Exatamente em 8 de outubro de 1892, foi instalado o primeiro bonde elétrico a circular na América do Sul.

Um fato curioso: corre uma história de que, durante a ditadura militar, a Paraíba era o único estado da federação onde o jogo do bicho era permitido. O então presidente Castelo Branco, numa reunião na SUDENE, em Recife, teria cobrado do então governador da Paraíba, João Agripino, a extinção do jogo do bicho. Agripino teria respondido ao então presidente: "acabo com o jogo do bicho na hora em que o senhor arranjar emprego para os milhares de paraibanos que ganham a vida como cambistas".



Avenida Boulevard 28 de Setembro



Bonde puxado por burro

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Jorge Zahar, 1987.

CARDEMAN, David; CARDEMAN, Rogério Goldfeld. O Rio de Janeiro nas alturas. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Crônicas históricas do Rio colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ROSE, Lili; AGUIAR, Nelson. Tijuca de rua em rua: da Praça da Bandeira ao Alto da Boa Vista. Rio de Janeiro: Rio, 2004.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tradições populares na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

13 de outubro de 1890 - Criação pelo Barão de Drummond do Jogo do Bicho no Rio de Janeiro. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-origem-do-jogo-do-bicho/> -> Consultado em 20/05/2020.

Jogo do Bicho – disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogo_do_bicho -> Consultado em 20/05/2020.

A Fuga dos bichos ou A origem da loteria mais popular do Brasil. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/12/e01a03.pdf> -> Consultado em 27/06/2020.

CONTOS

Napoleão Valadares⁴

JUCA MIRORÓ

Apareceu o índio velho com a filha Potira. Ele, dum queimado escuro, rugoso, dentes estragados e olhar de guerreiro feroz. Ela, corada nuns dezessete anos, com uma beleza que nem parecia ser de índio. Só os dois. Falavam mal a língua da gente e viviam de vender coisas do mato: penas, peles, filhotes de pássaros, artesanatos, peneiras, vassouras, redes, esteiras. Fizeram uma choça na beira do corgo e moravam ali, a uns quinhentos metros da sede da fazenda.

A seu Antão, dono das terras, não importava. Na fazenda havia de quase tudo, e os índios completavam a trenheira. Era até bom que ficassem ali, para enfeite.

Enfeite era Potira. Trem da boca bonita! Deus segurasse a gente para se conter e não avançar no rumo daquela boca. Deus ou Tupã. E Juca, filho do fazendeiro, queria era que Tupã lhe desse uma oportunidade de pegar Potira sozinha. Mas oportunidade era o que não tinha, pois ela vivia com o pai pelo mato. Quando não era no mato, era na vila, vendendo bugigangas. Mas sempre com o pai.

Depois de muito matutar, Juca chamou Cafu, cria da fazenda, companheiro de infância de toda confiança. Cafu era filho do pescador João Vazante e, como o pai, conhecia as matas, os montes, os rios. Tirado a bicho-do-mato, ele devia conhecer os costumes dos índios e, com isso, podia ajudar.

- Estou doido pela indiazinha aí... Quero que você me ajude.
- Casar com ela?

⁴ Acadêmico ocupante da Cadeira 42, patroneada por Carlos de Laet.

– Que casar!

– O que é então?

– Sabe, Cafu, é... namorar. Pra você eu posso falar. Estou é tarado pela índia. Uma vontade doida de beijar aquela boca.

– Cuidado com o velho. Índio é mau.

– Por isso mesmo é que estou querendo sua ajuda. Você é filho de João Vazante, é quase índio. Tem mais jeito pra mexer com esse povo, entender a vida deles.

– E o que é que eu vou fazer?

– Vai lá na cabana e diz pro velho que eu quero comprar umas coisas dele pra enfeitar meu quarto. Um couro de caititu, umas penas coloridas, mais umas flechas pra pendurar na parede. E diz pra Potira que eu mandei dizer que é pra ela vir arrumar isso aqui pra mim, colocar os tais enfeites na parede, essas coisas...

– Tá pensando que índio é besta? Não vem de jeito nenhum. E tem mais uma coisa: aquilo não entende quase nada que a gente fala. Como é que ela ia entender esse recado? Mas idéia puxa idéia. Aproveita um pedaço dessa. Compra as coisas do velho, paga direitinho, agrada ele bem. E vai por aí... Mas nada de ficar pensando que ela entra no seu quarto.

Comprou uma coiseira horrorosa do índio velho, mas não adiantou. Não conseguiu se aproximar de Potira. E não se conformou. Quando via aqueles peitinhos duros, ficava doido. Tinha que aproveitar, senão eles iam acabar indo embora, ela ia ser mulher dum índio besta qualquer, e aquilo ia se esperdiçar.

E quando os peitos da índia passeavam pela cabeça de Juca, uma idéia veio devagarinho e se agasalhou ali: aprender a língua deles. Pegou um velho dicionário de tupi e começou a queimar as pestanas. Não perdia tempo. Decorando e praticando. O índio

velho era a única pessoa com quem podia praticar, pois Potira estava sempre afastada, inatingível.

– Cafu, estou ficando craque na língua deles. Olha aqui. Unai quer dizer rio preto; *una* é preto e *i* é água, rio. Paracatu: rio bom; de *pará*, rio; e *catu*, bom. Vamos ver Pirapora: *pirá* é peixe e *pora* é salto: salto do peixe. Potira quer dizer flor.

– É. A boca dela parece uma flor.

– Parece. E aquela flor tem que ser minha.

E foi. Juca beijou os lábios de mel daquela nova Iracema. Mas só os lábios. Os seios devem ter ficado para algum índio besta, como ele previu. Era tarde de outubro. Soprava um ventinho de fim de seca. Juca viu o índio velho sair no rumo da vila, com as costas carregadas de coisas para vender. Potira certamente tinha ficado sozinha na cabana. Oportunidade dessa era muito difícil. Rara ou única. Há muito freqüentava a cabana, na desculpa de aprender a língua, mas nessas visitas só conversava com o velho. Potira, arredia, não dava uma palavra. Mas uma coisa tinha conseguido: o olhar da indiazinha. Sentiu todo seu aquele olhar.

Juca só pensou uma vez e foi bater lá. Potira assustou-se ao vê-lo e disse, em voz baixa, que o pai estava muito desconfiado. Falava apavorada, olhando para os lados, como se o pai estivesse por ali. Juca, que tinha visto o índio velho no rumo da vila, achou que aquele susto era por causa de sua chegada repentina e cuidou em aproveitar o tempo. Ela entendia muito mal a língua de branco, e ele arranhava a dela também muito mal:

– *Che nde aussuba. Endé icó amoái. Rouba pe nde tupaba, nde quabanga, pitér nde juru, nde cama, apocopoc pe nde acoaba, pe tapipira. Endé pupé iqüirõ, potara taconha. Che acatu tambaquaré, apuãpuc, acinic nde tambare çuí tairera. Che nde aussuba.*

Aproximou-se e beijou a boca de Potira, que tremia. Ia descendo a mão na direção dos seios, quando o pai dela entrou na cabana. Que susto, Tupã! O índio velho, olhar de guerreiro feroz, não demonstrava ódio, mas Juca pôde ter certeza de que ele tinha ouvido tudo.

O índio velho pegou um arco e uma flecha que estavam encostados a um canto e disse ao rapaz – não convidando, mas mandando – que os três iam naquele momento caçar ninho de papagaio.

Nenhum dos três foi visto mais. Nunca mais. Mas algum tempo depois, João Vazante encontrou a ossada de Juca numa beira de brejo.

MAU MAL

Nem forte nem feio, quase alto, o Rolando. E temido. Olhar para ele era ter que desviar o olhar. A simples visão do semblante metia medo.

Ainda ontem Xisto Vigilante arribou a camisa e mostrou a cicatriz na barriga. Quando guarda-noturno no Clube, madrugada velha, deu com um vulto que saltava o muro para dentro. Acompanhou de longe, foi-se chegando. Com pouco, aquele derramamento de cacos de vidro na piscina. Xisto chegou duma vez, no flagra, e olhe quem era!... A primeira coisa foi medo. Quis cair fora, mas Rolando já o agarrava pela gola e o encostava num poste, metendo-lhe um caco de garrafa por baixo do embigo, em brecha, com a promessa: “Se contar, o próximo rasgo é na goela.” E ainda teve a má calma de explicar que os cacos na piscina eram para a turma que fazia educação física de manhã cedo. Deu as costas e saiu rindo da própria cascavelagem.

Lembrava o caso do teatro. Ali mesmo no auditório do Clube, um grupo de jovens ensaiava uma peça. E tinha uma moça, Eugênia. Em plena época da minissaia, usava vestidos longos, mangas compridas, muita austeridade, recato e talvez até pureza. Pois Rolando tanto fez que Eugênia ficou um pouco mais com ele no auditório, depois que a turma saiu. Aí, pegou-a à força, tirou-lhe a calcinha, amarrou-a por um pé com uma corda que se usava no cenário e pendurou-a de cabeça para baixo na viga do palco. Na porta do Clube avisou a Xisto: “Tem uma moça te chamando lá no auditório.”

No que chega, Xisto encontra Eugênia pendurada por um pé, a saia voltada, a popa de fora, uma mancha de pelos negros na frente. A moça se retorcia, esperneando de cabeça para baixo. Dor, vergonha, angústia. Xisto quis correr, mas teve que acudir. Aproximou-se, desatou. Eugênia chorava e tremia.

No outro dia, Xisto pelas alamedas, topou de testa com nada menos do que Rolando. Um susto em recuo. E o malvado já o chamava, convidando-o para um refrigerante ali no bar em frente. Queria pagar-lhe o refrigerante para poder indagar o que tinha achado da moça pendurada. Melhor não dar opinião que gostou nem que não, mas Rolando acabou dizendo que tinha feito aquilo só para dar a ele, Xisto, a oportunidade de ver a bunda branca de Eugênia.

Do outro lado da cidade, o Martins. Nome de guerra que recebeu na polícia, onde não passou de soldado raso e de onde foi expulso por corrupção, depois de prática de tortura e assassinato. Apegoado, boa estatura, meio magro e mau.

Ouvira a história de Alcides do Amaral que, em São Francisco, tinha um cachorro enorme que açulava contra os presos na cadeia. Cachorro que tinha uma presa de ouro. E Amaral gostava de ver o ouro no sangue.

Com isso, Martins, coração de fel, resolveu também criar um, sem dente de ouro assim mesmo, mas feroz mordedor. Pastor alemão que podia ter nome, mas ninguém sabia. O povo falava era “o cachorro do Martins”, talvez para ter um meio de chamar o Martins de cachorro.

Inventou logo jeito de dinheiro fácil, que era, quando o delegado viajava, sair por aquelas pontas de rua e prender tudo quanto era pobre-diabo que encontrava. Até Xisto Vigilante entrou nessa. Prendia, espancava, botava o cachorro para morder, no outro dia mandava avisar à família que o “elemento” estava no xilindró. Tinham que pagar carceragem. Embolsava, abria o cadeado.

Denunciado, apurados os fatos, recebia advertência ou uma suspensãozinha. E tudo continuava na mesma, com prisões arbitrárias, carceragens, embolsos... E outras denúncias e provas de dentadas caninas. E mais o assassinato dum que tinha sido namorado de Cacilda.

Expulso da polícia, só perdeu a farda, que armado andava, autoridade se dava, arbitrário continuava e temido era. Mais do que Rolando? Isso não. Um e outro. O mais medonho? Xisto pensando. Os dois andavam chocalhando de maldade e não se conheciam... Aí uma ideia foi rompendo devagar, deu uma volta, rodeou, veio, chegou. Uma briga entre Rolando e Martins. Se mereciam. Podiam se acabar. Ruim com ruim, bom assim. E dormiu na ideia e arquitetou sonho e acordou. Uma clara manhã na cabeça do Vigilante, que sabia das três coisas que matam homem: barra de saia, barra de ouro e barra de corgo. Enlinhou a ideia na barra de saia, que dinheiro e divisa eram mais estranhos para aqueles. Tinha que levar os dois às guerras, mas por causa de mulher, que é a briga mais fácil, comum e compreendida.

Por esse tempo, naquele outro lado da cidade, Martins montou cabaré estabelecido, mantendo umas mulherezinhas, que explorava.

O que ganhassem na prostituição era, rigorosamente, partido ao meio, muito vigiado e controlado. Elas que não pensassem em lograr o rufião. Mas uma delas ali não era desse comércio, a Cacilda, mulher só dele, Martins. Ninguém tivesse a doidura de pretender sonhar com a bonita Cacilda de olhos grandes e boca sem-vergonha, que tinha dono.

E era por aí que Xisto ia navegar. Bilhetinho com letra de mulher, de Cacilda para Rolando, que viesse no sábado, queria ficar com ele, o adorava, não aguentava mais. Cacilda. Endereço.

Xisto rondando para o desfecho. Ver de camarote a ronha, a ranha, a rinha. Que se esbagaçassem, se acabassem. Não ia ficar osso sobre osso.

Lá pelas tantas, Rolando, camisa listrada, barbeado, arrogante. Conversou aqui e ali, passou o braço no pescoço de Cacilda, entrando para o quarto. Martins, nem... como coisa, encarava com a mesma cara. Ah, mas a fera ia dar o bote – Xisto sabia. Era chegar a hora do bom-sem-roupas na cama, e ele ia e arrebatava a porta e o pau quebrava. A jerimbamba.

Espera que demora. Mas o quê? O que Xisto via: Rolando saindo do quarto com Cacilda, vinha, num andar meio vagaroso, no rumo de Martins. Um olhando o outro, que mal olhava o mau olhar. E se chegaram. Apertaram-se as mãos, nuns quase sorrisos, levantando copos em brinde tintinante. Nisso, uma das dali veio a Xisto e lhe cochichou que Martins não queria mais nada com Cacilda. Agora tinha para si uma chegante, ainda mais bonita.

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Auditório



Museu Memorial de Brasília

O QUARTETO ILUMINADO DA MISSÃO GOIANA

Nina Tubino⁵

Estamos em 2020, Brasília comemora 60 anos e eu resolvo voltar no tempo e fazer uma homenagem ao quarteto iluminado que, com fé, esperança e determinação, rasgou o Cerrado e plantou na terra virgem o projeto do também iluminad, Lúcio Costa. Eram três goianos e um carioca que, movidos pelas luzes Divinas, esticaram as primeiras linhas mestras da futura Capital.

Ao escrever sobre o primeiro engenheiro na construção de Brasília, necessariamente mergulho em uma teia histórica, e procuro nela datas e fatos que me levam aos personagens que partilharam, entre si, o grande sonho.

Eles eram muitos, alguns tiveram passagem curta nos primórdios ou nas Comissões, outros participaram do estágio seguinte e foram presença no fazer do Plano Piloto. Todos importantes construtores da nova Capital. Brasília.

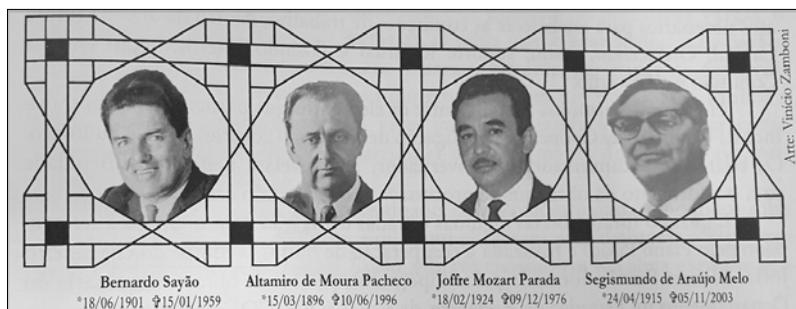
O quarteto chegou antes e foi abrindo espaço para os que viriam depois, juntar-se a eles. Uma obra tão gigante exigia a cooperação de muitos heróis, anônimos ou não, cujo trabalho foi fundamental para que fossem atingidos os objetivos.

Ao falar de Jofre, na Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital, a chamada “Missão Goiana”, e trazer para a vitrine da

⁵ Acadêmica, ocupante da Cadeira 95, patroneada por Jofre Mozart Parada, é também da Academia de Letras de Brasília.

história a luta dos mudancistas que ligaram seus nomes aos fatos, daquele período histórico encontro três que, juntos com Jofre, iniciaram, com corpo, alma e coração, a grande epopeia da desapropriação da terra para assentar o Pássaro Íbis.

Parceiros no trabalho e amigos para sempre, eles formavam um quarteto iluminado. Homens que marcaram suas trajetórias de vida pelo amor ao próximo e dedicação ao trabalho da construção de Brasília. Guiados pelo grande sonho de suas vidas, trabalharam, dia e noite, com as mãos da esperança para ver nascer a cidade que adotei. O quarteto tem nome: Sayão, Altamiro, Jofre e Segismundo.



Bernardo Sayão

Na árdua tarefa de abrir o Cerrado para erguer a futura Capital do Brasil, o vice-governador Bernardo Sayão teve um importante papel, gerindo os primeiros atos necessários para estabelecer as primeiras condições de trabalho dentro da área da futura Capital. Oferecia, assim, suporte logístico e fazia intermediação entre a Comissão e o Governo.

Havia uma harmonia perfeita entre os elementos que participavam dos trabalhos da Comissão de Cooperação e a ligação, com o governo de José Ludovico, doador das terras do Estado de Goiás para o Governo Federal. Fato inédito na história jurídica do Brasil. Os relatórios, encaminhados ao Governador, não revelavam

nenhuma dificuldade para o andamento da obra, que se processava ágil, em ritmo acelerado.

E quando foram abertas algumas estradas de ligação com o espaço a ser ocupado pelo Plano Piloto e realizada a recuperação de outras, a equipe do engenheiro Jofre Mozart Parada, formada pelos topógrafos, pessoal de obra e maquinaria do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-GO), contaram, em muitas vezes, com a presença de Sayão. Da mesma forma ocorreu quando foi aberto o campo de pouso, próximo ao Catetinho, Sayão estava lá, acampado em barraca de lona, colaborando e atendendo as necessidades do grupo coordenado por Jofre. Estava presente quando foi aberta a pista do aeroporto antigo e, foi uma decisão dele, a construção do galpão que serviu de abrigo aos passageiros dos primeiros voos que chegavam ao canteiro de obras.

Bernardo Sayão foi um iluminado, cujo chamado para desbravar a selva e criar o progresso era muito forte nele. O desejo de abrir caminhos e plantar o crescimento do País foi uma constante em sua vida. E nesse despertar do cerrado, estavam eles, Sayão e Jofre, dois veteranos que já haviam palmilhado essas terras, bem antes de 1955.

A partir de Setembro de 1956, Sayão, diretor da Novacap, e Jofre seu assistente técnico e diretor do Departamento de Topografia, seguiram juntos na grande epopeia que foi a construção da nova Capital – Brasília.

Quando, em 1957, Sayão tomou a si, a abertura da Belém Brasília, Jofre esteve com ele no planejamento e no início das obras, realizava os cálculos e avaliava a geologia dos terrenos por onde passaria a estrada. Retornaram, depois, para abrir e traçar as linhas e os eixos do projeto de Lúcio Costa.

A rodovia Belém-Brasília, planejada como Transbrasiliana

(BR-14), foi um sonho amadurecido na mente de Sayão, desde a criação de Ceres e registrado na prancheta de Jofre. O sonho de uma rodovia que ligasse Belém do Pará a Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, era comum aos dois. E também era desejo do Presidente Getúlio Vargas. Sayão trabalhou no gabinete de Getúlio Vargas e, a pedido do Presidente, construiu Ceres. Esse projeto do governo de Getúlio Vargas já estava delineado no Programa Rodoviário Nacional de 1944, conforme mapas das páginas 128 e 129 do livro *Uma Luz na História*.

Cognominado de “Bandeirante do Século 20”, Bernardo Sayão, engenheiro formado em Agronomia e Veterinária, nasceu no Rio de Janeiro. Quando jovem estudou piano e tocava muito bem. Participava da vida social da Capital. Mas seus sonhos estavam bem longe dali. E quando seu amigo e antigo colega de faculdade, Simões Lopes Neto, chefe de gabinete do presidente Vargas, indicou-o para o Projeto das Vilas Agrárias, já sabia que o grande desejo de Sayão não era viver no Rio de Janeiro, era ir para o interior, participar do desenvolvimento do País. Sayão se realizava quando subia em um trator. Seus sonhos e ideais eram grandes demais para viver sufocado, tendo apenas o mar como horizonte. Seu desejo cívico de participar do crescimento do País vibrava, permanentemente, em seu ser.

A filha, Léa, chama-o de “Predestinado”. Sim, predestinado, como todos aqueles a quem chamo de iluminados, e que aqui chegaram para desbravar o Planalto e construir a civilização do futuro. Sayão vibrava civismo em sua alma e sempre pensou em fazer o Brasil crescer....

Altamiro de Moura Pacheco

Sua presença nos primórdios da história de Brasília já está delineada em páginas anteriores, contudo, é importante que se registre o ser humano que foi Altamiro.

Na construção de Brasília, Altamiro era um dos iluminados e líder da primeira hora. Seu patriotismo e o amor ao seu Estado de Goiás levou-o a aceitar o pedido do governador José Ludovico de Almeida para dirigir o árduo trabalho da desapropriação das terras, destinadas a receber a nova Capital Federal.

Ao pesquisar sobre a vida do Dr. Altamiro, encontrei um magnífico texto escrito por seu sobrinho Paulo Pacheco, em 2002, que reflete todo o meu pensamento sobre os iluminados, envolvidos na construção de Brasília. Página que, sobretudo, é uma reflexão sobre a postura do ser humano frente ao outro.

E aqui se fala de Altamiro de Moura Pacheco:

O homem, genericamente, busca nas ações que prática o benefício do resultado utilitário, mas quer algo em troca. Não se dá, não investe, sem o *animus lucri faciendi*. É a força estrutural do vício, do egoísmo que não alimenta ninguém sem alimentar-se antes.

Mas existe uma dimensão maior, um desígnio cósmico que leva seres predestinados a uma polimerização espiritual profunda, a combinar as energias estruturais da existência humana com o poder de síntese, com a sabedoria cósmica que alimenta a caminhada do mineral ao animal e da rosa ao animal.

Do simples ao mais complexo, existe uma caminhada comum que é o móvel da fé, o designo da força maior do bem, por meio do qual as coisas se afunilam e retornam à essência de Deus. Estaríamos assim, diante do absoluto e dos modos de ser absoluto. Pode, então, o homem aspirar à perfeição?

Pelo todo se chega à unidade. A perfeição existe. Existe, sim, mas pela identidade do pensamento e da ação. Pode-se ser múltiplo no físico, mundo físico, mas no plano mental há que haver comunhão entre o pensamento e a ação. Isso, no entanto, é tarefa dos mais sábios, dos mais lúcidos e iluminados, dos mais próximos de Deus.

Façam o que eu faço” — erigiu, como norma de vida, o homem que inspirou esta página familiar, que fez de sua existência um verdadeiro

hino de fé aos que acreditam que o modo de ser está a serviço do próprio ser.

Por obra do Pai, quando apenas sonhava como criança, transformouse em pai dos próprios irmãos; em vigia da mãe, em guardião dos sobrinhos, em verdadeiro esteio moral e material da paz social; viveu pela fé, pela abstinência, pelo amor, pela vontade – para que todos fossem felizes, ainda que à custa do único galardão que teve na vida que foi o de ser feliz com a felicidade de todos.

Esse ser extraordinário, que nunca poderá ser esquecido, recebeu na pia batismal da perfeição o nome de ALTAMIRO DE MOURA PACHECO, tio dos que lhe dedicam esta página familiar, de amor e de crença nos seus ideais grandiosos”. Paulo Pacheco.

Jofre Mozart Parada

Naquela tarde de um domingo de 1991, quando à beira de seu túmulo fiz a promessa de resgatar, para a história de Brasília, os feitos de Jofre Mozart Parada, eu ainda não sabia qual a extensão da contribuição que esse patriótico engenheiro havia dado para a construção da nova Capital.

Além do cumprimento da promessa, feita à beira de seu túmulo, está posto, neste trabalho, meu objetivo maior que é deixar para as novas gerações e, especialmente para os pesquisadores do futuro, a história dos primórdios da construção da Capital e relatar toda a obra realizada por Jofre Mozart Parada, em seus 52 anos de vida, o que é, por si só, algo fantástico.

Jofre, é assim que sempre me refiro a esse engenheiro, mestre e pesquisador ilustre, com a intimidade que adquire o escritor, no trabalho e na convivência com o personagem a ser descrito. Brasília contou não só com o trabalho extraordinário do engenheiro Jofre, mas com a sua fantástica capacidade de solução e sua intensa inspiração científica, que lhe apontava o rumo para solucionar qualquer

problema surgido na construção. E problemas não faltavam, naqueles primeiros momentos do erguimento da cidade.

Jofre possuía uma personalidade, ao mesmo tempo, emocional e dinâmica. Sonhou com Brasília desde muito cedo.

Ainda estudante, nos anos de 1940, quando aluno da Escola de Minas de Ouro Preto apresentou, em um Congresso Estudantil em São Paulo, um trabalho sobre a transferência da Capital do Brasil para o Planalto Goiano. Ele já era um iluminado mudancista e seu caminho para Brasília já estava definido.

Com a leitura de seu currículo, incluído neste livro, o leitor vai surpreender-se com seu dinamismo e a capacidade de atender várias frentes de trabalho ao mesmo tempo, a calcular, dirigir, orientar e supervisionar, *in loco*, as equipes que trabalhavam com ele.

Os topógrafos de sua equipe comemoravam cada trecho estaqueado no cerrado imenso, pois sabiam que estava tudo correto, porque a prancheta de Jofre falava por si.

Esse engenheiro, que na profissão abraçou três especializações, engenharia civil, minas e metalurgia e, na construção de Brasília, atuou nas três áreas e foi quem fez, com seus topógrafos, a locação da maior parte da cidade depois de ter locado e ter aberto as três primeiras avenidas do Núcleo Bandeirante (Cidade Livre).

Jofre, entre tantos pioneiros da primeira hora, marcou com seu espírito cívico, seu entusiasmo, e sua extraordinária capacidade de trabalho, sua presença na história de Brasília, agora, gravada neste livro. Ele faz parte daquele grupo a que chamo de pessoas especiais, iluminadas por Deus.

Seres especiais, sim, pois para construir uma cidade, já predestinada pela espiritualidade, para ser o foco aglutinador da nacionalidade, era preciso que fossem determinados, intuídos,

generosos, capazes de comandar as legiões de candangos que vieram ajudar a erguer a Capital do novo tempo, a luz do amanhã .

A luta para transformar o sonho da mudança da Capital em realidade foi realmente formada por um grupo de pessoas especiais. Digo especiais porque traziam o desejo de agir com espírito público, honestidade e grandeza, direcionados ao crescimento do País. Nesse grupo estavam os goianos que levantaram a bandeira de seus sonhos e levaram à frente sua determinação. No Congresso Nacional, na Imprensa, nas Forças Armadas, nas escolas que frequentaram, no trabalho de desapropriação das terras, nos atos jurídicos firmados e nas rodas de intelectuais, lá estavam, sempre, os goianos. No Rio, em São Paulo, em Minas, reafirmando o sonho que os empurrava para a luta. Assim, criaram o embrião espiritual da Nova Capital. Outros vieram juntar-se a eles. Uma obra tão gigante exigia a cooperação de muitos heróis, anônimos ou não, cujo trabalho foi fundamental para que fossem atingidos os objetivos.

Tudo que ainda possa ser dito sobre o engenheiro Jofre Mozart Parada, meu padrinho no Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, será pouco para demonstrar quem foi esse genial ser humano que colocou corpo, alma e coração a serviço da construção da filha diletta e sonho maior do Presidente Juscelino, a nossa Brasília.

Palavras de Jofre:

Meu desafio era passar, do papel para o terreno, o projeto imaginado por Lúcio Costa. Nossa equipe demarcava todos os pontos, estaca por estaca, para fazer tornar-se realidade a nova CAPITAL. Meu amor por Brasília aumentava a cada vez que via mais um prédio, uma rua, uma quadra nascer”.

Segismundo de Araújo Melo

Dr. Segismundo, jurista renomado, goiano e mudancista da

primeira hora, nascido na velha cidade de Luziânia, em 24 de abril de 1915, foi figura importante e imprescindível na composição jurídica da Comissão Goiana de Cooperação para a mudança da Capital

Essa Comissão, a qual chamo de Missão Goiana, tinha o Dr. Segismundo como seu consultor jurídico e, conforme relato de dona Mercedes, era ele quem acompanhava o Dr. Altamiro e Jofre, na maratona pelas fazendas e cartórios, para averiguar e avaliar os documentos dos proprietários de terras.

Dr. Segismundo foi companheiro de trabalho e amigo de Jofre, caminhavam no mesmo sentido, com lisura e comprometimento, pela causa da desapropriação das terras para a futura Capital.

Não reconheço como verídicas as críticas que, hoje, são feitas por pessoas que não possuem escritura ou documento legal. O Plano Piloto está assentado sobre as terras legalmente compradas e pagas aos seus proprietários ou herdeiros, pelo Governo do Estado de Goiás.

É preciso lembrar sempre que muitas das terras fora da área do Plano Piloto não possuíam documentação correta. Eram terras de herança, sem inventário, outras questionadas por herdeiros ou ainda aquelas cujo único documento era um simples recibo sem valor jurídico. Havia terras devolutas ocupadas por posseiros. Esses casos foram tratados com abertura de processos nos cartórios de Luziânia, Planaltina e Formosa. Mas, o Governo Federal tinha pressa em iniciar a construção e se a área destinada ao Plano Piloto estava legalizada, o restante seria visto depois.

Em setembro de 1956, foi criada a Novacap, que assumiu a responsabilidade de acompanhar, nos cartórios, a solução dos casos pendentes, mas não havia tempo...

Criada a Novacap foi feita a entrega, pelo governador José Ludovico ao Governo Federal, dos relatórios e feita a prestação de contas pelo Dr. Altamiro, presidente da Comissão Goiana. A partir desse momento a Comissão Goiana deixou de existir. Sua tarefa estava cumprida, com dignidade e amor à causa. Nela, o Dr. Segismundo de Araújo Mello foi exemplar.

Deve ser lembrado que, mesmo antes do trabalho que realizou para a Comissão Goiana, Dr. Segismundo foi responsável por quatro momentos muito especiais para a história da mudança da Capital; a) Operação Dom Bosco, por ocasião do encontro de Araguari, da qual ele foi o idealizador; b) o aconselhamento que fez ao marechal Pessoa, no episódio da desapropriação das terras, encaminhando-o ao governador de Goiás; c) quando redigiu o Decreto Estadual número 480, que desapropriou as terras e garantiu a mudança da Capital para o Planalto Goiano; d) quando interveio junto ao diretor-presidente do DER-GO para ceder o engenheiro Jofre para atuar na Comissão que iria desapropriar as terras. Jofre era tão necessário dentro do Departamento de Estradas, que foi preciso o Dr. Segismundo ir ao diretor fazer o convencimento. O diretor, que já estava ameaçado de ser demitido pelo governador, aceitou dispensar o Jofre para a Comissão.

Dr. Segismundo foi o iluminado arauto que fechou o ciclo goiano de lutas parlamentares sobre o local da mudança da Capital e abriu a porta da esperança para que os goianos recebessem o abraço da nova Capital.⁶

⁶ O livro *Uma Luz na História* relata, em suas 546 páginas, a ocupação e o estudo do Planalto Central Brasileiro desde 1700.

OTAVIANO AUGUSTO.

O *IMPERIUM POPULI*. O IMPÉRIO DO BRASIL

Ronaldo Poletti⁷

Sumário: 1. Significado de *Imperium*. 2. A posição de Mommsen contrária ao *Imperium populi*. 3. A presença da idéia e concreção do *Imperium populi* na trajetória de Otaviano Augusto. 4. O Império do Brasil como exemplo da projeção moderna da idéia de *Imperium populi*.

1. O termo *imperium* não se identifica com *regnum*. Há uma nítida diferença em Roma entre monarquia, república e Império, não obstante os imperadores continuassem a referir-se, como o fez Justiniano, à coisa pública e à origem popular do poder.

O rei se sustentava na força do exército, que era o povo da cidade em guerra permanente. O cidadão desde sempre era um soldado. O poder tinha sua origem no povo. O rei e depois os magistrados recebiam o seu poder da lei e esta era votada pelo povo nas cúrias (*Lex curiata de imperio*). Era atribuição dos comícios por centúrias eleger os magistrados maiores. Os comícios por tribos elegiam os magistrados menores.

Com as repúblicas patrícia e patrícia-plebéia, o Império se distribuiu pelas magistraturas mais importantes e pelas instituições da cidade da plebe, posteriormente pelo povo romano.

⁷ Acadêmico ocupante da Cadeira 48, patroneada por Donald Belcher, e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

O fato de esse poder imperial ser exercido pelas magistraturas e, mais tarde, pelo Príncipe, não retira o caráter popular do Império, considerando que as magistraturas eram, tecnicamente, a expressão do poder do povo.

O *imperium* somente sofria restrições se postas pelo próprio povo. Uma delas era a *provocatio ad populum*, como um recurso utilizado pelos *cives* contra os poderes coercitivos das magistraturas. De igual maneira, o *ius intercessionis*, a *intercessio* dos poderes negativos, possível tanto nas magistraturas patrícias (veto de um magistrado superior contra o ato de um *collega minor* ou de igual nível) como por força das instituições plebéias (o poder negativo do tribuno da plebe).

2. A idéia de *imperium populi* não é aceita por Mommsen, o qual rejeita o argumento de que aquele poder pertence ao povo para que este o transfira aos magistrados (D. 1.4.1. pr. Ulpiano. *Quod principi placuit, legis habet vigorem: utpote quum lege Regia, quae de imperio eius lata est, populus ei et in eum omne suum imperium et potestatem conferat*). Para Mommsen não se trata de um discurso técnico mas de uma especulação política.⁸

⁸ Theodor Mommsen e Joachim Marquardt, *Manuel des Antiquités Romaines*, trad. Gustav Humbert, tomo I, *Le Droit Public Romain* par Theodor Mommsen, trad. Paul Frédéric Girard, tomo I, Paris, Erneste Thorin Éditeur, 1887, p. 24. Ver *ibidem* as observações de Mommsen sobre a etimologia de *imperium*. A primeira sílaba é naturalmente uma preposição, como se vê em *enduperator*; mas é duvidoso que a continuação seja *parare*, adquirir. A analogia com *vituperare*, *aequiperare* não justifica a mudança da vogal na presença de *comparare*, *reparare*, etc. Por outro lado, o sentido de agir por intermédio de um terceiro (comp. *indicere*, 138

Esse posicionamento de Mommsen – o de atribuir a expressão *imperium populi*, usada por Varro no *De Língua Latina* 5, 87, e por Augusto (*Res Gestae*): *Aegyptum imperio populi Romani adjeci*, no sentido localizado e restrito, talvez explique a sua teoria de não distinguir império de reino ou monarquia. Verifica-se que ele atribui a Júlio César não somente a ditadura temporária como uma nova monarquia. Quando César recebe o título de *Imperator*, já seria um rei, que vai derrotar os chefes republicanos: “O novo nome de Imperador, por outro lado, aparece, sob todos os ângulos, a expressão verdadeira que convém a esta nova monarquia.”⁹

Mommsen faz restrições à idéia do *imperium populi* e, sempre, usa a palavra Estado para designar a realidade política de Roma. Vê César como um ditador e seu sucessor como uma continuação que vai desaguar em um novo regime, ao qual não empresta a idéia de um principado decorrente do exercício das magistraturas republicanas.

Mommsen propicia uma teoria diferente do *imperium populi*. A origem do Império, a partir do principado, estaria mais na tradição monárquica. Não obstante, credita ao Império, diferenciando-o do “imperio republicano”, a extensão a todos os territórios fora da Itália (*imperium infinitum*), a superioridade em relação a qualquer outro poder em face de uma colisão (*imperium maius*).

injungere) seria mais apropriado, tanto que se pode ver que a idéia de comando foi colocada mais em destaque.

⁹ Theodor Mommsen, *Histoire Romaine*, trad. De Guerle, Paris, Ernest Flamarion, Éditeur, s/d, t. 7, p. 185

A teoria de Mommsen a respeito do principado consiste em reduzi-lo a uma diarquia: o poder dividido entre o príncipe e o senado, tal como na partilha das províncias.

3. Colocada a posição de Mommsen, resta dicutir o problema da ascensão de Otaviano Augusto e de seu significado, bem como da natureza da nova constituição, para verificar a existência de um liame entre o *imperium*, Otaviano Augusto, o novo regime e o povo. Sem, naturalmente, pretender refutar o grande historiador e romanista alemão, algumas observações – penso – podem ser colocadas ao lado da sua rejeição do *imperium populi*.

Otaviano não aceitou o título de rei, nem de ditador, mas pouco e pouco, foi assumindo as magistraturas e honras, acumulando-as: *tribunicia potestas* no ano 36 a. C., confirmada em 30 a. C., ano em que um plebiscito lhe reconheceu o direito de administrar a justiça, e renovada em 23 a. C.; em 29, o Senado lhe confirmou o título de *imperator; princeps senatus* (28), Augusto (27), *imperium proconsulare* (23), *ius edicendi* e o *cura legum et morum* (19), Sumo Pontífice (12), Pai da Pátria (2).

O tribuno exercia a *intercessio* que lhe dava poderes iguais ou superiores aos dos magistrados, mas tinha apenas caráter negativo, uma espécie de veto. Não podia, portanto, ficar sujeito à autoridade dos magistrados, cujos atos ele podia vetar. Daí a sua inviolabilidade *sacrosancta*. Tal circunstância reforça, ainda, a teoria da origem popular do poder.

A *potestas tribunicia* tornou-se em Roma o poder mais elevado, pois não se inclinava diante de outro poder e todos os outros poderes se inclinavam diante dela. A *potestas tribunicia* de Otaviano não tinha os limites temporais e espaciais dos tribunos da plebe. Rousseau lembra, referindo-se ao tribuno da plebe, que ele nada podia fazer, mas tudo podia impedir pela *intercessio* e que, sem

distinguir-se pela toga patricia ou outra qualquer vestimenta, era reverenciado pelos patricios. Mais sagrado e mais reverenciado, como defensor das leis, do que o príncipe que as executa e o soberano que as dá. Foi o que se viu em Roma, quando aqueles patricios orgulhosos, que sempre desprezaram todo o povo, se sentiram forçados a curvar-se diante de um mero funcionário do povo que não tinha nem auspícios nem jurisdição.¹⁰

A questão, no fundo, é saber se houve um Império do Príncipe ou, na verdade, um *imperium populi*.

Em 13 de janeiro, Otaviano, em sessão solene do Senado, declarou a sua intenção de renunciar aos poderes de que fora investido como triúviro e como cônsul. Ele devolveu ao Senado e ao povo aqueles poderes, alegando haver restaurado a República. Na verdade, ele pretendia credenciar-se mais, no fundo como tribuno. Ele aceitou o título de Augusto (27 a. C.) e em 23 a. C., o poder imperial coincidiu com a renovação final dos poderes tribunícios.

Res publica ex sua potestate in arbitrium senatus populuque Romausi.

Nesse momento, posterior à renúncia, da qual ele saiu fortalecido, Otaviano inaugurou institucionalmente o novo regime: o principado. Regime autocrático, a que se chegou por intermédio das instituições republicanas. A superação dessas, com a influência de todos os aspectos da vida romana, não deve afastar a origem popular da nova Constituição. Afinal, Otaviano Augusto tinha sido triúviro republicano, cônsul, tribuno do povo, Imperador por

¹⁰ Cf. Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social ou Princípios do Direito Político*, trad. Lourdes Santos Machado, introd. e notas de Paul Arbousse Bastide e Lourival Gomes Machado, São Paulo, Abril Cultural, 1973, col. Os Pensadores, Livro IV, p. 138.

ovação do povo armado, a ele se aplicava, por todos os motivos o texto do Digesto: por que o povo transferiu ao príncipe todo o seu poder e magestade, aquilo que agradar a ele tem força de lei.

O principado não parece justificar qualquer alteração na explicação sobre o poder e a autoridade em Roma. Nas palavras de Cícero, a autoridade estava no Senado e o poder no povo. *Cum potestas in populo auctoritas in Senatus sit*. Ao Senado incumbia zelar pela continuidade da fundação de Roma. Otaviano Augusto buscou o poder no povo e a autoridade no Senado, onde era o primeiro. A rima é evidente entre Otaviano, o novo fundador, o novo Rômulo, e Virgílio, o poeta da história de Roma, da sua fundação e destino. No âmbito da política romana estava a convicção do caráter sagrado da fundação, obrigatória para todas as gerações futuras. A política significava preservar a fundação da cidade de Roma.”¹¹

A palavra e o conceito de autoridade fazem sentido nesse contexto. A palavra *auctoritas* é derivada do verbo *augere*, ‘aumentar’, e aquilo que a autoridade ou os da posse dela constantemente aumentam é a fundação.”¹²

Sob esses ângulos, também, o Principado de Otaviano Augusto indica que a consolidação do Império se dava como uma expansão do povo romano: *imperium populi*.

Passou a haver, na verdade, uma sociedade política universal. Não havia mais uma cidade-Estado, nem uma nação no sentido moderno, mas uma jurisdição mundial sob o manto imperial do

¹¹ CF. Hanna Arendt, *Entre o Passado e o Futuro*, trad. Mauro W. Barbosa de Almeida, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972, p. 162. Ver, também, a propósito o prefácio de Celso Lafer à tradução brasileira desse livro.

¹² *Idem, ibidem*.

príncipe. A discussão sobre a natureza do regime ¹³ fundado por Otaviano Augusto (Monarquia?! Monarquia em uma estrutura republicana?! uma continuação da república?! Uma diarquia com o poder dividido entre o Príncipe e o Senado?!) passa a ter um interesse relativo se partirmos do ponto de vista de que o poder se fundava no povo e no império por ele exercido. Lógico é que não devemos desprezar a genialidade de Otaviano Augusto como administrador criativo. ¹⁴ Ao lado do poder militar, a estrutura do principado se faz com a transformação dos protetorados de Roma

¹³ Uma síntese das diversas concepções sobre o regime do principado está em Acácio Vaz de Lima Filho, *O Princeps e as Constituições Imperiais – Subsídios para o estudo das Constituições Imperiais como fonte do Direito Romano*, São Paulo, tese, 2003: Mommsen (diarquia); Arangio-Ruiz (protetorado); Moreira Alves (monarquia mitigada em Roma e monarquia absoluta nas províncias, trânsito para o *dominato*); Schönbauer (transformação constitucional pelos costumes). O problema da natureza jurídica do principado é antigo: Veleio Patércolo (II, 89) – “*prisca illa et antiqua rei publicae forma revocata*”; Estrabão (XVII, 3, 25): regime monárquico. O próprio Acácio: regime político *sui generis* monárquico na essência, com algumas referências republicanas, e no qual o mando pertencia com exclusividade ao príncipe. Para Guarino: o príncipe é um funcionário extraordinário e vitalício da República, porém não um magistrado do povo romano. De Francisci: síntese da monarquia mais república. De qualquer maneira, o autor traz à baila, Florêncio Hubenák: *princeps* = fiador da eternidade de Roma.

¹⁴ A respeito da Administração romana à época do principado, ver resumo em Angel Enriques Lapieza Elli, *Historia del Derecho Romano*, Buenos Aires, Coop. de Derecho y Ciencias Socialis, 1961, pp. 90 e segts.; para um aprofundamento do estudo sobre a administração, incluindo a tributária, ver o primeiro volume de D. Serrigny, *Droit Public et Administratif Romain*, Paris, Aug. Durand Libraire – Éditeur, 1858.

em territórios provinciais e dentro deles as *civitates*, com certa autonomia em face das províncias. A equiparação política entre as cidades conquistadas e Roma já ocorria como um desdobramento da *civitas augecens*. Um sistema municipal livre se desenvolveu.

Otaviano Augusto registrou os números desses triunfos e aclamações nas suas *Res Gestae*, assinalando haver obtido uma vez a ovação, três vezes o triunfo e vinte e uma vezes o nome de Imperator, além de em virtude de seus êxitos, no mar e na terra, por ele próprio ou por seus legados sob seus auspícios, haver o Senado decretado cinquenta e cinco vezes ações de graças aos deuses imortais e celebrado oitocentos e noventa dias de festa.¹⁵

Está escrito logo no começo do documento:

“Cópia do registro dos ilustres feitos do divino Augusto, pelos quais sujeitou ao Império do povo Romano o orbe das terras [o mundo todo] (*quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit*), e dos esforços que fez para a República e para o povo, gravados em duas colunas de bronze erguidas em Roma.”¹⁶

¹⁵ Um ano antes de morrer (13. a. C.), Augusto deixou um testamento autobiográfico, que depositou no templo das Vestais. A *Res gestae divi Augusti* foi destinada a gravar-se em bronze em seu mausoléu e em monumentos representativos nas províncias (v. a propósito Antonio Fernandez de Bujan, *Derecho Publico Romano y Recepción del Derecho Romano en Europa*, 4 ed., Madrid, Civitas, 1999, p.129). Ver adiante o tópico *Res gestae divi Augusti: Monumentum Ancyranum*.

¹⁶ 1-13. *Rerum gestarum divi Augusti, quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit, et impensarum, quas in Rem publicam populumque Romanum fecit, incisarum in duabus abeneis pilis, quae sunt Romae positae, exemplar subiectum.*

O conteúdo do *Res Gestae* possibilita algumas considerações sobre o Império, para caracterizá-lo como do povo, como *Imperium populi*:

a) por inúmeras vezes a referência do Império como do povo Romano (*imperium populi Romani*) sujeitou ao Império do povo Romano o orbe das terras (*quibus orbem terrarum imperio populi Romani subiecit*); (*et postea trans Danuvium ductus exercitus meus Dacorum gentis imperia populi Romani perferre coegit*);

b) origem militar, título *imperator* outorgado pelo povo reunido em comício (*Bis ouans triumphavi et tris egi curulis triumphos et appellatus sum uiciens et semel imperatur*);

c) o Império não afastou a república (Augusto foi triúviro para constituir a república – *rei publicae constituendae*); (era o restaurador da república);

d) Império referido ao censo e ao número crescente de cidadãos (quase cinco milhões de cidadãos romanos); providenciou vários censos (*Quo lustru censa sunt civium Romanorum capitum quadragiens centyum millia et nongenta triginta et septem millia*);

e) Império do povo Romano como realização da Paz (*aram Pacis Augustae senatus pro reditu meo consacrandam censuit ad campum Martium*; - *cum per totum imperium populi Romani terra marique esset parta victoris pax*; - *Mare pacavi a*

praedonibus); por três o Senado determinou o fechamento do templo de Janus Quirino (o Império do povo, alcançou a paz);¹⁷

f) distribuição de bens ao povo (ver nºs 16, 17,18); de dinheiro e de grãos, do botim de guerra e do tesouro particular do Imperador (*Summa pecuniae, quam dedit vel in aerarium vel plebei Romanae vel dimissis militibus: denarium sexiens milliens*);

g) tribunato exercido pelo Imperador, como defensor do povo;

h) extensão do território do povo Romano (*omnium provinciarum populi Romani, quibus finitimae fuerunt gentes quae non parerent imperio nostro, finis auxi; Aegyptum imperio populi Romani adieci*).

4. O príncipe regente, futuro D. João VI, rei de Portugal, quando chegou ao Brasil em razão da guerra na Europa contra Napoleão, aportou na Bahia, onde ficou mais de um mês e conviveu com José da Silva Lisboa (Cairu), que iria usar a expressão significativa de “Roma Americana”, aplicando-a ao Rio de Janeiro.

A vinda do príncipe para o Brasil foi um fato extraordinário na história. De repente, em face das guerras napoleônicas, o rei e sua corte, levando tudo o que poderiam levar, deslocam-se para o Brasil, carregando consigo o centro do Império. Fato relevante: o centro rumo para a periferia. A sede do Império Português sai do

¹⁷ Esse altar (13 a. C.) continha relevos históricos e narrativos. Erguido no Campo de Marte. Não está completo, em face do tempo. Supõe-se que uma das figuras de um dos lados personifique Tellus (a Terra) e a outra cena represente Eneas a oferecer um sacrifício animal aos Penates, e que noutra estivesse a Loba com os gêmeos. Por isso tem sido chamada de Eneida em escultura. (cf. Maria Helena da Rocha Pereira, op. cit. p. 476).

continente europeu para firmar-se no Novo Mundo.¹⁸ Uma história lendária conta que o herdeiro do trono, Pedro, de 9 anos, futuro Imperador do Brasil, deleitava-se com a viagem, correndo pelo tombadilho superior, ajudando a tripulação a calcular a longitude. O bibliotecário de Mafra, frei Arrábida, passava o tempo ensinando o jovem herdeiro trechos da Eneida, ilustrando suas aulas com paralelos traçados entre a epopéia de Virgílio e a viagem de D. João para o Brasil.¹⁹

A inteligência brasileira acolheu a família real portuguesa com uma metáfora: O regente D. João era Enéias; Maria, a rainha-mãe, já doente, era Anquises; o futuro D. Pedro I, Arcânio (tinha apenas oito anos de idade), abandonado a si mesmo, fez-se “menino de engenho”. Deram a ele uma educação naturista, amenizada de melancolia (sua futura primeira mulher, a princesa Leopoldina de Habsburgo, escrevera à irmã Maria Luísa, que ele compunha suas músicas sem ajuda de ninguém. Até o catolicismo com características lusitanas recebeu influências do liberalismo. O futuro imperador assumiria um sincretismo ideológico e racial do Império. Os títulos nobiliárquicos, que criou, eram inspirados nos topônimos tupis: barão de Itamaracá, marquês de Maricá, visconde de Araguaia, visconde de Inhomirim, marquês de Sapucaí, barão de Paranapiacaba. O próprio Imperador adotaria na maçonaria um título indígena, só que azteca: Guatimozim. A utilização de cores no simbolismo dos trajes majestáticos e imperiais, referida à natividade indígena, o manto amarelo de penas de tucano, a púrpura verde das pradarias verdejantes sobre a túnica branca, mesclaram o verde dos Braganças e o amarelo-ouro dos Habsburgos. D. Pedro II seria

¹⁸ Cf. Patrick Wilcken, op. cit.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 52

chamado por Victor Hugo de descendente de Marco Aurélio (“*celui fui a Marc-Aurèle pour ancêtre*”).²⁰

Junto com a idéia de Império havia-se providenciado a audiência e a participação das Câmaras municipais para a aclamação do Imperador pelo povo. No cortejo da coroação, três homens precederam a carruagem imperial: um índio, um mulato e um negro, enquanto três brancos estavam no estribo. O futuro Imperador substituiria na cerimônia o arminho do manto real por uma esplêndida murça de papos de tucano, honrando a terra.

Estavam, portanto, presentes, dois elementos do Império: a investidura popular, a plurietnia e o povo indígena.²¹

Não se deve desprezar, para o fito de compreensão da idéia de Império no Brasil, a circunstância de que a esposa de D. Pedro, que tanto influenciou na proclamação da Independência, chamava-se Maria Leopoldina Josefina Carolina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria e filha do Imperador Francisco I.

A idéia de Império adotada pelo Brasil era romana, tal como presente em Bolívar na relação com os povos do ecúmeno de que eram parte os americanos.²²

²⁰ Cf. Luciana Stegagno-Picchio, *História da Literatura Brasileira*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2004, pp. 170-174.

²¹ Ver a respeito, Ronaldo Poletti, *A idéia brasileira de Império*, cit., onde há as referências bibliográficas de Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. 5, 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1963; Octávio Tarquínio de Souza, *A vida de D. Pedro I*, 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1954;

²² Cf. Leopoldo Zea, “*Imperio Romano e Imperio Español en el Pensamiento Bolívar*”, in *Revoluzione Bolivariana. Istituzioni, Lessico, Ideologia*, Sassari, Edizioni Scientifiche Italiane, *Quaderni Latinoamericani* – VIII/1981.

A primeira Constituição brasileira data de 25 de março de 1824, portanto quase dois anos depois da proclamação da independência. Ela foi outorgada pelo imperador D. Pedro I, mas seu preâmbulo e alguns de seus dispositivos podem indicar algumas rimas com o direito romano. Diz o preâmbulo:

“Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: fazemos saber, a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição, que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte; mostrando o grande desejo, que tinham, de que ele se observasse já como Constituição do Império, por lhes merecer mais plena aprovação, e dele esperassem...”

Duas idéias merecem destaque no texto transcrito: a referência ao título de Defensor do Brasil e a origem popular do poder do imperador, ambas a lembrarem o tribunato e a Lex de Imperio.

Além disso, a Carta de 1824, ao definir, no seu art. 1º, o Império do Brasil (“associação política de todos os cidadãos brasileiros”), renova, em parte, a definição de povo, formulada por Cícero, não mencionando qualquer aspecto étnico, como também usando a expressão “associação” (*sociatus*), e não “sociedade”.

A terminologia romana aparece, ainda, na proclamação de serem brasileiros, além de outros, “os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro” (art. 6, 1º).

O imperador podia, ainda, negar o seu consentimento ao projeto de lei aprovado pela Assembléia, e esse seu veto, verdadeiro poder negativo e forma de *intercessio*, teria efeito suspensivo, mas o

projeto precisava ser apresentado por duas outras legislaturas sucessivas, nos mesmos termos originários, para presumir a sanção imperial e transformar-se em lei (art. 65).

O prazo para a sanção era de um mês e, não havendo decisão, considerava-se tácito o veto. Se o imperador adotasse o projeto, manifestar-se-ia pela fórmula “O imperador consente” (art. 68) e a promulgação seria solene: “D. Pedro, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, fazemos saber a todos os súditos, que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos, a lei seguinte...” *Anote-se a fórmula Iussu Dei, per quem Reges regnant; proclamatione subditorum, a quibus dominium transfertur in Principes, per ius gentium (Pelo mandado de Deus, por quem reinam os reis, pela proclamação dos súditos, pelos quais se transmite o poder aos príncipes, segundo o direito das gentes).*²³

O poder negativo exercido pelo imperador enquadra-se na concepção do Poder Moderador, Poder Neutro, inspirado no pensamento de Benjamim Constant.

Dizia a Constituição que:

“O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos” - (art. 98).

²³ Cf. João Camillo de Oliveira Torres, *A democracia coroada*, 2ª ed., Petrópolis, Vozes, 1964, p. 113, referindo-se a Antônio Macedo, *Lusitânia liberata*.

A caracterização do poder imperial como Poder Moderador, no entanto, nas relações com os outros poderes, não se conformava – muitos pensam – com a idéia de Benjamin Constant. O poder tributário decorria da idéia de o Imperador ser o Defensor do Povo. Afonso Arinos de Melo Franco esclareceu que na expressão de Benjamin Constant: “la clef de toute organization politique” – não se pode traduzir clef por chave, senão como “fecho de abóbada”.²⁴

De qualquer maneira, D. Pedro I foi chamado de criador e fundador de um império popular.²⁵

Na Constituição de 1824, parece haver uma distinção entre assembléia de todo o povo e representação nacional, logo, entre democracia e governo representativo.

A nação tinha uma sentinela em face dos representantes e esse era o Imperador.²⁶

²⁴ Afonso Arinos de Melo Franco. *Introdução. O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1972.

²⁵ A expressão é de José Inácio de Abreu Lima, o general brasileiro de Simon Bolívar, *Resumo histórico de la última dictadura del libertador Simon Bolívar comprobada con documentos*. Rio de Janeiro, 1922.

²⁶ Ver considerações de José Joaquim Carneiro de Campos, que fez o paralelo entre o Poder Moderador e os poderes tributários, para distinguir democracia de representação, em *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil 1823*. Ed. Fac-similar, vol. I, n. 33, p. 297 e segs.; considerações lembradas por Pierangelo Catalano, in *Reflexioni di un romanista su alcuni aspetti della tradizione giuridica brasiliana: impero e cittadinanza*. *Micellanea in onore di Luciana Stegagno Picchio, E Vós Tágides Ninhas, a cura de Maria José de Lancastre, Silvano Peloso e Ugo Serani*, Lucca, 1999. Ainda de Catalano, v. Império, povo, costumes,

Interessante anotar que a idéia de um Poder Moderador, mediador, neutro, controlador, acima dos outros poderes, reminiscência dos poderes negativos dos magistrados romanos (*intercessio*) e também dos poderes tribunícios (p. ex. o poder de veto do tribuno da plebe), presente, ainda, hoje, na idéia do defensor do povo, sobreviveu ao regime imperial brasileiro ²⁷ para penetrar no regime republicano. Na verdade, a decepção com a República fez ressurgir a idéia do regime imperial. O anteprojeto da Constituição de 1934, atribuía a função de Poder Coordenador a um Conselho Supremo, que entraria no lugar do Senado, sendo, assim, proposto o regime unicameral. A idéia não vingou na Constituinte. O Senado voltou como uma das Casas do Congresso. Durante as crises republicanas, sustentou-se que o Exército e, depois, as Forças Armadas exerceriam esse poder moderador. ²⁸

lugar, cidadania, nascituros (alguns elementos da tradição jurídica romano-brasileira), em *Estudos de direito constitucional. Em homenagem a José Afonso da Silva*, Eros Roberto Grau e Sérgio Sérulo da Cunha coordenadores, São Paulo 2003, pp. 134 ss.

²⁷ Ver trabalho de Tobias Barreto e o de Braz Florentino Henriques de Souza, *Do Poder Moderador*, 1864.

²⁸ Ver Ronaldo Poletti, *A Constituição de 1934*, Brasília, Senado e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999. Col. Constituições Brasileiras, v. 3. A propósito, Borges de Medeiros, de origem positivista, após fazer concessões à representação política, escreveu um livro (*O Poder Moderador na República Presidencial -1933*), propondo uma Constituição brasileira, onde se delega o poder moderador, privativamente, ao presidente da República, como supremo magistrado da Nação e o seu primeiro representante, a quem incumbe incessante velar sobre os destinos da República, e sobre conservação, equilíbrio e independência dos mais poderes políticos, assim como sobre a

152

Otaviano Augusto morreu em uma pequena localidade de Nola, em 19 de agosto do ano 14. Contava mais de 70 anos. Governou o Império durante 57 anos, incluindo o triunvirato. Antes de morrer, dirigiu-se aos amigos e colaboradores, indagando se eles julgavam bom o seu desempenho no seu papel na vida. Em face da aprovação, teria respondido em grego e como um ator grego: “Se ficastes satisfeitos, batei palmas e aplaudi o ator.”

Dentre os aplausos, certamente, estariam os dos fundadores do Império do Brasil.

inviolabilidade dos direitos fundamentais (v. edição fac-símile, prefácio de Antonio Paim, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**

O “TERRITÓRIO SAGRADO KALUNGA” um Quilombo na Chapada dos Veadeiros

Sebastião Fontenele França²⁹

1. Introdução

A história da escravidão em Goiás é mais recente do que a do restante do país, pois os primeiros contatos, na relação serviçal, se deram a partir do século XVII com as incursões à procura de minerais preciosos. Foi o caso dos negros que trabalhavam na exploração do ouro e nos engenhos de açúcar em Goiás e, no caso desta pesquisa, na Chapada dos Veadeiros, sendo os Kalunga remanescentes desses negros. Grande parte dessa gente veio da Bahia, mas há registros que vieram também de Arraias, Natividade e Paranã, no Estado de Tocantins, Belém do Pará, Meia Ponte (atual Pirenópolis), Vila Boa de Goiás (hoje Goiás), Traíras (hoje, Tupiraçaba - Goiás). Nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás vivem, aproximadamente, 8.000 afro-brasileiros, distribuídos em seis principais Comunidades Quilombolas: Kalunga, Vão de Almas, Vão de Moleque, Engenho II, Vão da Contenda e Ribeirão dos Bois, sendo que a maioria vive nos Vãos, encaixados nos vales dos rios Paranã, Almas, Maquiné e Ribeirão dos Bois. A área foi reconhecida e constituída, em 1991, Patrimônio Cultural e Sítio de Valor Histórico, que doravante será chamado de Território Kalunga, e a certificação do território já foi expedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas a titulação definitiva ainda não atingiu a

²⁹ Acadêmico, ocupante da Cadeira 18, patroneada pelo Duque de Caxias. Graduado, Mestre e Doutor em Geografia.

totalidade, o que gera muitos problemas, como, por exemplo, o impedimento de serem contemplados com certos benefícios sociais.

A titulação é expedida em nome da Associação Quilombola Kalunga (AQK) e não individualmente, mas cada família recebe o seu pedaço de terra, o seu chão, o seu “Território Sagrado”. Essa “sacralização” vem carregada de simbolismo religioso, no qual tudo o que ocorre no interior do Território Kalunga tem forte relação com a sua crença. No espaço sagrado Kalunga, há uma conexão muito forte com a natureza, sendo esta indissociável da cultura afro local, considerando que é dela que o povo Kalunga retira o seu sustento. Esse simbolismo é tão importante que os Kalunga têm seu próprio calendário, que é diferente do mundo exterior, o qual relaciona as condições climáticas com a produção de alimentos. É nesse espaço físico que se concretiza o “sagrado”, que, por meio de cerimônias religiosas e profanas, os afro-brasileiros agradecem ao “Divino” pelos resultados obtidos durante todo o ano. Falar de Kalunga é entrar na história do povo africano no Brasil, com sua cultura, seu modo de vida, mas também de seu sofrimento durante a construção do Brasil.

A Microrregião da Chapada dos Veadeiros foi um ponto de encontro entre os principais caminhos que circulavam riquezas e sofrimento no período da escravidão, e que partiram de três capitais distantes: São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. No interior do Território Kalunga a comunicação entre as comunidades quilombolas foi e é feita por uma rede de caminhos que se entrelaçam entre a vegetação e as serras, um verdadeiro labirinto que liga os vãos. Foram mais de dois séculos para moldar os limites da terra Kalunga nesse lugar e desenhar as linhas de relação que ligam as residências entre si e os pontos estratégicos que ligaram no passado, inclusive de fugas, e também no presente, em todo o limite territorial Kalunga. Resumidamente, este artigo apresenta uma

síntese dos principais caminhos que foram percorridos por este autor no período em que realizou o seu Doutorado, cujo título da Tese foi “As Condições que sacralizaram o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga”, considerado o maior quilombo brasileiro.

2. Contextualização histórica

Tudo começou no auge da mineração em território goiano, e os registros levam ao ano de 1736, quando o garimpeiro Julião Cavalcante, bem como o grupo que lhe acompanhava, adentrou ao território à procura de novas minas de ouro, descobrindo esse metal às margens do córrego Lava Pés, localizado na Serra da Cavahada. Já nesse primeiro momento, o sobrenome Cavalcante passou a ser a toponímia desse lugar. No entanto foi em 1740 que se deu oficialmente a fundação do Arraial de Cavalcante. Sendo uma obra dos bandeirantes, Cavalcante apenas serviu de base temporária, em tempos alhures, para a exploração do ouro e, desta forma, recebeu contingentes de negros vindos de outras províncias. Segundo Sobrinho *et al.* (2016: 35), no auge da mineração do Arraial de Cavalcante, havia cerca de nove mil escravos. No entanto, toda essa gente sugando o subsolo dessa área logo o ouro foi-se exaurindo, e o que restava não compensava economicamente garimpar, o que levou a população a se ocupar em outras atividades, pois com a saída dos caçadores de metais preciosos, precisavam sobreviver e permanecer naquela área.

Simultaneamente às atividades de mineração, trabalho nos engenhos e outras atividades inerentes à sustentação econômica dos “senhores”, os negros, em decorrência dos maus tratos que recebiam, e não suportando tal sofrimento, fugiam de seus locais de trabalho e se embrenhavam entre serras, colinas e vales, onde o relevo, fortemente íngreme lhes conferia o estado de segurança.

Karasch (*apud* JATOBÁ, 2002:29), concluiu que “escravos negros fugidos do Maranhão, Bahia e Pernambuco percorreram a rota do sertão com destino ao norte e nordeste goiano”. A pesquisa de Jatobá registra a presença desses negros no Vale do Paranã, Arraias (TO), Pilar, Muquém e Niquelândia, locais esses que foram palcos de levantes e capturas de escravos fugidos. Outro município que faz parte desse contexto é Monte Alegre de Goiás que teve uma estreita relação com os negros e com a mineração do norte de Goiás, ocorrida durante o século XVIII, e o embrião desse município já se fazia presente em 1769, a exemplo do Arraial Santo Antônio do Morro do Chapéu. É importante ressaltar que no período áureo da mineração em Goiás, 1800 negros, trazidos pelos bandeirantes paulistas, trabalhavam como escravos nesse município, que, ao longo de sua história, recebeu várias denominações, sendo a última em 1953, quando recebeu o nome atual (IBGE, 2016). Na sequência, mas não tendo relação direta com o período da mineração, mas pela vontade individual de pessoas que vislumbravam o horizonte do progresso, foi criada a cidade de Teresina de Goiás, uma nova configuração que se desenhou em terras goianas, quando em 1960 decidiram criar um loteamento à volta de Cavalcante. Tal ousadia culminou-se no desmembramento de Cavalcante em janeiro de 1988, assumindo a condição de município em 1989 (IBGE, 2016). Diante do exposto, ficou claro que foi a partir do município de Cavalcante que uma nova territorialidade se manifestou, resultando, dessa forma, na criação de outros municípios na Chapada dos Veadeiros.

3. O “Sagrado Território”

De certa forma, o território para um povo sempre foi e é sagrado, pois é nele que acontecem todos os tipos de relação: o homem com o solo, e ligado a ele o trabalho, a família com o Estado, que atribui direitos e obrigações, a família entre si, que mantém

relação de parentesco, de respeito e de ética. Nesse contexto, insere-se o Povo Kalunga, que conquistou o seu território, não por guerras, mas pelas condições históricas e pela força da Constituição, que lhe outorgou uma porção de terras (com área de 253 mil hectares), que outrora serviu de esconderijo para fugitivos da escravidão, e que hoje se encontra na condição de afrobrasileiros. Nesse território, as famílias são próximas em termos de parentescos, geralmente são do mesmo tronco familiar, o que facilita o convívio entre elas, além de promover a construção da identidade cultural. Para Berger e Luckmann (2004, p. 230) “A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade”, e é ela que, segundo Santos (2013:24), “localiza o ator social no seu tempo-espaço, em sua cultura, na composição e organização de sua comunidade.

Com isso, pode-se afirmar que o Povo Kalunga reconstruiu a sua própria identidade, pois a escravidão lhe tinha roubado, não a sua essência, uma vez que os genes da sua raça ainda se faziam presentes. A manutenção dessa identidade é fruto da continuidade das práticas sociais que ocorrem no território: as festas religiosas, que sempre são associadas ao aspecto agrário, uma forma de agradecer ao “Divino” pelas dádivas que acontecem dia a dia, razão pela qual esses afro-brasileiros possuem um calendário de festas religiosas, associadas também às práticas profanas. No que tange ao sagrado, para efeito de estudo do espaço, não se deve levar em consideração somente ao aspecto religioso, mas a associação desse com o espaço. Gil Filho (2002:1) afirma que “A abordagem geográfica da religião tem como característica marcante o condicionamento da análise do sagrado aos parâmetros da análise espacial” e, por isso, propõe uma “Geografia baseada na espacialidade do sagrado a partir de um ponto de vista relacional”. Na perpetuação dessa identidade cultural, torna-se mais que necessário ressaltar a importância do Senhor Cirilo dos Santos

Rosa, líder comunitário que reside no Engenho II e que tem um significado de grande valia para o Povo Kalunga.

O espaço agrário do Território Kalunga é um dos elementos que contribuíram para a “sacralização” do chão e da cultura africana na Microrregião da Chapada dos Veadeiros, e o modelo de produção agrícola desenvolvido por esses afro-brasileiros pôde proteger o meio ambiente contra os maléficos efeitos do agronegócio e da exploração predatória do garimpo. Conforme afirma Anjos (2009:112-113), “Os povos africanos introduziram no Brasil variadas técnicas agrícolas, a rotação de culturas e plantação de variadas espécies num mesmo ‘quinhão’ de terra”, mas sempre respeitando o meio ambiente. “O religioso e o lazer, o sagrado e o profano representam práticas de toda a comunidade e concorrem para o fortalecimento das relações sociais” (BAIOCCHI, 1999:43). As festas são precedidas de folias e se intercalam ao longo do ano, e para todos os acontecimentos que ocorrem durante o processo de preparo, plantação e colheita, que referentes aos ciclos de chuvas e secas no espaço Kalunga, há uma contrapartida cultural, que mistura o sagrado e o profano, em que as comunidades se reúnem para festejá-los. Desse modo, “festeja-se Santo Católico em Espaço Africano”, o que configura a prática do sincretismo religioso (BAIOCCHI, 1999:45).

O calendário Kalunga envolve diversas ações praticadas no seu processo agrícola e que requer prévios conhecimentos sobre a meteorologia local, inclusive a previsão do tempo. Os eventos se dividem em três momentos: “Surteio” de Santo Antônio, “Surteio” de São João, Folias e Festas. O “Surteio” de Santo Antônio ocorre entre 12/06 e 21/06, e se festeja o mormaço que ocorrerá em meses subsequentes. O “Surteio” de São João ocorre entre 23/06 e 01/07 e segue os mesmos protocolos do de Santo Antônio. O espaço sagrado é um dos elementos que congrega os membros do Povo

Kalunga, e ele está distribuído em todos os núcleos. Segundo Baiocchi (1999:49), esses espaços se dividem em dois segmentos: espaços fixos, para os rituais maiores; espaços móveis, para os rituais menores. A missão dos Kalunga no Nordeste de Goiás foi de grande importância, tanto para perpetuar a cultura africana, quanto para garantir a sustentabilidade ambiental, o que corrobora Diegues (1996:87, *apud* RIBEIRO, 2014:41), quando diz:

O conhecimento acerca da natureza e seus processos, elaborados pelas populações chamadas tradicionais, ou seja, aquelas que apresentam padrões de comportamentos transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo (DIEGUES, 1996, p. 87) começaram a ter maiores repercussões entre as décadas de 50 e 70 do século XX.

O Presidente da AQQ, o Senhor Vilmar, afirma que a religiosidade que é praticada na área do Território Kalunga “é a ponte que ligou o passado ao presente, e que sem essa ponte jamais teriam sido consolidadas a cultura e a unidade entre as comunidades, e o isolamento contribuiu para tudo isso”.

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Território Kalunga)

O Território Kalunga está localizado no Nordeste de Goiás. Seu território foi reconhecido e constituído em 21 de janeiro 1991, por meio da Lei estadual goiana Nº 11.409, que especificou a área como Patrimônio Cultural e Sítio de valor histórico a área de terras situadas nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Kalunga e do Córrego Ribeirão dos Bois, nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás. A ocupação desse espaço geográfico pelos quilombolas foi objeto da narrativa de Tina Evaristo, Jornalista, que discorreu no Jornal Eletrônico Parabólica o tema “Kalunga: uma viagem no tempo, um pouco da cronologia histórica do povo Kalunga”, que se embrenhou

nas mais remotas serras da Chapada dos Veadeiros à procura de esconderijo (EVARISTO, 2018). Para não ficar uma narrativa tão densa e cansativa de ler, optou-se por dividi-la em recortes que apresentam momentos diversos, para que se possa entender uma lógica na ocupação do espaço geográfico Kalunga:

1) A ocupação do espaço:

Nos vãos da Serra Geral, no Nordeste de Goiás, o tempo parou de correr por volta de 1722, no início do ciclo do ouro, quando os negros que eram usados como mão de obra escrava nas árduas tarefas de garimpagem se rebelaram contra seus senhores. Eles fugiram e esconderam-se mato adentro. Foi assim que surgiu o Kalunga, um dos tantos quilombos do Brasil. A escolha do local não poderia ter sido mais estratégica. De um lado, as inhóspitas serras goianas e, do outro, o rio Paraná [...].

O recorte 1 é a expressão que aproxima os Kalunga ao estado de isolamento, de aquilombado. Nenhuma pessoa, em sã consciência, se sujeitaria viver por quase três centenas de anos num lugar distante de tudo o que se pode imaginar em termos sociais, de oportunidades de crescimento intelectual, de viver à margem da chamada “sociedade desenvolvida”, dentre outros dispositivos legais, como políticas públicas voltadas para o bem-estar, na área de saúde, de infraestrutura (boas estradas, água de qualidade e saneamento básico), de educação, de alimentação e de vestimentas. No entanto, por razões de intolerância racial e pela importância que tinham na relação de trabalho, só que de escravos, esse povo escondeu-se nos vãos da Chapada dos Veadeiros, pois foi lá que encontraram um ambiente seguro, longe dos castigos impostos por seus senhores.

2) Os primeiros contatos com o Estado:

No século XVIII, nenhum capitão-do-mato teria qualquer chance de encontrá-los. Hoje, cerca de 4.000 descendentes dos quilombolas

ainda vivem na região, onde ocupam 237 mil ha, e conservam os mesmos traços culturais e o modo de produção apreendidos com os antepassados escravos. Seus primeiros contatos com outros brasileiros foram feitos em 1982, quando um grupo de antropólogos da Universidade Federal de Goiás, que havia dez anos suspeitava da existência de uma remanescente de quilombo naquele local, chegou aos Kalunga. A maioria ainda não sabia que, pelo menos no papel, a escravidão havia sido abolida.

O recorte 2 reforça a necessidade de isolamento desses remanescentes nas serras e vãos daquele “sertão”, uma vez que os capitães-do-mato, a serviços de seus senhores, se embrenhavam nos “mares de serras”, e suas densas vegetações, a procura dessa mão de obra que se evadiu das minas e engenhos, o que causou grande prejuízo ao poder econômico de então, até porque esses escravos representavam custos às empresas da época. É importante ressaltar que esse isolamento contribuiu também para fortalecer a cultura africana de geração em geração.

3) A sobrevivência do grupo:

As casas são todas feitas de adobe, telhado de folha de piaçava e chão de terra batida. A farinha é a única produção da região, fabricada de maneira artesanal e carregada em lombo de burro por uma distância de 30 km até Monte Alegre, Terezina ou Cavalcante, as cidades mais próximas, onde é trocada principalmente por sal, açúcar, cachaça e querosene. Em Kalunga não existe dinheiro. A economia é à base do escambo. Os Kalunga vivem da agricultura e da pesca e, apesar de se alimentarem basicamente de mandioca, farinha, arroz e peixe, não ficam doentes com facilidade.

O recorte 3 traz a realidade dos Kalunga que sempre tiveram certa autonomia econômica com relação à cidade, pois os mesmos se restringiam aos “muros do quilombo”, dependiam muito pouco do comércio externo, até porque sua economia foi construída na base

da subsistência. A simplicidade foi a marca dessa gente, começando com suas casas que em suas construções primárias utilizavam materiais encontrados na natureza. O burro sempre foi o seu meio de transporte, mas também os pequenos barcos. Eletricidade? Nem pensar, pois até o início do Século XXI várias comunidades Kalunga ainda não receberam energia elétrica. O querosene ainda continua sendo utilizado nas lamparinas. No entanto, hoje algumas melhorias já foram implementadas, dentre elas o acesso a energia elétrica, não para todas as moradias, mas para as áreas de uso comum, como no caso das áreas de festejo. Em tempo de festas algumas estradas recebem melhorias, mas somente as que ligam as cidades de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás aos vãos, atendimento de saúde, mesmo que precário, com a disponibilização esporádica de ambulâncias.

4) O contato com a terra:

A maior causa de morte continuam sendo as picadas de cobra, que eles tratam com chá de palmito de guariroba e de pimenta malagueta. 'É muito bom para combater o veneno', garante seu Salú, que desde 1990 afirma ter 72 anos. O tempo para os Kalunga não é coisa importante, as pessoas em geral não sabem ao certo a idade que têm. As crianças andam de pés descalços pelo mato e nadam nas águas frias do Paranã. Aliás, desde o nascimento, não recebem muita assistência.

O recorte 4 mostra a intimidade que o Kalunga tem com o meio ambiente e muitos ainda não assumiram que estão no Século XXI, ainda continuam como se estivessem em regime de escravidão. Na verdade, estão, e vão continuar por muito tempo enquanto o Estado não assumi-los como filhos da terra, como brasileiros.

5) A importância da parteira na vida dos Kalunga:

As mães têm seus filhos por parto normal, deitadas em camas feitas com varas e coberta com folhas de coqueiro. Os serviços de obstetrícia e enfermagem são prestados por uma velha parteira,

quando ela aparece. Quita, 28 anos, teve seus seis filhos todos em casa, sendo que alguns contaram apenas com o esforço da mãe para nascer. A sogra de Quita apareceu depois do parto para cortar o cordão umbilical com uma tesoura velha, esterilizada no fogo do fogão a lenha. O leite materno é oferecido às crianças enquanto elas quiserem ou enquanto a mãe tiver. Depois passam a comer papa de arroz com caldo de peixe e mingau feito com farinha, água e açúcar.

O recorte 5 é um dos pontos que merece destaque na relação do Kalunga com a terra, com o chão, com a vida. Sobreviver a um parto natural, no meio do mato, sem recursos modernos nenhum, distante da sociedade industrializada, pode-se dizer que é uma dádiva de Deus. Manter uma população com mais de oito mil pessoas, em ritmo crescente, muitas vezes equivalente a uma pequena cidade do interior do País, sem os recursos da medicina moderna, as parteiras fizeram muito bem o seu papel. Isso contribuiu para a “sacralização do território”, pois a vida é sagrada.

6) Pequenas coisas, grandes diferenças:

Alguns Kalunga já estiveram em cidades como Brasília e Goiânia; outros, somente nos vilarejos próximos, mas todos são unânimes em afirmar: “não troco o mato por cidade nenhuma”. É o caso de dona Procópio, 62 anos, que nasceu e viveu toda sua vida em Kalunga. A única coisa que cobiça da cidade e que gostaria de ter perto de casa é uma quitanda, “mas só para comprar as coisas que não podemos fazer aqui”. Dona Procópio tem um rádio que sintoniza, todos os dias, religiosamente, às 20 horas, na Rádio Nacional AM. Este, segundo ela, é o único divertimento além das festas religiosas em homenagem a Nossa Senhora da Abadia, que ocorrem em agosto e setembro. “O rádio é bom demais. O problema é quando as pilhas acabam e a gente não tem como ir à cidade comprar. Aí é muito triste”.

O recorte 6 deixa qualquer um emocionado. Todo ser humano tem suas aspirações, seus projetos de vida, sejam simples ou complexos, mas tem. Não é diferente o Povo Kalunga, que vem, a

passos largos, socializando-se, inserindo-se na modernidade. Entretanto, como o mundo deles sempre foi mais humilde, mais simples, suas conquistas, seus projetos também os são. Viajando no interior dos Vãos de Almas e Moleque ainda se depara com situações dessa natureza: pessoas ouvindo seus rádios de pilha e informando-se do que está acontecendo do lado de lá. Na maioria das vezes, não entendem a linguagem desses do lado de lá, mas só pelo fato de ouvir a voz de alguém já se sentem satisfeitos.

7) As políticas públicas como instrumentos de manobra:

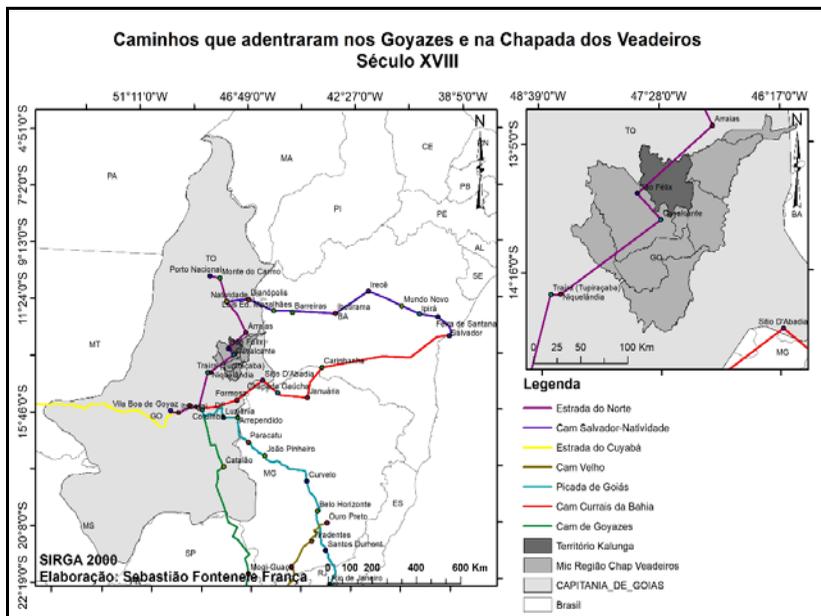
A cidade mais próxima, Monte Alegre, fica a uma caminhada de no mínimo seis horas. Outra coisa que incomoda dona Procópia, esposa de seu Salú, é o fato dos políticos irem aos Kalunga na véspera de cada eleição e prometerem coisas que nunca cumprem. ‘Dessa vez eles fizeram inscrição para uma tal de cesta básica. Ficaram aqui quatro dias festando. No dia de votar, eles vão vir aqui no mato buscar a gente, mas eu não sei se vão trazer água até aqui e se vão construir uma escola nova. É isso que a gente vem pedindo para o prefeito há muito tempo’.

O recorte 7 é uma das realidades que ocorrem em todas as esferas políticas. Ser político nem sempre reflete a honestidade, a ética, e como esse fenômeno não ocorre na sua totalidade, a sociedade se deixa levar por promessas sem fundamentos, oportunistas, eleitoreiras, o que não exclui o Povo Kalunga. Em todas as festas que ocorrem nos vãos, lá estão os políticos, principalmente se está próximo de eleições. As estradas são patroladas ou cascalhadas, as secretarias dos governos locais lá estão, um aparato municipal é colocado à disposição das comunidades. Passou a festa, são esquecidos. Enfim, esses sete trechos resumem a íntima relação dos afro-brasileiros Kalunga com o seu “espaço sagrado”, construído na lógica da sobrevivência, onde todos vivem na mais profunda relação

de ética, de cumplicidade, de grupo, de participação, de divisão de trabalho e de respeito um pelo outro.

Esse “espaço sagrado”, chamado Território Kalunga, foi integrado por redes de caminhos que seguiram a trajetória da historiografia brasileira. A origem desses caminhos vem lá do período de colonização, da conquista do interior do País, da busca pelas riquezas da terra, incluindo nessas o ouro e o diamante, que moldaram novas relações sociais, entre elas a escravidão. Os grandes caminhos, chamados de “Estradas Reais”, representaram as marcas do controle real sobre essas riquezas e foram construídos pelos Bandeirantes, na maioria das vezes, sobre antigas trilhas indígenas, para que neles fossem esvaídos para a Europa esses preciosos metais. A figura a seguir sintetiza, em dois mapas, essas redes de caminhos, as quais foram construídas no Século XVIII. O mapa da esquerda apresenta duas rotas que partiram, em momentos distintos, para o interior, o Sertão”, e que tiveram origem na Estrada Real (o Caminho Velho que partia de Paraty e o Caminho Novo, que partia de São Paulo). Além desses caminhos, dois outros penetraram nesse “Sertão”, mas que tiveram origem em Salvador, Bahia. Por esses caminhos circulavam fidalgos, senhores de engenho, escravos, animais e mercadorias diversas. O mapa da direita apresenta esses caminhos se relacionando com a Chapada dos Veadeiros, o que demonstra que por eles passaram o negro escravo que ocupou o antigo quilombo, hoje denominado Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Esses quatro caminhos partiram de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador e desenharam um emaranhado de rotas que se convergiam em Meia Ponte, atual Pirenópolis (GO).



A morfologia do relevo por onde passaram era muito acentuada, refletindo no desgaste físico durante a viagem. Pirenópolis foi o centro irradiador das incursões mineradoras no período colonial, onde fazia a ponte entre o Norte, o Sul, o Leste e o Oeste do Brasil, estando nesta última rota Vila Bela de Santíssima Trindade (MT).

Cavalcante (GO) também foi um ponto de convergência desses caminhos, pois recebeu quantidade significativa de escravos do Pará, Tocantins e Salvador para trabalhar nas minas locais. Partindo de Salvador, dois caminhos se dirigiam para a região central do Brasil: o Caminho da Bahia, que ia de Salvador a Natividade (TO).

Natividade era o ponto que fazia a comunicação do norte de Tocantins com as áreas mineradoras do sul, incluindo Cavalcante. Outro caminho importante chamava-se Caminho dos Currais da

Bahia, que partia de Salvador e passava pelas atuais cidades de Januária (MG), Carinhanha, Caetité, Jequié e Nazaré (BA) e chegava a Formosa (GO), antigo Arraial dos Couros, que de lá se dirigia para Pirenópolis e Chapada dos Veadeiros. Do Sudeste, dois caminhos alcançavam o norte de Goiás: o Caminho de São Paulo (Caminhos de Goyazes) e o Caminho do Rio de Janeiro (Picada de Goyaz). O primeiro partia de Santana de Parnaíba (SP), passava pelo Triângulo Mineiro (MG) e seguia em direção à Pirenópolis (GO) (então Arraial de Meia Ponte). O Caminho do Rio de Janeiro chegava ao Arraial de Meia Ponte e passava antes por Petrópolis e Três Rios (RJ), e pelas cidades históricas de Minas Gerais e alcançava Pirenópolis.

4. Os caminhos no Território Kalunga

Inicia-se esse item com a “Trilha dos Escravos”, um dos fragmentos de caminhos antigos que eram utilizados pelos negros e bandeirantes na época da exploração mineral em Cavalcante e outras regiões mais ao norte da antiga Capitania de Goyaz.

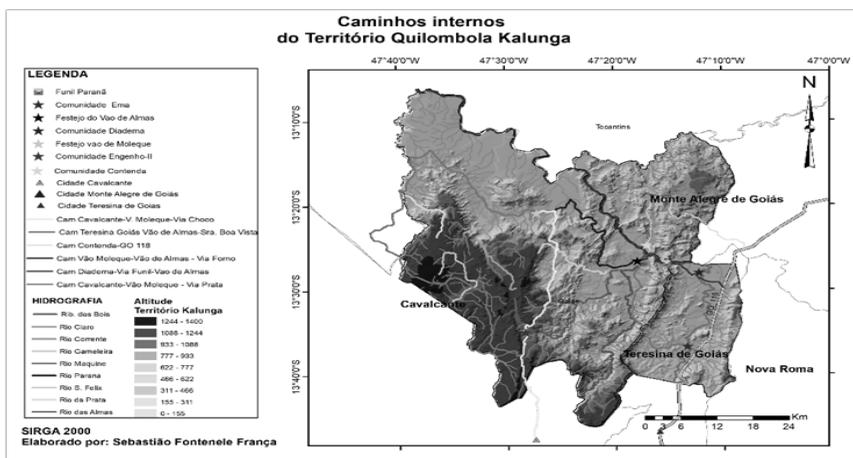
Esse caminho ligava a Chapada dos Veadeiros ao Arraial dos Couros. Segundo informações locais, atrocidades contra os negros ocorriam sem misericórdia nessa trilha. Muitos, quando não conseguiam subir, eram jogados relevo abaixo nas serras nas proximidades de Cavalcante.

Além do escoamento do ouro, que circulava por essa trilha, os negros levavam seus produtos agrícolas para Formosa (GO): farinha de mandioca, feijão, dentre outros, e, também, couro de animais, os quais eram trocados por sal, enxadas, tecidos e outras ferramentas para o uso em suas atividades domésticas.

Por esse caminho, as riquezas minerais iam se esgotando e o custo ambiental e humano era muito grande.

Atualmente, o Território Kalunga é cortado por um

emaranhado de caminhos que unem toda a área, e por eles transitam pessoas e animais, em perfeita harmonia, mas a rugosidade do relevo foi, e ainda continua sendo, a porta que divide o passado do futuro, uma vez que a altitude varia entre 300m e 1400m. Pelas próprias características de ocupação primitiva, nas quais o medo de ser reescravizado perdurava até a década de 1980, a existência de caminhos de penetração ao espaço Kalunga ainda em construção se



limitava ao estritamente necessário, uma vez que o esconderijo deveria ser preservado. Seis caminhos foram selecionados e percorridos por este Pesquisador, sendo eles: Caminho de Cavalcante ao Vão do Moleque, Via Choco, Caminho do Festejo do Vão de Almas à Teresina de Goiás - Via Serra da Boa Vista, Caminho da Contenda à GO 118, Caminho do Vão de Moleque para o Festejo do Vão de Almas – Via Forno, Caminho do Diadema para o Vão de Almas e Caminho de Cavalcante ao Festejo do Vão do Moleque - Via Rio da Prata. Ressalta-se que os Rios das Almas e Paranã também foram lagarmente utilizados como rota do sal e rota de fulga.

De 2015 até março de 2019, este Pesquisador realizou mais de dez expedições nos Estados de Tocantins e Goiás, e em especial na área do Território Kalunga. Essas expedições tiveram como objetivo registrar a presença dos bandeirantes, com suas levas de escravos, nas cidades de Goiás (GO), Arraias, Natividade, Porto Nacional, Palmas e Paranã (TO), onde teve contato com as antigas áreas de garimpo e museus históricos, sítios esses que contribuíram para resgatar a história do negro na antiga Capitania de Goyaz. Foi uma volta ao passado. Foram realizadas várias pesquisas na área Kalunga e em todas foi utilizado o GPS para posterior elaboração de mapas do perfil de altitude dos caminhos percorridos. Tal procedimento contribuiu para se conhecer a dificuldade do relevo e como essa dificuldade transformou-se em segurança. Cada caminho percorrido era uma aula de história que ocorreu num espaço geográfico composto por uma paisagem cênica, onde tudo é diferente: Vão de Moleque, onde se encontra o Monólito chamado “Dedo do Moleque” encravado na Serra do Moleque, bem no centro do vão. Lá, a Comunidade utiliza o local chamado Festejo, considerado “sagrado”, para realizar, no mês de setembro, a festa local. No Vão de Almas, outro local “sagrado” segundo a tradição dos Kalunga, também se realiza, no mês de agosto, a sua Festa, às margens do Rio das Almas (hoje Rio Branco), um verdadeiro santuário. O Rio Branco para os Kalunga é tão importante quanto o Rio Gande para os indianos. Em período de festas no Vão de Almas, o Festejo passou a ser um laboratório, onde tudo o que acontecia era registrado e transformado em ciência. E enquanto a festa acontecia, novos caminhos se descortinavam aos olhos do Pesquisador, os quais deitados em “berço esplêndido”, às margens do Rio Paranã, especificamente na parte denominada “Funil do Paranã”, uma verdadeira obra da natureza. Esses caminhos antigos ligam as comunidades do Vão de Almas, Contenda, Sururi, Saco Grande e

Kalunga. Os outros caminhos percorridos aconteceram concomitantes aos demais já descritos acima.

5. Considerações finais

Quando se iniciou esta pesquisa, em 2015, uma densa nuvem tentava encobrir os planos de desvendar o “Território Kalunga” e os enigmáticos caminhos de relação entre o passado e o futuro dos remanescentes de escravos na Chapada dos Veadeiros, e que ainda hoje são verdadeiras redes de comunicação interna, que ligam as comunidades entre si, e externa, que ainda cumprem um papel de grande importância nos deslocamentos para os municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Esses caminhos, por si só, não têm muito significado, pois em qualquer área agrícola ou não eles existem, mas para a área de estudo desta pesquisa eles são muito importantes, não são quaisquer caminhos, isso porque representam para aquelas comunidades quilombolas o símbolo de resistência, de segurança, de vida e de sobrevivência. Foram eles os catalisadores de emoções, de projetos, de energia, de afirmação da cultura, são verdadeiras forjas de vidas humanas. Para entrar na intimidade do Povo Kalunga, foi necessário esmiuçar esses caminhos que dão acesso aos “casulos” onde ficam as comunidades do Engenho II, Vão de Almas, Contenda e o Vão de Moleque, lugares esses onde a energia cósmica passou sobre eles e deu uma parada. Com relação à “sacralização do território”, o relevo teve um papel de grande valia na manutenção da cultura africana naquele lugar, onde por meio de ritos e símbolos, misturados com o sagrado e o profano, os Kalunga criaram a “argamassa” que uniu tudo isso ao chão, ao terreno, e forjaram um espaço cultural por excelência. Com um relevo bastante acidentado e distante das sedes dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, com distâncias que ultrapassam aos 140 quilômetros, como no caso de Cavalcante ao Vão do Moleque, seguindo pelo Rio da Prata, um

elemento que muito contribuiu foi a existência de parteiras tradicionais, esses “saberes ancestrais”, também corroboraram para permanência desse povo naqueles rincões, uma vez que o relevo sempre foi para ele um obstáculo, considerando que antes da década de 1980 veículos não entravam na área, e, se precisasse levar uma parturiente para a cidade, a viagem demorava dias e, dependendo da urgência, poderia até morrer no caminho, e isso era feito em lombo de mulas ou carregada em redes.

Os Kalunga sobreviveram às intempéries que a vida lhes proporcionou, mas não sendo submissos. Criaram suas táticas de defesa, de sobrevivência, utilizaram-se de planejamentos para romper as condições que o antigo quilombo lhes fornecia, entre elas o encarceramento no meio daqueles vãos e serras, condições essas de cumplicidade.

Para finalizar, é importante refletirmos sobre a importância do Território com todas as oportunidades que oferece, e essa reflexão está embasada na Bíblia Sagrada, onde afirma:

Descobri que não há nada melhor para o homem do que ser feliz e praticar o bem enquanto vive. Descobri que poder comer, beber e ser recompensado pelo seu trabalho é um presente de Deus (Eclesiastes 3:12-13).

O “Território Kalunga” foi um presente de Deus.

6. Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Quilombos: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais*. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009. 200p.

BAIOCCHI, M. N. *Kalunga: Povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria dos Direitos Humanos, 1999.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

DE CASTRO BARBO, Lenora; DA COSTA RIBEIRO, Rômulo José. *Os itinerários da rede de caminhos de Vila Boa de Goiás no Século XVIII*. Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de novembro de 2015. Braga, Portugal.

EVARISTO, Tina. (2018) *Kalunga, uma viagem no tempo*. Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao30/reportag/pg8.html>__(Acessado em: 15/02/2018).

Lei nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

RIBEIRO, Simone Cardoso. *Etnogeomorfologia sertaneja: proposta de classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE com base no conhecimento tradicional sobre relevo e seus processos*. Crato (CE): RDS, 2014.

SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo; DA SILVA A., Iara Cristina; VIEIRA, Patrícia Laundry Mollo. *Uma análise geográfica do plano de desenvolvimento turístico de Cavalcante–Goiás*. Boletim de Geografia, v. 33, n. 3, p. 31-45, 2016.

CHEFE BAZIL ÁGUIA BRANCA

IROQUÊS/SIOUX ANGLO-AMAZÔNICO-RORAIMENSE

Tarcízio Dinoá Medeiros³⁰

Em 24 janeiro de 2013, faleceu, com 93 anos e dez meses de idade, no hospital de Rochester, Indiana, nos Estados Unidos, o índio *Chief Bazil White Eagle*, que foi residente, durante muitos anos, na aldeia indígena de Tinley Park, em Illinois.

O seu falecimento foi noticiado por jornais norte-americanos, pois ele tornara-se figura conhecida por sua participação em filmes, comerciais e outdoors de propaganda e, na década de 1960, manteve, no primeiro programa infantil de televisão, *Totem Club*, o segmento *Indians Stories with Chief White Eagle*. Por três vezes ele foi indicado para o Prêmio Emmy Awards, o qual ganhou em 1964. Também, manteve, durante muitos anos, programas em rádios, sempre sobre assuntos indígenas.

Além disto, participara das tropas americanas na Segunda Guerra Mundial, como oficial de ligação no Serviço de Informação da Guerra, tendo sido enviado para o front do Norte da África. Lá, nas horas vagas, ela ia aos acampamentos das tropas e, aproveitando suas características

³⁰ Acadêmico ocupante da Cadeira 6; membro da Academia das Ciências de Lisboa; da Academia de Letras de Brasília; da Associação Brasileira de Pesquisas Históricas e Genealógicas–ASBRAP; do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica; do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano; do Instituto Histórico e Geográfico de Patos; do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte; do Colégio Brasileiro de Genealogia.

faciais, que lembravam antepassados indígenas, vestido de índio sioux ou iroquês, dançava e entretia os soldados.

Ele era de tal modo convincente nas suas danças indígenas e tão eficiente em suas atuações, que o Comando Militar passou-lhe a missão única de, como índio, divertir os soldados.

E ficou tão célebre que o Presidente Harry Truman, logo após o fim da guerra, recebeu-o na Casa Branca. E, conforme a imprensa, os Presidentes John Kennedy e Bill Clinton fizeram questão de recebê-lo, em virtude da admiração que por ele tinham.

Ele integrou a relação *Native American Veterans*, de Moddy Country, a de *Gordon Weston Indian Veterans* e a *Yankton Sioux Tribe*, situadas em Dakota do Sul.

Segundo a imprensa norte-americana, ele havia nascido, a 18 de março de 1917, na *Iroquois Indian Grand River Reservation* (Reserva dos Índios Iroqueses de Grand River), na província de Ontário, no Canadá, e dali passou para os Estados Unidos, onde se naturalizou norte-americano. Seu nome não indígena era Bazil Heath.

Em 1977, com sessenta anos de idade, ele voltou à Reserva de Grand River, para casar com a índia Bobbie Bear (nome não indígena, depois do casamento, Roberta Heath).

Disseram os jornais que ele participara de, pelo menos, trinta filmagens, incluídos aí muitas fitas em que foi só figurante ou episódios de seriados, em que seu nome não foi incluído no rol dos artistas. Em outros, por exemplo, *She Wore a Yellow Ribbon* (projetado no Brasil como *Legião Invencível*), ele foi arrolado como *Chief Sky Eagle* (*Chefe Águia do Céu*). Neste filme, contracenou com John Wayne, aliás, que o havia matado sete vezes em faroestes, segundo afirmava, rindo, o próprio *Chief Basil White Eagle*.

Em 1999, a jornalista americana Linda Mullen, do *South Bend Tribune*, apresentou, em 5 de setembro de 1999, uma “Lista de cem

peças fascinantes de Michiana que fizeram algo fora do comum para ajudar a definir este século que termina” e nela incluiu este epígrafe, com os seguintes dizeres (tradução livre):

Chefe Basil Águia Branca (1917 –), de Leiters Ford, é um índio iroquês que foi três vezes indicado para o Emmy Awards na década de 1960 como apresentador na TV Chicago WTTW do popular programa infantil “Totem Clube”. Também na década de 1960, a Devoe Paint Company contratou-o para promover o fato de ser a sua tinta a “número um” da América, e seu rosto aparecia em grandes cartazes, usando “pintura de guerra” na sua face. Águia Branca apareceu em muitos programas e filmes das grandes televisões, como nos da década de 1940 *Northwest Passage*, com Spencer Tracy, Robert Young e Walter Brennan; *How the West was Won*; *Bonanza*; *The Lone Ranger*; *The Rifleman*; *The Virginian*; e *Niagara*, com Marilyn Monroe. Em 1989, Águia Branca e sua mulher Bobbie Bear vieram a Fulton County para visitar amigos e findaram se mudando para cá. Eles gostaram da história local dos índios americanos e se mudaram para Leiters Ford onde vivera o Chefe Aubbeenaubee.

A um repórter que lhe perguntou como ele conhecia tão bem a história dos índios de sua tribo, e por que escolhera seu nome *Chief White Eagle*, ele respondeu que devia todos os seus conhecimentos a seu avô, com quem convivera quando criança. Segundo ele, seu avô, que se chamava *White Eagle*, tinha, então, 103 anos, e vivia na Reserva Grand River, em Ontário. Foi ele quem lhe contou as histórias dos índios e lhe ensinou a atirar com arco e flecha, como rastrear animais, e como reconhecer diferentes tribos por suas pegadas.

A um repórter que lhe disse haver ouvido ele ter filhos e netos na Inglaterra, *Chief Basil White Eagle* respondeu, sem mostrar surpresa, ser verdadeira esta informação, pois antes “de os Estados Unidos entrarem na guerra, ele fora para Londres a fim de alistar-se nas tropas britânicas; ali

casara com uma inglesa com quem teve três filhas. Depois, passou a integrar as tropas norte-americanas e foi para a África; terminada a guerra, passou por Londres e embarcou com sua família para os Estados Unidos. Sua mulher, contudo, não gostou de seu *modus vivendi*, voltou para Londres e pediu divórcio”.

* * *

Quando eu pesquisava dados para escrever um livro sobre João Capistrano da Silva Mota, um dos grandes pioneiros do Rio Branco, antigo Território Federal, hoje Estado de Roraima, lancei um site em que apresentava alguns dados da descendência dele. Uma jovem senhora norte-americana, de nome Kathryn Peterson Merzouk (de apelido familiar Kathy), casada com um marroquino, doutor em agronomia e funcionário da ONU, fez contato comigo, por e-mail, e informou-me que também ela pesquisava sobre o Coronel Mota, porque sua mãe, nascida na Inglaterra, lhe dissera ser filha de uma neta desse coronel. Trocamos informações, úteis para ela e para mim. A mãe de Kathy havia guardado foto e cartas enviadas pelo coronel para Amelinha – ela, gentilmente, digitalizou e me mandou todos os documentos que possuía (eu os traduzi para inglês e os enviei para ela).

Foi, por informação dela, que eu soube da existência desse seu tio, figura mítica autodenominada *Chief Bazil White Eagle*, e, então, passei a pesquisá-lo e consegui aquilatar sua fertilíssima imaginação e apurar a verdade sobre ele.

De todas as declarações que ele passou à imprensa, a única verdadeira era a data do seu nascimento, 18 de março de 1917, mas em lugar muito longe da Reserva dos Índios Iroqueses de Grand River, Canadá.

Na realidade, ele se chamava Bazil Frederic Heath, nasceu na Inglaterra, em Brixton, subdistrito de Lambeth, município de Londres. Foi seu pai o inglês Andrew Cleve Heath, natural de Middlesex, nas imediações de Londres, filho de George Andrew Heath e Leonora

Cordelia Penfold Heath, esta, filha de Henry Penfold e Ann Southey, todos nascidos e residentes na Inglaterra. Este é o lado “anglo” de *Chief Bazil White Eagle*.

Era sua mãe a brasileira Amélia Mota de Amorim (Amélia de Amorim Heath, depois de casada), familiarmente chamada *Amelinha*, nascida a 16 de setembro de 1895, na então dita Boa Vista do Rio Branco (atual Boa Vista, capital de Roraima), filha de Artur Napoleão de Brito Amorim e Maria Mota de Amorim – Maria Clotilde da Silva Mota, como solteira, filha do Coronel Mota.

Em 1912, com dezessete anos de idade, *Amelinha* foi mandada para a Inglaterra, para estudar. Nunca mais voltou ao Brasil, embora trocasse correspondência com seu pai e com seu avô materno.

Artur Napoleão, seu pai, era filho do riquíssimo empresário português, cônsul de Portugal em Manaus, Comendador Alexandre Paulo de Brito Amorim, conhecido como Alexandre Amorim, nome de rua em Manaus.

Grande exportador de produtos do Amazonas para a Europa e os Estados Unidos, Alexandre Amorim resolveu criar sua própria frota de navios a vapor – *Companhia Fluvial do Alto Amazonas* – para trazer os produtos das diversas regiões do interior da Amazônia para Manaus, e, também, transportar produtos para a Europa.

Contratou, na Inglaterra, a fabricação de cinco navios. Os ingleses, muito maliciosamente, atrasaram a fabricação dos navios e só os entregaram depois que o Visconde de Mauá implantou a sua *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, e a empresa inglesa *Amazon Steam Navigation Company Limited* já havia estabelecido suas linhas entre Manaus–Belém–Estados Unidos; e, também, entre Manaus–Belém–Europa. Resumo: as duas empresas brasileiras – a de Mauá e a de Alexandre Amorim – foram absorvidas pela empresa inglesa, com grandes prejuízos para eles.

A naturalidade manauara de Artur Napoleão de Brito Amorim é o lado amazônico do “iroquês” *Chief Basil White Eagle*.

A mãe de *Amelinha*, Maria Mota de Amorim, era filha de João Capistrano da Silva Mota (que chegou a Boa Vista em 1876), professor primário, proprietário rural, quatro vezes prefeito de Boa Vista e Tenente-Coronel da Guarda Nacional, por isto conhecido como Coronel Mota, e de sua primeira esposa, Ana Cecília da Silva Mota. Este é o lado roraimense do “iroquês” *Chief Basil White Eagle*.

Quando *Amelinha* morreu, com só 39 anos de idade, a 24 de janeiro de 1935, deixou Basil Frederic Heath, então com dezoito anos de idade (futuro *Chief Basil White Eagle*); Sylvia Mary Frances Heath, (Sylvia Heath Schroeder, depois de casada), então com onze anos de idade; e Margaret Valerie Marie Heath (Margaret Valerie Marie Peterson, depois de casada), então só com oito anos de idade (futura mãe de Kathy Merzouk).

Basil Frederic Heath casou na Inglaterra – não tenho a data – com uma inglesa de nome Marie Madeleine Madden, nascida a 1º de março de 1925, filha de Edward Madden e Alice Sylvia Bishop. O casal Basil e Marie Madeleine se mudou para os Estados Unidos, via Canadá – não sei quando.

Mas a sua primeira filha, Sylvia Heath, já nasceu nos Estados Unidos. Houve mais duas filhas: Eunice Madeleine Heath, nascida a 5 de abril de 1945 – passou a assinar Eunice Madeleine Heath Collard, depois que casou com Peter Collard, falecido em 2010 (ela vive em North Chicester, Essex, Inglaterra); Lorraine Sonja Heath, nascida em 1949, falecida solteira, sem filho, em 1993, na Inglaterra.

A escritora americana Shirley Willard, historiadora do Condado de Fulton, na Geórgia, Estados Unidos, conheceu pessoalmente *Chief Basil White Eagle*, de quem foi amiga por trinta anos, a quem admirava e sobre quem muito escreveu. Mas ela sempre o achou misterioso quanto à

infância e à juventude. Em abril de 2019, ela escreveu um artigo em que narra haver a escritora Susan Campbell entrevistado Bazil para escrever sua biografia e ele, após pedir-lhe absoluto segredo enquanto fosse vivo, declarou (veja-se a imaginação dele):

Sua avó era curandeira índia puro sangue do território indígena da Amazônia. Seu avô, índio solteiro, foi ao território dela em busca de seringueiras. Conheceram-se e casaram conforme a tradição dos índios amazônicos. O então governo canadense informou ao seu avô que estava interessado em comprar borracha. Então seus avós viajaram até o Canadá para finalizar um acordo, e foram recebidos na reserva dos Mohawk, onde se estabeleceram. O negócio no Brasil ficou aos cuidados de irmão mais velho do avô, que ficou riquíssimo. No Canadá, a avó teve *Amelina*. Quando adolescente, ela foi enviada para um internato para aprender um ofício. Como sua mãe era curandeira indígena, ela se formou na escola de enfermagem, e se inscreveu na Cruz Vermelha, que a enviou à Inglaterra para ajudar nos esforços de guerra. Lá, ela engravidou do soldado Andrew Cleave Heath e teve Bazil. Voltaram para o Canadá e, pouco tempo depois, morreram o avô e a avó. Então, um velho índio passou a cuidar dele, como é regra entre os Mohawk.

O imaginativo *Chief Bazil White Eagle*, dito natural da *Reserva dos Índios Iroqueses de Grand River*, na província de Ontário, Canadá, tinha parentesco com minha mulher: a avó materna dele era irmã da avó paterna de Ana Tereza, minha mulher. Quer dizer, ele chegava a ser meu parente afim...

Neste mundo acontece cada coisa!

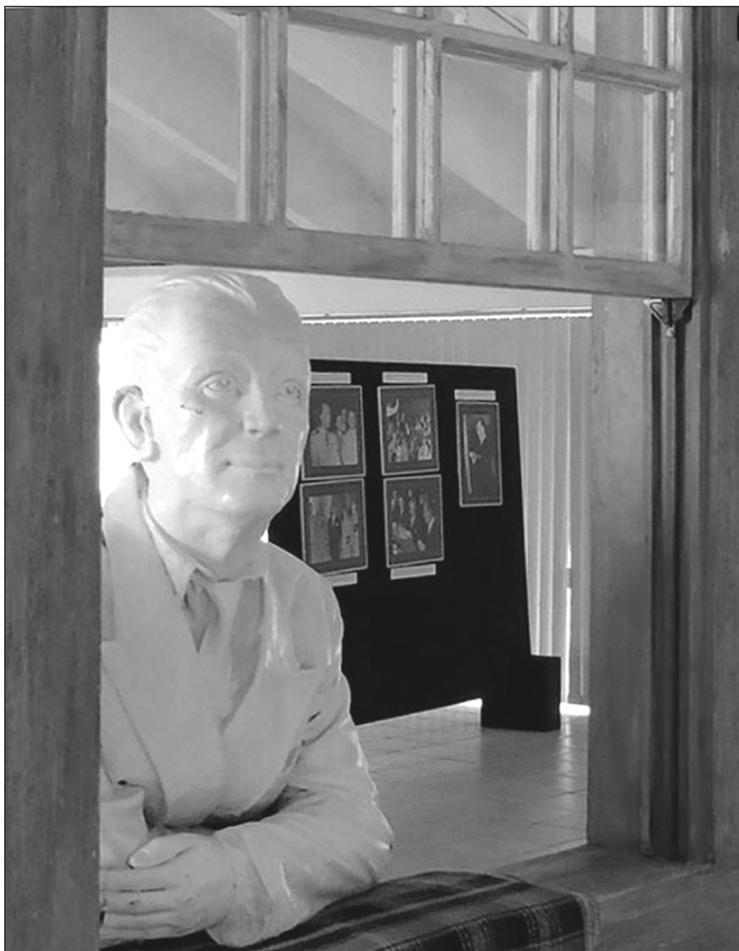
CHEFE BAZIL ÁGUA BRANCA



Fotos de *Chief Basil White Eagle*

SEGUNDA SEÇÃO – DISCURSOS DE POSSE

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Museu Memorial de Brasília

ROBERTO SIMONSEN: UM EMPREENDEDOR

Bernardo Felipe Estellita Lins³¹

Boa noite a todos.

O patrono da cadeira que me foi indicada, Roberto Cochrane Simonsen, é um grande nome da política brasileira e um historiador de envergadura. Foi engenheiro civil, empresário e professor universitário. Foi representante da classe industrial e percorreu destacada trajetória política. Foi, também, porta-voz de ideais imorredouros, que marcaram sua época e deram uma diretriz às gerações que o sucederam.

Há alguns paralelos entre minha trajetória e a do patrono da cadeira que me foi apontada. Como Simonsen, graduei-me engenheiro civil. Como ele, interessei-me pela teoria econômica, pelos modelos de crescimento e pela história econômica do Brasil. Da mesma forma, convivo com o mundo político.

No entanto, onde Simonsen foi protagonista de primeira grandeza, sou um simples observador. Cabe-me a tarefa de registrar os fatos e examinar suas implicações. E não posso deixar de comentar alguns momentos da trajetória desse extraordinário brasileiro, para assim iluminar alguns aspectos da realidade atual.

Roberto Cochrane Simonsen nasceu em 1889, meses antes da Proclamação da República. Naquele ano, a indústria brasileira, cujo crescimento seria a missão que se imporia por toda a vida, contava

³¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 43, patroneada por Roberto Simonsen, na qual tomou posse em 11 de março de 2019.

com 600 estabelecimentos. Destes, dois terços sobreviveriam até 1920, quando Simonsen iniciou sua escalada empresarial.

Entre 1904 e a Primeira Guerra Mundial expandir-se-ia o número de firmas e a capacidade produtiva. Assim, em 1920, um total de 13.200 estabelecimentos foram recenseados, uma realidade já bastante diferente da constatada à época da Proclamação.

Esses números dão a ideia de quão agrário era nosso país naquela época. Hoje, em comparação, o Brasil, cem anos mais tarde, conta com 600 mil empresas dedicadas à indústria de transformação e à construção civil.

Foi nesse ambiente de industrialização ainda incipiente que Roberto Simonsen desenvolveu sua atuação empresarial e intelectual. Sua vida iria coincidir com a expansão e a consolidação da indústria brasileira. Seu ideário seria a expressão da mentalidade dos industrialistas da sua geração.

Nascido no Rio de Janeiro, Simonsen passaria a infância em Santos, onde sua família pertencia à alta sociedade local. Graduar-se-ia na Politécnica de São Paulo em engenharia civil, na turma de 1909.

Em 1912, fundaria, com alguns colegas, a Companhia Construtora de Santos, destinada a realizar estudos urbanísticos, que perduraria até 1940. Criaria, pouco depois, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, destinada à construção de habitações populares.

Também se envolveria, nos anos seguintes, em outras iniciativas empresariais. A Companhia Frigorífica de Santos, a Companhia Frigorífica e Pastoril de Barretos, a Cerâmica São Caetano, a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, a Companhia Nacional da Borracha, a Casa Comissária Murray Simonsen, que representava interesses ingleses no comércio do café.

Ao final da década de 1920, Roberto Simonsen mostrava-se um empresário agressivo e de sucesso, com crescente patrimônio e projeção social.

Era, por outro lado, conhecedor e apreciador da boa técnica e da adoção de inovações. Iria implantar uma organização taylorista do trabalho em suas empresas e foi, provavelmente, o primeiro empresário a implantar no Brasil uma construção civil em bases industriais.

Seus relatórios técnicos e suas defesas comerciais da época refletem essa preocupação com a boa engenharia, com os ensaios de laboratório, com a prevalência da ciência sobre o conhecimento empírico.

Simonsen não estava sozinho nessas empreitadas. Nos anos vinte, a indústria se expandiu rapidamente. Novos setores surgiram. O setor moveleiro e a siderurgia começaram a se expandir a partir de 1921, a produção de cimento iniciou-se em 1926, a fabricação de pneus em 1930.

Em 1928, os empresários paulistas tomaram a iniciativa de criar uma representação institucional própria, o Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP. Simonsen assumiu a vice-presidência da entidade na sua primeira diretoria. Em seu discurso de posse, o engenheiro e executivo deixava o lugar ao estrategista, que formulava o pensamento da elite industrial, advogando em defesa da importância do setor e da adoção de políticas públicas que assegurassem seu crescimento.

Seria essa sua luta ao longo dos anos trinta, uma década em que o Brasil iria ver a queda da República Velha, a Revolução de 32, o governo constitucional de Vargas, o dolorido parto do Estado Novo, a instalação de uma ditadura fascista.

Simonsen envolveu-se de peito aberto nesses episódios. Seria revolucionário em 32, exilando-se em Buenos Aires após a derrota dos paulistas. Voltaria para ser escolhido deputado classista em 34 e perderia seu mandato em 37. Sempre defendendo a indústria. Sempre pleiteando políticas que a protegessem.

Suas principais realizações na década de 1930, porém, situaram-se no campo da educação. Em 1931, participou da criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, voltado ao adestramento profissional do trabalhador da indústria.

Em 1933, dedicou-se à criação e à consolidação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP, centro de estudos que ainda existe, na forma de fundação autônoma. O projeto, apoiado por uma centena de figuras de destaque da sociedade paulista, pretendia ser um centro de formação da nova elite industrial do estado.

Não posso deixar de apontar a diferença entre a visão desses aristocratas de 90 anos atrás e a mentalidade entristecedora que predomina neste momento. Elite não se forma nas cadeiras da politécnica, estudando engenharia. Elite se forma no exame e no debate das ideias políticas. Para isso se criou, então, a Escola Livre. Hoje, ao contrário, prevalece uma postura tacanha de oposição a professores que promovem debates com alunos e estimulam sua visão crítica.

O curso de história econômica ministrado por Simonsen na Escola Livre seria consolidado na sua obra mais importante, o livro *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado em 1937. Obra densa, que levantou hipóteses audaciosas a respeito da evolução econômica do país e que se manteve, por vários anos, como texto de referência para o estudo do assunto.

Em 1938, Simonsen decidiu candidatar-se à presidência da FIESP, que havia substituído o CIESP em 1931 como entidade de mobilização industrial. Foi talvez o episódio mais controvertido de sua carreira. Montou uma perspicaz estratégia de acordos com sindicatos do estado, à moda do que vez por outra se faria a partir de então, e apresentou uma chapa única ao pleito, vencendo-o com 190 votos, em um universo de 800 associados. Sem votos contrários, mas expressiva abstenção.

Nas semanas seguintes, a crise se instalou na entidade, que chegou a perder 248 afiliados. Quatro integrantes da chapa eleita renunciaram. Simonsen sustentou sua posição e se consolidou no cargo, em parte devido ao início da Segunda Guerra Mundial. No ano seguinte, iria iniciar a longa travessia dos anos da guerra, negociando racionamentos e limitações ao consumo de combustíveis, pleiteando espaços para uma política industrial.

Nos anos quarenta, Simonsen ocupou lugar de destaque nas negociações com o governo. É de 1944 uma controvérsia de grande importância para a história do pensamento econômico brasileiro.

Confrontaram-se Roberto Simonsen, o barão da indústria, historiador da economia brasileira, defensor da política protecionista e do planejamento público, e Eugênio Gudín, o pensador liberal, teorista de sólida formação, representante da oligarquia agrária.

Da dura troca de argumentos entre os dois grandes homens podemos depreender as convicções de Simonsen naqueles anos. A preocupação com o destino da indústria nacional após a guerra. Sua defesa de uma política protecionista que a preservasse diante da expansão da economia dos países vencedores. A ênfase em melhorar os fatores de produção, capitalizando estabelecimentos e capacitando os trabalhadores. A confiança no planejamento econômico como instrumento de política pública.

Detalhes pormenorizados deste e de outros episódios da vida de Roberto Simonsen estão descritos em artigo que ofereço nesta ocasião ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, para avaliação e eventual divulgação em sua página eletrônica.

Após a Segunda Guerra Mundial, Simonsen viveu seus últimos anos em ambiente de prestígio e reconhecimento. Em 1945, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Também pertenceria à Academia Paulista de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos e ao Clube de Engenharia.

Em 25 de maio de 1948, Simonsen morreu ao sofrer uma síncope, enquanto discursava na Academia Brasileira de Letras, em recepção oferecida ao senador belga Paul van Zeeland, que viera em visita ao Brasil.

A circunstância simbólica do homem que cai discursando, rodeado por seus pares, coberto pelo manto do prestígio, levado de súbito, não deixou de ser exaltada pela imprensa e pelos amigos. “Tombou para sempre, como o roble, ferido pelo raio, no seio da floresta”, noticiaria no dia seguinte o Correio Paulistano.

A vida de Roberto Simonsen, portanto, desdobrou-se em uma sucessão de empreendimentos que refletiram sua energia e sua capacidade de liderança. O período em que viveu foi repleto de oportunidades e desafios. Fizeram-se grandes fortunas, realizaram-se grandes projetos.

Simonsen foi um desses afortunados homens de negócios. Mas foi, igualmente, um intelectual orgânico, um representante de uma geração inteira de empresários e políticos que transformariam o país, levando-o de uma sociedade agrária e tradicionalista para uma efervescente amálgama de grupos de todos os matizes, atuando em

uma economia dinâmica e em um ambiente predominantemente urbano.

Simonsen faleceu em 1948, doze anos antes da criação de Brasília, mas há paralelos importantes entre o ímpeto que orientava sua atuação empresarial e a mobilização política que convergiu para a criação da nossa capital.

A fundação de Brasília foi ponto nodal de empreendimento heróico que refletiu o período que se vivia em nosso país e o espírito indômito da nossa elite dos anos cinquenta.

Havia um pensamento conservador dominante, tanto no eleitorado como entre os dirigentes do país, mas este era diferente, em essência, do saudosismo reacionário de hoje, que constatamos nas narrativas do discurso político que chegam à mídia.

Refiro-me a figuras como a saudade de uma fictícia idade de ouro, um passado de valores e práticas antigas, que teriam se perdido nas vicissitudes posteriores. Ou à imagem do salvador da pátria, herói mítico que conduziria o país no rumo certo, do qual vemos hoje um pálido espectro no poder.

Quando acompanhamos a trajetória política de Juscelino Kubitschek, fundador de Brasília, depreendemos argumentação quase que oposta.

O olhar plantado no futuro, em busca das sementes que germinariam para fazer do Brasil um país próspero. O respeito ao povo e a convivência realizadora com pessoas de todas as origens, para descobrir em sua cultura os elementos para a construção de um projeto mobilizador. A proposta de um planejamento, não como imposição estatal, mas como metáfora da possibilidade de se alcançarem metas ambiciosas. “Cinquenta anos em cinco”.

“Cinquenta anos em cinco”. Diante dessa declaração de intenções cheia de vida, os slogans de governos recentes, como

“ordem e progresso” ou “pátria amada, Brasil”, cuja referência aos símbolos da república devemos respeitar, mostram um tom de nostalgia de uma mentalidade positivista já centenária. Quiçá de um passado fictício, que jamais existiu.

O reacionário se ancora em um momento da história em que uma mudança de rumos teria deitado a perder os valores que venera. É assustador reconhecermos que, para os reacionários do momento, tragicamente, essa mudança de rumos teria sido a redemocratização do País.

Temos que reencontrar aqueles que abraçam, hoje, o entusiasmo pelo futuro, o estímulo para empreender e a preocupação com a construção social que marcaram a trajetória da geração tão bem representada por Roberto Simonsen.

Esses exemplos há, em abundância, inclusive em Brasília, inclusive entre acadêmicos deste Instituto. O que vemos nessas pessoas é o ímpeto empreendedor, o gosto pelo risco, o prazer de mostrar-se mais perspicaz e arguto que os demais, a satisfação de ver um projeto realizado e operando.

O verdadeiro empreendedor, ensina-nos Joseph Schumpeter, não é movido pelo lucro, mas por uma força interior que o leva a perseguir miragens e a construir a renovação do capitalismo ao torná-las realidade. Essa descrição ajusta-se de modo preciso à trajetória de Roberto Simonsen.

É essa a imagem que desejo preservar da personalidade aguerrida desse brasileiro. É uma atitude que convido todos a cultuarem e praticarem.

Muito obrigado.

OLIVEIRA VIANA E A DEFESA DAS ELITES: TECNOCRACIA E ARISTOCRACIA

Bruno da Silva Antunes de Cerqueira¹

Com grande honra e satisfação, mas também sentido de responsabilidade, recebi dos amigos José Theodoro Mascarenhas Menck e Hugo Studart o convite para fazer parte deste seletto sodalício brasiliense. Agradeço, enternecido, também, àqueles que subscreveram a proposta de meu nome, em especial os Professores Tarcizio Dioná Medeiros e Adirson de Vasconcellos.

Mais ainda honrado e responsável senti-me quando soube que ocuparia na Casa a Cadeira de número 40, patroneada por ninguém menos que Francisco José de Oliveira Vianna.

Oliveira Vianna é um dos muitos nomes de intérpretes da realidade social e política brasileira de quem se ouve muito falar, mas, infelizmente, pouco se estuda.

Natural de Saquarema, cidade da Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro, que ao mesmo tempo guarda ares de região serrana, por causa de muitos de seus bairros e distritos serem elevados, e extremamente praieira, hoje em dia chamada de “capital nacional do Surfe”, Oliveira Vianna nasceu no término do século XIX — em 20 de junho de 1883 —, quando o Município, que fora símbolo da reunião dos chefes do Partido Conservador fluminense, já passava a encarar forte decadência.

Filho de família da oligarquia local, Francisco José de Oliveira Vianna seria fortemente marcado pelas origens no patriarcado fluminense.

¹ Acadêmico empossado, em 11 de março de 2020, na Cadeira 40, patroneada por Oliveira Viana.

Passando à narrativa da vida e da obra do mestre, logo se identificam os percalços analíticos. Se no portal da Academia Brasileira de Letras, de que foi membro, diz-se que estudou sempre em Niterói, fosse no ginásio ou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, cujo edifício, imponente, ainda hoje se encontra de pé e servindo ao seu mister, no bairro do Ingá, já no portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Oliveira Vianna consta como tendo sido egresso do Colégio Pedro II e aluno da Faculdade Nacional de Direito, bacharelado-se 1905 ou 1906. Noutro giro, em consulta ao sítio do Tribunal de Contas da União (TCU), do qual o catedrático foi também ministro, percebe-se o embaraço. Oliveira Vianna foi escolarizado inicialmente em sua fazenda, depois passou a pequeno colégio público local, depois a um colégio de elite em Niterói, que se chamava “Carlos Alberto”, e finalmente ao Pedro II no Rio.

Não possuindo ele biografia clássica publicada, como tantos homens e mulheres que encheram de glórias e louros as agremiações a que pertenceram, fica aos historiadores o convite a preencher a lacuna, até pela importância que se lhe atribui na história do pensamento político autoritário no Brasil.

Sabido é que, em 1916, tornou-se professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e nela lecionou Prática de Processo Penal. Consta que se afastou do magistério, para retornar nos anos 1930, já com as ideias do chamado “Direito Social”.

No que tange à vida pública, Oliveira Vianna foi nos anos 1920 diretor da Carteira Comercial e Financeira do Instituto Estadual de Fomento e Economia Agrícola do Rio de Janeiro, em Niterói, e uma espécie de consultor jurídico do Estado.

Em 1924, tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1932, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, passou a integrar as comissões técnicas do

Ministério do Trabalho, criado no ano anterior sob a chefia de Lindolfo Collor (1890-1942), com a função de elaborar e sistematizar a legislação social e trabalhista brasileira, da qual foi o principal mentor. Permaneceu como consultor jurídico e “assessor técnico em economia social” do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio até 1940, quando conflitos com o empresariado o teriam feito abdicar da função, segundo o portal do Tribunal de Contas da União informa.

Essa mesma fonte assevera que Oliveira Vianna foi convidado pelo Presidente Vargas para assumir vaga no STF, mas teria declinado, por não querer voltar a se dedicar aos estudos civilistas. Vargas então nomeou-o para o Tribunal de Contas da União, onde se manteve até o ano da morte, 1951.

Residiu por toda a vida em Niterói (RJ), em casa que hoje constitui museu e pertence à Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj), autarquia bastante despossuída de investimento e infraestrutura. A casa é um recanto bucólico, na Alameda São Boaventura, a principal via do bairro do Fonseca, e serve de símbolo de um tempo já bastante distante, em que residências apalacetadas ou ao menos com estilo de vivenda de chácara davam o tom à arquitetura urbana, herdeira da rural.

No quesito vida familiar, Oliveira Vianna não contraiu matrimônio e não deixou prole. Preservou a fazenda herdada de seu pai, em Saquarema, e manteve-se devotado católico por toda a vida, sendo membro de diversas instituições ou grêmios religiosos.

Oliveira Vianna é autor de quase vinte livros, versando sobre sociologia, ciência política, direito social e trabalhista, etnologia brasileira e história do Brasil. Sem dúvida sua *opus magnus* é *Populações Meridionais do Brasil*, estudo em dois volumes, saídos em considerável lapso temporal, sendo o primeiro, de 1920, que de fato lhe trouxe fama e reconhecimento, e o segundo, do qual parece que

tinha severas críticas ao próprio encadeamento que entabulou, sendo postumamente publicado, em 1952.

Populações Meridionais do Brasil é um clássico das ciências sociais brasileiras e deve ser lido e apreciado, quer seja pela inovação argumentativa, quando surgiu, propondo apreciação com epistemologia própria – este termo não existia, claro, sendo no tempo mais propagandeado como “metodologia sociológica” —, em teoria menos eurocentrada e mais nacional, para os grupos humanos de que somos formados nós, os brasileiros, quer seja pela importância do momento em que se produziu. O livro foi reeditado pelo Senado Federal e pode ser facilmente adquirido, além de baixado, na página da Editora do Senado. O primeiro volume é dedicado às “populações rurais do centro-sul (paulistas, fluminenses, mineiros)” e o segundo, ao “campeador rio-grandense”. Estudo posterior, que ele pretendia desenvolver e que jamais lhe foi possível, por diversos motivos, seria focado nas populações amazônicas e sertanejas.

O clássico foi evidentemente, também, uma oportunidade para nosso patrono advogar a grandeza de sua classe de origem, exaltando o papel formador e civilizador das diferentes aristocracias rurais paulistas, mineiras e fluminenses.

No esquema interpretativo de Oliveira Vianna, o Brasil, enquanto nação solidificada, ainda se encontrava em formação e, em vez de um país, estávamos diante de três regiões (a do norte, a do centro-sul e a do extremo-sul) cuja colonização gerara três sociedades (a dos sertões, a das matas e a dos pampas) e três tipos sociais distintos (o sertanejo, o matuto e o gaúcho) – todos tipos rurais, sendo os tipos urbanos exclusivamente derivados de sua feição rural.

Segundo a versão crítica da minibiografia de Oliveira Vianna no portal do CPDOC-FGV, com a colaboração de Luís Guilherme Bacellar Chaves, toda a sua obra girou em torno de uma didática às

elites brasileiras sobre como administrar e guiar o Brasil; o texto do CPDOC considera que:

Apesar de sua produção intelectual ter abordado diversos ramos das ciências sociais, o conjunto da obra subordinou-se à orientação de uma única preocupação que lhe deu coesão interna. Essa preocupação foi a busca de uma interpretação crítica da realidade brasileira. Na perseguição desse objetivo, de desvendar o que julgava como as verdades essenciais do Brasil, Oliveira Viana fundamentou suas análises sobre algumas idéias básicas que permaneceram as mesmas ao longo de toda a sua obra, apesar de a elaboração dela ter se prolongado por mais de 30 anos — desde 1918, quando redigiu seu primeiro livro, *Populações meridionais do Brasil*, publicado em 1920, até o momento de sua morte, quando deixou várias obras inéditas, publicadas postumamente. Portanto, sua obra constitui um bloco monolítico, pois foi conduzida por um leitmotiv e centrada em algumas idéias-chaves que permeiam toda a sua produção intelectual. Essa produção foi elaborada com declarado intuito “pedagógico”, de proselitismo endereçado às elites dirigentes, com o escopo de reformar o arcabouço institucional do país, adequando-o às necessidades nacionais. Assim, a obra de Oliveira Viana foi construída com objetivo eminentemente prático.

Uma das idéias centrais sobre a qual se baseou a análise de Oliveira Viana, e que aparece ao longo de toda a obra, é a da absoluta incompatibilidade existente entre o liberalismo e a realidade brasileira. Oliveira Viana afirmou que o povo brasileiro, por ainda ser, alegadamente, desprovido do senso de solidariedade social e, portanto, incapaz de se congregar para a defesa de causas de interesse coletivo, seria um povo atomizado, sem coesão interna e refratário à noção de espírito público. Em decorrência de tais deficiências, os partidos políticos brasileiros não representariam correntes de opinião nem interesses de classes ou segmentos da sociedade, mas seriam meros aglomerados sem conteúdo, cujo único objetivo seria o assalto aos cargos públicos, para a posse e a fruição de suas vantagens. Assim, instituições políticas baseadas na representação popular por

meio do sufrágio universal e dos partidos políticos não teriam como funcionar no Brasil, sofrendo inevitável degradação, por serem contrárias à índole do povo. Essa índole ou “alma” popular seria a resultante das raízes culturais ibéricas submetidas às influências do meio geográfico brasileiro e às características específicas dos processos de colonização e exploração econômica. Do conjunto desses fatores teria surgido uma estrutura social e econômica peculiar em interação com a mentalidade coletiva do povo. Portanto, o Brasil teria especificidades que o singularizariam entre as demais nações e que constituiriam o Brasil real. Somente instituições políticas cujas disposições estivessem em consonância com as características orgânicas do Brasil real poderiam funcionar com eficácia.

Para Oliveira Viana, a fragilidade das instituições políticas brasileiras seria resultante do divórcio existente entre o Brasil real e o Brasil legal, outro de seus conceitos básicos. As elites dirigentes brasileiras, alienadas da realidade nacional, estariam desde meados do século XIX profundamente influenciadas pelo liberalismo de origem francesa e anglo-saxônica, o qual, por ter surgido de realidade social, econômica e cultural totalmente diversa da brasileira, seria inadaptável às características do Brasil. Oliveira Viana verberou o liberalismo como pernicioso, por solapar a solidariedade das classes sociais ao promover a livre competição entre desiguais e por acentuar as disparidades regionais, inoculando o germe do separatismo, ao promover a descentralização política fortalecendo as oligarquias estaduais em detrimento do poder central. Portanto, o liberalismo seria essencialmente antibrasileiro por ser desagregador da coesão nacional.”²

Oliveira Vianna é um autor importante para o estudo da brasilidade, mas em geral é considerado obsoleto e arcaizante em seu

² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. Oliveira Viana. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionários/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso: 03 mar. 2020.

ensaísmo, uma vez que seria, em síntese: a) elitista; b) racista; c) antidemocrático; d) antiliberal. Como se vê, são as etiquetas que acabam por nortear nossa aproximação dos objetos de estudo, muitas vezes mostrando-se inócuas, pois reducionistas, ao longo das pesquisas.

Lembro-me bem da aula que o historiador José Murilo de Carvalho pôde oferecer a mim e minha turma na PUC do Rio de Janeiro, no início dos anos 2000, sobre Oliveira Vianna. Não sendo lente daquela faculdade, mas apenas convidado para explicar àquele alunado, da disciplina “Leituras Brasileiras”, quem fora Oliveira Vianna, o Prof. José Murilo exaltou-lhe muito as qualidades analíticas, sem descurar de nos prevenir sobre o racismo que ainda impregnava o pensamento do eminente sociólogo fluminense.

Pensador católico, Oliveira Vianna é sem dúvida um dos maiores responsáveis pela ambiência favorável à criação da Consolidação das Leis do Trabalho, a célebre CLT promulgada no 1º de maio de 1943.

Defensor do Serviço Público e partidário de boa parte das teorias de Vilfredo Pareto (1848-1923), sobre a importância das elites – ressaltava ele que as “verdadeiras elites” e não o que comumente se entende hoje como tal – na condução dos negócios públicos, Oliveira Vianna defendia o progresso social e econômico do Brasil, mas sempre calcado na condução de uma plêiade aristocrática e tecnocrática. Embora soubesse apreciar aqui e ali a figura emblemática de um Joaquim Nabuco, certamente não era cultor do abolicionismo nabuquiano, sobretudo aquele expresso pelo líder pernambucano em sua obra de combate ao escravismo brasileiro publicada em Londres, em 1883.

Nosso patrono era profundo descrente de fórmulas ultra liberais ou ultra democratizantes para a realização do que hoje chamamos de “governabilidade”, as quais, segundo ele, de algum modo não funcionariam naquele Brasil entranhadamente rural e de

pouco ou nenhum senso cívico e coletivo. Propugnou aquilo que tantos cientistas sociais convencionam chamar de “modernização conservadora” ou, ainda, “revolução pelo alto”. Foi sem dúvida um dos intelectuais que mais se dispôs a auxiliar jurídica e politicamente o Estado Novo.

A mim particularmente coube apreciar a escrita de Oliveira Vianna na sua obra explicativa do fim da Monarquia brasileira quando publiquei a monografia de bacharelado de História, na PUC-Rio, em 2003, sobre a visão da herdeira do trono no que concerne ao golpe militar que derribou o Império, em 1889. Em *O Occaso do Imperio*, saído em 1925, Oliveira Vianna, que parece ter sido defensor da Monarquia como regime mais próprio à compleição e à realidade brasileiras, não se furtou de qualificar como defeito o fato de D. Pedro II ter por sucessora uma mulher e de, mais estapafúrdio ainda, ela e sua família terem aderido ao abolicionismo. Ele chegou a indicar que os antigos escravizados viveriam melhor sob o jugo senhorial do que naquele então, década de 1920, quando perambulavam pelas ruas em situação de mendicância e alcoolismo. Ele só não explicitou o que um seu contemporâneo, Gilberto Amado (1887-1969), apontava quase que no mesmo ano, em compêndio ilustrativo da história dos três primeiros decênios de nossa República: que ninguém se importava verdadeiramente em tornar a Educação a tarefa primordial das ações de planejamento do Estado brasileiro, e das suas unidades federadas em particular.

Oliveira Vianna era um crítico do sufrágio universal e pugnou pela representação política classista: aos brasileiros deveria caber a sindicalização e o associativismo em matéria de labor e, com isso, geração de “verdadeiros” e não “falsos”, em sua concepção, mandatários a secundar o Poder Executivo, que deveria ser forte e centralizado.

Autor patriota, o jurista saquaremense defendia que leis estrangeiras não deveriam constituir fonte de nosso Direito, como, por exemplo, logo nos primeiros anos da República Rui Barbosa engendrou no célebre Decreto Presidencial nº. 848/1890, por meio do qual se tornava, textualmente, legislação subsidiária do processo federal e da jurisprudência brasileira os “estatutos dos povos cultos e especialmente os que regem as relações jurídicas na República dos Estados Unidos da América do Norte, os casos de *common law* e *equity*” –em inglês, no original.

Sergio Buarque de Hollanda (1902-1982) – um dos membros da tríade que nos anos 1930 procurou explicar o Brasil aos brasileiros e que de fato, junto com Giberto Freire (1900-1987) e Caio Prado Júnior (1907-1990), compôs o quadro de grandes “redescobridores” do Brasil –, em resenha publicada logo após o lançamento de *Instituições Políticas Brasileiras*, de Oliveira Vianna, em 1949, lembra que seu autor sem dúvida acreditava no sujeito enquanto prisioneiro da Cultura, entendida mais largamente no trinômio “Raça + Meio + Cultura”.

Ao contrário do que tantos afirmaram, em jornais e revistas, mesmo as jurídicas, a CLT não seria fruto, no Brasil, de uma releitura da *Carta del Lavoro* do fascismo, mas sim da tradução dos técnicos do Ministério do Trabalho das normas e consuetudes que muitos deles aprenderam com representantes do “povo massa”. Era essa a versão de Oliveira Vianna. Evidentemente o historiador Buarque de Hollanda condenou e ironizou os atavismos do sociólogo Oliveira Vianna, que acreditava em heranças inexoráveis e em “leis de imanência” para explicar praxes ancestrais de caiçaras e pescadores brasileiros, por exemplo. Ou, ainda, de se crer em “leis” derivadas de pretensas “comunidades de aldeias” dos povos europeus para explicar o gradual senso coletivo que culminaria na parlamentarização e democratização dos Estados Nacionais no

Velho Continente. Buarque de Hollanda chegou a ser cruel, ao apontar em sua resenha que as ideias de Oliveira Vianna sobre estereótipos de comunidades primitivas campesinas europeias não foram, jamais, respaldadas por Max Weber ou Norman Grass, como teria indicado, em notas de pé de página, nosso patrono.³

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019) foi outro que indicou ter sido Oliveira Vianna o principal proponente do “autoritarismo instrumental”,⁴ segundo o qual, em reduzida síntese, o Estado forte, presidencial e robusto – ditatorial, como Vargas tão bem soube compreender – constituiria o catalisador do desenvolvimento socioeconômico nacional, vez que as “utopias” liberais seriam exógenas e alienígenas aos brasileiros. É central na escrita viannista o binômio *ideal utópico* x *ideal orgânico*, com o qual ele costumava antagonizar outro par conceitual, este talvez haurido de Machado de Assis: o Brasil real versus o Brasil oficial e/ou legal. Como se sabe, para o grande Machado o Brasil oficial seria “caricato e burlesco”.

Cabe destacar ainda os demais trabalhos de Oliveira Vianna, menos conhecidos, mas igualmente importantes quando lançados: *Pequenos estudos de psicologia social* (1921); *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922); *Evolução do povo*

³ BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. Instituições Políticas Brasileiras. Resenhas Bibliográficas. In: Revista de História. São Paulo: USP, 1950, v. I, n. 3.

⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, pp. 93 e seguintes. Para a apreciação da obra analítica e teórica de Wanderley Guilherme dos Santos no que concerne à permanência da herança viannista, e outras, veja-se LYNCH, Christian Edward Cyrill. Terceiro artigo de uma série sobre a vida e a obra do cientista político. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/wanderley-guilherme-dos-santos-iii/>. Acesso em: 04 mar. 2020.

brasileiro (1923); *O idealismo na Constituição* (1927); *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932); *Formation ethnique du Brésil colonial* (Paris, 1932); *Problemas de Direito Corporativo* (1938); *Problemas de direito sindical* (1943). postumamente, saíram seus: *Direito do trabalho e democracia social* (1951); *Problemas de organização e problemas de direção* (1952); *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil* (1958, 2v.) e *Ensaios inéditos* (1991). Consta existir, inédita, uma *História da formação racial do Brasil*.

Muito mais se poderia falar de Francisco José de Oliveira Vianna, mas o limite do tempo e da cerimônia não o permitem. Fica aos prezados confrades e confreiras, e a toda a comunidade acadêmica, o convite para que se investigue mais profundamente o homem e sua obra. Merece biografia, e portentosa.

Neste sentido, acresço um dado. Aqui mesmo, no Arquivo Histórico do Tribunal Superior do Trabalho, há material inédito sobre Oliveira Vianna, parte dele produto de doações da família do Min. Geraldo Montedônio Bezerra de Menezes (1915-2002), amigo de Oliveira Vianna e primeiro presidente do TST. Outra informação presente na miríade de clubes e associações estabelecidos Brasil adentro, e que seriam provas incontestas do manancial de que me chega de amigo especialista em Direito Desportivo, é ser Oliveira Vianna influenciador de João Lyra Filho (1906-1988) em seus estudos sobre os regamentos necessários às práticas esportivas para efeitos de competição, levando em conta a riqueza cultural e normas costumeiras a estabelecer o bom convívio entre adversários nos campos e nas arenas.

Muito obrigado!

REFERÊNCIAS

- BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Min. Francisco José de Oliveira Vianna. 1940-1951*. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/museu-do-tribunal-de-contas-da-uniao/tcu-a-evolucao-do-controle/min-francisco-jose-de-oliveira-vianna-1940-1951.htm>. Acesso em: 04 mar. 2020.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. *Instituições Políticas Brasileiras*. Resenhas Bibliográficas. In: Revista de História. São Paulo: USP, 1950, v. I, n. 3.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA. Oliveira Viana. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- LYNCH, Christian Edward Cyrill. Terceiro artigo de uma série sobre a vida e a obra do cientista político. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/wanderley-guilherme-dos-santos-iii/>. Acesso em: 04 mar. 2020.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

PROPOSTAS PARA O NOVEL SÉCULO

Oração de Posse

José Theodoro Mascarenhas Menck⁵

Ilustríssima Senhora Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, Acadêmica Vera Lúcia Ferreira Ramos, nesse evento representando o Ilustríssimo Senhor Presidente Coronel Affonso Heliodoro dos Santos;

Ilustríssimo Senhor Acadêmico Luiz Carlos de Oliveira Cerqueira, Secretário-Geral do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal;

Ilustríssimo Senhor Acadêmico Tarcízio Dinoá Medeiros, orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, a quem agradeço as bondosas palavras com as quais nos recebeu nessa casa de estudo e de memória;

Ilustríssimos Senhores Acadêmicos aqui presentes;

Meus Colegas Empossandos;

Senhoras e Senhores.

Chamados a ocupar as cadeiras de números 25, 47, 64, 87, 92 e 118, deste ínclito sodalício, aqui comparecemos, aqui estamos.

⁵ Acadêmico, empossado aos 17 de maio de 2017, na Cadeira 118, patroneada por José Sette Câmara. Com ele foram empossados mais os acadêmicos Tânia Batella de Siqueira, na Cadeira 25, patroneada por Joaquim Cardoso; Hugo Studart, na Cadeira 47, patroneada por José Ludovico de Almeida; Cláudio Queiroz, na Cadeira 64, patroneada por Oscar Niemeyer; Marcos Roberto Torres da Silveira, na Cadeira 87, patroneada por José Clemente Pereira; e Ruy Montenegro, na Cadeira 9, patroneada por Cláudio Santoro.

Respondemos à convocação, como faziam os antigos, bradando em alto e bom som: *adsumus!* Pois nos sentimos honrados e felizes por podermos ingressar em tão prestigiosa casa de estudo e de saber.

Que nossas primeiras palavras sejam de agradecimento pela grande alegria e grande honra com que somos agraciados.

* * *

Senhores, não nos parece descabido iniciarmos a presente oração lembrando que a idéia de se criar um instituto voltado precipuamente para o estudo e o culto da história e da geografia surgiu quase que contemporaneamente com o estabelecimento de nossa pátria como nação independente.

Conforme podemos ler, logo nas primeiras páginas do primeiro volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi nos idos de 1838, quando a nação não havia ainda completado duas décadas de existência como país independente, em assembleia da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, na então capital do Império do Brasil, que o Sr. Raymundo José da Cunha Mattos, Marechal de Campo Graduado, Secretário Perpétuo da Sociedade, em proposição assinada em conjunto com o Cônego Januário da Cunha Barbosa, propôs a criação de instituição do gênero.

Criada em 1827, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional se propunha a incentivar o progresso e desenvolvimento brasileiros, e deve ser vista como parte do processo de organização do então novel país e de centralização do seu governo.

Ainda no século XIX, concebeu-se a existência de Institutos Históricos e Geográficos como órgãos que deveriam refletir a construção do país. Órgãos que deveriam refletir a integração das diferentes regiões do Brasil, ou melhor, nas palavras de Manoel Luís

Salgado Guimarães⁶ “*de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade chamada “Brasil”*”.

A proposta foi apresentada ao conselho da Sociedade Auxiliadora em 18 de agosto de 1838, e veio a ser aprovada em assembleia geral aos 19 de outubro daquele mesmo ano.

A instalação definitiva do que viria a ser o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – *institutum pater omnium ceterorum institutorum* – instituto pai de todos os demais institutos históricos e geográficos espalhados pelo Brasil, deu-se a 21 de outubro de 1838, ocupando instalações cedidas provisoriamente pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Aos 25 de novembro, daquele mesmo ano de 1838, o Cônego Januário da Cunha Barbosa, já eleito Primeiro Secretário Perpétuo do IHGB, em discurso, apresentou o programa da instituição que então se criava.

Duas deveriam ser as linhas mestras a serem seguidas: a coleta e publicação de documentos relevantes para a história do Brasil e o incentivo ao ensino público de estudos de natureza histórica.

Para alcançar aqueles objetivos o Secretário Perpétuo propugnava manter relações com instituições congêneres quer nacionais, quer estrangeiras, e incentivava a criação de institutos históricos provinciais.

Interessante ressaltar que naquele mesmo ano de 1838 foi criado o Arquivo Público do Império, que somado ao Instituto Histórico e à Academia Imperial de Belas Artes, essa última mais velha, com origem em 1826, integrou o esforço dos conservadores,

⁶ Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Estudos Históricos - 1988

sob a regência do Marquês de Olinda, para a construção de um Estado brasileiro centralizado e forte. Esforço que, em larga medida, podemos hoje dizer que foi muito bem sucedido.

Meus amigos, ao longo de todos os séculos XIX e XX, os diversos institutos históricos espalhados pelo Brasil seguiram cumprindo aquelas duas missões vislumbradas pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa.

O nosso instituto, especificamente, nasceu em especial contexto. Na sexta década do século próximo passado, o Brasil presenciou um movimento político, social e econômico único, cuja síntese foi a transferência da sede das grandes decisões nacionais para o Planalto Central e a construção desta cidade de Brasília.

A epopeia, que o presidente Juscelino Kubitschek comandou em apenas um lustro, marcou toda uma geração de brasileiros, muitos dos quais presentes nesse recinto.

Logo assomou-se, aos protagonistas daqueles acontecimentos, a necessidade de registrar em fastos o ocorrido, pois, como bem diz o lema da revista do IHGB: *"hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos, et possint sera posteritate frui"* – (em vernáculo: *"com isto, faz que as grandes ações durem por longos anos e possam fruir de uma posteridade prolongada"*).

Foi, pois, com o objetivo precípua de preservar a memória e os acontecimentos daqueles anos que, em 3 de junho de 1964, foi fundado o instituto em cuja sede ora estamos.

Grosso modo, as funções continuam as mesmas das propugnadas pelo Cônego Januário: coletar e divulgar material referente à História do Brasil, e divulgar o seu ensino, só que, aqui no Distrito Federal, com uma maior ênfase na História de Brasília.

* * *

Senhores, neste momento solene, quero prestar uma justa e merecida homenagem aos patronos de cada uma das cátedras que iremos assumir, bem como aos que nos antecederam.

Foi ainda no século XIX, por iniciativa de Joaquim Nabuco, que cada um dos membros da Academia Brasileira de Letras foi convidado a colocar suas respectivas cadeiras “*à sombra de um nome ilustre, que lhe serviria de patrono.*”

A iniciativa prosperou e se espalhou, sendo adotada pelas instituições congêneres.

Por ordem numérica, a primeira cadeira a que nos referiremos, a de número 25, e que doravante será ocupada pela arquiteta e urbanista Tânia Battella de Siqueira, tem como patrono Joaquim Cardozo, e como último ocupante Cyl Gallindo.

Joaquim Maria Morena Cardozo foi o gênio calculista que estava por trás das mais arrojadas obras de Niemeyer.

Pernambucano de Recife, Joaquim Cardozo era engenheiro formado pela Escola de Engenharia de Pernambuco, turma de 1930, especialista em cálculos estruturais. Professor catedrático de Teoria e Filosofia da Arquitetura na antiga Escola de Belas Arte de Pernambuco.

Transferiu-se para o Rio de Janeiro, no período do Estado Novo, passando a trabalhar no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), onde conheceu Lúcio Costa, Burle Marx e Oscar Niemeyer. A partir de 1940 passa a ser o responsável pelos cálculos estruturais das obras de Niemeyer. Inicialmente em Pampulha, depois como chefe da Divisão de Cálculo do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, que era comandado por Niemeyer.

Sensível à beleza das formas da arquitetura moderna procurou dar significação poética ao trabalho que realizava e, assim fazendo,

podemos dizer que acrescentou humanidade à engenharia estrutural.

Sem seus cálculos os arroubos arquitetônicos de Brasília não estariam de pé. Lembremo-nos que foram todos feitos em uma época muito anterior à cibernética, uma era que já nos afigura como longínqua!

Entretanto, Joaquim Cardozo não foi apenas um engenheiro calculista. Os que tiveram a fortuna de o conhecer foram unânimes em declarar que foi um homem amplo, com vastos conhecimentos nas mais diversas áreas: foi também topógrafo, desenhista, poeta, tradutor, dramaturgo, crítico de arte e historiador. Tendo deixado em cada uma dessas áreas relevante produção. Conviveu com poetas modernistas, tendo publicado vários livros em prosa e em verso, entre 1946 a 1975. Tendo a Nova Aguilar publicado sua “Poesia Completa e Prosa” em 2009.

Manuel Bandeira definiu a vastidão dos interesses humanistas de Joaquim Cardozo declarando-o “*um profundo conhecedor da raiz de todo o pensamento humano, do Ocidente ao Oriente.*”

Cyl Gallindo, ou, como constava em seus documentos, Cícero Amorim Gallindo, pernambucano, assim como seu patrono, a quem conheceu e admirava, foi um artífice das palavras. Bacharel em Ciências Sociais. Jornalista por profissão, repórter, redator, editor, assessor de imprensa, poeta, contista e cronista.

Pertenceu à geração 65 de poetas pernambucanos. Em 1968, organizou a antologia *Agenda Poética do Recife*, prefaciada por Joaquim Cardozo. Em 1995 deu luz a antologia *Caliandra: Poesia em Brasília*. Outrossim, publicou *A Conservação do Grito-Gesto*, em 1971; *Contos Pernambucanos*, em 1988; *Movimento*, em 1996; *Em Defesa da Língua Portuguesa*, em 2000, dentre vários outros livros.

Viveu em Brasília de 1986 a 1998, atuando como jornalista e assessor de comunicação do Senado Federal.

* * *

A segunda cadeira a que nos referiremos, a de número 47, e que doravante será ocupada pelo jornalista e historiador Carlos Hugo Studart Corrêa, tem como patrono José Ludovico de Almeida, e foi anteriormente ocupada por Antônio Carlos Osório.

José Ludovico de Almeida, ou mais simplesmente, o Juca Ludovico, era goiano de Itaberaí, farmacêutico formado na turma de 1925. Ingressou na vida pública com a Revolução de 1930, pelas mãos de seu tio Pedro Ludovico Teixeira, chefe da Aliança Liberal que, com o sucesso da Revolução, dominou a cena política goiana por quase 40 anos.

Constituinte e deputado estadual de 1933 até a instalação do Estado Novo, em 1937, foi nomeado prefeito de Itaberaí em 1938. Em 1940, assumiu a Secretaria da Fazenda de Goiás, onde permaneceu até a redemocratização de 1945. Voltaria à Secretaria da Fazenda em 1951, na gestão de seu tio, Pedro Ludovico, onde permaneceu até 1954.

Da Secretaria da Fazenda ascendeu ao governo do Estado, que governou de 1955 a 1959. Em 1963, tomou posse como deputado federal, encerando sua vida pública em janeiro de 1967. Faleceu em 1989, em Goiânia.

A significação e importância do nome José Ludovico de Almeida para essa Casa foi o decidido apoio que emprestou ao Presidente Juscelino Kubitschek à transferência da capital para os sertões goianos. Sua atuação, em alguns momentos foi decisiva. No ano de 1955 baixou decreto que declarava de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social, para o efeito de desapropriação, a área destinada à localização da nova capital

federal. Em seguida promulgou lei que autorizava o Poder Executivo goiano a efetivar as desapropriações das fazendas onde seria erguida a futura capital. Áreas que posteriormente o Estado de Goiás doou à União.

A Fazenda Bananal, localizada onde hoje está o Plano Piloto, foi uma dessas propriedades desapropriadas por Juca Ludovico.

Em outro decreto, instituiu a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Sob suas ordens, os tratores do Departamento de Estradas e Rodagem de Goiás abriram os primeiros campos de pouso na área em que se receberia, em outubro de 1956, a comitiva presidencial, em sua primeira visita ao local onde se ergueria Brasília. Seu passo seguinte foi lançar a Campanha Nacional em Defesa da Mudança da Capital. Na década de 1960, José Ludovico de Almeida passou a fazer parte do Conselho de Administração da Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap.

De Antônio Carlos Elizalde Osório podemos dizer que foi o Pioneiro por excelência.

Gaúcho de Quaraí, Osório foi o primeiro advogado a se estabelecer em Brasília, ainda em 1957, ocasião em que montou sua banca no Núcleo Bandeirante. Quando da fundação da seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados, seus membros decidiram que o número um ficaria vago, sendo que todos os demais números seriam distribuídos por sorteio. A Antônio Carlos Osório coube o número 7.

Chegou à Presidência da Seccional da OAB em 1969, e permaneceu na chefia da entidade até 1971, período certamente difícil na história pátria, mormente para a classe dos advogados. No entanto, sua atuação no exercício da presidência sempre foi louvada. Também presidiu o Instituto dos Advogados do Distrito Federal, bem como a Academia Brasiliense de Letras, e foi integrante ativo

da Associação Nacional de Escritores bem como deste Instituto Histórico.

Graduado em Filosofia e em Direito, era ainda um escritor apaixonado pela poesia. Escreveu, pelo menos, 12 livros, entre eles, *Brasília – Diálogo com o Futuro*, em 1976; *O Desafio do Branco*, em 1982; *Arquivo Morto*, em 1996; *Os Degraus do Tempo*, em 2002; *A Roda da Fortuna*, em 2004, e vários outros. Faleceu em abril de 2016, aos 88 anos de idade.

* * *

A terceira cadeira a que nos referiremos, a de número 64, e que doravante será ocupada pelo arquiteto e urbanista Cláudio Queiroz, tem como patrono Oscar Niemeyer, e foi anteriormente ocupada por Léo da Silva Alves.

O nome de Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares, filho, ou mais simplesmente, Oscar Niemeyer, dispensa maiores apresentações. Arquiteto de fama mundial, autor dos projetos dos principais edifícios de Brasília, é considerado uma das figuras-chaves no desenvolvimento da arquitetura moderna no século XX.

Discípulo e posteriormente colega de Lúcio Costa, encontrou em Joaquim Cardozo, o engenheiro calculista a que nos referimos acima, a parceria perfeita para dar aso aos seus vãos arquitetônicos – poéticos.

Em palavras recolhidas por Léo da Silva Alves, certa feita Oscar Niemeyer definiu sua profissão da seguinte forma:

“É a arte de construir. Fazer abrigos para o homem, dar conforto e ambiente adequado às suas necessidades: eis a sua função específica. Se atinge nível superior, se é bela e criadora, a arquitetura passa a constituir obra de arte.”

Não é necessário dizer que Niemeyer procurou, sempre, construir obras de arte, e o conseguiu.

O último ocupante dessa cadeira foi Léo da Silva Alves, gaúcho de Rosário do Sul, advogado, professor universitário, conferencista.

* * *

A cadeira seguinte é a de número 87, e que doravante será ocupada pelo arquiteto e urbanista Marcos Roberto Torres da Silveira, que tem como patrono José Clemente Pereira, e foi anteriormente ocupada por Luiz Vicente Cernicchiaro.

José Clemente Pereira é daquela geração de homens que, nascida em Portugal, acompanhou a Corte em sua transladação ao Brasil e, por aqui, após a volta de D. João a Portugal, participou ativamente da construção do Império do Brasil.

Quando da invasão dos franceses, José Clemente Pereira, então aluno em Coimbra, alistou-se no batalhão acadêmico, comandado pelo professor José Bonifácio de Andrada e Silva. De Portugal, passou para Espanha, agora sob as ordens do Duque de Wellington no então exército anglo-luso, na Guerra Peninsular e viu, com a espada na mão, a primeira abdicação de Napoleão, em Fontainebleau.

Desmobilizado, segue para a sede do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, onde em 1815 começa nova vida. Desconhecido, recorre à advocacia para sobreviver até que, em 1819, é nomeado Juiz de Fora na vila de Praia Grande, hoje a cidade de Niterói. Na legislação reinol, incumbia aos Juizes a presidência da Câmara Municipal e, como tal, a administração da cidade. José Clemente Pereira urbaniza o centro de Niterói, a abastece de água, e tantos outros serviços prestou à cidade que, em 1840 a Câmara Municipal denominará, em sua homenagem, uma das ruas centrais da cidade de rua São José, hoje rua José Clemente.

Os verdadeiros feitos cívicos, pelos quais se imortalizou nas crônicas de nossa história, se deram quando, em 1821, na qualidade de Juiz de Fora da Corte, coloca-se decididamente ao lado de D. Pedro, incitando-o a ficar no Brasil, no famoso dia do Fico, opondo-se aos militares portugueses que queriam submeter o príncipe aos caprichos das cortes lisboetas.

Dado o primeiro passo, José Clemente não soube mais descansar, participando ativamente da construção do novo Império bem como de todas as querelas políticas de então.

Magistrado, Conselheiro de Estado, Presidente do Tribunal do Comércio, Deputado, Senador e Ministro de várias pastas e de vários gabinetes, no entanto, a maior honra de José Clemente Pereira foi ter sido provedor e fundador do hospital da Misericórdia e do hospício Pedro II.

Seus hospitais, nas palavras de seu contemporâneo, S. A. Sisson, no livro Galeria dos Brasileiros Ilustres, publicado em 1861: *“que rivalizaram com os primeiros do mundo e são eles mesmos em seu gênero os primeiros da América”*.

Joaquim Nabuco, em sua monumental obra, “José Thomas Nabuco de Araújo: um Estadista do Império”, declarou que fêretro de José Clemente Pereira foi um dos que mais comoção provocou no Rio de Janeiro, no século XIX, dada a enorme multidão que o acompanhou, lamentando sua partida.

Em sua homenagem, e dada a dedicação com que se dedicou aos desvalidos nos últimos anos de vida, à sua viúva foi concedido o título de Condessa da Piedade. Ademais, D. Pedro II determinou a ereção de uma sua estátua no hospício Pedro II, defronte à sua própria estátua.

Luiz Vicente Cernicchiaro, foi, também, um pioneiro em Brasília. Paulista de Quatá, também militou nas letras jurídicas, mormente

como magistrado. Em 1956, bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo–USP. Em 1969, doutorou-se em Direito Penal e Criminologia, pela *Università degli Studi di Roma* e pela Universidade de São Paulo.

De 1963 a 1964 foi defensor público. Em 1966, foi nomeado Juiz de Direito Substituto no Distrito Federal, onde fazia carreira, chegando a Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, no biênio 1986 a 1988. A partir de maio de 1989 passou a integrar os quadros do Superior Tribunal de Justiça, onde se aposentaria em agosto de 1999. Faleceu em Brasília, em 2010, aos 80 anos de idade.

Cernicchiaro, ao lado de sua carreira de magistrado, foi professor titular da Universidade de Brasília onde lecionou, por longos anos, a cadeira de Direito Penal. Deixou-nos muitos livros e artigos voltados para a temática a qual dedicou sua vida: o Direito Penal.

* * *

A cadeira seguinte é a de número 92, e que doravante será ocupada pelo bacharel em turismo Ruy Montenegro, e tem como patrono Cláudio Santoro, tendo sido anteriormente ocupada por Mário Garófalo.

Cláudio Franco de Sá Santoro, maestro que dignificou Brasília ao reger sua Orquestra Sinfônica, era manauara, onde começou ainda pequeno a estudar violino e piano. Aos 18 anos já era professor adjunto da cátedra de violino do Conservatório de Música do Distrito Federal, então localizado na cidade do Rio de Janeiro. Em 1941, passou a adotar o dodecafonismo, técnica de composição musical criada nos anos 1920. Em 1948, viajou a estudos, a Paris. Na ocasião participou, como delegado brasileiro, do II Congresso Mundial dos Compositores Progressistas, em Praga.

Residindo na Alemanha, entre 1970 e 1978, obteve renome internacional, ao compor, lecionar e reger em diversas cidades europeias. Já bastante conhecido, recebeu um prêmio da Fundação Lili Boulanger, em Boston, em cujo júri estavam Igor Stravinski e Aaron Copland.

Cláudio Santoro, também ele um pioneiro em Brasília, foi professor fundador do Departamento de Música da Universidade de Brasília, em 1962. Em 1979, fundou a Orquestra do Teatro Nacional de Brasília, da qual foi o regente titular até sua morte, em 1989. Atualmente, em sua homenagem, a orquestra se denomina Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro.

Mário Miguel Nicola Garófalo, por *ius sanguinis* italiano, brasileiro por *ius soli*, nascido no Ceará, religioso, notório pé de valsa, apreciador de ópera, criou uma emissora de música à sua imagem e semelhança. O entusiasmo do jornalista precisava ser comunicado as multidões, para tal não poupou esforços. A transmissão de estréia de sua rádio Brasília Super Rádio FM, aos 30 de junho de 1980, foi uma benção especial do Papa São João Paulo II, que, naquele momento, iniciava sua primeira peregrinação apostólica pelas Terras de Santa Cruz.

Jornalista profissional desde 1946, como repórter do jornal Correio da Noite, foi pioneiro da rádio – reportagem na Emissora Continental, em 1948. Membro da bancada de imprensa da Câmara dos Deputados de 1946 a 1970 chegou a decano da Sala de Imprensa da Presidência da República. Costumava dizer que, como repórter, sua maior façanha foi quando, para ganhar uma aposta, conseguiu fazer de Getúlio Vargas, que naquela ocasião tomava posse de mandato presidencial, garoto propaganda das Casas Gebara, isso aos 31 de janeiro de 1951.

Convidado por Juscelino Kubitschek, participou da Caravana de Integração Nacional, inaugurando a Belém-Brasília.

Pioneiro em Brasília, em 21 de abril de 1960, foi a primeira imagem e voz a sair de Brasília, ao transmitir a inauguração da nova capital pela TV Tupi e pela Rádio Tupi, únicas emissoras naquela transmissão.

Diretor Geral do Correio Braziliense, e da TV Brasília, Mário Garófalo radicou-se em Brasília, onde se tornou pessoa conhecida, querida e admirada por todos.

* * *

Por derradeiro, abordemos agora a cadeira de número 118, e que doravante será ocupada pelo que ora vos fala, e que tem como patrono José Sette Câmara, e foi anteriormente ocupada por Lucídio Guimarães Albuquerque.

José Sette Câmara, mineiro de Alfenas, foi advogado, diplomata, político e Juiz do Tribunal Internacional de Justiça, em Haia.

Serviu no gabinete do prefeito de Belo Horizonte Juscelino Kubitschek, como conselheiro para assuntos internacionais desde 1940 até 1945, ocasião em que se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais. Em dezembro daquele mesmo ano ingressou na carreira diplomática. A partir daí mesclaria ele uma vitoriosa carreira internacional com uma ampla participação na vida política brasileira.

Com a posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República, em janeiro de 1956, tornou-se subchefe do Gabinete Civil da Presidência. Promovido a ministro de segunda classe em 1956, assumiu, no início de 1958, a Secretaria-geral do Conselho Nacional de Abastecimento e Preços. De março de 1959, a abril de 1960 assumiu a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Em abril de 1960 foi promovido a Ministro de Primeira Classe e teve seu nome aprovado pelo Senado Federal para ser o

primeiro governador provisório do então recém criado Estado da Guanabara. Exerceu o governo até a posse do primeiro governador eleito, Carlos Lacerda.

Retornou ao Itamaraty em seguida, tendo sido nomeado embaixador do Brasil no Canadá, em 1960. Já no ano seguinte, voltou ao Brasil para assumir a prefeitura de Brasília, na qual ficou até 1963.

Naquele ano de 1963, desentendeu-se com João Goulart, voltou ao Ministério das Relações Exteriores, assumiu a Embaixada na Suíça, onde ficou até 1964. De lá partiu para Nova Iorque, onde comandou a missão brasileira permanente na ONU. Participou da Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina, e representou o Brasil no conselho de Segurança da ONU.

Em 1968, licenciou-se do Itamaraty para assumir uma direção do Jornal do Brasil, onde permaneceu até 1972. Em 1970, foi eleito representante brasileiro junto à Comissão de Direito Internacional da ONU, onde exerceu dois mandatos. No final de 1972, assumiu a Embaixada do Brasil na Tchecoslováquia.

Em 1978, foi eleito membro da Corte Internacional de Justiça, mais conhecida como Corte de Haia. Em 1982 foi eleito Primeiro Vice-Presidente daquela corte. Em 1992 foi eleito Vice-Presidente do instituto de Direito Internacional. Tornou-se membro da Sociedade Brasileira de Direito Internacional e da American Society of International Law.

Faleceu no Rio de Janeiro, em agosto de 2002.

Lucídio Guimarães Albuquerque, pioneiro anterior à cidade, maranhense, nascido em Buriti Bravo, foi membro da Comissão de Localização da Nova Capital entre os anos de 1954 e 1956. Atuou na área de organização territorial durante o período da construção de Brasília.

Lucídio foi co-autor do plano urbanístico do Núcleo Bandeirante.

Arquiteto e urbanista, foi aluno de Lúcio Costa na antiga Universidade do Brasil. Seu nome encontra-se no rol dos professores fundadores da Universidade de Brasília. Consultor da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal e da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, entre outros títulos.

Lucídio exerceu atividades em diversas áreas vinculadas ao urbanismo do Distrito Federal. Gravou depoimento ao arquivo público do DF com diversas informações sobre a construção de Brasília.

São esses os patronos de nossas cadeiras e nossos imediatos antecessores.

* * *

Senhores, Brasília já está consolidada. É verdade que cada geração tem de reescrever a história levando em consideração suas idiossincrasias próprias. Mas também é verdade que os fatos referentes à construção de Brasília e a transferência da capital para ela, o primeiro objetivo dos fundadores deste instituto histórico, já estão relativamente bem conhecidos. As tarefas agora são outras.

A primeira tarefa que se apresenta a nós é a luta pela preservação do monumento arquitetônico que os titãs que acompanharam JK em sua saga construíram. Tarefa essa que já vem sendo desempenhada com maestria por vários acadêmicos que têm assento nessa Casa.

A segunda tarefa, que acredito que o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal tem a obrigação de assumir como tema seu, é ajudar a traçar a história política e institucional do Brasil desde a transferência da capital para cá.

Em memoráveis palavras, que se encontram esculpidas em pedra, no vestíbulo do Congresso Nacional, na Casa que acolhe os representantes do Povo brasileiro, o fundador de Brasília descortinou as funções que a cidade teria de assumir, *in verbis*:

“Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.”

Senhores, já faz mais de cinquenta anos que o cérebro das grandes decisões nacionais se transferiu para cá.

Boa parte dos documentos e arquivos referentes aos últimos cinquenta anos da história, não apenas política, mas também judicial e legislativa do Brasil está aqui, nesta nossa cidade. Cabe ao IHG-DF iniciar a ingente tarefa de desbravá-los. Tal como propôs em 1838, em seu já lembrado discurso, o Cônego Januário da Cunha Barbosa.

Descortinar novos horizontes, sem nunca abandonar suas tarefas anteriores, eis a tarefa que temos pela frente.

* * *

Por derradeiro, antes de encerrar esta minha oração, gostaria de externar, uma vez mais, o agradecimento de todos nós que agora ingressamos nas fileiras desta Casa de Memória, pela escolha de nossos nomes.

Muito obrigado.



Juscelino Kubitschek de Oliveira, com 34 anos de idade.

BRASÍLIA: ACOLHIMENTO E PRESERVAÇÃO

Discurso de Posse

Luiz Henrique Cascelli de Azevedo⁷

Prezado professor Ronaldo Poletti, insigne Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, na pessoa de quem cumprimento os demais Acadêmicos, minhas senhoras e meus senhores.

Hoje sinto-me extremamente honrado com o ingresso neste Instituto para ocupar a cadeira nº 02, tendo como patrono João Camilo de Oliveira Torres, em relação ao qual ao longo dos últimos anos venho desenvolvendo grande consideração pelo seu trabalho como jornalista, servidor público e, sobretudo, como historiador.

João Camilo é um daqueles homens dotados de grande capacidade intelectual, que consegue buscar sentido onde se encontra uma profusão de ocorrências aparentemente desconexas, contraditórias e antepostas, algo muito comum na história política brasileira. Todavia, com sua argúcia e inteligência compreensiva, ele consegue nos demonstrar – com clareza e de forma didática – sentido, justificção do que ocorreu no passado, ao mesmo tempo em que delinea os caminhos e possibilidades do futuro.

Com ele também desenvolvi uma história pessoal.

Fui apresentado a João Camilo, pela primeira vez, em Porto Alegre, pelo Professor Cezar Saldanha, insigne mestre, formador profícuo no âmbito do direito, quando, muitos anos atrás, tive a oportunidade de ingressar no Programa de Pós Graduação da

⁷ Acadêmico, ocupante da Cadeira 2, patroneada por João Camilo de Oliveira Torres.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul para realizar doutorado em Teoria (Filosofia) do Direito.

Daquela feita também tive contato – embora muito remoto – com um estudante do Mestrado, chamado Evandro Gussi, que, muito próximo ao mestre Cezar Saldanha, anos depois, na qualidade de Deputado Federal, contribuiria para a publicação de parte relevante da obra de João Camilo pela Câmara dos Deputados, em um resgate do grande pensador cujo alcance vai além do que podemos agora imaginar.

João Camilo nasceu em Itabira, no dia 31 de julho de 1915, vindo a falecer em Belo Horizonte, em janeiro de 1973. Foi professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Mineira de Arte. Foi membro da Academia Mineira de Letras, do Instituto Mineiro de Geografia e História. Foi funcionário público exemplar, tendo realizado sua carreira no IAPC, tendo falecido justamente quando trabalhava em sua mesa, como Superintendente do INPS.

Escreveu as seguintes obras:

- *Homem e a Montanha*. Livraria Cultura Brasileira: Belo Horizonte, 1944 (1ª ed.); Autentica: Belo Horizonte, 2011 (2ª ed.).
- *O Positivismo no Brasil*. Editora Vozes: Petrópolis, 1943 (1ª ed.) e 1957 (2ª ed.).
- *Libertação do Liberalismo*. Casa do Estudante: Rio de Janeiro, 1949.
- *A Crise da Previdência Social no Brasil*. Ed. Dialogo: Belo Horizonte, 1954.
- *A Democracia Coroada*. José Olympio: Rio de Janeiro, 1957 (1ª ed.). Editora Vozes: Petrópolis, 1964 (2ª ed.). Edições Câmara: DF, 2017 (3ª ed.).
- *Do Governo Régio*. Petrópolis: Editora Vozes, 1958.

- *Educação e Liberdade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1958.
- *A Propaganda Política*. Belo Horizonte: Ed. R. B. E. P., 1959.
- *Propaganda Política, Natureza Limites*. Belo Horizonte: Ed. R. B. E. P., 1959.
- *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-americana do livro, 1961-1962 (1ª ed.); 1967 (2ª ed.).
- *Formação do Federalismo no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional (Coleção Brasileira), 1961.
- *As aventuras de João Surrinha* (conto para crianças). São Paulo: Editora do Brasil S/A, 1961.
- *Um Mundo em Busca de Segurança*. São Paulo: Herder Ed. e Livraria Ltda., 1961.
- *Harmonia Política*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.
- *Cartilha do Parlamentarismo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1962.
- *O Presidencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Coleções Brasília, Edições "O Cruzeiro", 1962.
- *Desenvolvimento e Justiça: Em Torno da Encíclica "Mater et Magistra"*. Petrópolis: Editora Vozes, 1962.
- *Teoria Geral da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 1963.
- *História do Império* (para a juventude). Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963.
- *História de Minas Gerais* (para a juventude). Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1963 (1ª ed.), e 1967 (2ª ed.)
- *Razão e Destino da Revolução*. Petrópolis: Editora Vozes, 1964.
- *El Cid* (para a juventude). Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
- *A Aurora da Civilização* (para a juventude). Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
- *A Revolução Francesa* (para a juventude). Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1964.
- *Estratificação Social no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.
- *Instituições Políticas e Sociais do Brasil*. São Paulo: FTD, 1965.

- *O Conselho de Estado*. Rio de Janeiro: Ed. G. R. D., 1965.
- *Significação da História do Brasil*. Brasília: Mec, 1967
- *Estudos Sociais Brasileiros*. Belo Horizonte: Ed. Júpiter, 1968.
- *Lazer e Cultura*. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.
- *Educação Moral e Cívica*. Belo Horizonte: Ed. Júpiter, 1968.
- *Os Construtores do Império*. Coleção Brasiliana, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1968.
- *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1968
- *Natureza e Fins da Sociedade Política*. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.
- *Interpretação da Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- *O Ocaso do Socialismo: À Margem da Encíclica “Populorum Progressio”*. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1969.
- *A Igreja de Deus em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. do autor, 1971.
- *A Idéia Revolucionária no Brasil*. São Paulo: Editora IBRASA, 1981.
- *O Elogio do Conservadorismo*. São Paulo: Arcádia Editora, 2017.

Dentro dessa rica produção têm usual destaque as suas “Histórias das Ideias Políticas no Brasil”, sobretudo a “Democracia Coroada”, a propósito de uma teoria política do Império do Brasil, que recebeu os prêmios Joaquim Nabuco, da Academia Brasileira de Letras, e o prêmio “Cidade de Belo Horizonte”.

E ao tomar posse hoje neste prestigioso Instituto, em uma cadeira referenciada pelo grande historiador, peço vênica para falar um pouco mais da minha vida, cujos momentos mais primeiros se encontram com Brasília: vivo nesta Cidade desde os meus onze anos de idade, precisamente desde 1975, quando para cá vim de Minas Gerais, especificamente da cidade natal de meu pai, Itajubá.

Naquele momento eu era apenas uma criança, mas, mesmo assim, senti que fazia parte de algo novo, de uma cidade em construção: o cerrado – ainda abundante – cedia lugar a espaços que estavam sendo preparados para abrigar moradias ou para a construção de prédios da administração superior.

Assim, ao lado de uma vegetação muito peculiar, diferente daquelas que eu conhecia do Sul de Minas, havia muitos espaços vazios, em que os ventos secos levantavam redemoinhos de terra vermelha. Era um misto de uma consolidação urgente, com um adaptar-se às privações, sempre na expectativa de algo mais que estava acontecendo e de que fazíamos parte.

Brasília então, apesar de espaçosa, era como uma cidade pequena, em que o sentido de liberdade de uma criança se concretizava nas brincadeiras comuns nos blocos, gramados, na terra e no cerrado, como se tudo nos pertencesse, o que permitia que nossa ingenuidade fosse protegida pela segurança do pertencimento.

Outra peculiaridade. Eram tantos falares diferentes, algo que impressionava um menino que até então só conhecia o jeito mineiro de se expressar. Era curiosíssimo ouvir meninos do norte, do nordeste, do sul. E todos estávamos aqui, cada qual com uma ainda pequena história de vida, dividindo o espaço, participando de algo que não podíamos compreender plenamente, com diferenças que eram não mais que superficiais em consideração a construir uma vida nova em um lugar novo, tão diferente em relação a todas as nossas regiões de origem e que, por isso, nos unia, já, inclusive, a partir da decisão de nossos pais de, cá, começar de novo.

De pronto Brasília passou a ser a minha cidade também.

Aqui fiz praticamente toda minha formação educacional, comecei a trabalhar, casei-me, tive minhas filhas e agora meus netos. Em outras palavras, minhas raízes foram aqui plantadas ainda em condição tenra e hoje, posso dizer, estão cada vez mais arraigadas.

Nesse mesmo tempo, a cidade cresceu, se consolidou, tem seus problemas, necessita de cuidados e atenção.

Tenho, por isso, um sentimento íntimo e pessoal com a cidade, como se nós compartilhássemos a nossa vida até este momento, como dois amigos que compartilham lembranças, desfrutam o presente e planejam o futuro.

Não obstante, como indivíduo vou esgotar-me antes da cidade. O que quero fazer por essa minha companheira, é dotá-la, tanto quanto minhas forças permitam, de condições para que ela continue sadia para tantos outros brasilienses que nela vivem e que nela nascerão por muitos e muitos anos.

Mais do que dos brasilienses, nossa cidade merece a atenção e o carinho de todos os brasileiros, pois ela é, como deixei antes explícito, a concretização do sonho de tantos cidadãos que pensaram no desenvolvimento do nosso país, a partir de um novo eixo geográfico.

O que quero enfatizar é que Brasília não se esgota formalmente como uma cidade concebida, mas concretiza o sonho de um Brasil mais amplo, aberto, integrado em suas diversas regiões com suas peculiaridades e riquezas sociais, culturais e econômicas.

Como pude depreender da oração realizada em sua posse, em maio de 2017, o Acadêmico que hoje nos apresenta, Doutor José Theodoro Menck, traz à consideração a concepção dos Institutos a partir da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1827, com o propósito de refletir a construção do país e a integração das diferentes regiões, de modo a alcançar-se a dimensão de sua totalidade.

Assim também creio ser o objetivo do nosso Instituto, aqui estabelecido em 3 de junho de 1964, isto é, cuidar da memória da nova Capital e da sua preservação.

Nesse sentido, é uma honra e um privilégio pertencer a este renomado Instituto, pois aqui terei condições de pensar, juntamente com os demais acadêmicos, a cidade, de modo a preservar a sua rica história, além de procurar meios para que a sua consolidação espacial se dê com responsabilidade e consideração pelos que a sonharam, conceberam e criaram, sem perder a perspectiva prospectiva, em consideração ao seu futuro.

Enfim, minhas senhoras e meus senhores, no momento em que tomo posse neste Instituto, tenho a certeza de colocar-me em um posto estratégico para exercer, na medida das minhas possibilidades, a cuidado e o carinho que nossa cidade merece.

Muito obrigado!

Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal



Museu Memorial de Brasília



Sala de leitura da Biblioteca Afonso Heliodoro

TERCEIRA SEÇÃO – RESENHAS



**Juscelino Kubitschek de Oliveira,
Patrono do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal**

2020 E A ENCICLOPÉDIA DOS 60 ANOS DE BRASÍLIA

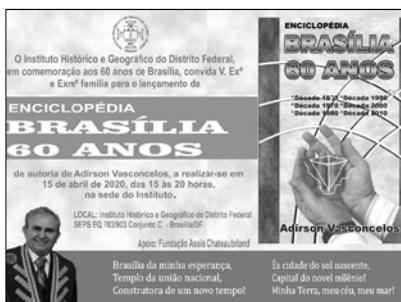
Adirson Vasconcelos⁸

O momento tão significativo para Brasília da passagem dos seus 60 Anos, em 2020, eu quis celebrá-lo com um acontecimento marcante nos salões do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, de cuja fundação participei e, ao longo dos anos, exerci sua Presidência por três mandatos.

Seria o lançamento da *Enciclopédia Brasília 60 Anos*.

Um livro com 790 páginas, editado pela *Kelps*. Recordando todos os principais momentos de Brasília, do Brasil e do Mundo, ao longo dos anos 1960 a 2020.

O lançamento seria em 15 de abril de 2020, na sede do Instituto,



cujo Patrono é o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, fundador de Brasília. Um acontecimento que reuniria acadêmicas, acadêmicos, pioneiros amantes de Brasília e membros da sociedade desta Capital brasileira, incluindo muitas autoridades, a partir das 15

horas, no prédio monumental que simboliza *Uma Nave Pousando* e é a sede arquitetônica da augusta *Casa de JK*. Convite já impresso e

⁸ Adirson Vasconcelos, ocupante da Cadeira 27, patroneada por Francisco Adolfo de Varnhage, é sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, tendo exercido a Presidência por três mandatos. É Membro Emérito da Academia de Letras de Brasília e membro da Academia Brasiliense de Letras.

pronto para a expedição. Arte de Agnês de Lima Leite e assinatura do presidente Ronaldo Poletti.

Todavia, nos primeiros dias de março de 2020, cerca de um mês antes da data comemorativa da Sessentona Brasília, 21 de abril, uma peste, um vírus devastador assombrava o mundo – o *Coronavírus*, que os cientistas classificaram de COVID-19.

E, logo, ele se propagou por todas as partes do mundo. Alcançou o Brasil e sua Capital Brasília. E até regiões remotas ocupadas por tribos indígenas.

Originário da China, onde primeiro afetou o ser humano. E, dali, rapidamente se propagou por todo o universo.

Uma pandemia! A pandemia provocada pelo *Coronavírus*. A Pandemia COVID-19.

Uma crise sanitária sem precedentes. Autoridades da saúde cuidam da ampliação de hospitais e a adequação de tratamentos ante os efeitos desconhecidos pela ciência com grandes taxas de mortalidade.

Aconselhamentos das equipes médicas recomendam o isolamento social, já que a transmissão do vírus ocorre entre pessoas. Hospitais e emergências abarrotados de doentes, muitos terminais com insuficiências respiratórias. Cientistas tentam experiências e protocolos para a descoberta de uma vacina.

A ciência impotente ante o desconhecido e o inimigo invisível. Populações, pelo mundo todo, inseguras e em pânico. Governos, especialmente.

Ante a gravidade da crise sanitária, a Pandemia da Covid-19 e o isolamento social determinado pelas autoridades médicas, o Projeto da Enciclopédia dos 60 Anos de Brasília, torna-se inviável, já que estão proibidas as reuniões públicas. Impossível comemorar-se em abril ou mesmo noutros meses de 2020, a data aniversária de

Brasília Sessentona. O lançamento seria, como anunciado, na sede do IHG/DF. Mas, tornou-se impensável.

Uma inspiração divina nos conduziu a uma solução paliativa, já que a *Kelps* havia concluído a impressão da obra, nos primeiros dias de abril de 2020, com 790 páginas. Um trabalho documental e memorialístico de alta valia e uma apresentação gráfica primorosa.

Agora, então, o que fazer para chegar à comunidade brasiliense aquela preciosidade de Brasília, nas celebrações dos seus 60 Anos?!

Dois alvos a serem lançados:

Primeiro, uma seleção de endereços dos brasilienses à altura e potencialmente dignos de receberem a obra.

Segundo, a possibilidade de entrega dos volumes, pelos *Correios*, aos destinatários, com segurança.

Vencidos os dois obstáculos, a celebração dos 60 Anos de Brasília pode ocorrer com a entrega, domiciliar, a quem de direito, do livro enciclopédico comemorativo. A cada um dos eleitos, enviei este bilhete fraternal:

Com este Livro Monumento sobre *Os 60 Anos de Brasília*, neste abril de 2020, quero celebrar com o amigo ou a amiga e familiares, este momento tão significativo de nossa cidade-Capital, construída pelo Presidente Juscelino Kubitschek, em 21 de abril de 1960.

Passo, com muito agrado, às suas mãos, a Enciclopédia dos 60 Anos de Brasília (790 páginas), com um relato anual e completo de todos os fatos mais importantes de Brasília, do Brasil e do Mundo, de 1960 a 2019, ano a ano.

Gostaria de fazê-lo num lançamento nos salões do IHGDF; todavia, as restrições face à pandemia do *coronavírus* que proíbem reuniões públicas, uso este recurso do encontro via correspondência e remessa pelos Correios (EBC).

Uma repercussão compensadora. Alegria, felicidade e gestos celebrativos de todos os leitores da Enciclopédia. Manifestações pessoais, pelo telefone, pela internet ou pessoalmente. Um clima de bem-estar e felicidade!

Em conclusão, uma palavra final, em resumo, sobre o tempo de 60 Anos de Brasília e a Enciclopédia que sintetiza este tempo, que é o mesmo tempo de uma geração – 60 anos.

Esta síntese de tempo e de vida, que é minha e de Brasília, eu lhes ofereço neste pequeno trecho da Página de Abertura da Enciclopédia dos 60 Anos de Brasília:

No princípio, era o ermo! ...

Assim, o poeta viu, no primeiro momento, o local escolhido para ser a futura Capital do Brasil no Planalto Central de Goiás. Idos da Década de 1950. Século XX. Assim, também o vi, o local, pela primeira vez, na mesma época. No entanto, encantei-me com o NADA!

... Um céu azul, muito azul! De lindas nuvens brancas. Muito brancas! Um chão agreste, de vegetação rasteira e árvores retorcidas. Talvez, vítimas das intempéries do tempo ou do próprio homem.

Um horizonte sem-fim ao longo de 360 graus, de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

Um sol nascente, lá longe, bem longe, no Oriente. Raios fortes, muito fortes, até ofuscantes. Aqueceram-me o corpo e, num passo de mágica, invadiram-me a alma, com intensidade. Algo inusitado, extasiante, ao longo dos então vinte anos de vida.

Até hoje, em 2020: 60 ANOS de Brasília, Capital do Brasil e do Milênio.

Vivi o TUDO!...

A VELHICE DO TEMPO. O TEMPO DA VELHICE

Agnês de Lima Leite⁹

O acadêmico e escritor Eugênio Giovenardi¹⁰ publicou, em janeiro de 2020, seu vigésimo terceiro livro: *A velhice do tempo. O tempo da velhice*.

A obra está dividida em duas partes: a velhice do planeta, do universo e do maior acontecimento milagroso da natureza – a vida. A segunda parte é dedicada ao passado. No Posfácio do livro, o autor relaciona amigos especiais, antigos e contemporâneos, que o acompanharam ou ainda o acompanham na trajetória existencial.

Só para ser diferente: a matéria desta Resenha é, na realidade, uma entrevista em que o Acadêmico Eugênio Giovenardi responde a minhas indagações. Vamos às perguntas e às respostas, leitor amigo.

ALL – A obra *A velhice do tempo. O tempo da velhice* é a biografia do autor?

EG – É a biografia do tempo. É um mergulho silencioso nas águas profundas da natureza. É a concepção e a apreciação da vida ao longo do tempo. É a percepção do universo no espaço infinito antes e depois do aparecimento da vida. O surgimento da vida num pequeno planeta do

⁹ Secretária-Executiva do Instituto, onde trabalha há 25 anos. Licenciada em História pelo Centro Universitário de Brasília–UniCEUB.

¹⁰ Eugênio Giovenardi, é filósofo, teólogo e sociólogo. Tem 23 livros publicados. Recebeu o Prêmio Açorianos de Literatura, em 2003, em Porto Alegre/RS. Dedicou-se à ecossociologia e à regeneração do Cerrado. Consultor aposentado da Organização Internacional do Trabalho. É acadêmico do Instituto Histórico e Geográfico/DF, da Academia de Letras do Brasil e membro da Associação Nacional de Escritores.

universo é inexplicável. A vida, portanto, é um milagre da natureza. Todos os seres vivos são frutos do milagre. Na concepção ontológica todas as vidas integram o mesmo tronco original e estão unidas pela interdependência. O surgimento milagroso da vida trouxe em sua conformação a contrapartida da morte individual e do desaparecimento de espécies ao longo do tempo, da evolução e da capacidade de adaptação ao meio diante das mudanças físicas, orgânicas e climáticas.

ALL – Como surgiu esse tema? Que importância tem a velhice em sua vida?

EG – Tudo me diz que vivemos num planeta velho e num universo que sequer tem data de início. Tudo está em bilhões de anos. Em algum momento desses bilhões, apareceu a vida e, no conjunto da biodiversidade, lentamente, em longa e sofrida evolução, chegamos nós.

ALL – O encontro histórico do *homo sapiens* com os Neandertais parece tê-lo impressionado a ponto de haver visitado, na Espanha, o cenário onde se deu esse fato.

EG – É indescritível viver por alguns dias um fato que se deu há quase cem mil anos. Um momento no tempo em que dois grupos humanos se cruzam, com traços culturais diferentes, sem idioma comum, trocando informações genéticas. O *homo sapiens* enterrou os neandertais. Perguntei-me, então, quem enterrará o *homo sapiens*.

ALL – Que significa o passado para você? Apenas velhice?

EG – O tempo se apresenta, na percepção humana, em três estágios: passado, presente, futuro. Nossa glória está no passado, embora construído no presente. O futuro é uma ilusão de ótica. Ele só terá valor se encontrar espaço no passado. Não vivemos para o futuro. Vivemos o presente para arquivá-lo no passado. A história do presente fugaz, como já disse, é escrita com verbos no passado. O presente vive de nostalgias. O futuro é uma esfinge disposta a devorar os que negam o passado.

ALL – Como imagina a velhice do tempo diante de um universo sem data de início nem de fim?

EG – O tempo passado é representado pela contagem dos dias, dos meses, dos séculos ou de milhões de anos. Números são referências, convenções estabelecidas pelo *homo sapiens* para situar-se no universo e relacionar-se com a natureza. A concepção de tempo se relaciona com a percepção da existência, permanência e durabilidade dos seres vivos, das coisas, dos fatos, e dos acontecimentos. Nossa percepção põe a vida, as coisas e os fatos em três dimensões: o antes, o durante, e o depois. O realizado, o realizando e o realizável imaginário. A contagem do tempo se relaciona com o espaço onde os fatos acontecem. Lá, aqui, agora.

ALL – Por que o passado é tão importante?

EG – A característica do passado é sua imutabilidade. Fatos aconteceram. Foram registrados no espaço e no tempo. Sua memória, no universo, não se apaga. As galáxias têm sua história mesmo que o *homo sapiens* não a conheça. A vida surgiu das águas do planeta Terra há incontáveis bilhões de anos. As espécies vivas se multiplicaram e diversificaram num processo contínuo de evolução. De simples células e de sua capacidade de multiplicação, ao longo de milênios, a diversidade de vidas, a biodiversidade culminou nos hominídeos. A unicidade da vida se consolidou na interdependência sistêmica de todos os seres vivos. As vidas se alimentam de vidas.

ALL – Você aponta alguns comportamentos do *homo sapiens* que podem modificar as condições de vida para ele e para todos os seres vivos do planeta.

EG – Todos os seres vivos deixaram e deixam sua marca e os vestígios de sua passagem. Muitas espécies desapareceram ou desaparecerão nas conturbadas mudanças climáticas de nosso planeta e na competição pela sobrevivência de cada ser vivo. O encontro do *homo sapiens* com o grupo hominídeo dos Neandertais, há algumas centenas de milhares de anos, é a

gênese de um novo livro que o planeta Terra nos deixou para ler, reler e pensar. O *homo sapiens* é apenas um novo capítulo da história do universo sem data marcada para terminar.

ALL – Você parece implicar com os bilhões que definem a velhice do universo. Como se referir ao tempo sem números?

EG – A velhice do tempo se resume no ser e no deixar de ser. Nada se sabe sobre o ponto inicial da linha do tempo. A contagem do tempo é uma sacada genial da espécie humana. Estabeleceu-se um ponto inicial fictício de onde partiram os números. A descoberta da matemática, a figuração dos números e o jogo quase infinito das quatro operações resultaram no absurdo dos números negativos e à loucura dos percentuais. A matemática é a maior invenção do cérebro humano. Na Grécia, no século V a.C., os pitagóricos afirmavam que os “números governam o mundo”. No século XXI, são os percentuais que dominam o mundo das comunicações. Uma simples notícia é precedida de um percentual.

ALL – A nossa velhice também é contada em números.

EG – Sim. Mas o que são 86 anos diante de bilhões? A velhice dos seres vivos, segundo os números representam, é a infância da velhice do universo. Só o *homo sapiens* conta sua velhice em números. Usa-se a matemática e o infinito dos números para contrabalançar o infinito do universo. O infinito do tempo, porém, ironiza a tentativa de encurralá-lo nos limites dos bilhões. O passado do universo é o cenário da curta história de cada ser vivo. É nele que realmente o *homo sapiens* pode observar, compreender e relacionar. O passado não se extingue. É o que aconteceu. Pode-se interpretar o passado ao talante de qualquer estudioso. O fato real como aconteceu é imutável. Podem-se derrubar estátuas, remover esculturas, apagar fotografias, mas tudo o que elas representam fica no passado. O passado é um cemitério inamovível onde repousam todos os fatos para serem recordados, visitados, compreendidos, julgados, condenados ou inocentados. Mas não extintos.

ALL – Qual a relação da vida humana com todos os demais seres vivos? Temos algum parentesco?

EG – A história humana se relaciona com todos os seres vivos, imersos num espaço sideral sujeito a mudanças governadas por leis físicas imutáveis. Nosso berço original comum é o brejo, nos lembra Darwin. Nossa origem é plebeia. Somos interdependentes. Sem as árvores, os pássaros e as girafas a vida do *homo sapiens* perde a essência da poesia existencial. As causas da extinção de inúmeras espécies ainda se ocultam por trás de fenômenos naturais regidos por leis físicas. A extinção de milhares de vidas que compõem, com o *homo sapiens*, a biodiversidade planetária tem, hoje, a marca da imprudente mão humana.

ALL – Qual é o futuro da espécie humana?

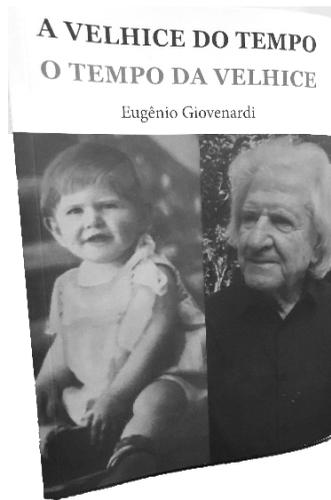
EG – A sobrevivência do *homo sapiens* dependerá de seu bom senso, de sua prudência e de sua compreensão do universo. É na velhice, carregada de sonhos, ideais, feitos, esperanças e decepções que o ser humano percebe a irreversibilidade do tempo, o milagre da vida e a ignorância de seu destino.

ALL – Que menciona de essencial em seu passado?

EG – Um caminho andado durante 52 anos com minha mulher e amiga Hilka, que me deu uma filha, Aino Alexandra, de quem vieram duas netas, Luiza e Laura. E juntos, salvamos 700 mil metros quadrados de Cerrado, no Planalto Central, da exploração imobiliária e da extinção da biodiversidade.

ALL – Você viveu em vários países. Que cidades o fascinam?

EG – Brasília, Bogotá, Paris.



BIBLIOGRAFIA

GIOVENARDI, Eugênio, *A Velhice do Tempo. O Tempo da Velhice*.
Goiânia: Kelps, 2020.

“O futuro não existe, vive-se um presente fugaz e nossa história é escrita com verbos no passado perfeito ou mais que perfeito.”

SÉRIE: DUZENTOS ANOS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Bernardo Felipe Estellita Lins¹

Dentro do contexto de preparação das efemérides do Bicentenário da Independência do Brasil, cujo ápice dar-se-à em 2022, a Câmara dos Deputados vem lançando, gradualmente, uma série de livros de autoria do nosso confrade Acadêmico José Theodoro Mascarenhas Menck, referentes aos duzentos anos de alguns episódios que terminaram por conduzir o Brasil à sua plena emancipação política.

O projeto editorial foi concebido em 2008, sob a presidência do Deputado Arlindo Chinaglia, quando a Câmara dos Deputados comemorou o Bicentenário da Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil.

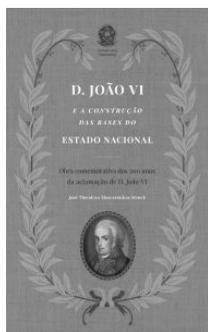
Evento único na história e que indubitavelmente catalisou a série de acontecimentos que nos levariam, alguns anos depois, à nossa independência.

Entre as realizações, houve o lançamento da publicação 2º centenário da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil: registros da visita oficial do Presidente da Assembleia da República de Portugal à Câmara dos Deputados, coordenada e revisada por nosso acadêmico, recordando o desembarque de D. João em território brasileiro.

Em 2017, já sobre a presidência do Deputado Rodrigo Maia, iniciou-se a publicação da série relacionada aos Duzentos Anos da Independência. O primeiro volume, D. Leopoldina: Imperatriz e

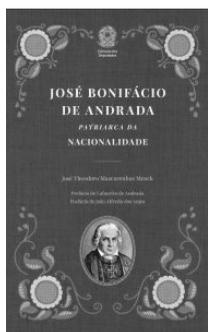
¹ Acadêmico ocupante da Cadeira 43, patroneada por Roberto Simonsen, na qual tomou posse em 11 de março de 2019

Maria do Brasil, recorda os duzentos anos do desembarque de D. Maria Leopoldina na então sede do Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse livro, nosso colega acadêmico Menck, a par de escrever uma breve biografia de nossa primeira Imperatriz, recorda sua conversão à causa do Brasil, bem



como toda sua enorme e determinante contribuição para a Independência de nossa pátria. O texto esboça um retrato psicológico da princesa austríaca, revelado por suas cartas, e esmera-se em detalhar o processo político subsequente ao retorno de D. Joao VI a Portugal, dando justo destaque ao arguto papel de D. Leopoldina nos bastidores da construção da nossa Independência. Retrata, enfim, seus últimos meses de vida e as tristíssimas circunstâncias de seu falecimento, com apenas 29 anos.

No ano seguinte, 2018, a Câmara dos Deputados lançou o livro D. João VI e a Construção das Bases do Estado Nacional, também



assinado por Menck, que recorda os duzentos anos da Aclamação de D. João VI como Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nunca é demais recordarmos que a Aclamação de D. João VI, ocorrida no Rio de Janeiro em 1819, foi um evento singular na história: um monarca europeu sendo aclamado na América. Menck aproveitou a ocasião para recordar em seu livro o amor de D. João pelo Brasil, bem como a sua ingente obra legislativa e administrativa, fundamental para a construção das bases do Estado Nacional brasileiro.

Em 2019, por ocasião dos duzentos anos do retorno ao Brasil do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva, Menck preparou

mais um volume da série, dedicado à biografia da singular personagem que era o Patriarca de nossa Independência. José Bonifácio de Andrada: Patriarca da Nacionalidade objetivou recordar a imprescindível contribuição do grande brasileiro para a consolidação de nossa emancipação política, bem como de nossa integridade territorial. Aspectos menos conhecidos da sua vida, como sua carreira acadêmica e suas contribuições à mineralogia, surpreenderão alguns leitores.

Neste ano de 2020 temos a comemoração dos duzentos anos da eclosão da Revolução Constitucionalista do Porto. Por conseguinte nova publicação da série está no prelo das Edições Câmara, desta vez um livro que agrega contribuições de vários autores, sob a coordenação do nosso colega acadêmico.

Antecipando alguns elementos desse novo volume, lembremos que a Revolução Constitucionalista do Porto de 1820, ainda que ocorrida na Europa e pouco lembrada no Brasil, é, sim, parte integrante da nossa história. Os eventos que levaram à explosão do movimento revolucionário em Portugal é, também, parte da história do Brasil. Éramos integrantes de um mesmo reino e o caminho escolhido pelos portugueses, de buscar a prosperidade pretérita pela retomada de uma política colonial, em detrimento do Brasil, terminou por desatar os vínculos que nos mantinham unidos a Portugal.

A série representa uma importante contribuição para a já rica literatura a respeito da nossa Independência. Da leitura desses textos depreende-se a visão de Menck sobre o caráter cumulativo das contribuições de diversas personagens para a construção da nossa emancipação. A Independência foi fruto de uma série de atos que foram se somando ao longo do tempo e que terminaram por



convencer os portugueses nascidos na América da inviabilidade da manutenção dos vínculos com a porção europeia da monarquia dos Bragança. A complexidade do processo histórico é revelada, passo a passo, esses textos agradáveis e informativos, registrando não apenas os dilemas vividos pela população e pela elite do país que então se formava, mas também os méritos de mulheres e homens extraordinários que, chamados à linha de frente do embate político, construíram de modo deliberado a nação que chamamos de pátria.

A série convida o leitor a se aprofundar no conhecimento da nossa História e a constatar que um país é obra não apenas coletiva, mas, igualmente, fruto do labor, das aspirações e das lutas de várias gerações de pessoas destacadas.

A Câmara dos Deputados tem realizado, a cada ano, exposições sobre os mesmos temas dos livros e o lançamento de uma série postal que comemora as efemérides correspondentes. Em um momento de profundas clivagens ideológicas e de questionamentos que afetam nossa percepção de soberania e de união nacional, é uma contribuição particularmente bem-vinda.

BIBLIOGRAFIA

MENCK, José Teodoro Mascarenhas. *D. Leopoldina, Imperatriz e Maria do Brasil*. Brasília: Edições Câmara, 2017.

MENCK, José Teodoro Mascarenhas. *D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional*. Brasília: Edições Câmara, 2018.

MENCK, Teodoro Mascarenhas. *José Bonifácio de Andrada: patriarca da nacionalidade*. Brasília: Edições Câmara, 2019.

O SERTÃO ANÁRQUICO DE LAMPIÃO

Hugo Studart²

Já lá se vão 25 séculos – desde que Heródoto foi renegado por seu discípulo Tucídides – que perdura a velha discussão teórica sobre como devem ser, afinal, os limites entre a escrita literária e a narrativa histórica. Heródoto, considerado o Pai da História, interpretava, opinava, e se posicionava no contexto, deixava fluir suas próprias impressões. Escrevia com paixão e apresentava, sem qualquer pudor, sua visão pessoal sobre gregos e persas. Esmerava-se ele em tecer uma narrativa inspirada, literária, e considerava as crônicas e os mitos épicos fontes históricas dignas de consideração, ecos de um passado a ser estudado. Heródoto foi o primeiro a ver o passado dentro da perspectiva filosófica, histórica e política, não apenas factual.



Tucídides, por sua vez, autor do clássico *História da Guerra do Peloponeso*, denunciava a fragilidade da memória, tanto a sua quanto a de terceiros. Para ele, lembranças e testemunhos devem ser condenados à relatividade da memória e à subjetividade das opiniões pessoais. Rejeitava, com veemência, sobretudo, as crônicas, as lendas e os mitos forjados pelo imaginário popular em torno de determinados personagens históricos. *Mutatis mutandis*, para

² Ocupante da Cadeira 47, patroneada por José Ludovico de Almeida; é membro, também, da Academia de Letras de Brasília; jornalista, professor universitário, mestre e doutor em História.

Tucídides, como rege hoje a máxima do jogo do bicho, só vale o que está escrito. Ele defendia a ideia de que os fatos falavam por si e o resto seria logro. Por isso, o discípulo acusou de imprecisa a obra do próprio mestre. Ficou com a última palavra por mais de dois milênios.

Essa velha discussão retornou no século XIX, o Século das Ciências, quando Augusto Comte e seus positivistas rejeitaram a Filosofia da História proposta por Hegel e os historiadores pensaram que poderiam transformar a História numa ciência tão precisa e previsível quanto a Física e a Matemática.

A ordem do dia passou a ser construir uma História meramente factual, com nomes, datas e acontecimentos precisos. Obviamente calcada em documentos oficiais. O marxismo apareceu um pouco depois, mas ascendeu quase simultaneamente, e buscou igualmente ressignificar a Filosofia da História hegeliana.

Marx também pregava uma História “científica”, só que baseada na indefectível luta de classes. Em conclusão, nos finais do século XIX tentou-se consolidar a autonomia da historiografia em face à filosofia (e à teologia) e afirmar o seu cariz científico, através de um método crítico, apto a estabelecer a objetividade dos fatos e a tornar o autor “ausente” da sua narração.

* * *

Saltemos no tempo e no espaço para apresentar aos senhores, prezados leitores, a obra *O Sertão Anárquico de Lampião*, do professor Luiz Serra. Seria ele um escritor ou um historiador? Em outras palavras, sua obra seria literatura ou história? Trata-se de um livro escrito com paixão, na qual o autor apresenta, sem qualquer pudor, sua visão pessoal sobre o sertão de Lampião, “anárquico”, de acordo com sua interpretação.

A narrativa está ambientada no início do Século XX, em um Brasil imerso nas brumas de um atraso ancestral, em que a república nascente pouco tinha de iluminista e os poderes, antigos e novos, se digladiavam em busca de consolidação, segundo apresentação da editora Clara Arreguy. No Nordeste, um mundo ensolarado, sem lei e sem Estado, coronelismo e cangaço ora se abraçavam, ora se engalfinhavam. Ecoava por toda parte o messianismo – sob as bênçãos do Conselheiro e de Padre Cícero ou sob as botas da Coluna Prestes.

Em *O Sertão Anárquico de Lampião*, Luiz Serra costura esses acontecimentos, retratando muitas histórias em uma e traçando o painel de um tempo de personagens míticos da história do país.

O autor esmera-se em tecer uma narrativa inspirada, literária, considerando as crônicas e os mitos épicos sobre Lampião e seu bando de cangaceiros, fontes históricas dignas de consideração, espera de um bom discípulo do mestre Heródoto, consegue nesta obra ver o passado dentro da perspectiva filosófica, histórica e política, não apenas factual.

Serra tenta encontrar no cipoal da História o espírito desse protagonista que resolvia as desavenças no braço e na bala. Os sertanejos daquele tempo, como bem lembra Maurício Melo Júnior na orelha da obra:

“eram homens embrutecidos pelo meio, um fenômeno que não se apegava apenas aos cangaceiros e aos soldados, mas também aos oficiais supostamente bem treinados pelas linhas do positivismo republicano, que o digam Moreira César em Canudos ou os revoltosos da Coluna Prestes”.

* * *

A construção narrativa de Luiz Serra está fundamentada, ontológica e epistemologicamente, na escola historiográfica dos Estudos da Cultura, cujos pressupostos começaram a ser formulados na década de 1920, na França, com a *École des Annales*,

sob a liderança de Lucien Febvre e Marc Bloch. A partir dos *Annales*, a historiografia começou a ser reinventada com vertentes mais flexíveis de análise, como a Nova História, a História das Ideias, e a das Mentalidades. A Nova História também passou a defender a relevância dos perdedores, dos pobres, dos personagens anônimos e dos anti-heróis. Os cangaceiros, por exemplo, encontram-se nesse escopo.

Se faço essa ligeira panorâmica preliminar sobre a transição da História monológica para a explicativa, é para ressaltar o fato de que recentemente, nos últimos trinta anos, a História vem dando uma grande guinada.

Influenciados pela Antropologia Cultural, historiadores ingleses e franceses reinventaram aquela Nova História imaginada nos primórdios do século XX, tão ofuscada pelo estruturalismo marxista, e lançaram os pressupostos para a criação de uma História Cultural.

Buscaram inspiração nos historiadores Febvre e Bloch, entre outros precursores. Também resgataram o pensador alemão Walter Benjamin, que já nas décadas de 1920 e 1930 – naqueles tempos de Lampião – andando na contramão do cientificismo, escrevia que memória, ficção, poesia, pintura, fotografia ou quaisquer formas de arte, incluindo o cinema, que ainda engatinhava, são relevantes fontes de estudo da realidade.

Assim como os *Annales*, Benjamin foi crítico ácido do historicismo positivista do século XIX e do modelo de escrita da História que privilegiava os documentos criados pelo aparato do Estado. Essencialmente, ele negou as possibilidades de uma História segundo a concepção historicista-positivista, representada pela célebre frase de Ranke – a tarefa do historiador seria, simplesmente, apresentar o passado “tal como ele propriamente foi”. Sua proposta é a de tecer

uma narrativa histórica inspirada na crônica cotidiana, que busca valorizar os pequenos e os vencidos.

A outra contribuição de Benjamin é a tessitura da trama, na qual propõe entrelaçar todas as fontes históricas disponíveis – tanto documentos oficiais quanto cartas, poesias, canções e narrativas orais que, algumas vezes, tangenciam a ficção. Benjamin, como Heródoto, defendia a narrativa oral e a crônica pessoal, fundamentando, assim, os pressupostos da História narrativa.

“O cronista é o narrador da História”, ensinou Benjamin.

Luiz Serra, tal qual o cronista benjaminiano, é um narrador da História.

* * *

Registro, ainda, que os historiadores da Cultura buscam o diálogo permanente com as narrativas, as tradições, os mitos e os símbolos, em especial com os estudos das Representações e do Imaginário. Como aquelas representações sobre Lampião e seu bando registradas nos cordéis populares tão recitados nas feiras do sertão nordestino.

Outros, como o francês Paul Ricœur – este, uma estrela maior do pensamento do século XX –, vão buscar as fontes de informação na memória e nos símbolos, e apontam uma aproximação entre história e literatura. Ricœur, como Benjamin, abandona a concepção da história dita “científica” para defender a narrativa poética e ficcionista.

Ricœur também lembra que os historiadores, tal qual os narradores orais medievais, tecem uma trama de acordo com a sua visão pessoal do que venham a ser a realidade e os fatos. Ao fazer a defesa da narrativa para a tessitura da história, Ricœur propõe rever a concepção do que sejam “verdade” e “realidade” para poder ver o que está por trás das narrativas ficcionais. Assim, as narrativas

passariam a oferecer possibilidades de experiências do tempo que não resistem à linearidade.

O filósofo defende a ideia de que o entrecruzamento da narrativa histórica com a ficção configura nossa própria experiência, ou seja, constitui nossa própria “identidade narrativa”, que tem uma dimensão que não é estritamente veraz, mas a dimensão de elementos fictícios e de construção poética.

Assim, história e literatura se aproximam, pois ambas emergem da memória e trabalham com a narrativa. Mas o pensador faz uma distinção entre os dois campos:

“A ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. (...) O grande historiador é aquele que consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a história”.

* * *

Isso posto, torna-se possível asseverar que estamos diante de um “grande historiador”, segundo o conceito de Ricœur, pois Luiz Serra “consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a história”.

Confirmam os senhores, prezados leitores, com os seus próprios olhos.

BIBLIOGRAFIA

SERRA, Luiz. *O Sertão Anárquico de Lampião*. Brasília: Outubro Edições, 2016.

MACUNAÍMA, ROPICAPNEFMA

Hugo Studart³

Tomo como pressuposto, líquido e certo, que todos os senhores, prezados leitores, já conhecem a expressão “homem cordial”, conceito formulado pelo mestre Sérgio Buarque de Holanda na obra *Raízes do Brasil*, um dos clássicos da História do Brasil, cuja primeira edição foi lançada em 1936. Este conceito, esclareça-se, já provocou por demais polêmica em nossa historiografia. Isso porque, logo após a publicação daquele livro, o poeta e ensaísta Cassiano Ricardo, ícone dos modernistas de tendência nacionalista, interpretou o conceito como sendo do homem bom, cortês, polido, gentil, afável, avesso a soluções bélicas e sangrentas – que se contrapõe ao homem mau, violento e indisciplinado. Tal interpretação terminou por ser reproduzida em inúmeros livros didáticos, por décadas, criando uma autoimagem decerto reducionista do brasileiro.

Somente em 1948, mais de uma década depois da publicação de *Raízes*, Sérgio Buarque de Holanda publicou carta ao colega retificando tal interpretação, iniciando um debate com o poeta Cassiano, em missiva virulenta, “esgrima literária”, como o próprio protagonista definiu. Sérgio acusou o colega de “preguiça ou inépcia”, e sugeriu retratação. Explicou que, em verdade, não acreditava muito na “tal bondade fundamental dos brasileiros”, e que usou termo “cordial” não associado à palavra bondade, mas ao coração:

Nem falei em bondade como excluindo inimizade, mas como antítese de ódio. Ora, bondade, de fato, não exclui inimizade, mas tem como antítese a maldade e não o ódio. E este, por sua vez, pode

³ Jornalista, professor universitário, mestre e doutor em História; é ocupante da Cadeira 47, patroneada por José Ludovico de Almeida; membro, também, da Academia de Letras de Brasília.

contrapor-se ao amor, não à bondade. Mas justamente neste ponto será preciso ultrapassarem-se as fronteiras da ética (...) Precisaréi recorrer ao dicionário para lembrar que essa palavra – cordial –, em seu verdadeiro sentido, e não apenas no sentido etimológico, como você quer presumir; se relaciona a coração e exprime justamente o que eu pretendi dizer. Como além disso se acreditou, mal ou bem, que o coração é sede dos sentimentos, e não apenas dos bons sentimentos, minha nova explicação, ao lembrar que a inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que numa e outra nascem do coração ⁴.

Mesmo depois de tamanhas explicações, setores do pensamento brasileiro, tanto à direita quanto à esquerda, continuaram a interpretar o conceito de Sérgio Buarque de modo diverso. Talvez por mero equívoco, talvez por apropriação indébita. É verdade que a ideia do “homem cordial” é passível de acolher as mais variadas interpretações. Mas para o pai da ideia, “cordial” é, essencialmente, a pouca recorrência à racionalidade. Cordial porque coloca o sentimento no lugar da razão nas suas visões de mundo, das relações sociais, econômicas e de poder.

O objetivo desta breve história preliminar é ressaltar a relevância do amor ao estudo da linguagem em fontes escritas, aquilo que a Academia conceitua como Filologia. Essencial na linguística, a busca pela compreensão do real sentido das palavras é igualmente importante para a Literatura, como também para todas as demais

⁴ A carta encontra-se reproduzida, como anexo, na 23ª edição de Raízes do Brasil, da José Olympio Editora, 1991, pág. 143 a 146. Em 1997, Raymundo Faoro ainda debatia a polêmica, em texto sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda. FAORO, Raymundo. “Sérgio Buarque de Holanda: analista das instituições brasileiras”, in CÂNDIDO, Antônio (Org.). Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

ciências, sobretudo as Humanas, a começar pela Filosofia e pela História. No caso do conceito supracitado, “homem cordial”, a polêmica se deu quando mestre Sérgio fez uso da Filologia na fundamentação de um novo conceito para a interpretação de nossas raízes históricas – enquanto o mestre Cassiano, tomado de entusiasmo cordial (de *cor*, coração), enveredou por interpretações ideológicas, que muito convinham ao Movimento Modernista, do qual fazia parte.

Em outra obra que ora lhes apresento, uma coletânea de ensaios sobre algumas “estranhezas na língua portuguesa e outros assuntos”, o filólogo Tarcízio Dinoá Medeiros adentra-se em um fascinante “entrelugar” – conceito este cunhado pelo filósofo indobritânico Hommi Bhabha para definir um local onde diferentes culturas disputam seus espaços; algumas se impondo e deixando seus valores disseminados, outras, resistindo, sem, contudo, jamais haver total hegemonia.

Em outras palavras, ao nos adentrarmos pelas próximas páginas, ora pensamos estar diante de uma obra de Filologia; ora, de um livro de História; por vezes, de um ensaio filosófico; em outros momentos, temos a certeza de estar diante de uma narrativa literária de primeira. Todos os textos, contudo, são de um rigoroso conteúdo pedagógico. A título de exemplo, cito o seu “Gallus: surgimento e evolução das línguas românicas..

Originalmente um estudo de Filologia, o autor acabou por produzir um entrelugar histórico, teológico e até épico sobre essas aves há milênios disseminadas nos quintais da humanidade: os galos e as galinhas – que ele levou, pessoalmente, para doar aos índios ianomâmis, nas margens do rio Catrimâni, em Roraima.

O mesmo pode se afirmar sobre os demais ensaios adiante expostos, a começar por aqueles que dão título a outra obra, “Macunaíma”, no qual relata como e porque Mário de Andrade acabou por errar na grafia do nome de um mito indígena de

Roraima, Macunaima (pronuncia-se sem acento agudo, como Roraima); e, ainda, “Ropicapnefma”, título original de uma obra de João de Barros, considerado o Pai da História de Portugal e, simultaneamente, um dos primeiros gramáticos da nossa língua.

“Ropicapnefma” é uma composição inventada por Barros a partir de duas palavras gregas: *ropikón* (miudeza, ninharia) e *pneuma* (espírito, sopro). Trata-se de uma obra no qual sugere pequenos hábitos e rituais cotidianos para a prática espiritual. O próprio Barros traduziu “Ropicapnefma” como sendo “mercadoria espiritual”. Pois nosso filólogo, tal qual um aspersor de ácido sulfúrico, não se constrange em criticar o gramático lusitano, informando que ele “embaralhou plural com singular e neutro com masculino”, e criou um título “inestético, esdrúxulo”, um “monstrengo”, um “completo disparate”.



Os demais ensaios são igualmente curiosos, como aquele que trata da *ubiquidade*, expressão derivada do advérbio latino *ubi*, tratada por leigos como onipresença. Ao entrelaçar sua erudição clássica com o talento narrativo, Tarcízio nos presenteia com um ensaio teológico que decerto Agostinho, caso tivesse usufruído da sorte grande de ser um de seus leitores, incluiria entre os tais Mistérios Gozosos.

* * *

Tal qual sua trajetória de vida, toda a obra de Tarcízio Dino Medeiros trafega entre o sagrado e o profano. Nascido em 1939, em Patos, sertão da Paraíba, com doze anos entrou para o seminário. Foi então iniciado nos mistérios da disciplina, da gramática, do latim, do grego e, obviamente, da Filosofia.

Queria ser monge. Aos 18 anos, foi ungido com um chamado para o Mosteiro Cisterciense de Santa Cruz, em Itaporanga, São

Paulo. O noviço recebeu sua tonsura e, por dois anos, manteve seus votos de castidade, pobreza, conversão dos costumes e estabilidade monacal. Estudou Filosofia, dentro da linha aristotélico-tomista, em livros escritos em latim.

Até que um dia, aos 21 anos, um chamado à vida profana levou-o a trocar o monastério pelo curso de Economia na Universidade Católica de Recife. Logo passaria no concurso para Agente Fiscal, transformado depois para Auditor da Receita Federal. Foi assim que o ex-monge, discípulo da lógica desconcertante de Tomás de Aquino, acabou tributarista. Trata-se, há de se ressaltar, de um executivo e estudioso da administração tributária de mão cheia, autor de livros, artigos e conferências sobre o tema, representante do Brasil em 28 encontros internacionais em países como Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Chile, Equador, Espanha, Holanda, Jamaica, Japão, Panamá, Peru, Portugal, República Dominicana, Taiwan, e até Venezuela – em vários deles esteve mais de uma vez.

Tarcízio teve uma carreira brilhante como administrador tributário. Chegou a ser Secretário-adjunto da Receita Federal, cargo máximo que se pode almejar, posto que o de Secretário é função eminentemente política. O Adjunto é aquele que de fato e de direito administra toda a estrutura do órgão no Brasil. Assim, do fim da década de 1980 até a metade da década de 1990, quando se aposentou, ele foi adjunto de nada menos que de seis Secretários da Receita Federal.

Casado desde 1965 com a roraimense, administradora e fazendária Ana Tereza de Oliveira Medeiros, dona Teca, pai de duas filhas lindas e de um filho bem sucedido, nosso filólogo é um fiel representante do homem-cordial – mas na interpretação popular do poeta Cassiano Ricardo.

Curiosamente, tem um jeitão sertanejo e tende a um cacto, seco e áspero – parafraseando Manuel Bandeira.

Contudo é bom, cortês, polido, gentil, afável – conforme as palavras de Cassiano.

No tempo presente, Tarcízio tem uma forte tendência ao sagrado, muito mais do que ao profano. Para começar, foi o Presidente da Associação dos Cavaleiros da Ordem Soberana de Malta de Brasília e Brasil Setentrional – a Ordem é a mais antiga instituição filantrópica do mundo, fundada nos tempos das Cruzadas para dar assistência médica aos soldados, e diretamente ligada ao Vaticano. Também foi presidente da Academia de Letras de Brasília, função que lhe emprestou forte ascendência sobre os principais nomes das letras e da cultura da capital. É, ainda, um dos mais antigos e influentes acadêmicos do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Por fim, filólogo, escritor, ensaísta – tudo em uma só pessoa.

* * *

Reza a lenda, cantada em verso e prosa entre as famílias da região do sopé da Serra da Borborema, que um pouco antes de deixar o sertão rumo ao vasto mundo amazônico, Tarcízio Dinoá Medeiros foi chamado por uma sua tia. Ela queria dar-lhe relevantes conselhos.

Primeiro, que nunca ele cobiçasse a mulher alheia. Também, que jamais brigasse com soldado de polícia. Por fim, aconselhou a sábia senhora, aonde chegasse nunca dissesse logo que era da Paraíba.

– Ora, por quê?

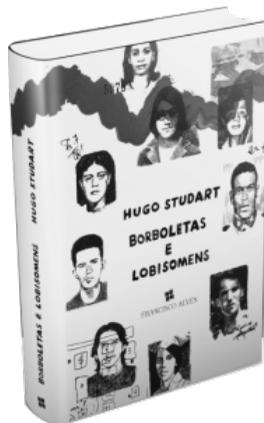
– Para que ninguém sinta inveja ou fique humilhado.

E assim, prezados leitores, apresento-lhes um filósofo, um filólogo, um administrador tributário, um escritor, um homem cordial e paraibano – tudo em uma só pessoa. Mas, por favor, não sintam inveja.

A GUERRILHA DO ARAGUAIA POR UM EXPERIENTE JORNALISTA

Paulo Roberto de Almeida⁵

Uma das maiores tragédias da história política brasileira recente, ao lado de episódios de guerrilha urbana do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 – embora rapidamente desbaratados pela repressão impiedosa do regime militar –, foi constituída pela incursão do PCdoB, segundo uma estratégia maoísta de “guerra popular” nas selvas do Araguaia, objeto de um minucioso e relevante relato histórico pelo jornalista Hugo Studart, resultado de tese de doutoramento no Departamento de História da UnB. Além de ter honesta e objetivamente reconstituído essa loucura militar do PCdoB, seu relato precisa servir de denúncia dessa iniciativa insana dos dirigentes maoístas brasileiros, uma vez que ela levou jovens idealistas das cidades a uma morte estúpida nas matas da Amazônia.



Antes dela, na impossibilidade de reprodução de uma insurreição ao estilo castrista da Sierra Maestra, dirigentes comunistas de outras tendências, seguidos por jovens revolucionários das grandes metrópoles, já se tinham lançado na aventura da guerrilha urbana, sem muita estratégia e quase nenhuma tática, a não ser os canhestros assaltos a bancos, ataques a

⁵ Acadêmico, ocupante da Cadeira 4, patroneada por Tobias Barreto. Diplomata; professor no Centro Unversitário de Brasília–Uniceub. É profundo conhecedor da historiografia das relações internacionais do Brasil,

quartéis, alguns sequestros de diplomatas e de aviões, e uns poucos deploráveis assassinatos de pessoas, rapidamente aproveitados pelo regime militar para apegar-lhes o rótulo de “terrorismo”. Tudo isso ajudou ao endurecimento do regime, pela via do AI-5. A guerrilha urbana e alguns poucos focos esparsos foram expedita e duramente reprimidos pelas forças da repressão, tomadas de surpresa no início do processo, mas rapidamente organizadas sob comando militar e muitos apoios em setores das elites econômicas.

O episódio amazônico constituiu a segunda vez na história das Forças Armadas, depois de Canudos, em que elas tiveram de organizar expedições sucessivas de suas tropas para debelar focos reduzidos de “combatentes inimigos”, fracamente armados, mas que aparentavam representar um grande perigo para o regime. Ambos os episódios foram tragédias sociais, mas pode-se considerar aquele primeiro apenas o fruto de equívocos de interpretação de uma república “jacobina”, enfrentando o que seria a sua “Vendeia”, segundo as leituras francesas de um Euclides da Cunha. O segundo não: foi uma tragédia evitável, e cabe aqui responsabilizar direta e totalmente a direção irresponsável do PCdoB pelo imenso crime perpetrado contra um punhado de militantes idealistas, imaginando participar de um grande empreendimento de resgate social, e justiceiro, do pobre povo do interior, numa reprodução quixotesca do que teria sido a “guerra camponesa” de Mao Tsé-tung, então no auge do um prestígio inteiramente indevido, pela “revolução cultural” que ele tinha deslanchado para livrar-se de adversários no Partido Comunista Chinês.

Como se depreende do detalhado relato histórico feito por Studart, o PCdoB não foi devidamente responsabilizado pelo crime cometido não apenas contra os pobres camponeses da região, mas sobretudo contra os seus próprios militantes enganados por uma direção dogmática, míope, absolutamente delirante em seus projetos de reproduzir a marcha de uma já mistificada “revolução

camponesa” ao estilo chinês. Acresce que os dirigentes do PCdoB jamais fizeram um estudo aprofundado sobre uma região desprovida de condições mínimas de sobrevivência para os simples rurícolas, no estado normal de penúria que sempre foi a norma naquelas paragens, ainda mais para jovens urbanos de classe média, completamente desacostumados às durezas da agricultura de subsistência, extremamente primitiva, que caracterizava o imenso hinterland do Brasil. Não contente em enganar aqueles jovens, a direção do PCdoB ainda deixou-os entregues à própria sorte, totalmente desprovidos de meios para enfrentar as forças organizadas do Exército brasileiro, que ainda tatearam duas vezes, antes de se lançarem no trágico desfecho final, feito de violência excessiva e muitas ilegalidades, e mesmo de crimes contra a humanidade (eliminação de combatentes rendidos, por exemplo), perpetrados em nome do Estado ou sob a responsabilidade deste.

Como no caso do enfrentamento contra a guerrilha urbana, as forças de repressão cometeram crimes horríveis – torturas, assassinatos, eliminação de alvos escolhidos, desaparecimento de cadáveres –, o que se reproduziu em outra escala, e estilo, nas selvas do Araguaia. Um crime maior, porém, de natureza política, de âmbito militar, e de dimensões históricas, foi cometido por aqueles dirigentes comunistas, de quase todos os movimentos de resistência armada, que resolveram travar uma “guerra” contra um inimigo que eles julgavam frágil, podendo ser abatido por alguns golpes “certeiros”, que apressariam a revolta das “massas trabalhadoras” e a derrocada de uma ditadura supostamente acuada pela crise econômica e pelas “contradições” de um regime capitalista periférico, submetido às “pressões imperialistas”. Quando se lê, hoje, os poucos manifestos, documentos programáticos e outros boletins “táticos” produzidos pelos dirigentes desses movimentos armados, impossível não ficar estupefato ante o imenso festival de equívocos políticos, de monumentais erros estratégicos, de total inconsciência

social e de inconsistência intrínseca nessas peças de puro delírio sectário, que ainda assim ganhavam adeptos entre jovens revoltados contra a ditadura militar.

Ao PCdoB, tanto quanto às Forças Armadas, e talvez até mais do que a essas, devem ser imputados a responsabilidade material e a condenação política da História, pela tragédia que foi a guerrilha do Araguaia, um delírio tão grande dos seus dirigentes, que nem mesmo os supostos aliados do PCC pretenderam sequer dar algum sinal de apoio concreto ao aventureirismo, a não ser algumas poucas emissões radiofônicas a partir da China e logo depois da Albânia. Esse julgamento ainda não foi feito, pelo menos não em toda a sua extensão, pois o PCdoB continua existindo como o legatário de uma aventura alucinante, pouco conhecida pela maioria da população, mas em relação à qual ele ainda pretende classificar como exemplo de “resistência popular” contra a “ditadura militar”, quando tudo não passou de uma tragédia dispensável.

Como se pode concluir da leitura da obra de Hugo Studart, apoiada em profunda pesquisa nos documentos e em depoimentos de sobreviventes e familiares das vítimas, um tribunal da História ainda aguarda o PCdoB.

O livro, magnificamente construído segundo as melhores técnicas da história oral, e que adota o rigor metodológico dos melhores manuais da historiografia, focaliza cada etapa dessa tragédia brasileira, segue o itinerário individual de cada um dos embrenhados na selva, conversa com seus familiares e amigos, e desvenda o comportamento indigno, a ação irresponsável e até hoje desprovido de uma avaliação independente, dos dirigentes do PCdoB que montaram o cenário de uma aventura de antemão condenada ao fracasso e depois se escafederam nos desvãos do drama.

FILOSOFIA E DIREITO – DIREITO E FILOSOFIA

Tarcízio Dinoá Medeiros ⁶

No ano passado, foi lançado por Ronaldo Poletti, presidente do nosso Instituto Histórico e Geográfico, o livro com o título acima indicado e que classifico de excelente.

Conhecido, lido e admirado nos meios jurídico e universitário, não só do Brasil, mas, também, em outros países, o Professor Doutor Ronaldo Poletti não é noviço nem iniciante na arte de bem escrever, com precisão, fôlego e talento sobre assuntos que têm, como fundo, o Direito, sob vários aspectos, mas sempre visto sob o prisma de pregação da Verdade.

Efetivamente, ele tornou-se conhecido no meio jurídico pela qualidade de sua dezena de livros (alguns com mais de uma edição) e de, pelo menos, três dezenas de artigos e palestras sobre aspectos do Direito, não só proferidas no Brasil como também no exterior.

O seu abrangente e perfeito *Filosofia e Direito – Direito e Filosofia*, tenho certeza, está destinado a ser utilizado como fonte de informação e de aprimoramento para obtenção da melhor e mais completa formação intelectual filosófico-jurídica de professores e estudantes de Direito ou de Filosofia, ou, simplesmente, para alargamento e embasamento da cultura dita humanística.

E, claro, esse é um livro, também, utilíssimo para os observadores e os estudiosos de mente isenta que analisam os sistemas políticos quanto a suas tendências para fins realmente democráticos ou que, tão somente, visam a disseminar e cultivar o pseudopopulismo, com o objetivo de conseguir o real domínio da sociedade ou de vastos grupos e classes de pessoas.

⁶ Acadêmico, ocupante da Cadeira 6, patroneada por José Bonifácio de Andrada e Silva.

Observa-se, pelas matérias que compõem o índice deste livro, que o autor concatenou a visão geral do direito e da filosofia, digamos não em ordem cronológica a partir dos helenos, mas pela ordem dos aspectos mais importantes que possam haver influenciado as tendências do Direito e do seu ensino nas universidades.

Ao longo do desenvolvimento, o leitor encontrará descrições e análises minuciosas dos antigos sistemas filosóficos, como o socrático, o platônico, o aristotélico, passando pelo estoicismo e pelo epicurismo, seguidos pelo surgimento e pela expansão do cristianismo, com os sábios Paulo de Tarso, Agostinho, Tomás de Aquino e muitos outros mais.

Depois, vêm o renascimento, as declarações dos direitos do homem – algumas seguidas e observadas, outras teóricas e vãs – a Declaração da Revolução de 1789 foi, teoricamente, aplicada à própria França, mas não a suas colônias.

Baseadas teoricamente em frase de Paulo de Tarso (*quem trabalha come, quem não trabalha não come*), e no lema *somos todos iguais*, o leninismo-marxismo implantou o socialismo comunista na União Soviética (que se estendeu para seus países satélites) e, depois, foram implantados o conceito de nação e raça sobre os valores individuais, chamado fascismo, na Itália, bem como o nacional-socialismo na Alemanha – em todos os três exemplos citados, o poder era igualmente enfaixado e exercido por governos autocráticos e ditatoriais, todos classificáveis como de “esquerda”.

Ao final, para fechar *com chave de ouro*, o autor apresenta dois Apêndices que dizem respeito exclusivo ao Brasil atual:



I – Filosofia do Direito no Brasil; e

II – Pseudoalternatividade Jurídica.

Nos acima mencionados Apêndices, o Professor Doutor Ronaldo Poletti apresenta tanto algumas tendências corretas do ensino do Direito quanto algumas apreensões com o rumo que se quer dar ao mesmo Direito, *verbi gratia*, ausência do estudo do Direito Romano, avanço do sociologismo e do chamado *Common Law*, o *direito alternativo* e o *direito achado na rua* e, pasme o leitor, a adoção da denominação “operadores do direito”.

Ressalto um aspecto que me parece importante em qualquer livro ou publicação: a correta forma do uso que o autor faz da nossa querida língua, sem qualquer intenção de querer mostrar-se sofisticado no linguajar ou mais culto que o leitor e, ainda mais, felizmente, a ausência do estranhíssimo *dialeto juridiquês*.

Os apreciadores de literatura de cunho jurídico ou filosófico, bem como de ciências humanas, têm, a seu dispor, mais uma obra de verdadeiro mestre.

OBRAS DE RONALDO POLETTI

O Poder Legislativo. Legislativo e Executivo. Brasília: Fundações Petrônio Portela e Milton Campos, 1981; 2ª. ed. 1983.

O Decreto-lei na Constituição. Palermo e São Paulo: Renzo Mazzone Editor, 1986.

Pareceres da Consultoria Geral da República, agosto de 1984 a março de 1985.

Controle da Constitucionalidade das Leis. Rio de Janeiro: Forense, 1985; 2ª. ed., 1988; 3ª. tiragem, 1995; 4ª. e 5ª. tiragens, 1998.

Da Constituição à Constituinte. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

A Constituição de 1934. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia / Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

Constituição Anotada. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

Conceito Jurídico de Império. Brasília: Consulex, 2009.

Introdução ao Direito. São Paulo: Saraiva, 1991; 2ª ed. 1994; 3ª ed. 1996; 4ª ed. 2010.

Elementos de Direito Romano. Público e Privado. Brasília: Brasília Jurídica, 1996; 2ª. ed. Brasília: Editora Consulex, 2014.

Filosofia e Direito – Direito e Filosofia. Brasília: Zakarewicz Editora, 2019.

**INSITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DO DISTRITO FEDERAL**

SÓCIOS ACADÊMICOS

ADALBERTO LASSANCE

Patrono: Antônio Americano do Brasil

Cadeira 38

ADIRSON VASCONCELOS

PATRONO: Francisco Adolfo de Varnhagen

Cadeira 27

ADONIAS DOS REIS SANTIAGO

PATRONO: Elias Brito Sobrinho

Cadeira 44

AFONSO LIGÓRIO

PATRONO: Mário Augusto Teixeira de Freitas

Cadeira 35

ALAOR BARBOSA DOS SANTOS

PATRONO: Domingos Velasco

Cadeira 68

ALARICO VERANO

PATRONO: Guimarães Rosa

Cadeira 104

ALBENE MIRIAM MENEZES KLEMI

PATRONO: Tiradentes

Cadeira 20

ALBERTO MARTINS DA SILVA

PATRONO: Deodoro da Fonseca

Cadeira 10

ALDO PAVIANI

PATRONO: Francesco Tosi Colombina

Cadeira 127

AMADOR DE ARIMATHÉA

PATRONO: Salviano Guimarães

Cadeira 91

ANDERSON BATISTA DE MELO

PATRONO: Djalma Polli Coelho

Cadeira 22

ANDERSON BRAGA HORTA

PATRONO: Medeiros e Albuquerque

Cadeira 46

ANTÔNIO FLÁVIO TESTA

PATRONO: Cândido Mariano Rondon

Cadeira 5

ANTONIO TEMÓTEO DOS ANJOS SOBRINHO

PATRONO: Clóvis Salgado da Gama

Cadeira 8

ARNALDO SERAFIM

PATRONO: Aires da Mata Machado

Cadeira 115

BERNARDO FELIPE ESTELLITA LINS

PATRONO: Roberto Símonsén

Cadeira 43

BRUNO DA SILVA ANTUNES CERQUEIRA

PATRONO: Oliveira Viana

Cadeira 40

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

PATRONO: Viriato Correia

Cadeira 120

CARLOS EULER CURRLIN PERPÉTUO

PATRONO: Lauro Müller

Cadeira 32

CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA

PATRONO: João Capistrano de Abreu

Cadeira 11

CARLOS HENRIQUE CARDIM

PATRONO: Duarte da Ponte Ribeiro

Cadeira 106

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

PATRONO: Ribeiro da Costa

Cadeira 51

CARLOS VALOUSSIÈRE DE CASTRO BRANDÃO

PATRONO: Machado de Assis

Cadeira 83

CLÁUDIO QUEIROZ

PATRONO: Oscar Niemeyer

Cadeira 64

CLEUSA NEVES DA SILVA LOPES

PATRONO: Altamiro de Moura Pacheco

Cadeira 96

CRISTINA MARIA COSTA LEITE

PATRONO: Israel Pinheiro da Silva

Cadeira 98

DANILO GOMES

PATRONO: Pe. Osvaldo Sérgio Lobo

Cadeira 54

DARIO DE SOUZA CLEMENTINO

PATRONO: Pedro Aleixo

Cadeira 105

DEMOSTENES TRES ALBUQUERQUE

PATRONO: Gen. Ernesto Dornelles

Cadeira 28

DINAIR ANDRADE DA SILVA

PATRONO: Pedro Ludovico

Cadeira 56

DINIZ ESTEVES

PATRONO: Aurélio de Lira Tavares

Cadeira 114

EUGÊNIO GIOVENARDI

PATRONO: Gilberto Freire

Cadeira 94

FÁBIO DE SOUSA COUTINHO

PATRONO: Eurico Gaspar Dutra

Cadeira 74

FAGUNDES DE OLIVEIRA

PATRONO: Lauro Sodré

Cadeira 61

FILIFE RIZZO OLIVEIRA

PATRONO: Ciro dos Anjos

Cadeira 110

FRANCISCO FERREIRA DE CASTRO

PATRONO: Joaquim Nogueira Paranaguá

Cadeira 58

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES

PATRONO: Adroaldo Mesquita da Costa

Cadeira 59

HERMENEGILDO FERNANDES GONÇALVES

PATRONO: Santiago Dantas

Cadeira 14

HUGO STUDART

PATRONO: José Ludovico de Almeida

Cadeira 47

INNOCÊNCIO VIÉGAS

PATRONO: Antônio Gonçalves Dias

Cadeira 97

JAIRO VALLADARES PINTO

PATRONO: André Malraux

Cadeira 66

JOÃO CARLOS TAVEIRA

PATRONO: Tomás Antônio Gonzaga

Cadeira 70

JOAQUIM CAMPELO MARQUES

PATRONO: Hipólito José da Costa

Cadeira 30

JORGE GUILHERME DE MAGALHÃES FRANCISCONI

PATRONO: Bernardo Sayão

Cadeira 9

Pe. JOSÉ CARLOS BRANDI ALEIXO

PATRONO: Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota

Cadeira 72

JOSÉ CARLOS GENTILI

PATRONO: Dario Cardoso

Cadeira 73

JOSÉ LUIZ DE MOURA PEREIRA

PATRONO: Barão de Mauá

Cadeira 1

JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK

PATRONO: José Sette Câmara

Cadeira 118

LÉLIO VIANA LÔBO

PATRONO: Santos Dumont

Cadeira 79

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

PATRONO: Sílvio Romero

Cadeira 82

LUCILIA DE ALMEIDA NEVES DELGADO

PATRONO: Alvarenga Peixoto

Cadeira 116

LUIZ SERRA

PATRONO: Juarez Távora

Cadeira 78

LUIZ HENRIQUE CASCELLI DE AZEVEDO

PATRONO: João Camilo de Oliveira Torres

Cadeira 2

LUIZ SOLANO

PATRONO: Gelmires Reis

Cadeira 86

LUSITANO ABRANTES MALHEIRO

PATRONO: Vasco da Gama

Cadeira 88

MARCELO GRANGEIRO QUIRINO

PATRONO: Benjamim Constant

Cadeira 103

MARCOS ROBERTO TORRES DA SILVEIRA

PATRONO: José Clemente Pereira

Cadeira 87

MARIA DE SOUZA DUARTE

PATRONO: Pompeu de Sousa

Cadeira 3

MÁRIO DE ALMEIDA

PATRONO: Júlia Kubitschek

Cadeira 100

MARISTELA DE MELO NEVES

PATRONO: Jerônimo Coimbra Bueno

Cadeira 57

MERCEDES GASSEN KOTHE

PATRONO: Florestan Fernandes

Cadeira 108

MOACI ALVES CARNEIRO

PATRONO: Alceu Amoroso Lima

Cadeira 39

NAPOLEÃO VALADARES

PATRONO: Carlos de Laet

Cadeira 42

NINA TUBINO

PATRONO: Jofre Mozart Parada

Cadeira 95

OSMAR ALVES DE MELO

PATRONO: Barão do Rio Branco

Cadeira 130

PAULO CASTELO BRANCO

PATRONO: Pedro Calmon

Cadeira 81

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

PATRONO: Tobias Barreto

Cadeira 4

PEDRO JORGE DE CASTRO

PATRONO: Luís Cruls

Cadeira 7

PEDRO WILSON CARRANO DE ALBUQUERQUE

PATRONO: Bartolomeu Bueno da Silva

Cadeira 12

RENATO RAINHA

PATRONO: Euclides da Cunha

Cadeira 36

ROBERTO CARLOS BATISTA

PATRONO: José Dilermando Meireles

Cadeira 124

ROBERTO CASTELLO

PATRONO: Marechal José Pessoa

Cadeira 117

ROMILDO TEIXEIRA DE AZEVEDO

PATRONO: Frei Caneca

Cadeira 129

RONALDO COSTA COUTO

PATRONO: Antônio Francisco Lisboa

Cadeira 128

RONALDO PINHEIRO ROCHA

PATRONO: Pe. Antônio Tomás

Cadeira 71

RONALDO POLETTI

PATRONO: Donald Belcher

Cadeira 48

RUY MONTENEGRO

PATRONO: Cláudio Santoro

Cadeira 92

SEBASTIÃO FONTENELE FRANÇA

PATRONO: Duque de Caxias

Cadeira 18

TÂNIA BATTELLA DE SIQUEIRA

PATRONO: Joaquim Cardoso

Cadeira 25

TARCÍZIO DINOÁ MEDEIROS

PATRONO: José Bonifácio de Andrada e Silva

Cadeira 6

VAMIREH CHACON

PATRONO: Joaquim Nabuco

Cadeira 121

VERA RAMOS

PATRONO: Ernesto Ule

Cadeira 34

VICTOR ALEGRIA

PATRONO: Fernão Dias Paes Leme

Cadeira 15

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

PATRONO: Parsifal Barroso

Cadeira 69

WILLIAM ALMEIDA DE CARVALHO

PATRONO: Joaquim Felício dos Santos

Cadeira 111

WILON WANDER LOPES

PATRONO: Íris Meinberg

Cadeira 50.

SÓCIOS EMÉRITOS

Maria Luiza Dornas

Pedro Henrique Lopes Bório

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio Soares Neto

Arno Wehling

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Antonio José Matias de Sousa

Eliana Pedrosa

Elson Cascão

Laudenor de Sousa Limeira

Luiz Imbroisi

Oswaldo Sergio Balbino dos Santos (Dinho)

SÓCIOS LICENCIADOS

Adison do Amaral

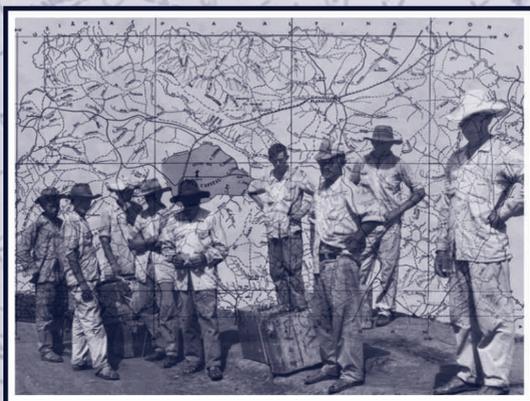
Branca Bakaj

B. de Paiva

Flávio Mendes de Oliveira Castro

Luiz Van Beethoven Benício de Abreu

Marcone Formiga



Capa: Composição de imagem do Mapa do Distrito Federal - Atlas Histórico/1894 - Missão Cruls e foto da chegada de Candangos à Brasília/1959.
